

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A expansão e interiorização da Universidade Federal de Uberlândia: um processo de democratização?

Dayton Fernando Padim

São Carlos

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A expansão e interiorização da Universidade Federal de Uberlândia: um processo de democratização?

Dayton Fernando Padim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, na Linha de pesquisa “Estado, Política e Formação Humana”, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

São Carlos

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P123ei Padim, Dayton Fernando.
A expansão e interiorização da Universidade Federal de Uberlândia : um processo de democratização? / Dayton Fernando Padim. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
187 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Ensino superior. 2. Expansão. 3. Interiorização. 4. Democratização da educação. 5. Universidade Federal de Uberlândia. I. Título.

CDD: 378 (20^a)



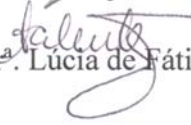
Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de

Dayton Fernando Padim
São Carlos 27/02/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva


Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento


Prof.^a. Dr.^a. Lúcia de Fátima Valente

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha família, a base para que fosse possível realizar esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem seu amor incondicional e sua bênção, sem ela não teria conseguido chegar até aqui, vencendo mais uma etapa da minha vida.

Aos meus pais e irmão, Vânia, João Gilberto e Thiago, por sempre confiarem no meu esforço, me ajudarem no que sempre precisei e sonhar junto comigo esse sonho.

Ao meu pai João Wilian (*in memoriam*) que infelizmente não pôde acompanhar fisicamente meus passos, mas pode me apoiar de um lugar melhor, e com certeza esteve ao meu lado nos mais de 10 mil Km percorridos para realizar as orientações.

À minha namorada Tatiana, por sempre estar ao meu lado durante toda essa caminhada, me apoiando e me tranquilizando a cada momento e principalmente me aturando.

Ao meu avô, Alcides Singolani, por me ensinar como a humildade engrandece o homem, e que por mais simples que você seja, você sempre pode fazer a diferença.

Ao meu orientador de Mestrado Eduardo Pinto e Silva, pela atenção, compreensão, paciência e orientação deste trabalho durante esses dois anos do Mestrado.

À minha orientadora de graduação Alexandra Epoglou, que desde o início de minha formação confiou em mim e nas minhas ideias. Sem nossas discussões, provavelmente não teria chegado onde estou hoje.

À dona Maria (*in memoriam*) por me receber diversas vezes em sua casa e me dar abrigo para coleta de dados, as conversas sobre assuntos diversos e uma visão de mundo inigualável, sempre serão lembradas.

Aos membros da banca, Lúcia Valente e Manoel Nelito por aceitarem contribuir para melhorar a discussão deste trabalho.

Aos meus cachorros, Astor, Mila (*in memoriam*), Izis (*in memoriam*) e Pancho (*in memoriam*), por me ensinar o verdadeiro significado do companheirismo e do amor sem nada em troca.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação, sejam eles lembrados por não querer ser igual a eles, seja para utilizar o que eles tinham de melhor, o dom de ensinar.

*“Nem tudo que reluz é ouro, nem
tudo que balança cai.”*

Alcides Singolani (meu amado avô)

RESUMO

Objetivou-se neste trabalho investigar uma unidade acadêmica gerada a partir de um processo de expansão das universidades federais, a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), situada em Ituiutaba-MG e, portanto, fora da sede da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foram pesquisados os aspectos do cotidiano (práticas, processos decisórios) e as perspectivas sobre a expansão, interiorização e democratização, de docentes, discentes e técnicos administrativos. A crescente expansão de vagas no ensino superior federal teve início no final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois de décadas de estagnação. No ano de 2003, o Governo Federal lançou o Programa Expandir que teve como meta promover a interiorização do ensino superior público, tendo sido, assim, o primeiro passo para a expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior Federal (IFES). Considerou-se que este novo modelo de instituição de ensino necessitava ser analisado, de modo a melhor elucidar sua racionalidade e contrapor objetivos proclamados e as práticas efetivamente objetivadas. Neste sentido a pesquisa foi orientada por referenciais teóricos diversos, como os de BOBBIO (1987), GAULEJAC (2007) e BOURDIEU (2004). Entendemos que, por se tratar de um tema amplo, em cada ponto analisado foi necessário buscar a teoria adequada para realizar a análise. A coleta de dados se deu através de questionários *on-line*, respondidos por docentes, discentes e técnicos administrativos, bem como por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas 9 entrevistas com sujeitos que participaram e/ou tinham informações sobre o processo de implantação e desenvolvimento do *campus* de Pontal, a saber: três docentes, dois discentes, dois técnicos administrativos e dois agentes políticos. A análise do conteúdo das entrevistas foi feita por intermédio de leitura, releitura, e construção e reconstrução de categorias de análise que permitiram indicar inferências e interpretações. Foram criadas três categorias de análise: Expansão e planejamento: implantação e conflitos, Desenvolvimento e gestão organizacional; e Política, órgãos colegiados e processos decisórios. Foram também pesquisados e analisados alguns documentos oficiais, do MEC e da UFU. A análise dos dados apontou para planejamentos insuficientes e sujeitos a serem desenvolvidos de forma ainda mais problemática em virtude das relações de poder e do caráter democrático restrito dos processos decisórios. Concluímos que somente através de processos de decisão mais democráticos, e quando afirmamos isso consideramos ser apenas o primeiro passo, para que a universidade quebre os muros que foram erguidos em décadas de existência e se abra para a população que a mantém, e que tem direito de opinar sobre os rumos que acredita ser melhor para esse espaço de formação intelectual, política e social.

Palavras Chaves: Expansão; Interiorização; Democratização do Ensino Superior, Universidade Federal de Uberlândia.

ABSTRACT

The objective of this work to investigate an academic unit generated from a process of expansion of the federal universities, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), located in Ituiutaba-MG and therefore outside the headquarters of the Universidade Federal de Uberlândia (UFU) . Aspects of daily life (practical, decision making) and the prospects for expansion, internalization and democratization, teachers, students and administrative staff were surveyed. The growing increase in enrollment in federal higher education began at the end of the first term of President Luiz Inácio Lula da Silva after decades of stagnation. In 2003, the Federal Government launched the Expand Programme, which was aimed to promote the internalization of public higher education, and thus have been the first step in the expansion and internalization of the Federal Higher Education Institutions (IFES). It was considered that this new model of educational institution needed to be analyzed in order to elucidate its rationality and oppose proclaimed goals and effectively targeted practices. In this sense, several theoretical frameworks, such as BOBBIO (1987), GAULEJAC (2007) and BOURDIEU (2004), guided the research. We understand that it is a broad subject, at each point analyzed was necessary to seek proper to perform the analysis theory. Data collection was through online questionnaires answered by teachers, students and administrative staff as well as through semi - structured interviews. Three teachers, two students, two technicians and two administrative political agents: Nine interviews with people, who participated and/or had information about the deployment process and development of the campus Depth, namely were performed. The content analysis of the interviews was done through reading, rereading, and construction and reconstruction of categories of analysis that allowed state inferences and interpretations. Three categories were created: Expansion and planning: implementation and conflict, development and organizational management, and Politics, and collegial decision-making processes organs. Were also searched and analyzed some official documents, the MEC and the UFU. Data analysis pointed to insufficient planning and subject to be developed even more problematic because of the power relations and restricted democratic character of decision-making processes. We conclude that only through processes more democratic decision, and when we say that we consider only the first step for the university break the walls that were built on decades of existence and open to the public that keeps, and is entitled a say in the direction that it believes is best for this area of intellectual, political and social education.

Key Words: Expansion; Internalization; Democratization of Higher Education; Universidade Federal de Uberlândia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Instituições de Educação Superior Federal (1808 a 2010)	40
Figura 2: Conselhos Superiores - UFU	45
Figura 3: Microrregião de Ituiutaba-MG	51
Figura 4: Microrregião de Frutal-MG.....	51
Figura 5: Estrutura Administrativa da Universidade Federal de Uberlândia	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Orçamento Ministério da Educação (em Bilhões de reais).....	36
Gráfico 2: Ingresso na FACIP.....	64
Gráfico 3: A qual curso está vinculado o docente.....	65
Gráfico 4: Formação do docente.....	65
Gráfico 5: Idade dos docentes.....	66
Gráfico 6: Titulação máxima obtida.....	66
Gráfico 7: Ano da obtenção do título.....	67
Gráfico 8: Experiência docente.....	68
Gráfico 9: Quantidade de tempo em que foi docente.....	68
Gráfico 10: Regime de trabalho.....	69
Gráfico 11: Concurso para outra instituição.....	69
Gráfico 12: Característica desta outra instituição.....	70
Gráfico 13: Localidade da residência.....	71
Gráfico 14: Transferência para a Matriz ou outras IFES/Instituições.....	72
Gráfico 15: Idade quando ingressou.....	77
Gráfico 16: Ano de ingresso.....	77
Gráfico 17: Instância administrativa a que está vinculado.....	78
Gráfico 18: Qual é sua formação.....	79
Gráfico 19: Título de pós-graduação.....	79
Gráfico 20: Ano de obtenção do título de pós-graduação.....	80
Gráfico 21: Localização da residência.....	80
Gráfico 22: Transferência para a Matriz ou outras IFES/Instituições.....	81
Gráfico 23: Concurso para outra instituição.....	81
Gráfico 24: Característica desta outra instituição.....	82
Gráfico 25: Ano de ingresso.....	86
Gráfico 26: Curso matriculado.....	86
Gráfico 27: Meio de ingresso.....	87
Gráfico 28: Titulação egresso.....	88
Gráfico 29: Idade de ingresso.....	88
Gráfico 30: Residência fixa.....	89
Gráfico 31: Turno matriculado.....	90
Gráfico 32: Atividade extra curso.....	90
Gráfico 33: Horas dedicadas a atividade extra curso.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução de Matrículas na graduação presencial Brasil – 1980/2004.....	25
Tabela 2: Evolução do número de IES por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004	26
Tabela 3: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2002.....	33
Tabela 4: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010.....	34
Tabela 5: Matrículas Governo FHC (1995 a 2002).....	35
Tabela 6: Matrículas Governo Lula (2003 a 2010).....	35
Tabela 7: Termo de Pactuação UFU e MEC.....	52
Tabela 8: Especificação de entrada, número de vagas anuais, turno de funcionamento, modalidade e duração média dos cursos.....	54
Tabela 9: Número de alunos por ano	54
Tabela 10: Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), por Grau de Formação e Regime de Trabalho, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 1995/2010	55
Tabela 11: Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos, por Grau de Formação, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 1995/2010.....	55
Tabela 12: Quatro cursos com maior verba em 2010.....	124
Tabela 13: Quatro cursos com maior verba em 2011.....	125
Tabela 14: Quatro cursos com maior verba em 2012.....	125
Tabela 15: Quatro cursos com maior verba em 2013.....	125

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEBIM – Centro de Ciências Biomédicas
CEHAR – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CONDAS – Conselho de Diretores e Centros Acadêmicos
CONDIR – Conselho de Diretores
CONFACIP – Conselho da FACIP
CONGRAD – Conselho de Graduação
CONSUN – Conselho Universitário
CTI – Centro de Tecnologia da Informação
CTINFRA – Fundo de Infraestrutura
EDUCA – Campus Educação Física da UFU
FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
FEIT – Fundação Educacional de Ituiutaba
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FTM – Faculdade do Triângulo Mineiro
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ISEPI – Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba
MEC – Ministério da Educação
PET – Programa de Educação Tutorial
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PROREH – Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PROUNI – Programa Universidade para Todos.
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RH – Recursos Humanos
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
UFU – Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
Os sujeitos da pesquisa.....	17
Objetivos	18
Metodologia e procedimentos metodológicos.....	19
Aspectos éticos.....	21
Estruturação do texto.....	21
1. O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL PÓS-LDB: POLÍTICAS E PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS?	23
1.1. O Ensino Superior no Brasil.....	23
1.2. A educação superior pública federal nos governos FHC e Lula.	29
1.3. Interiorização das IFES	38
1.4. A universidade e seus processos de decisão.....	41
2. A FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL (FACIP): IMPLANTAÇÃO E GESTÃO	48
2.1. A Universidade Federal de Uberlândia – Aspectos históricos e a expansão.....	48
2.2. A FACIP – aspectos históricos.....	50
3. A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: PRÁTICAS E PROCESSOS DECISÓRIOS NA VISÃO DOS DOCENTES, TÉCNICOS E DISCENTES DA FACIP	62
3.1. Dados dos Questionários	63
3.2. Dados dos Docentes	63
3.2.1. Dados das Questões Objetivas	63
3.2.2. Dados das Questões Abertas	73
3.2.2.1. Pergunta - Com três palavras, como você define a FACIP?	73
3.2.2.2. Pergunta - Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.	74
3.2.2.3. Pergunta - Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique.	75
3.3. Dados dos Técnicos Administrativos	76
3.3.1. Dados das Questões Objetivas	76

3.3.2.	Dados das Questões Abertas	82
3.3.2.1.	Pergunta - Com três palavras, como você define a FACIP?	83
3.3.2.2.	Pergunta - Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.	83
3.3.2.3.	Pergunta - Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique.	84
3.4.	Dados dos Discentes.....	86
3.4.1.	Dados das Questões Objetivas	86
3.4.2.	Dados das Questões Abertas	91
3.4.2.1.	Pergunta - Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.	92
3.4.2.2.	Pergunta - A FACIP proporciona tudo que você e seu curso necessitam para o desenvolvimento de sua formação? Justifique.	93
3.4.2.3.	Pergunta - Você se sente um participante ativo nas decisões tomadas no seu curso? Explique em poucas palavras.	95
4.	EXPANSÃO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DA FACIP: PROCESSOS DEMOCRÁTICOS?.....	97
4.1.	Apresentação dos entrevistados e resumo das entrevistas.....	97
4.2.	Procedimento de construção e reconstrução das categorias de análise	105
4.3.	Categoria – Expansão e Planejamento: implantação e conflitos.	106
4.4.	Categoria - Desenvolvimento e gestão organizacional	119
4.5.	Categoria - Política, órgãos colegiados e processos decisórios.....	131
5.	A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO PRECÁRIA E DESORDENADA: AS RELAÇÕES ENTRE OS PROBLEMAS DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, PROCESSOS DECISÓRIOS DEMOCRATICAMENTE RESTRITOS E AS DIRETRIZES INSTRUMENTAIS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	141
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
8.	APÊNDICES.....	160
8.1.	Termo de consentimento livre e esclarecido	160
8.2.	Questionário FACIP – Discentes	162
8.3.	Questionário FACIP – Técnicos	167
8.4.	Questionário FACIP – Docentes.....	172

8.5.	Questões para entrevista semiestruturada.....	179
8.5.1.	Docentes.....	179
8.5.2.	Técnicos.....	180
8.5.3.	Discentes.....	181
8.5.4.	Político.....	182
8.6.	Investimento FACIP 2009.....	183
8.7.	Matriz Orçamentária UFU 2010.....	184
8.8.	Matriz Orçamentária UFU 2011.....	185
8.9.	Matriz Orçamentária UFU 2012.....	186
8.10.	Matriz Orçamentária UFU 2013.....	187

APRESENTAÇÃO

Objetivou-se nesse trabalho investigar a implantação e o desenvolvimento de uma unidade acadêmica gerada a partir de um processo de expansão das universidades federais, a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), situada em Ituiutaba-MG e, portanto, fora da sede da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foram pesquisados os aspectos do cotidiano (práticas, processos decisórios) e as perspectivas sobre a expansão, interiorização e democratização, de alunos, professores e técnicos.

A crescente expansão de vagas no ensino superior federal teve início no final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de décadas de estagnação. No ano de 2003, o governo federal lançou o Programa de Expansão Fase I, que teve como meta promover a interiorização do ensino superior público, tendo sido, assim, o primeiro passo para a expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior Federal (IFES). Considera-se que este novo modelo de instituição de ensino necessita ser analisado, de modo a melhor elucidar sua racionalidade e contrapor os objetivos proclamados às práticas efetivamente objetivadas.

A FACIP surgiu de um projeto anterior ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o então Programa de Expansão Fase I. Salienta-se que o ensino superior público federal ocupa lugar importante na concretização dos elementos orientadores da Reforma do Estado. Partimos do pressuposto de que este novo tipo de instituição tem suas próprias especificidades. No entanto, como é ligada a uma matriz, nesse caso a UFU, apesar de a unidade ter *campus* próprio e estar em outra cidade, formulamos a hipótese de que as atividades administrativas e acadêmicas estariam sendo realizadas segundo as diretrizes da matriz, sem um efetivo canal de comunicação aberto e democrático para tratar de certas especificidades, que em último caso, pode acarretar no prejuízo da qualidade do ensino ofertada. Com o processo acelerado de expansão do ensino superior, demandam-se cada vez mais recursos financeiros que podem estar sendo mal empregados devido as matrizes mantenedoras desse novo modelo de instituição não levar em consideração suas especificidades.

Para o levantamento preliminar dos dados relativos ao cotidiano da instituição e expectativas de expansão, interiorização e democratização, delimitamos abordar discentes, docentes e técnicos de todos cursos, nove criados no início das atividades (Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Física, Geografia, História, Matemática, Pedagogia, Química) e outros dois (Engenharia de Produção e Serviço Social) criados após uma

reestruturação de vagas entre os cursos, a partir de um questionário composto por perguntas abertas e fechadas. A escolha de realizar a pesquisa com todos os cursos, além de se pautar no fato de terem sido criados em momentos distintos, foi realizada levando em conta poder analisar contradições, similaridades e diferenças do processo de expansão em diferentes áreas (Ciências da Vida; Ciências Exatas da Terra e Engenharia; Ciências Humanas e Sociais). Num segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores, alunos e técnicos (vide adiante critérios de seleção) pré-selecionados que tiveram envolvimento na implantação do *campus* na cidade de Ituiutaba, assim como agentes políticos, que participaram das discussões de expansão da UFU nos Conselhos deliberativos da instituição. Foram também consultados documentos da instituição que serviram aos objetivos da pesquisa, dentre os quais destacamos o “Projeto Acadêmico da FACIP” e “Resolução 02/2006”. A análise dos dados foi realizada tendo como referencial as orientações de uma pesquisa qualitativa. Com base em estudos anteriores, consideramos que o acesso/permanência, ou seja, aspectos fundamentais para a almejada democratização do Ensino Superior, requerem outros investimentos além da infraestrutura básica, do pessoal qualificado e dos materiais e equipamentos utilizados para um adequado funcionamento.

Como foi apontado na página anterior, a nossa hipótese inicial foi a de que a expansão e a interiorização envolveram processos decisórios contraditórios e planejamentos insuficientemente elaborados e/ou executados, ambos caracterizados por uma democracia restrita, senão pouco atenta às especificidades regionais e demandas de segmentos sociais externos aos campos político e acadêmico. Como se procurará demonstrar ao longo da dissertação, esta hipótese foi corroborada pela maior parte dos dados analisados. As análises dos documentos oficiais e institucionais e dos dados objetivos da expansão da UFU e do *campus* interiorizado, se articularam às das entrevistas realizadas. A análise das entrevistas foi realizada através de um processo de categorização e recategorização dos discursos. Deste modo, elaboramos 3 eixos de análises. São eles:

- 1- Expansão e Planejamento: implantação e conflitos.
- 2- Desenvolvimento e gestão organizacional.
- 3- Política, órgãos colegiados e processos decisórios.

Os sujeitos da pesquisa

A partir de algumas pesquisas realizadas sobre políticas públicas ligadas à expansão do ensino superior (PADIM; EPOGLOU 2008; 2009; 2010) surgiu a necessidade de uma investigação específica, realizada no curso de Química da referida unidade acadêmica, o que

gerou o trabalho de conclusão de curso intitulado “Perspectivas de alunos e professores do curso de Química da FACIP/UFU”. Os dados neste levantados incitaram reflexões que ultrapassaram questões corriqueiras de um curso universitário já estabelecido, ou seja, apontaram para temas pertinentes e comuns à implantação dos cursos fora de sede ou de *campus* avançado. Muitas foram as alusões à insatisfação, ora com a falta de estrutura que mostrava certa insuficiência para cumprir as exigências do curso, ora com o grupo docente que parecia não se adaptar à expectativa de inclusão manifestada por muitos alunos que sonhavam com um curso superior.

Assim, o contexto vivido, aliado às novas questões levantadas pelas discussões e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, nos impulsionaram a buscar uma nova empreitada, com vistas à produção de conhecimentos que pudessem aprofundar o debate e incentivar novas reflexões. Desta forma elaboramos o projeto de pesquisa “A Universidade Federal de Uberlândia e a expansão e interiorização do Ensino Superior Federal no Brasil: um processo de democratização?”, que norteou a pesquisa e elaboração da presente Dissertação de Mestrado.

Participaram da primeira fase da pesquisa, respondendo ao questionário, 62 docentes da FACIP, 250 alunos dos cursos mencionados e 19 técnicos administrativos. Na segunda fase da pesquisa, na qual realizamos entrevistas semiestruturadas relacionadas ao nosso objeto, hipótese e problema de pesquisa, participaram: 3 docentes, 2 alunos, 2 técnicos e 2 agentes políticos. Nos itens posteriores esclareceremos os critérios de seleção da amostra dos entrevistados, assim como explicitamos objetivos geral e específicos e apontamos algumas considerações suplementares sobre os procedimentos metodológicos e de análise.

Objetivos

Objetivo geral:

- Analisar as políticas de expansão do ensino superior implantadas pelo Governo Lula (2003-2010) e o processo de expansão e interiorização da UFU, particularmente a implantação e desenvolvimento de uma de suas unidades, a FACIP, de modo a elucidar se este processo está sendo efetivamente democratizante, como sugere o discurso oficial.

Objetivos específicos:

- Analisar o Plano de Expansão Fase I das Universidades Federais e sua objetivação na FACIP-UFU.

- Analisar o processo de expansão da UFU e compreender como se constituem as relações entre a comunidade acadêmica local e as instâncias decisórias da sede administrativa;
- Investigar como foi concebida a implantação da FACIP (histórico, econômico e social), as características dos processos decisórios, e se, após 5 anos do início das atividades, foram atingidos os objetivos proclamados quando da elaboração da proposta de expansão da UFU.
- Investigar como alunos, professores e demais funcionários compreendem as funções dessa nova instituição originária do referido processo de expansão e interiorização, e se consideram que este se configura como democratizante.

Metodologia e procedimentos metodológicos

A proposta inicial de coleta de dados foi a de utilizar questionários, que foram enviados por *e-mail* para docentes, discentes e técnicos administrativos de todos os cursos da unidade acadêmica, a fim de buscar informações relevantes de suas concepções e perspectivas sobre a expansão e interiorização, e se este processo seria efetivamente democratizante, como sugerem os textos oficiais de criação da FACIP. Também foram realizadas entrevistas com pessoas previamente selecionadas, que de alguma maneira contribuíram para discussão da implantação ou fizeram/fazem parte dessa construção de um novo modelo de instituição. Também foram utilizados dados de documentos oficiais, obtidos junto aos sítios do MEC e da UFU, assim como documentos obtidos junto à Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenações de cursos e Conselhos da universidade.

A pesquisa foi orientada nos moldes de um estudo de caso, que como relata GODOY (1995, p.25) “*visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular*”.

Utilizou-se para a análise dos dados a metodologia de análise de conteúdo, difundida por Laurence Bardin, já utilizada em outros trabalhos, e com a qual tivemos bons resultados.

BARDIN (1977) conceitua o termo “análise de conteúdo” como:

... um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42)

Como apontávamos na Apresentação, na presente pesquisa investigamos e analisamos discursos de docentes, discentes e técnicos administrativos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Engenharia de Produção, Física, Geografia, História, Matemática, Pedagogia, Química e Serviço Social, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP/UFU). E procuramos realizar, além da análise de conteúdo dos discursos dos

sujeitos pesquisados, análises de documentação e dados objetivos da expansão das IFES, UFU e FACIP. Em outras palavras, lançamos mão de procedimentos que não circunscreveram os discursos e análises de seus conteúdos em si mesmos. Outrossim, procuramos articulá-los à realidade concreta das práticas da instituição pesquisada.

Para um levantamento preliminar dos dados e tendo em vista a agilidade e a comodidade da *internet*, definimos como pertinente a utilização de um questionário *online*, utilizando o recurso de formulários disponível no *Google Docs*¹, expediente já utilizado para a coleta de dados durante a elaboração do TCC e que apresentou bons resultados. Tal instrumento foi composto por perguntas com possibilidade de respostas livres e outras diretas, uma vez que se buscam participações mais espontâneas nas respostas livres e também diretas através de questões pontuais. O questionário (vide Apêndice) foi aplicado em período específico, sendo enviadas as instruções para acesso por *e-mail* para os docentes, discentes e técnicos dos respectivos cursos e também para os técnicos dos setores meio (PROGRAD, CTI, PROREH, Direção, entre outros).

Já as entrevistas semiestruturadas (vide Apêndice) ocorreram em momento oportuno. Elas foram agendadas com antecedência com pessoas específicas. Estabelecemos que seria importante entrevistar sujeitos da pesquisa, levando em conta os seguintes critérios e quantidades:

- Três professores da FACIP, sendo que pelo menos um deles já tivesse atuado como Diretor da unidade acadêmica e outro como Coordenador de curso.
- Dois técnicos administrativos, sendo um de setor meio e outro da FACIP.
- Dois alunos de cursos distintos, sendo pelo menos um deles participante do movimento estudantil.
- Dois políticos, municipal, estadual ou federal, que tivessem participado das discussões ou intermediações da implantação do *campus* em Ituiutaba.

O perfil dos docentes foi estabelecido da forma indicada pois, sendo eles, ou 2/3 deles, ocupantes de cargos administrativos, teriam tido maior contato e participado nos processos decisórios da implantação e desenvolvimento da FACIP-UFU.

¹ O *Google Docs* é um pacote de aplicativos do *Google*. Funciona totalmente *on-line* diretamente no navegador de *internet*. Os aplicativos são compatíveis com a maioria dos programas de formato *Office* existentes no mercado, e atualmente compõe-se de um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários.

No caso dos técnicos, procurou-se entrevistar um do setor meio e outro da FACIP pois, deste modo, teríamos a possibilidade de registrar e analisar discursos cuja inserção dos sujeitos se dava em planos administrativos relativamente distintos.

No caso dos discentes, consideramos que seria relevante um deles ser do movimento estudantil, por serem alunos estes mais afeitos e participativos dos/nos processos decisórios. Ademais, se tratam de sujeitos cujas posições no campo acadêmico poderiam revelar visões distintas, complementares ou mesmo antagônicas, dos servidores pesquisados (docentes e técnicos).

No caso dos políticos, uma vez que o campo acadêmico sofre ingerências do campo político, e que campos apresentam tanto especificidades e relativa autonomia como homologias (BOURDIEU, 2004) consideramos que seria enriquecedor dar-lhes palavra, de forma a integrar a análise de diferentes visões acerca da expansão e interiorização da UFU.

Aspectos éticos

Foram entrevistados somente os docentes, técnicos administrativos e discentes que concordarem em fazê-lo. Eles foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa. A autorização para a realização das entrevistas foi formalizada por meio de Termo de Consentimento Esclarecido (vide Apêndice). Os procedimentos de entrevista com as pessoas envolvidas obedeceram aos princípios éticos de pesquisa: preservou-se o anonimato dos participantes e facultou-se a desistência de participar a qualquer momento caso tivessem julgado haver alguma inconveniência e/ou insatisfação.

Estruturação do texto

O presente texto foi dividido em cinco capítulos para melhor tratamento das questões teóricas e dos dados coletados.

O capítulo 1 versa sobre um apanhado teórico que envolve os últimos 18 anos da Educação Superior Federal no Brasil (1994-2012), período esse que estiveram à frente do país três presidentes, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, sendo a discussão centrada nos dois primeiros. Também é abordado no primeiro capítulo sobre a interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e sobre os processos decisórios que ocorrem nas mesmas.

O capítulo 2 apresenta o local escolhido para ser realizada a pesquisa, bem como um histórico e as questões envolvidas na expansão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para a cidade de Ituiutaba-MG.

No capítulo 3 trabalhamos com as questões metodológicas da pesquisa e como foram tratados os dados obtidos através dos questionários aplicados, apresentação desses dados, bem como a análise sistematizado dos mesmos.

O capítulo 4 apresenta os dados coletados nas entrevistas semiestruturadas realizadas, bem como sua análise e articulação com a teoria.

No capítulo 5 foi realizada uma análise mais profunda sobre as relações entre os problemas de planejamento e desenvolvimento, processos decisórios democraticamente restritos e as diretrizes instrumentais das políticas de Educação Superior no Brasil.

O capítulo 6 foi desenvolvido as considerações finais do trabalho, bem como alguns possíveis encaminhamentos.

1. O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL PÓS-LDB: POLÍTICAS E PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS?

No presente capítulo será feita uma discussão a respeito do Ensino Superior Público Federal nos anos que seguiram a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Centralizando a análise no período dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, apontando as diferenças e direcionamentos que cada governo fez com relação ao Ensino Superior.

1.1. O Ensino Superior no Brasil

Historicamente, o Brasil mantém a tradição de proporcionar os melhores cursos (inclusive das profissões mais destacadas socialmente), nas melhores universidades, para uma pequena elite que consegue chegar às portas do Ensino Superior com as habilidades e as competências exigidas pelo exercício intelectual esperado nesse nível de escolarização, conforme o relato de LIMA (2005) em sua tese:

A universidade pública brasileira não consegue, historicamente, exercer o papel social que lhe cabe como instituição estimuladora de um projeto nacional de desenvolvimento, referenciado nos interesses da classe trabalhadora brasileira, pois, a universidade brasileira foi forjada nos marcos do capitalismo dependente. [...]. Se a educação superior no Brasil nasce com a marca de um intocável privilégio social, cuja “democratização” começava e terminava nas fronteiras da burguesia, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, a ampliação do acesso passa a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações na esfera produtiva; seja para difusão da concepção de mundo burguesa, sob a imagem de uma política inclusiva (LIMA, 2005, p.322).

Não obstante, desde o início do século passado existe um movimento em defesa da ampliação do acesso à educação pública e de excelência. As reivindicações vêm se alterando conforme o contexto histórico. Na década de 1920, por exemplo, objetivava-se adequar a educação ao ritmo da industrialização/urbanização que ocorria nas principais cidades do país, sendo concebida, portanto, como uma condição para a modernização da sociedade brasileira.

Já nos tempos de mundialização do capital, as expectativas tanto das pessoas quanto das empresas, são de que todos tenham, onde quer que estejam, acesso aos bens e serviços divulgados incessantemente pelos meios de comunicação em massa. Nesse contexto, parece ser uma prerrogativa desse início de século que tudo seja acessível a todos, inclusive a Educação. Além disso, a demanda por profissionais qualificados tem direcionado esforços no sentido de incluir cada vez mais pessoas na chamada “Sociedade do Conhecimento”².

² Termo discutido por DRUCKER e BELL (1977) em “O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social”, e debatido por José Dias Sobrinho (2005) em “Dilemas da Educação Superior no Mundo

Desde meados da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, o Brasil passou por muitas mudanças econômicas, dentre elas a Reforma do Estado, proposta no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o verbete de MINTO (2011), as reformas foram necessárias para:

[...] adequar o Estado brasileiro aos ditames do novo padrão da acumulação capitalista. Nos anos 1990, após as eleições presidenciais de 1994, ganha maior corpo e torna-se uma prioridade do governo federal brasileiro. Em 1995, é criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), com o intuito de formular um plano integrado para as reformas. As diretrizes fundamentais da reforma advêm da doutrina neoliberal e expressam-se na necessidade de reestruturar todas as grandes áreas de atuação do Estado, com especial destaque para as sociais: educação, saúde, previdência social e legislação trabalhista. De um modo geral, preconiza-se a redução dos gastos estatais, tidos como ineficientes e ineficazes, e a transferência de tais “serviços” para o setor privado, supostamente mais eficiente, flexível e menos burocrático. Da mesma forma, a reforma do estado pressupõe a criação de condições favoráveis à atuação do setor privado – aquele que declara visar lucros, ou não – tais como a oferta de incentivos fiscais, a garantia de mercados cativos e programas governamentais que possibilitem o acesso das camadas mais pobres da população brasileira ao ensino pago, sobretudo no nível superior (MINTO, 2011, p.01)

Já pelos seu propositores, a reforma do Estado é definida, como:

[...] um projeto amplo que diz respeito às várias áreas do governo e, ainda, ao conjunto da sociedade brasileira, enquanto que a reforma do aparelho do Estado tem um escopo mais restrito: está orientada para tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania (BRASIL, 1995, p.12).

Após a regulamentação e colocada em prática a Reforma do Estado, apoiada pelo Consenso de Washington³, um dos setores que mais sofreu foi o da educação, principalmente a Educação Superior. Como se depreende do discurso de um dos protagonistas da reforma do estado, a educação deixa de ser responsabilidade direta do Estado, ou melhor, passa a ser indicada como um dos “serviços não exclusivos do Estado”. Nesse sentido, os responsáveis pela Educação Superior compõem “organizações sociais” que “celebrem um contrato de gestão” com o “Poder Executivo” para “participar do orçamento público”:

A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não-exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. [...]. Na união os serviços não exclusivos do Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é de transformá-los em um tipo especial de não-estatal, as organizações sociais. A ideia é transformá-los voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do parlamento para participar do orçamento público (PEREIRA, 1996, p.47).

Globalizado: Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?”, por ser um termo carregado de significados que tendem a ocultar as contradições políticas e econômicas.

³ Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

Assim, SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR (2009) pontuam sobre esse processo e mostram as principais metas dessa reforma, que influenciam a questão educacional:

A primeira grande meta da reforma do aparelho do Estado era, para o ministro, sua flexibilização. Em segundo lugar, no plano social, sua radical descentralização. [...] Embora o ex-ministro não tenha conseguido transformar as universidades estatais públicas em organizações sociais (fundações públicas de direito privado), por meio do terceiro e quarto setor, institucionalizou-se a nova contradição entre Estado e o mercado (SQUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009, pág.36).

Com isso, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado investiu minimamente na Educação Superior, por considerá-la que o mesmo é um serviço não-exclusivo. Nessa época ocorreu uma grande abertura para o crescimento do ensino superior privado, com um aumento significativo das vagas no ensino superior.

O que ocorreu, portanto, nas últimas décadas no Brasil, foi uma ampliação no índice de matrículas em cursos superiores de universidades particulares, conforme demonstra a Tabela 1, organizada por BARREYRO (2008), com base em dados do MEC:

Tabela 1: Evolução de Matrículas na graduação presencial Brasil – 1980/2004.

Ano	Total	Público	Privado
1980	1.377.286	492.232	885.054
1985	1.367.609	556.680	810.929
1990	1.540.080	578.625	961.455
1995	1.759.703	700.540	1.059.163
2000	2.694.245	887.026	1.807.219
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405

Fonte: BARREYRO, G. B. (2008)

Dessa forma, a partir de 1995, nota-se um acréscimo vertiginoso do Ensino Privado se comparado ao Ensino Público. Traduzindo em números, o aumento de matrículas no período de 1995 a 2004, nas instituições privadas, foi de 182 %, enquanto que, nas instituições públicas, foi de 68%.

Em consequência, a contrapartida dos estímulos ao desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior Privados foi a do sucateamento do ensino superior público no governo Fernando Henrique Cardoso, ocasionado pelo corte de verbas na educação defendida pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Por meio de inúmeras medidas de incentivo, ocorreu uma abertura significativa para o mercado privado, ocorrendo um aumento de aproximadamente 162% no número de instituições particulares no Brasil contra 6,66% das universidades públicas, como mostra a Tabela 2, cujos dados são também de fonte oficial, do MEC, tendo sido organizados e publicados por BARREYRO (2008):

Tabela 2: Evolução do número de IES por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Ano	Total	Δ %	Pública	Δ %	Privada	Δ %
1980	882	-	200	-	682	-
1985	859	-2,6	233	16,5	626	-8,2
1990	918	6,9	222	-4,7	696	11,2
1995	894	-2,6	210	-5,4	684	-1,7
2000	1.180	31,9	176	-16,2	1004	46,8
2004	2.013	70,5	224	27,3	1789	78,2

Fonte: BARREYRO, G. B. (2008)

Como resultado dessa nova configuração, nota-se um aumento significativo de diplomados no Brasil. Todavia, dada a inexistência de um controle para verificar a qualidade do ensino ofertado, bem como das condições reais de aprendizagem, não se mostrou possível garantir as expectativas de excelência à sociedade brasileira.

Do mesmo modo, SANTOS (2005) nos relata o contexto europeu do ensino superior no mesmo período, relativamente similar ao que ocorreu no Brasil:

Na área do acesso, a maior frustração da última década foi que o objetivo de democratização do acesso não foi conseguido. Na maioria dos países os fatores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, sexo ou etnia, continuaram a fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio. Em vez de democratização, houve massificação e depois, já no período da alegada pós-massificação, uma forte segmentação do ensino superior com práticas de autêntico *dumping social* de diplomas e diplomados, sem que nenhuma medidas *anti-dumping* eficazes tenham sido tomadas (SANTOS, 2005, pág. 48).

Entretanto, podemos perceber uma mudança significativa nesse processo a partir do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o Grupo Executivo instituído pelo Governo Federal, em fevereiro de 2004, coordenado por Fernando Haddad, elaborou o documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior* (BRASIL, 2004), onde o mesmo, logo no seu prólogo, destaca a questão sobre o Plano Nacional de Educação (2001-2010), onde se “*determina que ao final do período sejam ofertadas matrículas em cursos superiores correspondentes a 30% da população de jovens entre 18 e 24 anos, conseqüentemente será necessário dobrar essa população nos próximos seis anos*” (BRASIL, 2004). Neste sentido, os princípios e ideias mais importantes expressos no documento são:

Os Princípios devem orientar as Diretrizes voltadas à construção de uma Lei Orgânica que regule o Sistema de Educação Superior no País, a saber:

- a) Educação é um bem público e direito básico e universal dos cidadãos, devendo ser entendida enquanto fator estratégico para a nação, para valorização de seu passado, fortalecimento de seu presente e criação de seu futuro;
- b) A Educação, como direito subjetivo, é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania, devendo ser acessível a todos, em todas as fases da vida,

constituindo-se em fator de justiça social, oferecendo **equidade de oportunidades** a todos os cidadãos, contribuindo para a redução de desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais;

c) A qualidade é indispensável para a garantia do papel social e político da Educação, a **Universidade**, em particular, deve constituir-se em elemento de referência. Deve, também, ser a expressão de uma **sociedade democrática e pluricultural** em que se cultiva a **liberdade**, a **solidariedade** e o **respeito às diferenças**.

d) A Universidade é, também, o ambiente em que, especialmente, se reinventa a solidariedade e a partilha de saberes, promovendo a inclusão social e produzindo conhecimentos dirigidos à construção de um futuro melhor para todos;

e) A missão central e estratégica do Sistema de Ensino Superior, tanto Público como Privado, no projeto de **desenvolvimento cultural, econômico e social** do país, é formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia, assim como cooperar no entendimento do ser humano e do meio em que vive, gerando e divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Deve, também, promover a profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Educação Superior e a sociedade;

f) A necessidade de reconhecer a **pluralidade** e a **diversidade regional** das **Instituições do Sistema Federal**, estabelecendo um novo marco regulatório de **autonomia** para as Universidades e de prerrogativas para Faculdades, Faculdades Integradas, Centros Universitários e Centros de Educação Tecnológica, em coerência com os **princípios gerais de eficiência e responsabilidade**, comprometendo a **participação das comunidades, interna e externa, na supervisão dos rumos das Instituições**;

g) O papel do Estado é supervisionar a Educação Superior. A qualidade acadêmica necessita ser conjugada com **relevância social e equidade**, implantando um Sistema Nacional de Avaliação, cujos resultados se articulem com a Regulação, recuperando a capacidade do Estado de estabelecer padrões mínimos de qualidade. Da mesma forma, combater desigualdades sociais e regionais, e acompanhar e supervisionar o Sistema Federal de Ensino Superior, entendido este processo tanto em colaboração com a imprescindível melhoria de qualidade do Ensino Básico como conectando-se com a Pós-Graduação;

h) O fortalecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades;

i) Gratuidade no ensino nas Instituições do Sistema Público Federal;

j) Vínculo com os demais níveis de educação, em especial com a formação de professores dos outros níveis de ensino (BRASIL, 2004, p.04, Grifo nosso).

Observando os grifos no referido texto, nota-se características da concepção de democracia do documento, sendo então elas: Liberdade, solidariedade e o respeito às diferenças, bem como autonomia, coerência com os princípios gerais de eficiência e responsabilidade, participação das comunidades interna e externa.

Percebe-se ser o discurso do documento similar a tantos outros documentos oficiais, nos quais termos tão caros aos movimentos sociais e progressistas, como democracia e autonomia, se mesclam a outros, como equidade e pluralidade, assim como ao objetivo de desenvolvimento econômico, assemelhando-se, nesse caso, a uma gama diversa de discursos, como os da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e de outras agências multilaterais.

A este documento, deram sequência outras discussões que estabeleceram diferentes ações. Dentre elas, se sugeria a criação de novas Universidades e outros *Campi* fora de sede

vinculados às Instituições Federais existentes. A ideia veiculada pelo grupo pode ser resumida na seguinte frase de efeito: “*Expandir até ficar do tamanho do Brasil*”.

Vale salientar que um processo de expansão e interiorização que objetivasse efetivamente a democratização do acesso e da permanência no Ensino Superior, pressuporia uma finalidade certa social efetiva e que teria que “*ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor.*” (SANTOS, 2005, p. 89), tais como de segmentos da população não inseridos nos campos político e acadêmicos institucionalizados.

Nesse sentido, SANTOS (2005) relata que tais tarefas são “*particularmente exigentes porque questionam a universidade no seu todo, não só quem a frequenta, como os conhecimentos que são transmitidos a quem frequenta*” (SANTOS, 2005, pág. 72).

Não podemos, no entanto, deixar de lembrar sobre a função da universidade, como TEIXEIRA (1998) reforça na seguinte passagem:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Dessa forma, ainda que a universidade, com o passar dos tempos, tenha sofrido modificações, defende que seus principais focos continuam a ser o ensino de qualidade, a formação de pessoas intelectualmente capazes de entender e modificar o mundo em que vivemos e possibilitar que o conhecimento seja colocado a favor da transformação da sociedade. De nossa parte compreendemos que não basta ter esses ideais nas diretrizes da educação, mas tê-los na prática acadêmica, de modo a cumprir seu papel fundamental para a educação do seu povo.

Neste sentido, DIAS SOBRINHO (2002) dá sua contribuição, lembrando-se da função da educação, e das distintas formas que ela pode vir a assumir:

Qual a função da educação? Preparar mão de obra, treinar profissionais, selecionar para postos de trabalho, servir o mercado, emancipar, formar cidadãos livres? [...] Umhas funções priorizam os processos e a formação humana. Outras valorizam principalmente as exigências pragmáticas da vida econômica, a formação profissional e os produtos. Umhas concedem primazia à emancipação, outras estão dotadas de uma racionalidade instrumental (DIAS SOBRINHO, 2002, p.45).

É, então, notória a importância de levantar questionamentos sobre as reformas da educação, pois delas surge a expansão do ensino superior federal. Como DIAS SOBRINHO (2006, p.168) explica, os alcances das reformas podem ser muito variados:

Há reformas de maior ou menos alcance: umas pretendem apenas melhorar os aspectos de um quadro de problemas, outras ambicionam mudanças radicais. Por diferentes que sejam, têm suas motivações e ultrapassam as dimensões internas das instituições educativas e tocam na problemática do sistema educacional e da sociedade. Por isso, uma reforma educativa acaba mexendo com interesses e valores não só da comunidade educativa, mas da população mais ampla (DIAS SOBRINHO, 2006, p.168).

Mudanças radicais, de fato transformadoras, se relacionam a uma determinada concepção de democracia, ou, à revolução, e não reforma ou “mudança dentro da ordem”.

As funções que a universidade desempenha e desempenhou no decorrer do tempo tem se modificado para se adaptar à realidade social, cultural e principalmente econômica. Muitas reformas aconteceram e deverão continuar acontecendo. No entanto, precisamos ter em mente a real função que a universidade venha a ter para um país como o Brasil, de dimensões continentais e ampla diversidade cultural e regional, ou ainda, as práticas universitárias necessárias para que sejam efetivamente enfrentadas as indesejadas desigualdades sociais.

Assim, não basta nos discursos oficiais, como no documento Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior (BRASIL, 2004), haver referências às necessidades e especificidades de uma nação heterogênea, é também imprescindível o debate contínuo sobre esses aspectos para não colocar em prática reformas que só seriam viáveis nos estados mais ricos da população ou nos grandes centros urbanos, que apresentam determinadas características e que abrangem uma quantidade pequena da população brasileira.

1.2. A educação superior pública federal nos governos FHC e Lula.

Nos últimos cem anos, o Brasil conseguiu avançar muito no seu sistema educacional, principalmente em Ensino Superior, desde a criação da primeira universidade no início do século até os dias de hoje.

Após a II Guerra Mundial, a corrida armamentista e *a posteriori*, a Guerra Fria, mudanças econômicas e políticas aconteceram em nível mundial, com forte impacto na vida das pessoas. No Brasil, em 1964 houve o golpe de Estado que resultou em uma ditadura militar, repressiva, negligenciando os princípios dos direitos humanos. Muitas pessoas que pensavam diferente do governo foram tidas como subversivas, e várias foram às torturas seguidas de morte.

Na década de 1960 ocorrem diversas discussões sobre o papel e função da universidade

que culminaram na reforma universitária de 1968, que aboliu o antigo sistema de cátedra, e ocorreu a abertura para a criação de programas de pós-graduação, pesquisa científica e para a contratação de professores em regime de dedicação exclusiva.

No entanto, a pesquisadora ROMANELLI (1986) explana que:

As reformas de ensino implantadas durante a ditadura, através das Leis nº 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária) e nº 5.692/71 (Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus) e decretos complementares, apesar de terem incorporado alguns dos pontos defendidos pelos estudantes, por exemplo, o regime departamental e o fim das cátedras, se distanciavam bastante das reivindicações dos mesmos, no período pré-golpe. Dentro da visão funcionalista tomada pelos técnicos da ditadura para a resolução da questão educacional, passaram a ser adotados os princípios empresariais para o projeto de “modernização” do ensino. Tais princípios buscavam aplicar a lógica das empresas privadas, fundamentada nos preceitos de produtividade e racionalização dos recursos, às instituições de ensino. Estas **reformas foram impostas de forma autoritária, sem a participação dos demais setores da sociedade, e procuraram adequar o sistema educacional brasileiro ao projeto de desenvolvimento econômico da ditadura** (ROMANELLI, 1986, p.223, grifos nossos).

A forma autoritária imposta foi necessária para colocar em prática essas reformas, que ocorreram de uma maneira em que a lógica empresarial fosse adotada para uma melhor “gestão”. A maximização de recursos e aumento de produtividade eram o foco. Mas para que isso fosse possível, a participação democrática foi cortada; para que esse projeto fosse colocado em prática sem resistências, com discussões e pensamentos diferentes dos envolvidos.

Já nos anos 1980, após a queda do regime militar, os fatores econômicos mundiais afetaram também o Brasil, como por exemplo, a expansão do capitalismo, e com ele as medidas neoliberais, então preliminarmente adotados na Inglaterra e EUA. Após a constituição de 1988 e a ascensão presidencial de Fernando Collor de Melo ao poder, muitas medidas foram tomadas no sentido de intensificar a abertura do mercado brasileiro para o capital externo, sob a ilusão ou discurso de um possível desenvolvimento humano e social da população brasileira. Algumas mudanças hoje são visíveis, temos carros melhores, indústrias de eletrônicos, farmacêuticas, entre outras. No entanto, muito pouco do discurso se materializou, no que tange às melhores condições sociais e objetivas de vida da população brasileira majoritária. O capital estrangeiro obtém lucro no mercado brasileiro, seja na venda para o mercado interno ou na exportação dos bens fabricados no Brasil, e depois o envia para suas matrizes, a maioria nos grandes centros Europeus e dos Estados Unidos (EUA). O alto lucro é possível, devido principalmente ao custo de fabricação ser menor do que o de outros países, isso é possível através da mão de obra barata, incentivos fiscais dados pelas diversas esferas do Estado e por falta de políticas de reinvestimento do lucro obtido no Brasil.

O Ministério da Fazenda foi ocupado por Zélia Cardoso de Mello, que colocou em prática o chamado Plano de Reconstrução Nacional, ou Plano Collor. Isso foi necessário para

resolver a grave crise da hiperinflação, visto que medidas econômicas relevantes eram necessárias. Os preços dos produtos foram congelados, assim como salário dos trabalhadores, já os depósitos bancários foram apreendidos por 18 meses. A inflação ficou estabilizada por um curto intervalo de tempo. Uma forte recessão e o agravamento da crise econômica fizeram com que o presidente Collor de Mello não fosse visto pela população com a mesma esperança de quando assumiu o governo. Após uma discussão com seu irmão, um esquema de corrupção veio à tona e uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para averiguar a denúncia. Através da investigação os parlamentares se convenceram do envolvimento com o empresário Paulo César Farias e indícios de corrupção.

Após uma votação, os parlamentares decidiram aprovar o *impeachment* do presidente Collor, que decidiu renunciar à Presidência da República no dia seguinte à votação. Nota-se que suspeitas de corrupção são fatos recorrentes até os dias de hoje, como o escândalo do mensalão⁴ os desvios da Previdência e envolvimento de parlamentares com contraventores, mas sem a mesma ação por parte da população, os chamados “caras pintadas”. O vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência, tendo como seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que em meio à turbulência econômica e política, criou o Plano Real, em 1994, com a missão de acabar com a inflação que assolava o Brasil. O plano Real tinha como algumas medidas: privatizações, restrições monetárias e equilíbrio fiscal, medidas essas advindas do neoliberalismo, movimento que surgiu na década de 1970 difundido no governo de Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA), e que se alastrou nas décadas posteriores a outros países.

O neoliberalismo, se verificado sua etimologia, quer dizer novo liberalismo. Esse novo liberalismo vem com um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas, que em primeiro lugar, defende a mínima participação do Estado na economia e o livre comércio, com a justificativa de garantir o crescimento econômico e um possível desenvolvimento social. Algumas medidas da política neoliberal são: a privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais, a mundialização do capital, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, o veto ao protecionismo econômico, a redução da carga tributária de alguns segmentos da economia, entre outros. O neoliberalismo se relaciona à ideologia liberal, que foi retomada, tendo uma nova base a economia política. Sua concepção de democracia é um tanto

⁴ Mensalão é o nome dado pela mídia a um caso de denúncia de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do presidente Lula e membros do Partido dos Trabalhadores, sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal. (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_Mensal%C3%A3o>, Acesso em 30/12/2013)

quanto restrita, porque promovem decisões tomadas por poucos e com algum interesse, partidário, ou, na maior parte das vezes econômico.

Com as medidas econômicas colocadas em prática por FHC, que possibilitaram a estabilização da inflação e o ajuste da economia ao capital mundializado, assim como popularidade junto a mídia, o mesmo foi candidato à presidência da República em 1994, sendo eleito com vantagem em primeiro turno com 54,3% dos votos. Então presidente, FHC, colocou em prática a segunda etapa do Plano Real, que foi a Reforma do Estado, através de seu ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira. Através da Reforma do Estado, os setores sociais que tiveram maior impacto foram a educação, a saúde e a segurança pública, setores que tiveram grande abertura para o setor privado, tendo um crescimento alto desde então, levando a máxima de “onde o Estado é falho, o setor privado se apropria”.

Nesta discussão, concordamos com OLIVEIRA (2000) quando ele explica a reforma promovida na década de 1990 na educação superior:

[...] caracterizou-se por uma reorganização das universidades que seguiu uma orientação política que se subordinava às regras do mercado mediante a competitividade por autofinanciamento, e por uma racionalidade técnica que levava a uma especialização das Instituições de Educação Superior (IES) em áreas de competência que visavam a potencializar os recursos para alcançar maior eficiência e competitividade. Essa nova lógica passou a exigir das Universidades Federais (UFs): a) definir a natureza/identidade e missão básica que possui no cenário acadêmico; b) definir as reais vocações e potencialidades específicas; c) contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Estado e da região em que se insere; d) expandir as vagas, sobretudo no período noturno, sem ampliar o quadro de docentes e técnico administrativos, objetivando aumentar a relação aluno/professor; e) otimizar a utilização das instalações físicas e dos equipamentos, bem como das habilidades docentes; f) diminuir as taxas de reprovação e evasão; g) reduzir os recursos destinados à residência estudantil, restaurantes, bolsas e subsídios; h) flexibilizar o ensino, os cursos, os currículos e os programas de estudo; i) melhorar a qualidade do ensino oferecido; j) adequar os cursos de formação e os serviços às demandas do mercado de trabalho; l) aperfeiçoar mecanismos de avaliação; m) qualificar a gestão, racionalizar o uso de recursos e estimular a produtividade; n) buscar alternativas de financiamento; o) flexibilizar a política de pessoal docente e técnico-administrativo; p) qualificar e titular docentes e servidores; q) integrar pós-graduação/graduação; r) consolidar a pesquisa e os programas de pós-graduação; s) ampliar a produção e capacidade científica instalada; t) desenvolver processos de inovação tecnológica de produção e difusão da ciência e da cultura; u) exercer ampla autonomia (OLIVEIRA, 2000, p. 75-76.).

Nesse panorama, originou-se um novo projeto pedagógico para a educação superior brasileira, consonante com as novas demandas do capital internacional e com as recomendações de organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em dezembro de 1996, foi promulgada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A Lei 9394 de 1996, descreve:

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

[...]

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas (BRASIL, 1996).

Após a aprovação da LDB, o governo federal, passou a ter como principal responsabilidade, fiscalizar e prover o ensino superior em nível nacional, tanto público quanto privado, sendo o último apenas fiscalizado. Mas durante o Governo de FHC, e principalmente após a aprovação da LDB, o que aconteceu foi uma diminuição da presença do Estado, principalmente com políticas voltadas à educação superior.

Alguns dados são importantes para demonstrar o que ocorreu durante os governos FHC e Lula até os dias de hoje, e quais medidas foram tomadas por cada um deles. Focaremos nos dados relativos à expansão do ensino superior e interiorização nas últimas duas décadas (1990 e 2000).

Utilizaremos como fonte de dados, os resumos técnicos dos Censos da Educação Superior, disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável por confeccionar o censo e torná-lo público.

Para termos uma visão geral do ensino superior no Brasil, discutiremos os dados apresentados na Tabela 3:

Tabela 3: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2002.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1991	893	222	24,9	671	75,1
1992	893	227	25,4	666	74,6
1993	873	221	25,3	652	74,7
1994	851	218	25,6	633	74,4
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1

Fonte: BRASIL/MEC/INEP (2002)

Do período de 1991 a 1996, ano da aprovação da LDB, a quantidade de instituições públicas, diminuiu cerca de 5%. No mesmo período, houve um aumento de 6% nas instituições privadas, o que demonstra, mesmo que sutilmente, os impactos das políticas de estado mínimo

e a reforma do Estado. Vale salientar que os números começam a mostrar variações principalmente no governo FHC.

Sobre a privatização acelerada no período FHC, CUNHA (2003) relata:

O número de instituições privadas aumentou consideravelmente, em especial na categoria universidades e na dos centros universitários, o que resultou na ampliação do alunado abrangido pelo setor. Tal crescimento se fez com a complacência governamental, diante da qualidade insuficiente do ensino ministrado nas instituições privadas e, até mesmo, com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro (CUNHA, 2003, pág. 229).

Após a aprovação da LDB, observando apenas o período de 1997 a 2002, continuou o decréscimo de instituições públicas, tendo variação de quase 8%, e as instituições privadas cresceram significativos 109% no mesmo período.

Se observadas as variações em números totais de instituições, as públicas perderam mais da metade do espaço educacional de ensino superior, as instituições privadas ocuparam o espaço, principalmente pela não ação de políticas educacionais, que incentivaram uma maior participação da educação privada, em prejuízo do desenvolvimento das instituições públicas.

Em resumo sobre Ensino Superior no Brasil no governo FHC, CUNHA (2004) sintetiza:

Se, de um lado, as IES federais padeceram de recursos para continuarem a operar nos termos que antes faziam, e, de outro, as IES privadas recebiam benefícios, como o financiamento das mensalidades cobradas aos estudantes e linha de crédito exclusiva para investimento, a juros subsidiados, como deixar de pensar que o sucateamento do setor público do ensino superior correspondia a um intento deliberado? Sem outra referência empírica, esse foi o pensamento dominante naquelas instituições durante o octênio FHC (CUNHA, 2004, pág. 229).

Após a saída de FHC do governo, o então presidente Lula deu início a uma nova agenda de políticas educacionais, que em seu discurso de campanha, pressupõe serem coerentes com um país como o Brasil, que tem alta concentração de renda e desigualdade social. Analisaremos a Tabela 4, com os dados comparativos:

Tabela 4: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

Ano	Total	Pública								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2001	1.391	183	13,2	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	106	4,6	82	3,6	61	2,7	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

Fonte: BRASIL/MEC/INEP (2012)

Realizando a mesma análise para o governo Lula, no período de 2003 a 2010, houve um crescimento de 35% em instituições públicas, contra um crescimento de 27% das instituições privadas, e a variação em números totais foi positiva para instituições públicas com aumento pequeno de 0,6%. Para recuperar o espaço perdido para as instituições privadas, o governo precisaria investir muito mais que os 4% do PIB, uma medida para melhorar essa desigualdade seria a aprovação da reivindicação de setores da sociedade para ampliar o investimento até 10% do PIB.

Outro dado relevante para a discussão é a quantidade de matrículas no período de 1995 a 2002, e 2003 a 2010, como podemos verificar nas Tabelas 5 e 6:

Tabela 5: Matrículas Governo FHC (1995 a 2002)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa ¹			Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais							Variação %	
			1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001		2002
			TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL		
Brasil			1.759.703	1.868.529	1.945.615	2.125.958	2.369.945	2.694.245	3.030.754	3.479.913	97,755701
	Pública		700.540	735.427	759.182	804.729	832.022	887.026	939.225	1.051.655	50,120621
		Federal	367.531	388.987	395.833	408.640	442.562	482.750	502.960	531.634	44,650111
		Privada	1.059.163	1.133.102	1.186.433	1.321.229	1.537.923	1.807.219	2.091.529	2.428.258	129,26197

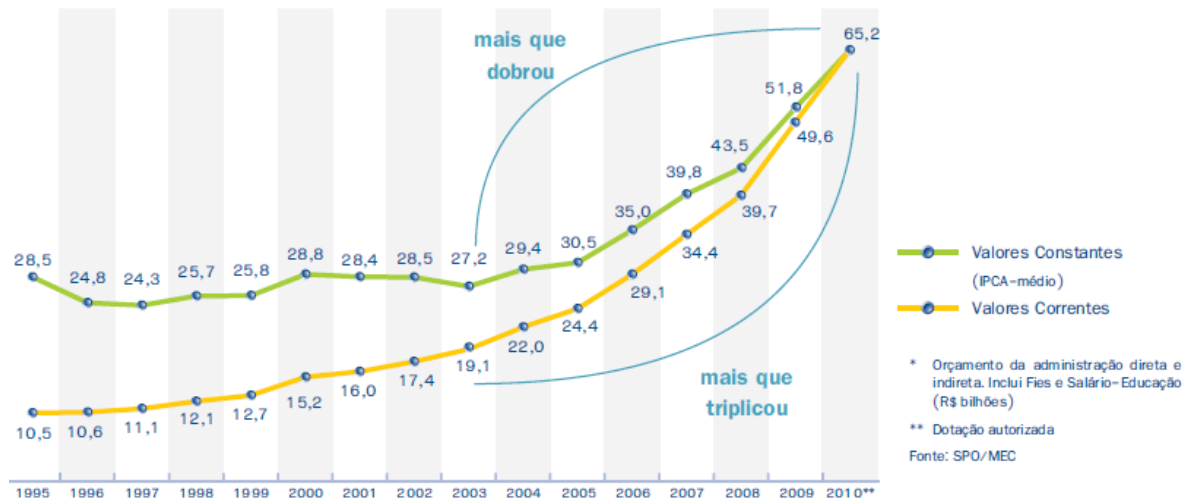
Fonte: BRASIL/MEC/INEP (1995-2002) (Grifo nosso)

Tabela 6: Matrículas Governo Lula (2003 a 2010)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa ¹			Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais							Variação %	
			2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		2010
			TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL		
Brasil			3.887.022	4.163.733	4.453.156	4.676.646	4.880.381	5.080.056	5.115.896	5.449.120	40,187527
	Pública		1.136.370	1.178.328	1.192.189	1.209.304	1.240.968	1.273.965	1.351.168	1.461.696	28,628528
		Federal	567.101	574.584	579.587	589.821	615.542	643.101	752.847	833.934	47,052112
		Privada	2.750.652	2.985.405	3.260.967	3.467.342	3.639.413	3.806.091	3.764.728	3.987.424	44,962867

Fonte: BRASIL/MEC/INEP (2003-2010) (Grifo nosso)

Um dos fatores que contribuíram para ocorrer a expansão exposta, foi o aumento no orçamento do Ministério da Educação (MEC), que teve um incremento significativo de 1995 até 2010, como mostra o Gráfico 1:

Gráfico 1: Orçamento Ministério da Educação (em Bilhões de reais)

Fonte: BRASIL/MEC/INEP (2010)

Várias discussões sobre políticas públicas voltadas para a expansão da educação superior pública ocorreram no governo Lula, e no ano de 2003 surgiu uma proposta de expansão, chamada de Programa Expandir ou Plano de Expansão Fase I, com um orçamento de R\$ 1,6 bilhões de reais, sendo distribuído no período de 2004 a 2008. O plano consistia em criar 14 novas universidades e 64 novos *campi*, visando então não apenas a expansão da rede federal, mas também sua interiorização.

Em 24 de abril de 2007, foi lançado outro plano, também de expansão do ensino superior federal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do DECRETO N° 6.096:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

[...]

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

No lançamento do plano, foi designado um orçamento de R\$ 415 milhões de reais, e até

o final de 2012 seria investido um total de R\$ 3,5 bilhões de reais⁵, visando a implantação das melhorias proclamadas no decreto de criação do plano e relatórios posteriores.

A política para educação superior do governo Lula apresentou-se, como CARVALHO (2006) salienta:

[...] bastante contraditória, tanto no discurso como na *práxis*. No discurso presidencial, por um lado, afirma a educação superior como um bem público imbuído de função social, mas, ao mesmo tempo, justifica, constantemente, seu gasto por trazer um retorno econômico futuro à sociedade, nos moldes da lógica do investimento em capital humano, enfatizada nos documentos do BIRD. Na prática, por um lado, estreitou as relações público/privado e optou pela solvência das IES privadas através do PROUNI, bem como manteve e até mesmo aprofundou os parâmetros avaliativos e a função regulatória do Estado através do SINAES, mas, por outro, reverteu, em parte, o processo de sucateamento do segmento federal e de desvalorização do serviço público em geral, inclusive, com a reposição salarial e dos quadros funcionais (CARVALHO, 2006, p. 11).

Apesar do caráter gerencialista assumido na gestão dos programas se configurou uma “nova” perspectiva referente à expansão da educação superior federal pública, em repulsão ao governo FHC. DANTAS E SOUSA JÚNIOR (2009) ponderam que:

[...] o primeiro governo Lula encetou uma lenta transição para um novo modelo, partindo da flexibilização do padrão adotado no governo anterior e incorporando grande parte de sua agenda, especialmente, a questão do gerencialismo. As mudanças ocorridas no governo a partir do final de 2005 promoveram uma alteração gradual na condução da política do governo, reorientando-o no sentido de uma maior intervenção do Estado, seja na economia, seja no âmbito das políticas sociais, repondo a agenda de intervenção do Estado e do planejamento como instrumento de indução do desenvolvimento (DANTAS; SOUSA JÚNIOR, 2009, p. 14).

Assim concordamos com FERREIRA (2012):

Portanto, a reforma da educação superior efetivada no governo Lula optou pela continuidade de várias diretrizes adotadas pelo governo FHC, ao priorizar como papel fundamental das universidades a perspectiva do seu retorno econômico para a sociedade brasileira; ao incentivar a diferenciação e a competição das universidades federais por recursos e na gestão estratégica; ao apoiar parcerias público-privadas, inovação tecnológica e venda de serviços; ao conferir centralidade aos sistemas de avaliação e regulação. Vale dizer que as proposições do Reuni em relação ao aumento de vagas no noturno, à redução da evasão, à ocupação de vagas ociosas, à reestruturação acadêmica foram medidas já preconizadas no governo de FHC (1995-2002) e recomendadas pelo Banco Mundial (1995) que passam pela ótica da racionalização da gestão e da otimização dos custos, que continuaram a ser mantidas no governo Lula. A perspectiva do enfoque na racionalização e na eficiência embasaram os indicadores de desempenho e de performance exigidos pelo Reuni para serem atingidos pelas universidades federais, apesar do significativo financiamento para a expansão da rede de educação superior federal do governo Lula em relação ao governo FHC (FERREIRA, 2012, pág. 465).

Deste modo, percebe-se que as mudanças ocorridas em função da gestão de Lula foram um tanto tímidas, havendo continuidade em torno dos eixos racionalidade, eficiência e desenvolvimento econômico, com foco nas parcerias público-privadas e no incentivo à

⁵ Dados obtidos junto ao sítio do MEC. (Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2030&Itemid=>, Acesso em 03/07/2013).

diferenciação entre universidades. Salienta-se, por outro lado, a inexistência da referência ao ideal de democratização nos poucos documentos do Programa Expandir e do Decreto 6096/07 do REUNI.

1.3. Interiorização das IFES

O Plano de Expansão Fase I, tinha como característica principal a expansão interiorizada, e a sua proposta de criação de novas universidades e de *campi* vinculados a matrizes mantenedoras e administradoras. Foram criadas nesta expansão as seguintes IFES:

- Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA)
- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
- Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
- Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
- Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
- Universidade Federal do Tocantins (UFT)
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
- Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
- Universidade Federal do ABC (UFABC)
- Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)*

*Sede e dois *campus*.

No caso dos *campi*, foram contempladas as seguintes IFES:

- Universidade Federal do Acre (UFAC) - *Campus* Cruzeiro do Sul
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - *Campus* Arapiraca
- Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – *Campus* Benjamim Constant, Centro/Antropologia, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins
- Universidade Federal da Bahia (UFBA) – *Campus* Barreiras e Vitória da Conquista
- Universidade Federal do Ceará (UFC) – *Campus* Cariri/Medicina, Quixadá e Sobral /Medicina
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – *Campus* Cuité e Pombal
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – *Campus* Alegre e São Mateus
- Universidade Federal Fluminense (UFF) – *Campus* Nova Friburgo, Rio das Ostras e Volta Redonda
- Universidade Federal de Goiás (UFG) – *Campus* Catalão e Jataí
- Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – *Campus* Imperatriz
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – *Campus* Chapadão do Sul e Nova Andradina
- Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) – *Campus* Médio Araguaia, Rondonópolis e Sinop
- Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – *Campus* João Monlevade e Medicina
- Universidade Federal do Pará (UFPA) – *Campus* Bragança, Castanhal, Marabá e

Santarém

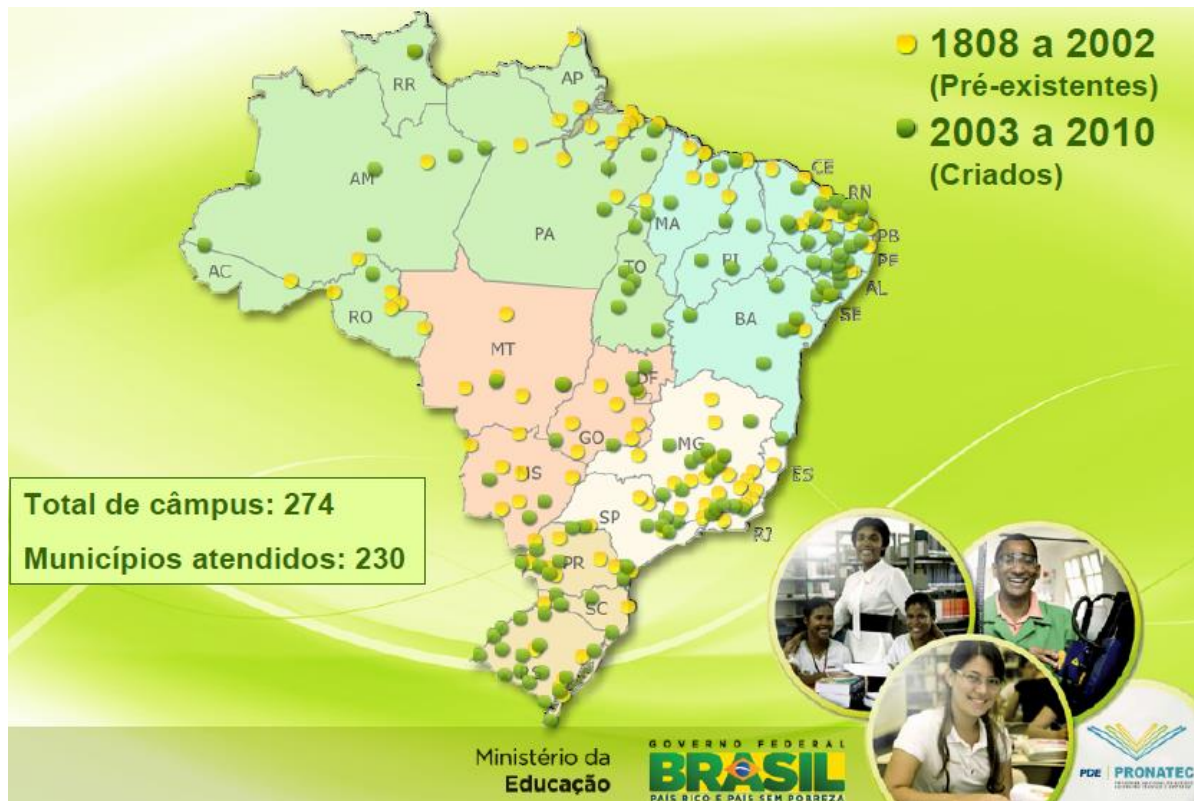
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – *Campus* Litoral Norte
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – *Campus* Agreste e Vitória do St. Antão
- Universidade Federal do Piauí (UFPI) – *Campus* Bom Jesus, Parnaíba e Picos
- Universidade Federal do Paraná (UFPR) – *Campus* Litoral
- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – *Campus* Garanhuns e Serra Talhada
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – *Campus* Nova Iguaçu e Três Rios
- Universidade Federal de Sergipe (UFS) – *Campus* Itabaiana
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – *Campus* Sorocaba
- Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) – *Campus* Divinópolis, Paraopeba e Sete Lagoas
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – *Campus* Frederico, Palmeira
- Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – *Campus* Pontal
- Universidade Federal de Viçosa (UFV) – *Campus* Rio Paranaíba
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – *Campus* Teófilo Otoni
- Universidade de Brasília (UNB) – *Campus* Ceilândia, Gama e Planaltina
- Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – *Campus* Baixada, Diadema, Guarulhos, Osasco e São José dos Campos
- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – *Campus* Varginha

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) foi contemplada com o *Campus* Pontal, e o instalou na cidade de Ituiutaba-MG, a 135Km da matriz em Uberlândia. Uma característica diferenciada neste plano foi que nesse *campus* existe unidade acadêmica fora da sede. No caso do *Campus* Pontal, a unidade é chamada de Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), tendo então técnicos administrativos de setor meio (Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Recursos Humanos, entre outros) e cargos como de Diretor de unidade.

Após a adesão a REUNI, no ano de 2007, teve outra característica que foi a expansão dentro da matriz e também a interiorização, na UFU foram criados dois *campi*, o de Monte Carmelo e o de Patos de Minas, mantidos e administrados pela matriz. No entanto, não têm unidade fora da sede, ou seja, os cursos são vinculados a institutos, faculdades ou departamentos da matriz. Da mesma forma, os professores são dos institutos e têm lotação no *campus* que ministram aula, não existem técnicos administrativos de setor meio, e geralmente quando alunos e professores precisam resolver alguma questão administrativa, ou se deslocam até a matriz, ou são feitos agendamentos em algum dia da semana para resolver as pendências.

Na Figura 1 poderemos ter uma noção da expansão e da interiorização que ocorreu nas Instituições de Educação Superior Federal.

Figura 1: Instituições de Educação Superior Federal (1808 a 2010)



Fonte: BRASIL/MEC/INEP (2012)

A Figura 1 mostra um aumento significativo de IFES por todo o Brasil após 2003, a quantidade deve estar sempre atrelada a uma qualidade, sendo assim, concordamos então com CUNHA (2002), quando o mesmo adverte sobre a relação quantidade x qualidade:

Uma condição para que a qualidade possa ser recuperada é o abandono das comparações quantitativas com outros países, especialmente os hispano-americanos, que tem sido evocada para justificar planos de educação e programas de governo. De que adianta dizer que 20% dos jovens de 18 a 24 anos da Bolívia estão no ensino superior? Quem deseja tomar esse país como parâmetro para o desenvolvimento brasileiro? Ou qualquer outro país da região? Tola emulação! Ao invés da expansão quantitativa, para cuidar, depois, da qualidade, o que precisamos é providenciar a multiplicação da qualidade, a custos cada vez mais baixos e para cada vez mais gente (CUNHA, 2002, pág. 236).

A expansão da rede federal de educação superior aconteceu de forma nunca antes vista, se os números se confirmarem, em 12 anos o Brasil terá mais que duplicado o número de instituições. Entretanto, o que não se pode deixar de alertar é quanto à qualidade da educação, visto que, apenas expandir e levar instituições até os longínquos lugares do Brasil não é, por si, garantia de ótima educação, como podemos verificar pela discrepância entre os planos de expansão apresentados pelo governo, suas metas e os resultados obtidos até o momento.

1.4. A universidade e seus processos de decisão

A universidade pública federal brasileira na última década teve muitas mudanças, primeiramente, através de investimentos que não foram realizados por algum tempo. Mas com as verbas, também surge cada vez mais a cobrança por resultado.

As mudanças de autonomia foram se modificando sob a máscara das avaliações externas e internas, que seguem uma lógica produtiva, e não a lógica da qualidade. Isso é entendido perfeitamente quando observamos os critérios da pós-graduação que seguem os ritos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), na qual o melhor pesquisador é o que tem mais publicações em seu currículo. Assim como no caso da CAPES, o governo quer números, geralmente sob influência de diretrizes e órgãos aparentemente alheios aos interesses do governo, órgãos internacionais, como Banco Mundial e FMI, que através de acordos “ditam as regras” de como e quando devem ser feitos os investimentos em educação no país. No caso das universidades, o que interessa hoje, é a quantidade de alunos, de ingressantes, porque cada aluno corresponde a “X” de verba para universidade, que assim como na lógica produtiva, precisa de cada vez mais “cabeças”, independente se essas “cabeças” terão boa formação ou não. No caso da universidade pública, ainda se tenta, em tese, ou, de certa forma, fornecer educação de qualidade. Mas, com o aumento de quantidade de alunos por professor, através de programas como o REUNI, essa perspectiva pode mudar em questão de anos.

O que temos hoje, segundo CHAUI (2003), é denominado como universidade operacional, que ela descreve sendo como:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD-ROM. (CHAUI, M., 2003, p.7).

O que observamos na universidade de hoje, seria o mais profundo enraizamento da ideologia neoliberal. E exige-se cada vez mais dos trabalhadores, docentes e técnicos, seja aumento de atividades, seja trabalho intelectual; e não tão distante os discentes, através das cobranças por resultados, em provas como o ENADE e também pressão por publicações.

As mudanças que foram ocorrendo durante as últimas décadas, transformaram profundamente os pilares da universidade. Antes o conhecimento universitário era organizado e gerado pelos seus pares, sendo os mesmos sem hora e cobrança tão normatizados para que ocorresse; sendo assim, como a ciência é realizada durante a história, no entanto, com a ideologia neoliberal ingressando na universidade, o que temos é o que podemos chamar de conhecimento forçado, porque ele precisa acontecer em tempo certo, sob avaliação externa e não necessariamente pelos seus pares. Isso quer dizer que muito do conhecimento hoje é produzido como em escala industrial, e isso se pode observar quando um docente, com pouco tempo de carreira, tem 10 vezes mais artigos do que seu orientador tinha com a mesma idade; isso porque hoje, o que vale, é a quantidade de conhecimento que pode ser produzido, independente da qualidade desse conhecimento. O docente não tem mais tempo para preparar uma boa aula, porque aquilo não gera pontos na progressão de carreira e no seu currículo Lattes, que ele tenta inflar cada vez mais para conseguir uma bolsa produtividade para melhorar seu rendimento mensal, porque seu salário foi diluído durante os anos.

Assim como os docentes parecem seguir uma lógica para conseguir aumentar seus rendimentos, a universidade também o faz, quando tem que aderir a projetos de expansão, mesmo não tendo condições estruturais de pessoal para que essa expansão aconteça. Isso ocorre porque programas de expansão, como o Programa Expandir e REUNI, surgem como luzes no fim do túnel para conseguir verbas para que possam tentar melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas na universidade.

Ao final de anos de ditadura militar no Brasil, em 1988 temos um marco importante, a Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu preâmbulo afirma instituir:

[...] um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacificadas controvérsias [...]. (BRASIL, 1988, pág. 9)

Nesse sentido, todas as mudanças ocorridas em esfera pública, após o fim da ditadura, precisam passar por órgãos decisórios para que, democraticamente, as decisões sejam tomadas. Na universidade não é diferente, pois conta com órgãos de decisão na sua base, como aqueles que decidem sobre questões pontuais, como problemas em cursos, no caso de Conselhos de unidades acadêmicas, e decisões em esferas superiores, como no caso de aprovação ou não de um projeto de expansão da universidade. Vale, no entanto, se questionar sobre até que ponto as decisões sejam efetivamente democráticas.

Quando falamos em democratização, temos que considerar que é um termo carregado de múltiplos significados, sendo que a ideia que mais compactua com nosso pensamento é a descrita por BOBBIO (1987):

Percebe-se que uma coisa é a democratização do Estado (ocorrida com a instituição dos parlamentos), outra coisa é a democratização da sociedade, donde se conclui que pode muito bem existir um Estado Democrático numa sociedade em que a maior parte das suas instituições — da família à escola, da empresa à gestão dos serviços públicos — não são governadas democraticamente (BOBBIO, 1987, p. 55).

Isso significa que mesmo o Estado expandindo o acesso, a democracia, e possível democratização da sociedade, como no caso estudado, de uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal, não quer dizer que essa seja “governada democraticamente”, ou seja, as decisões tomadas e colocadas em prática não são necessariamente democráticas.

O termo democracia é impreciso, porque é muito amplo, mas na literatura estudada, a proposição de uma definição se aproxima de como o autor CUNHA (1991) explana, utilizando citações de BOBBIO (1987):

Uma definição mínima de democracia reconhece, como tal o regime onde exista um “conjunto de regras de procedimento para formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 1987, pág. 12). Como a participação direta é praticamente impossível nas sociedades complexas, os partidos políticos surgiram, historicamente, como “os únicos sujeitos autorizados a funcionar como elos entre os indivíduos e o governo” (Idem, ibidem) (CUNHA, 1991, p.20).

Ao contrário dos governos em que os elos são os partidos, na universidade os elos são os docentes, discentes e técnicos, eleitos para ocupar cadeiras nos órgãos colegiados, Conselhos de unidade acadêmica e Conselhos superiores.

Tendo em vista os diferentes tipos de democracia, consideramos a classificação de BOBBIO (1999) em seu Dicionário de Políticas, que divide as formas de governo em três teorias:

- a) **a teoria clássica**, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos;
- b) **a teoria medieval**, de origem "romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior;
- c) **a teoria moderna**, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república (BOBBIO, 1999, p.319-320).

Ateremos à teoria moderna, porque além de ser mais contemporânea, está mais presente em nosso cotidiano, principalmente pelo debate entre dois tipos de democracia presentes na

nossa sociedade, a representativa (praticamente todos os países) e a direta (pequenas vilas, povoados e algumas cidades europeias).

Podemos definir democracia representativa e direta tomando como explicação de BOBBIO (1987) em seu livro “O futuro da democracia”:

A expressão "democracia representativa" significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade. (...). Certamente mais próximo da democracia direta é o instituto do representante substituível contraposto ao do representante desvinculado de mandato imperativo. (...). Por democracia direta se entende literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes, a proposta é insensata. Que todos decidam sobre tudo em sociedades sempre mais complexas como são as modernas sociedades industriais é algo materialmente impossível (BOBBIO, 1987, p. 41-51).

Neste mesmo livro BOBBIO (1987) expressa o debate sobre os dois tipos de democracia e comenta:

A exigência, tão frequente nos últimos anos, de maior democracia exprime-se como exigência de que a democracia representativa seja ladeada ou mesmo substituída pela democracia direta. Tal exigência não é nova: já a havia feito, como se sabe, o pai da democracia moderna, Jean-Jacques Rousseau, quando afirmou que "a soberania não pode ser representada" e, portanto, "o povo inglês acredita ser livre mas se engana redondamente; só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez eleitos estes, ele volta a ser escravo, não é mais nada (BOBBIO, 1987, p. 41).

Assim como o povo inglês, o povo brasileiro, ao eleger seus governantes, sofre do mesmo mal, sendo que não se sente livre, porque muito acreditam ser um esforço muito grande ir às urnas para eleger seus representantes.

Para entender a democracia representativa, precisamos primeiro entender os tipos de representação possíveis. São divididos em dois tipos de representante e representação, sendo elas: Representante como delegado ou fiduciário e a da representação dos interesses particulares ou gerais. Também em seu livro, BOBBIO (1987) explica a diferença entre os tipos de representante e representação:

Uma vez acertado que **A** deve representar **B**, damos à pergunta: "Como o representa?" e "Que coisa representa?" São conhecidas as respostas mais comuns a estas duas perguntas. À primeira: **A** pode representar **B** ou como delegado ou como fiduciário. Se é delegado, **A** é pura e simplesmente um porta-voz, um núncio, um legado, um embaixador, de seus representados, e portanto o seu mandato é extremamente limitado e revogável *ad nutum*. Se ao invés disto é um fiduciário, **A** tem o poder de agir com uma certa liberdade em nome e por conta dos representados, na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses. Neste segundo caso diz-se que **A** representa **B** sem vínculo de mandato; na linguagem constitucional hoje consolidada diz-se que entre **A** e **B** não existe um mandato imperativo. Também à segunda pergunta (sobre "que coisa") podem ser dadas duas respostas: **A** pode representar **B** no que se refere aos seus interesses gerais de cidadão ou no que se refere aos seus interesses particulares, por exemplo, de operário, de comerciante, de profissional liberal, etc. (BOBBIO, 1987, p.47).

No caso específico analisado neste trabalho, podemos entender que os representantes dos processos decisórios são do tipo fiduciário, porque “*tem o poder de agir com uma certa*

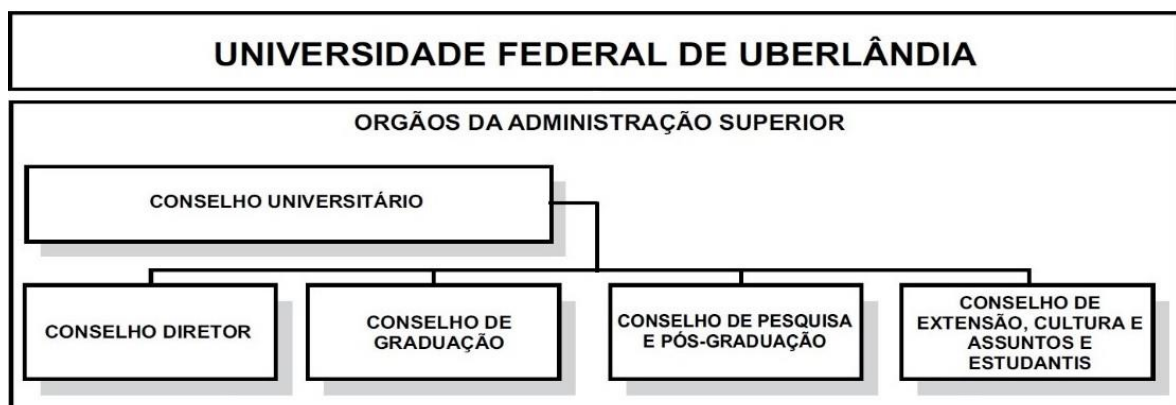
liberdade em nome e por conta dos representados, na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses.” e tem representação dos interesses particulares, por que *“pertence à mesma categoria profissional dos representados, com o que apenas o operário pode representar eficazmente os operários, o médico os médicos, o professor os professores, o estudante os estudantes, etc.”* (BOBBIO, 1987, p.47).

As universidades têm em seus Conselhos as tomadas de decisão pelos seus conselheiros, que foram votados pelos seus pares para representá-los junto a essas instâncias, tendo como pressuposto que as decisões ali tomadas são de interesse da comunidade acadêmica, temos como foco uma democracia representativa nesses órgãos de decisão. Todavia, ressaltamos que as composições desses Conselhos não são paritárias.

As decisões tomadas nesses órgãos norteiam praticamente todas as ações da universidade, ou pelo menos deveriam, visto que são discutidas entre os representantes da comunidade acadêmica. No entanto, a falta de proporcionalidade de voto pode comprometer uma parcela significativa das decisões. Atualmente na UFU, pelo seu regimento, é utilizada a proporção de composição dos órgãos decisórios utilizando pela regra de 70% de cadeiras com voz e voto para docentes, 15% para discentes e 15% para técnicos, regra essa que remete aos anos de quando criada a universidade, no período de ditadura militar.

Na universidade analisada, a mesma é dotada dos seguintes Conselhos superiores, ilustrados na Figura 2:

Figura 2: Conselhos Superiores - UFU



O Conselho Universitário (CONSUN) é o órgão máximo da universidade. Os demais Conselhos ilustrados - Conselho Diretor (CONDIR), Conselho de Graduação (CONGRAD), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CONPEP) e Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX) - tem a mesma posição hierárquica.

Para exemplificar para um melhor entendimento, a partir do Regimento Interno da

UFU⁶, temos o CONSUN com as seguintes atribuições e composição:

Art. 13. O Conselho Universitário - **CONSUN** é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da UFU e tem por competência:

- I. supervisionar a execução dessas funções em consonância com o disposto no Estatuto e neste Regimento Geral;
- II. promover a elaboração do Regimento Geral da UFU e aprová-lo;
- III. aprovar alterações do Estatuto e do Regimento Geral;
- IV. aprovar o plano de cada gestão que deverá ser apresentado pelo Reitor nos primeiros noventa dias do seu mandato;
- V. aprovar a criação, modificação, extinção e estrutura interna dos Órgãos Administrativos;
- VI. estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas da UFU;
- VII. estabelecer as condições gerais de criação e funcionamento das Unidades Acadêmicas;
- VIII. aprovar a criação, modificação, extinção, estrutura interna e regimento interno das Unidades Acadêmicas, dos Órgãos Suplementares e das Unidades Especiais de Ensino;
- IX. aprovar propostas de criação ou extinção de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como de alteração do número total de vagas da UFU nos seus cursos;
- X. estabelecer as políticas institucionais de recursos humanos;
- XI. aprovar a proposta orçamentária da UFU;
- XII. aprovar, por pelo menos dois terços da totalidade de seus membros, a outorga de distinções universitárias;
- XIII. autorizar, observadas as disposições legais pertinentes, a alienação e oneração de bens patrimoniais imóveis, bem como a aceitação de legados e doações feitos à UFU;
- XIV. promover, na forma da lei, o processo de escolha do Reitor e do Vice-Reitor;
- XV. promover, na forma da lei, o processo de escolha dos Diretores das Unidades Acadêmicas;
- XVI. atuar como instância máxima de recurso, bem como avocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse da UFU;
- XVII. aprovar o relatório anual de atividades da UFU, encaminhado pelo Reitor;
- XVIII. aprovar o sistema de avaliação institucional; e
- XIX. elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 14. O **CONSUN** terá a seguinte composição:

- I. Reitor, como Presidente;
- II. Vice-Reitor;
- III. representantes das Unidades Acadêmicas com mais de trinta docentes, em número igual aos de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos pela Unidade, sendo um dos representantes necessariamente o seu Diretor e os demais, quando houver, Coordenadores de graduação ou de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- IV. Diretores das Unidades Acadêmicas com até trinta docentes;
- V. representantes técnico-administrativos, eleitos por seus pares;
- VI. representantes discentes, eleitos por seus pares, em número igual ao da representação dos técnico-administrativos; e
- VII. três representantes do Conselho de Integração Universidade-Sociedade, eleitos por seus pares, sendo um representante patronal, um representante de trabalhadores, um representante dos demais membros da comunidade externa. (BRASIL/UFU, 2012, p. 4-5)

Segundo o sitio Conselhos UFU⁷, como exemplo da quantidade de membros do

⁶ Disponível em <http://www0.ufu.br/documentos/legislacao/Regimento_Geral_da_UFU.pdf>, acesso em 03/12/2013.

⁷ Disponível em :<www.Conselhos.ufu.br>. Acesso em 03/12/2013.

CONSUN na 5ª Reunião Ordinária, contava com um “*TOTAL DE VOTANTES: 132, sendo 1 Reitor, 1 Vice-Reitor, 30 Diretores de Unidades Acadêmicas, 46 Coordenadores de Cursos de Graduação, 19 Coordenadores de Programas de Pós-graduação, 17 representantes discentes, 17 representantes técnico-administrativos.*”, apesar do erro de total de votantes ser 131 e não 132, temos que o corpo docente da Universidade corresponde à 74,04% de votos no Conselho Superior.

Retornando ao documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior* (BRASIL, 2004) nota-se a preocupação com organização da gestão das IFES, explanando a posição do governo:

Garantida a predominância docente nos órgãos colegiados, o processo de consultas à comunidade universitária, por ocasião da eleição direta para Reitor nas IFES, deve ser definido, autonomamente em cada Universidade, permitindo explorar diferentes modelos de eleição e participação discente e de técnico-administrativos. (BRASIL, 2004, p.16, grifos nossos)

Tendo como base todo esse contexto, ficam indagações que tentaremos aprofundar nas discussões deste trabalho: Como podemos nortear com princípios que abrangem uma parcela significativa da comunidade externa e interna da universidade e, no entanto, afirmar que se deve ter uma predominância (desequilibrada) docente nos órgãos decisórios? Como as discussões e votações acerca dos assuntos discutidos nos órgãos de decisão possibilitariam processos democráticos? De que tipo de democracia estaríamos falando?

Sabendo de todas essas informações, tentaremos, no presente texto, em momentos oportunos, enriquecer a discussão e analisar de que forma estão ocorrendo as decisões, com base em indagações aos pesquisados sobre o caráter supostamente democrático dos órgãos de decisão.

2. A FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL (FACIP): IMPLANTAÇÃO E GESTÃO

Neste capítulo serão apresentados dados referentes à criação da Universidade Federal de Uberlândia, bem como de sua trajetória até sua primeira expansão para fora da cidade de Uberlândia-MG. Após essa apresentação será exposto um panorama da cidade escolhida para essa primeira unidade acadêmica fora de sede e os primeiros olhares sobre sua implantação na cidade de Ituiutaba-MG.

2.1. A Universidade Federal de Uberlândia – Aspectos históricos e a expansão

No Brasil até a década de 1950 o ensino superior ficou cerceado nos grandes centros econômicos, como nas capitais dos estados, e eram tidos como símbolos de progresso e cultura. Após a posse do presidente Juscelino Kubitschek em 1956, ele colocou em prática sua visão de interiorizar o Brasil. Ele tomou uma decisão muito importante na história do país que foi a criação do Distrito Federal e a mudança da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília. Com a interiorização e ocupação do interior do Brasil, cidades que já tinham uma elite regional forte, como no caso de Uberaba e Uberlândia no Triângulo Mineiro, ansiavam pelo desenvolvimento e progresso que emergiam cada vez nos discursos do meio político e econômico do país. Assim como em várias cidades do país, Uberlândia também gostaria de implantar cursos superiores, mas em um primeiro momento não foi possível que esses cursos fossem federais. Sendo assim, foram criadas inicialmente faculdade isoladas, como o caso do:

- **Conservatório Musical** em 1957, que posteriormente se transformou na **Faculdade de Artes**.
- **Faculdade de Direito** em 1959, mediante a luta de Homero Santos, Jacy de Assis e Ciro de Castro Almeida.
- **Faculdade de Filosofia** em 1960, criada pela Igreja Católica e que foi autorizada a funcionar junto à Faculdade de Direito; inicialmente foram criados os cursos de Pedagogia e Letras (anglo-germânicas e neolatinas), e após 1964, foram criados os cursos de História, Geografia, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Biológicas, Química e Psicologia.
- **Faculdade de Ciências Econômicas** em 1963 tendo à frente Prof. Juarez Altafin e o grupo que criou a Faculdade de Direito. Foram criados os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia.
- **Faculdade Federal de Engenharia** foi criada em 1961, por meio da Lei n.º 3.864 de 24 de janeiro. No entanto, o início das atividades se deu em 1965, porque houve uma série de questão legais que demoraram, como a previsão no orçamento e doação de terreno pela comunidade de Uberlândia, sendo os cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Química criados sob a concepção de formar profissionais para as indústrias.
- **Escola de Medicina**, criada em 1966 e autorizada a funcionar em 1968.
- **Faculdade de Odontologia** foi criada em 1967 e autorizada a funcionar em 1970.

- **Faculdade de Medicina Veterinária** foi criada e começou as atividades em 1971, por razões políticas teve seu início acadêmico na cidade vizinha, Tupaciguara-MG, e só após dois anos foi realizada a transferência das atividades para Uberlândia-MG.
- **Escola de Educação Física** foi criada e começou as atividades em 1972.

Em 14 de agosto de 1969, por meio de Decreto-Lei 672, foi criada a Universidade de Uberlândia-UNU, tendo sido composta pelas seguintes unidades:

- I - Faculdade Federal de Engenharia (Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968);
- II - Faculdade de Direito de Uberlândia (Decreto números 47.732, de 2 de fevereiro de 1960, e 52.831, de 14 de novembro de 1963);
- III - Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos nºs 1.842, de 5 de dezembro de 1962; 59.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);
- IV - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos nºs 47.736, de 2 de fevereiro de 1960, e 53.477, de 23 de janeiro de 1964);
- V - Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto nº 61.479, de 5 de outubro de 1967). (BRASIL, 1969)

Após a criação da Universidade de Uberlândia composta, pelas faculdades isoladas citadas no Decreto-lei 672, começaram as discussões para que ocorresse uma integração das outras faculdades isoladas existentes, o que acabou acontecendo principalmente para que ocorresse a federalização da Universidade de Uberlândia, que ocorreu por meio da Lei 6.532 de 24 de maio de 1978:

Art. 1º - A Universidade de Uberlândia, autorizada a funcionar pelo Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, passa a denominar-se Universidade Federal de Uberlândia, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. (BRASIL, 1978)

Após a federalização foram extintas as faculdades isoladas e foram criados Centros. No caso da UFU, foram criados 3 centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CEHAR) e Centro de Ciências Biomédicas (CEBIM).

Através dos anos a UFU foi se estabelecendo regionalmente e adquirindo respeito. Em 2012 contava com “28 Unidades Acadêmicas, aproximadamente 1.300 professores, 17.000 alunos e cerca de 3.000 técnicos administrativos” (Disponível em: <<http://www.ufu.br/pagina/sobre-ufu>>. Acesso em: 25/05/2012), e apresentava como lema o “Ensino público, gratuito e de qualidade”.

A UFU conta com quatro *campi* na cidade de Uberlândia (*Campus* Santa Mônica, Umarama, Educação Física e Glória). Na cidade de Ituiutaba, o *Campus* Pontal conta com uma unidade acadêmica, a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP, que foi implantada por meio do Programa de Expansão Fase I. Outros dois *campi* foram implantados, o *campus* Patos, na cidade de Patos de Minas e o *campus* Monte, na cidade de Monte Carmelo,

sendo que os *campi* Patos e Monte iniciaram as aulas em 2010 e surgiram por meio do plano de expansão da UFU com verbas advindas do REUNI.

No ano de 2006, mediante a Resolução 02/2006 do Conselho Universitário foi criada a FACIP, unidade acadêmica composta inicialmente por nove cursos, fora de sede. As atividades acadêmicas acontecem na cidade de Ituiutaba-MG, mas o centro administrativo permanece na sede, ou seja, as instâncias decisórias ocorrem em Uberlândia, a 132 km de distância.

A UFU antes da expansão para Ituiutaba, tentou alguns projetos de expansão como o de Uberaba, através de cooperação com a Prefeitura Municipal, mas não obteve êxito. No caso do Programa Expandir a forma como foi discutida e negociada a expansão era muito maior e com um aporte de verba que há muito tempo a Universidade não via.

A discussão sobre educação, ensino superior público, expansão e interiorização do ensino superior, nos leva a considerar a existência de uma série de contradições no que concerne à potencialidade de seu caráter democratizante. Para um olhar mais aprofundado desta questão nossa pesquisa toma como foco a expansão ocorrida na Universidade Federal de Uberlândia a partir de 2005, mais precisamente a criação e implantação do *Campus* Pontal na cidade de Ituiutaba. Embora o estudo de caso não nos permita generalizações, ele possibilita uma análise qualitativa que propicia melhor apreensão das referidas contradições, e as formas como os objetivos proclamados pelos discursos oficiais de fato se concretizam.

2.2. A FACIP – aspectos históricos

As discussões de expansão da Universidade Federal de Uberlândia se fortaleceram a partir de julho de 2003 nas reuniões do CONSUN, quando se formou uma comissão com intuito de estudar e provocar o debate de uma política de expansão da universidade. Através desta Comissão foi possível verificar que, mesmo com todas as dificuldades que a universidade passava, ela tinha condições de crescer, e que isso deveria acontecer fora de Uberlândia, visto que a mesma já possuía 3 *campi* com diversos cursos e áreas de conhecimento atendidos. Os conselheiros decidiram manter a discussão sobre a expansão aberta, para que em momento oportuno a mesma se consolidasse.

Ainda no ano de 2005, algumas cidades foram visitadas, e uma delas foi Ituiutaba. Esta fica situada no meio de duas microrregiões, a de Ituiutaba e de Frutal, que compõem a região do Pontal do Triângulo Mineiro, que pode ser melhor visualizada nas Figuras 3 e 4:

Figura 3: Microrregião de Ituiutaba-MG

Fonte: Wikipédia (2013)⁸

Figura 4: Microrregião de Frutal-MG

Fonte: Wikipédia (2013)⁹

Com a visita à cidade, foi possível analisar junto às entidades da região, a viabilização de um possível encampamento de duas instituições privadas que existem na cidade. Em outras oportunidades, a comunidade tentou, junto ao governo estadual, a estadualização dessas instituições, para que fosse possível a gratuidade do ensino superior, mas em todas as vezes essa proposta não vingou. Sendo assim, com a perspectiva de expansão da UFU, a comunidade acadêmica das instituições, e as forças políticas da região, apresentaram uma proposta de doar as instalações para o governo federal. No entanto, isso não foi possível, por questões jurídicas que impediam, por exemplo, a absorção do corpo docente da UEMG à UFU.

⁸ Extraído do sitio < http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Micro_Ituiutaba.svg >. Acesso em 12/09/2013.

⁹ Extraído do sitio < http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Micro_Frutal.svg >. Acesso em 12/09/2013.

Com os problemas enfrentados nesta primeira proposta, surgiu, em 2006, uma alternativa viável, que foi a segunda etapa do Programa Expandir, quando foi designado 23,5 milhões de reais para a criação de uma infraestrutura própria, como consta na Tabela 9.

As atividades da FACIP foram iniciadas em 2007, sem interrupções até o momento. Inicialmente foram criados nove cursos: Administração, Biologia, Ciências Contábeis, Física, Geografia, História, Matemática, Pedagogia e Química. Em 2010 foram criados mais dois cursos: Engenharia de Produção e Serviço Social. Atualmente a unidade conta com 157 professores, 53 técnicos administrativos e aproximadamente 2300 discentes.

No Brasil, com o Programa Expandir, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), foram criadas 14 novas universidades federais e 64 novos *campi*, sendo um deles o *Campus Pontal*. Sendo assim, foi realizado um termo de Pactuação com o Governo Federal (vide Apêndice), onde o mesmo repassou para a UFU aproximadamente R\$ 23.500.000,00 para a instalação e implantação, e delegou 160 vagas para contratação de docentes e 80 vagas para técnicos administrativos, e que seriam distribuídas no período de 2006 a 2009, como mostra a Tabela 7:

Tabela 7: Termo de Pactuação UFU e MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO														
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR														
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR														
PROGRAMA DE EXPANSÃO - ETAPA I														
PACTUAÇÃO FINAL														
INSTITUIÇÃO	2006			2007			2008			2009		TOTAL DA IFE		
	DCT	TA's	INVEST.	DCT	TA's	INVEST.	DCT	TA's	INVEST.	DCT	INVEST.	DCT	TA's	INVEST.
UFU - Ituiutaba	32	15	4.000.000,00	30	40	5.433.000,00	63	25	6.067.000,00	35	8.000.000,00	160	80	23.500.000,00

Fonte: BRASIL/UFU (2012) (Grifo nosso)

A cidade de Ituiutaba-MG encontra-se no Pontal do Triângulo Mineiro, sendo então, um polo regional de vários segmentos, um deles a educação, com várias instituições de ensino fundamental e médio, e superior. O ensino superior na cidade iniciou suas atividades na década de 1970, através de três faculdades independentes (Filosofia, Agronomia e Engenharia) da Fundação Educacional de Ituiutaba. E somente no ano de 1986, através de decreto, do então presidente José Sarney, houve a fusão das mesmas e surgiu o Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (ISEPI). Alguns anos depois surgiu a parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), criando novos cursos. Desde a parceria, surgiu a motivação para federalizar a instituição, e que em 2006 ficou mais evidente por meio dos discursos dos políticos regionais e municipais, que diziam lutar junto ao governo federal e estadual para que

ocorresse. Em 2006, muitas foram as notícias desencontradas sobre a federalização da instituição e até mesmo surgiram boatos que a mesma havia sido federalizada. No entanto, o que ocorria era a criação do *campus* da Universidade Federal de Uberlândia em Ituiutaba, pleiteado pela UFU através do plano de expansão das universidades federais, conhecido como Programa Expandir, Plano de Expansão Fase I ou Programa de Expansão Etapa I, isso porque a cada citação no site do MEC, o mesmo utilizava uma nomenclatura diferente, sendo que utilizaremos neste trabalho a denominação Programa Expandir.

O Programa Expandir ocorreu durante o período de 2003 e 2007, sendo que a maior parte da verba foi destinada de 2005 até 2009. Esse programa não foi muito difundido nos meios de comunicação como no caso do REUNI, que teve um Decreto para sua criação. O Programa Expandir foi viabilizado com políticas de investimentos para reverter um quadro e de uma política de expansão visando a interiorização.

Em documento disponibilizado pela Secretaria do Curso de Química, intitulado “Projeto Acadêmico da FACIP”, a mesma foi concebida da seguinte forma:

- a) Criação de 9 (nove) cursos superiores de graduação plena, com oferta de Bacharelado nos cursos de Administração e de Ciências Contábeis, de Bacharelado e Licenciatura nos cursos de Ciências Biológicas, Física, História, Geografia, Matemática e Química e de Licenciatura no Curso de Pedagogia;
- b) Oferta em regime anual, com entrada no primeiro semestre letivo de 2007 e oferta de 40 (quarenta) vagas em cada um dos cursos e em cada um dos turnos (diurno e noturno), sendo que o Curso de Administração será ofertado no período diurno e o de Ciências Contábeis no período noturno;
- c) Estimativa do total de alunos, considerando-se o tempo médio de integralização curricular: Primeiro ano: 640 alunos; Segundo ano: 1.280 alunos; Terceiro ano: 1.920 alunos; Quarto ano: 2.560 alunos e Quinto ano: 3.200 alunos;
- d) No quinto ano de funcionamento, prevê-se que o número total de alunos estará estabilizado em 3.200 (valor máximo), consolidando-se a implantação do PROJETO. Com a integralização curricular das primeiras turmas, estima-se que o índice de expansão será de 25,3% em relação ao total de alunos matriculados em 2004 na instituição. Por sua vez, ampliará em 28% o número de vagas atualmente ofertadas pela UFU (2005);
- e) Considerando-se a relação professor/aluno proposta pelo MEC, o número de professores a serem contratados é calculado em 160 (cento e sessenta), numa relação de 1/20. Esse acréscimo significará um aumento de 12,5% no número total de professores no quadro da UFU;
- f) Considerando-se a relação técnico/professor proposta pelo MEC, o número de técnicos administrativos a serem contratados será de 112 (cento e doze), numa relação de 0,7 técnico para cada professor. Esse acréscimo significará uma expansão de 3,4% no total de técnicos no quadro da UFU (BRASIL/UFU, 2006, p.16-17).

Outros dados relevantes também do documento são os das especificações dos cursos criados inicialmente e progressão de ingressos no período da implantação da mesma, especificados nas Tabelas 8 e 9:

Tabela 8: Especificação de entrada, número de vagas anuais, turno de funcionamento, modalidade e duração média dos cursos

Cursos a serem ofertados no <i>Campus</i> do Pontal		Entrada	Número de vagas anuais	Turno de funcionamento	Modalidade	Duração do curso
1	Administração	Anual	40	Diurno	Bacharelado	5 anos
2	Ciências Biológicas	Anual	80	D e N	Lic. e Bach.	4,5 anos
3	Ciências Contábeis	Anual	40	Noturno	Bacharelado	5 anos
4	Física	Anual	80	D e N	Lic. e Bach.	4,5 anos
5	Geografia	Anual	80	D e N	Lic. e Bach.	4,5 anos
6	História	Anual	80	D e N	Lic. e Bach.	4,5 anos
7	Matemática	Anual	80	D e N	Lic. e Bach.	4,5 anos
8	Pedagogia	Anual	80	D e N	Licenciatura	5 anos
9	Química	Anual	80	D e N	Lic. e Bach.	4,5 anos

Obs.: Onde D= Diurno, N= Noturno, Lic. = Licenciatura e Bach. = Bacharelado.

FONTE: BRASIL/UFU (2006, p.11)

Tabela 9: Número de alunos por ano

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	1° S	2° S	1° S	2° S	1° S	2° S	1° S	2° S	1° S	2° S	1° S	2° S
1° período	640		640		640		640		640		640	
2° período		640		640		640		640		640		640
3° período			640		640		640		640		640	
4° período				640		640		640		640		640
5° período					640		640		640		640	
6° período						640		640		640		640
7° período							640		640		640	
8° período								640		640		640
9° período									640		640	
10° período										80		80
TOTAL	640	640	1280	1280	1920	1920	2560	2560	3200	2640	3200	2640

FONTE: BRASIL/UFU (2006, p.12)

Como podemos verificar, a quantidade de docentes foi de 1 docente para cada 20 alunos, um fator muito aquém das necessárias para o bom desenvolvimento das atividades, sendo um fator próximo ao de 1/18 do REUNI, que já vem sendo criticado desde sua implantação pela intensificação do trabalho docente.

Em tempos de expansão, o tempo disponível do professor-pesquisador para ministrar aulas, fazer pesquisa e extensão tende a diminuir, pois cada vez mais tem que fazer cada vez mais trabalhos administrativos, que antes eram melhor subsidiados por um número proporcionalmente mais elevado de técnicos.

Com os dados dos Censos de Educação Superior do período entre 1995/2010 foi possível criar as Tabela 10 e 11 que demonstram uma diminuição gradativa na relação professor/técnico:

Tabela 10: Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), por Grau de Formação e Regime de Trabalho, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 1995/2010

Ano	Região / Instituições Federais	Funções Docentes									
		Total	Em Exercício	Grau de Formação (Exercício e Afastados)					Regime de Trabalho		
				Sem Graduação	Graduação	Especializa- ção	Mestrado	Doutorado	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista
1995	Brasil	51.252	44.486	67	8.875	10.220	15.272	10.052	35.819	8.667	-
1996	Brasil	47.921	42.110	63	8.313	8.800	14.802	10.132	35.891	6.219	-
1997	Brasil	52.217	50.059	279	10.351	10.278	17.244	11.907	43.221	6.838	-
1998	Brasil	48.622	45.611	22	7.745	8.303	16.371	13.170	38.709	6.481	421
1999	Brasil	-	46.687	21	7.654	7.865	16.496	14.651	38.594	7.292	801
2000	Brasil	50.165	43.739	17	7.879	8.201	17.321	16.747	42.599	7566*	-
2001	Brasil	51.765	45.058	82	8.047	8.220	17.213	18.203	43.494	8271*	-
2002	Brasil	51.020	45.907	-	7.739	7.191	16.431	19.659	42.889	7.435	696
2003	Brasil	52.106	47.709	-	8.332	6.222	16.225	21.327	43.270	7.388	1.448
2004	Brasil	54.439	50.337	17	9.252	6.482	15.825	22.863	44.837	8.618	984
2005	Brasil	56.565	52.943	13	9.528	6.601	15.913	24.510	47.649	8.697	219
2006	Brasil	58.078	54.560	4	8.229	6.387	16.336	27.122	48.580	7.482	2.016
2007	Brasil	63.302	59.156	14	9.198	6.195	17.440	30.455	53.413	8.500	1.389
2008	Brasil	66.122	61.783	56	9.012	6.662	18.000	32.392	56.758	8.561	803
2009	Brasil	77.574	72.228	53	11.748	6.145	20.344	39.284	63.215	7.985	1.028
2010	Brasil	83.443	78.608	255	7.590	6.237	24.069	45.292	70.481	7.416	711

*Inclui horista

Fonte: BRASIL/MEC/INEP (1995-2010)

Tabela 11: Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos, por Grau de Formação, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 1995/2010

Ano	Região / Instituições Federais	Funcionários								
		Total	Grau de Formação (Exercício e Afastados)						Mestrado	Doutorado
			Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio	Graduação	Especialização			
1995	Federal	100.517	19.942	14.579	35.279	26.187	3.375	1.025	130	
1996	Federal	98.058	18.981	13.547	35.874	24.829	3.447	1.121	259	
1997	Federal	91.042	17.414	11.861	35.083	23.066	2.691	765	162	
1998	Federal	75.122	14.977	10.064	28.278	18.687	2.235	676	205	
1999	Federal	72.604	*	*	*	18.041	2.820	872	175	
2000	Federal	69.411	11.774	9.682	25.079	18.251	3.359	1.057	209	
2001	Federal	60.628	10.633	8.317	21.319	16.401	2.742	972	244	
2002	Federal	61.341	10.377	7.694	21.866	17.133	2.905	1.080	286	
2003	Federal	62.928	9.933	7.778	22.950	18.470	2.631	914	252	
2004	Federal	63.035	9.299	6.923	23.693	18.844	2.960	1.019	297	
2005	Federal	63.779	8.770	6.786	24.640	18.045	3.861	1.289	388	
2006	Federal	65.581	8.090	7.064	25.561	18.709	4.254	1.463	440	
2007	Federal	69.301	7.810	6.633	26.942	20.768	5.028	1.550	570	
2008	Federal	69.625	6.033	7.673	27.020	19.783	6.552	1.889	675	
2009	Federal	96.786	7.284	6.100	33.474	30.582	14.845	3.406	1.095	
2010	Federal	100.683	6.052	5.968	34.036	27.479	20.938	5.208	1.002	

* Sem graduação 50.696

Fonte: BRASIL/MEC/INEP (1995-2010)

O crescimento das instituições públicas no período de 1995 a 2010 foi de 32,38%, e o crescimento das matrículas foi de 126,90%. No entanto, podemos verificar certa discrepância no crescimento de docentes e técnicos administrativos. Enquanto a função de docente teve um

aumento de 76,70%, o aumento de técnicos administrativos foi de 0,16%, ou seja, praticamente não mudou a quantidade de técnicos administrativos, o que houve foi por um bom período o decréscimo acentuado, e nos últimos dois anos a retomada de contratações. Com a diminuição da quantidade de técnicos administrativos, que são os funcionários que dão suporte ao professor, e também a questão de serviços burocráticos e técnicos, cabe então ao professor realizar algumas dessas funções e também ocorre a sobrecarga dos técnicos existentes.

Como uma das medidas do REUNI é ter uma proporção de 18 alunos por professor, também prejudica tanto o professor como o aluno, já que para este o trabalho amplia-se e se intensifica, visto que têm cada vez mais provas, trabalhos e alunos para orientar.

Em outras palavras, o trabalho do professor se torna cada vez mais intensificado e extensificado, e demanda-se o desempenho de múltiplas funções. Trabalho intensificado que implica em redução do tempo para preparar melhores aulas, ou, melhor orientar pesquisa e extensão.

A partir deste breve histórico, no qual relatamos que as expectativas da sociedade local de federalização de uma instituição particular que não se concretizou, podemos questionar sobre como que esta sociedade esteja recebendo o processo de expansão da UFU, que, curiosamente, implantou vários cursos em áreas já abrangidas por instituições particulares. Tal questão se coloca, inclusive, em função de que não houve uma migração de alunos interessados pelos cursos das instituições particulares para a UFU da forma ou intensidade como poderia se supor.

2.3. FACIP – Gestão nos anos de implantação

Até Agosto de 2006, trinta e três professores foram nomeados após concurso realizado para a implantação dos nove cursos da FACIP. Até o início das atividades acadêmicas, esses professores foram responsáveis por criar os projetos pedagógicos dos cursos. Em Setembro de 2006 foi designada pela Reitoria da UFU, cujo reitor era Arquimedes Ciloni, uma representante responsável pela FACIP, a docente Leila Bittar. A mesma é natural de Ituiutaba-MG, foi professora durante alguns anos da FEIT e quando foi designada por Arquimedes já ocupava o cargo de docente no curso de Medicina da UFU.

No início das atividades acadêmicas da FACIP, a reitoria se mostrou presente em Ituiutaba através de uma representante designada, onde durante pelo menos 1 dia da semana estava na cidade para dar andamento a solicitações e resolver problemas cotidianos.

Entre 2006 e 2008 ela foi a responsável administrativa da FACIP, sendo então um ponto de apoio da reitoria em Ituiutaba. Durante esse período não foi criado nenhum Conselho de unidade acadêmica. Antes de sua saída, foi feita uma eleição na FACIP e escolheram a docente

do curso de matemática, Odaléa Aparecida Viana, para ser a nova Diretora da unidade. Houve um período de 1 mês com a presença de Renato Alves Pereira, prefeito da UFU, para ser repassado algumas diretrizes e funções. No início de 2009, foi então instituído o Conselho da FACIP (CONFACIP). Após 2 anos, houve nova eleição, e então foi escolhido o docente da pedagogia, Armindo Quillici Neto, que iniciou seus trabalhos em 2011. Durante o período de 2009 a 2012 o reitor foi Alfredo Fernandes, e no ano seguinte, de 2013, assumiu a reitoria o então vice-reitor de Arquimedes Ciloni, o docente Elmiro Santos Resende.

Sendo assim, já passaram 4 docentes pela Diretoria da unidade, Leila Bittar, Odaléa Viana, seu vice Adevailton Bernardo dos Santos (por motivo de saúde Odaléa ficou afastada durante alguns meses da direção) e o atual Diretor Armindo Neto. E com relação à reitoria foram 3 gestões: Arquimedes Ciloni, Alfredo Fernandes e, o atual, Elmiro Resende.

Foram dois os tipos de gestão que marcaram a FACIP. Até 2008 foi uma gestão não participativa, ou seja, a Reitoria tomou todas as decisões, apesar de resistências locais e fortes discussões, no entanto, sem legalidade, visto que não existia ainda um Conselho de unidade, ou seja, pouco ou nenhum um pouco democráticas. Em outro momento houve uma gestão através de Conselho, no qual boa parte das decisões passaram pelo Conselho da unidade acadêmica, mesmo não tendo como seu princípio, pois seria necessário um Conselho de *campus* para que fossem tomadas essas decisões. Na ausência deste, o CONFACIP acabou por tomar decisões tanto acadêmicas como administrativas.

Apesar destes dois momentos, até 2012 os dois modelos de gestão em nível de universidade foram predominantemente centralizadores, ou seja, passavam pela sede administrativa. Apesar das decisões serem tomadas em Conselho, boa parte dessas decisões administrativas dependiam da matriz, visto que após 2009 a FACIP ingressou na matriz orçamentária da universidade. Antes disso, a UFU controlava o repasse de verbas da União através da gestora Leila Bittar, entre 2006 e 2008, e em 2009 em conjunto com a Diretora Pró-Tempore Odaléa. Por ser o ano de início do CONFACIP, pouco foi explorado a questão de se discutir a gestão de recursos através do Conselho.

O modo de gestão centralizada condiz com a ideologia neoliberal vigente, como podemos notar nas palavras de PEREIRA:

As decisões mais importantes são tomadas por pessoas mais capazes. Em uma organização centralizada, cabe aos administradores de cúpula a tomada das principais decisões. Ora, pelo menos em princípio, dentro de uma organização burocrática, são eles as pessoas mais competentes. Essa vantagem da centralização é óbvia e será especialmente importante nas organizações em que haja deficiência de administradores capazes. (PEREIRA, 2004, p.78)

No início da FACIP, a matriz julgou ser ela a mais competente para tomar as decisões sobre como gerir os recursos, contratação de pessoal e definir a infraestrutura. PEREIRA (2004) então nos explica as vantagens da centralização da gestão:

A coordenação torna-se mais fácil. Em uma organização centralizada, o administrador de cúpula mantém todas as rédeas da empresa em suas mãos. Coordenar as atividades de cada departamento, de cada divisão da empresa, torna-se mais fácil do que em uma organização descentralizada, em que cada administrador de nível médio possui certo grau de autonomia. [...]

Facilitar o trabalho de coordenação é, provavelmente, a mais importante das vantagens que a centralização apresenta. Um exército totalmente descentralizado, no qual as divisões atacam sem prévio plano, uma administração municipal em que o departamento de pavimentação inicia obras de repavimentação em todas as principais ruas que levam a determinado ponto da cidade ao mesmo tempo são exemplos não apenas de má coordenação, mas de total falta de administração. (PEREIRA, 2004, p.79)

A FACIP após a criação de seu Conselho de unidade, teve então uma voz, porque ao eleger seu próprio Diretor, ou seja, um docente, que estava em contato direto com os problemas desde de o início, foi um ponto forte para discutir e debater junto à reitoria as necessidades mais urgentes e tentar medir os conflitos, porque boa parte da comunidade acadêmica se sentia desamparada pela matriz, no que diz respeito à infraestrutura básica que demorou 5 anos para ficar pronta.

Esse tipo de gestão centralizada não é uma opção que a comunidade acadêmica aprove, sendo a gestão democrática a mais aceita, e DOURADO (2001) nos explica como ela é:

A gestão democrática é entendida como um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do jogo democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO, 2001, p. 79).

Sendo assim, com a criação do CONFACIP a unidade acadêmica começou a ter um pouco mais de autonomia, porque passou a tomar decisões entre seus pares, apesar da não paridade entre suas classes representativas; mas ao contrário de antes de sua criação, passou a ter maneiras de “conversar” hierarquicamente com a matriz e estabelecer um diálogo para a melhor gestão dos recursos, as especificidades locais e as urgências que realmente tem que ser atendidas.

Quando falamos de gestão, atrelado a isso temos a questão financeira envolvida. No caso da FACIP por exemplo, inicialmente foram destinados 24 milhões de reais para sua implantação, e até o final desta pesquisa, esse valor chegou a quase 39 milhões, segundo o Diretor atual da unidade acadêmica, Armino Quillici.

Toda e qualquer instituição pública de ensino superior depende quase que em sua totalidade dos recursos repassados pela união, e sua divisão dentro das universidades

geralmente é através do que se chama de matriz orçamentária, o que seria uma maneira mais igualitária da divisão desses recursos entre as unidades acadêmicas, institutos e centros, utilizando diferentes variáveis, como número de docentes, discentes e produção da pós-graduação.

Já no que tange a todas as Universidade Públicas Federais, o modelo de divisão dos recursos, pode ser melhor explicado por AMARAL (2009):

O modelo de distribuição de recursos entre as IFES, implantado em 1994, considera parâmetros que procuram medir *necessidades e desempenho* (ANDIFES, 1994). São exemplos de parâmetros que mediriam *necessidades*: número de alunos, área construída, valores gastos com outros custeios e capital em anos anteriores; como exemplos de parâmetros de *desempenho*, número de ingressantes, número de diplomados, número de dissertações e teses, avaliações da Capes, titulação dos docentes, relação aluno/docente etc.

Em 1999, governo FHC, passou-se a aplicar uma modelagem que considerava duas parcelas: atividades de ensino e atividades de pesquisa. Os dois componentes valorizavam o quantitativo de estudantes na graduação e os docentes envolvidos com a pós-graduação. Com o governo LULA há uma volta aos pressupostos do modelo de 1994, com alterações que incorporaram a Unidade Básica de Custeio (UBC – consultar www.mec.gov.br), em que o seu cálculo considera os ingredientes básico para o custeio das IFES, como energia elétrica, telecomunicações, material de consumo, limpeza, vigilância etc.

Nessas modelagens o bolo financeiro é dividido entre as instituições o que implica em que o aumento da fatia para uma instituição significa porção menor para outras. Há, portanto, inevitavelmente, um ambiente de competição entre as instituições. (AMARAL, 2009, p. 326-327)

O modelo de distribuição de recursos está totalmente atrelado a fatores de gestão das IFES. Então, quem gerencia melhor os recursos, isto é, tem melhores resultados junto às avaliações da CAPES, acaba conseguindo cada vez mais recursos e entrando em um ciclo onde a instituição que está no topo dificilmente sairá de lá, como por exemplo UFMG, UFF e UFSCar.

Utilizando a mesma lógica da distribuição dos recursos entre as universidades, utilizado pelo governo federal, ocorre de forma semelhante no interior das mesmas, não sendo diferente na UFU. Mas se percebermos os critérios como produção científica e de extensão, como a FACIP poderia “brigar” de igual com a matriz? Até o momento foram construídos poucos laboratórios de pesquisa e a muito pouco tempo, neste sentido, é uma “briga”, na qual a maior parte dos docentes e técnicos já entram com alguns “*Rounds*” perdidos.

Segundo GAULEJAC (2007):

A gestão como ideologia que legitima, uma abordagem instrumental, utilitarista, e contábil das relações entre o homem e a sociedade. Sob uma aparência pragmática e racional, a gestão subentende uma representação do mundo que justifica a guerra econômica. Em nome do desempenho, da qualidade, da eficácia, da competição e da mobilidade, construímos um novo mundo. (GAULEJAC, 2007, p.27)

Uma palavra forte está ligada então ao financiamento e gestão das universidades federais: Competição. Isso porque até mesmo dentro de instituições de ensino, que deveriam

estar alheias as questões econômicas que a circundam, na verdade já estão inseridas nesta concepção das ideologias liberais e neoliberais.

Ainda GAULEJAC (2007) nos explica as implicações da gestão das instituições:

A gestão gerencialista é uma mistura de instrumentos de medida sofisticados, de técnicas de avaliação objetivas, mas também de regras irracionais, de prescrições irrealistas, de painéis de bordo inaplicáveis e de julgamento arbitrários. Por trás da racionalidade fria e “objetiva” dos números dissimula-se um projeto “quantofrênico” (a obsessão do número) que faz os homens perderem o senso da medida. (GAULEJAC, 2007, p.37)

Com toda essa competição dentro da própria instituição, principalmente por esse pensamento de gestão empresarial e não educacional, hoje as instituições de ensino superior público federais, tem muito mais preocupações com questões administrativas, do que acadêmicas sendo assim, os espaços de discussão, como colegiados, Conselhos de unidade e superiores, a cada dia, estão cada vez mais discutindo questões de âmbito administrativo e de gestão, e questões acadêmicas ficam atreladas à aprovação ou não de decisões administrativas, porque praticamente todas as ações acadêmicas dependem de recursos.

Assim, um dos desafios emergentes por esta conjuntura tanto da educação superior e de sua expansão é justamente como viabilizar a construção de instituições que, ao mesmo tempo desenvolvam o padrão de excelência defendido por TEIXEIRA (1998) e provoquem a inclusão social como salienta SANTOS (2005), diminuindo, por exemplo, as desigualdades socioeconômicas e culturais regionais.

Ao focar o segundo aspecto, podemos levantar inúmeras questões que parecem ainda não bem equacionadas pelos envolvidos, ou seja, gestores, docentes, discentes e sociedade. Tais como: Quais as características dessas novas instituições? Por que muitos alunos acabam evadindo? De que maneira essas novas instituições estão comprometidas com a inclusão social defendida nos discursos oficiais? Qual o perfil dos professores que atenderia às novas exigências? O que esperam as comunidades em que tais instituições se instalam? A iniciativa da expansão da UFU tem origem apenas na criação de um novo *campus*? Quais objetivos foram utilizados para justificar a implantação de um *campus* da UFU em Ituiutaba? Após alguns anos do início das atividades em Ituiutaba, é possível afirmar que esses objetivos estão sendo alcançados? E, de que forma e com que amplitude de participação dos atores sociais que se dão as decisões e ações?

Neste sentido, a pesquisa justifica-se para analisar as contradições que se fazem presentes em um processo expansão e interiorização, supostamente democratizante, que em alguns aspectos – gestão, acesso/permanência, podem não se efetivar. De outro, pelo interesse deste proponente que, durante o período de graduação, realizada em uma unidade fora de sede,

criada em 2006, levantou algumas indagações que direcionaram esforços para tentar compreender essa realidade, particularmente os motivos de evasão no curso de Química e desencontros de expectativas entre professores e alunos em torno da instituição e cursos nascentes.

3. A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: PRÁTICAS E PROCESSOS DECISÓRIOS NA VISÃO DOS DOCENTES, TÉCNICOS E DISCENTES DA FACIP

Neste capítulo serão analisados os dados coletados através dos questionários respondidos *on-line* através da ferramenta *Google Docs* e as entrevistas semiestruturadas.

Para a coleta de dados foi realizado o contato com todas as Coordenações de curso e Direção da unidade acadêmica no período 20/08/2012 até 20/10/2012, primeiramente de forma presencial, quando se conversou com todos os Coordenadores de curso e foi informado o teor da pesquisa de mestrado, e solicitou se seria possível o acesso aos *e-mails* dos docentes, técnicos e discentes. Após o primeiro contato presencial, foi enviado por *e-mail* uma solicitação formal, para ficar registrado o aceite e disponibilização das listas de *e-mails*, cada coordenação respondeu através de ofício ou declaração a sua permissão para enviarmos os questionários para os docentes, técnicos e discentes.

Os *e-mails* dos docentes e técnicos sempre estão atualizados no sítio da unidade acadêmica e dos cursos. No entanto, muitos cursos não possuíam essas listas atualizadas no caso dos discentes, sendo disponibilizadas apenas os *e-mails* que estavam presentes no cadastro do aluno quando do ingresso na universidade. Nesse sentido, o alcance desejado pode ter sido prejudicado, visto que inúmeros endereços de *e-mails* retornaram com falha, não tendo como dimensionar um total preciso, mas tão somente estimado da quantidade de pessoas que receberam o questionário.

Foram enviados um total de 165 questionários para docentes, 54 questionários para técnicos e 1.788 para discentes. E foram recebidos 62 questionários de docentes, 19 questionários dos técnicos e 250 questionários de discentes. Assim, tivemos em termos de porcentagem: 37,58% de participação dos docentes, 35,18% dos técnicos e 13,98% dos discentes.

O envio foi feito de forma fracionada, ou seja, foram enviados para os docentes e técnicos primeiramente, e somente depois para os discentes. As respostas foram recebidas durante o período de 15/01/2013 a 25/02/2013, no caso dos docentes, e no período de 15/01/2013 a 08/03/2013 foi coletado as respostas dos técnicos, e em seguida foi submetida para os discentes, e recolhidos no período de 12/03/2013 a 11/05/2013.

Após uma prévia análise dos questionários, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, com 9 pessoas, sendo elas: 3 docentes (sendo que todos já ocuparam cargos administrativos), 2 técnicos administrativos, 2 discentes que participaram de alguma forma no

movimento estudantil e 2 políticos que tiveram contato maior nas discussões para que fosse possível a expansão da universidade para a cidade.

Nas entrevistas com os docentes, foi escolhido, a critério dos mesmos, que fosse durante o horário de trabalho em locais fechados e com hora marcada. No caso dos estudantes ocorreram fora do horário de aula, e o local foi escolhido na hora da entrevista. Já os agentes políticos, um deles atendeu em seu escritório durante expediente de trabalho, e o outro na sua residência, ambos em horário marcado com antecedência.

As entrevistas ocorreram no período entre 23/01/2013 e 21/03/2013, sendo transcritas na íntegra, respeitando a oralidade, porém corrigindo problemas de concordância para um melhor entendimento e fluência de leitura.

Dos questionários pôde-se obter um perfil geral dos participantes e da comunidade acadêmica dessa unidade fora de sede. Não serão apresentadas e analisadas todas as perguntas do questionário, de modo que o nosso foco maior são as entrevistas, nas quais são melhor detalhadas as questões mais importantes para a discussão de nosso objeto e problema de pesquisa.

3.1. Dados dos Questionários

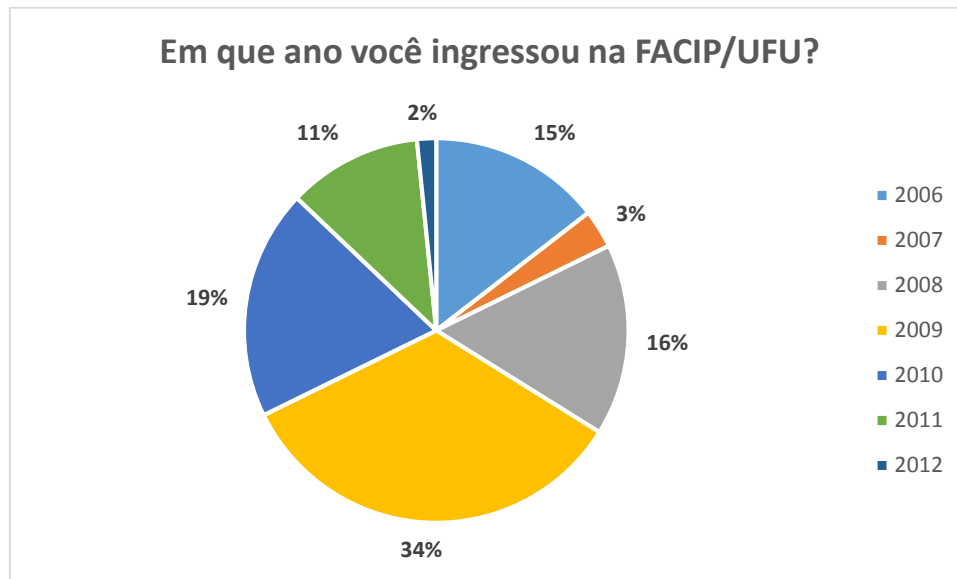
A seguir serão apresentados os dados obtidos nos questionários, através de gráficos, no caso das perguntas objetivas, e através de tabelas e texto os dados das perguntas abertas.

As perguntas objetivas elaboradas e selecionadas permitem a identificação do perfil de cada parcela da comunidade acadêmica, e no caso das perguntas abertas pode-se apreender a visão de cada um para determinados temas, tais como: a FACIP, expansão e interiorização da UFU e os cursos desta nova unidade acadêmica.

3.2. Dados dos Docentes

3.2.1. Dados das Questões Objetivas

A seguir serão apresentados os gráficos elaborados a partir das respostas às perguntas objetivas. Como apresentados, eles permitem caracterizar o perfil dos docentes que atuam na unidade acadêmica e sua visão sobre a expansão e interiorização da UFU.

Gráfico 2: Ingresso na FACIP

No ano de 2006, após o mês de Agosto foram contratados os 33 primeiros professores para unidade acadêmica, sendo que as aulas tiveram início em abril de 2007. Nesse intervalo de tempo foi construído o Projeto Político Pedagógico dos cursos de: Administração (bacharelado) turno diurno, Ciências Contábeis (bacharelado) turno noturno, Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) turno integral e noturno, Física (bacharelado e licenciatura) turno integral e noturno, Geografia (bacharelado e licenciatura) turno integral e noturno, História (bacharelado e licenciatura) turno integral e noturno, Matemática (bacharelado e licenciatura) turno integral e noturno, Pedagogia (licenciatura) turno integral noturno e Química (bacharelado e licenciatura) turno integral e noturno.

No período entre 2007 e 2009 foram realizados outros concursos para o ingresso de novos docentes para cada curso, visando agora as áreas específicas.

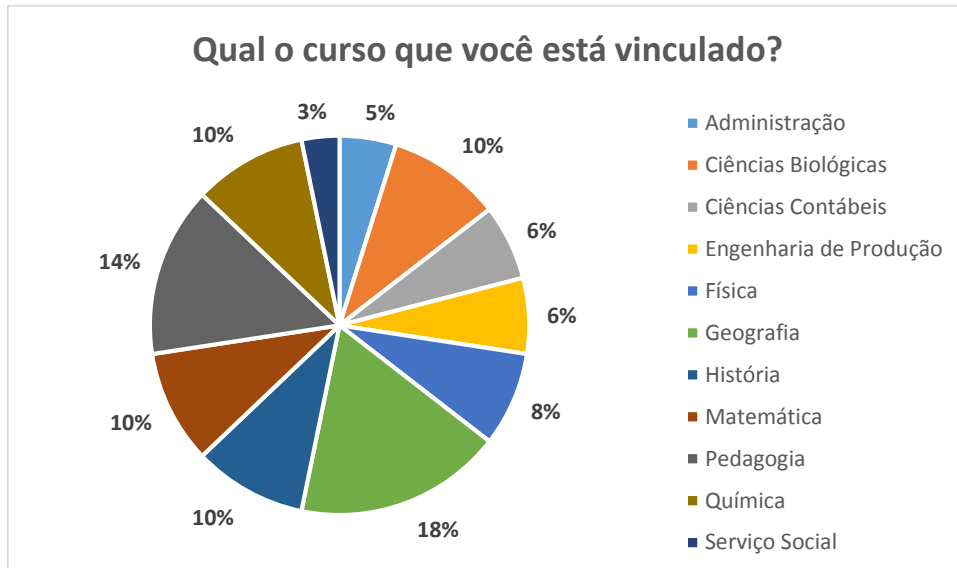
No ano de 2009 foi realizada uma reformulação das vagas de alguns cursos que apresentavam baixa demanda; com isso, o curso de Química por exemplo, que antes tinha 40 vagas no período integral passou a ter 20 vagas, e dividiu seus cursos no período integral, sendo o bacharelado, e no noturno, licenciatura com 40 vagas. Opção também escolhida pelo curso de Matemática. O curso de Física cedeu 40 vagas, ficando apenas com o curso de licenciatura com 40 vagas no período noturno.

Com a reformulação das vagas surgiram dois novos cursos: Engenharia de Produção (bacharelado) turno integral com 44 vagas e Serviço Social (bacharelado) turno diurno com 50 vagas.

Neste sentido, foram contratados também em 2009 novos professores para comporem os novos cursos, sendo então o ano com maior número de ingressos na unidade acadêmica. Nos

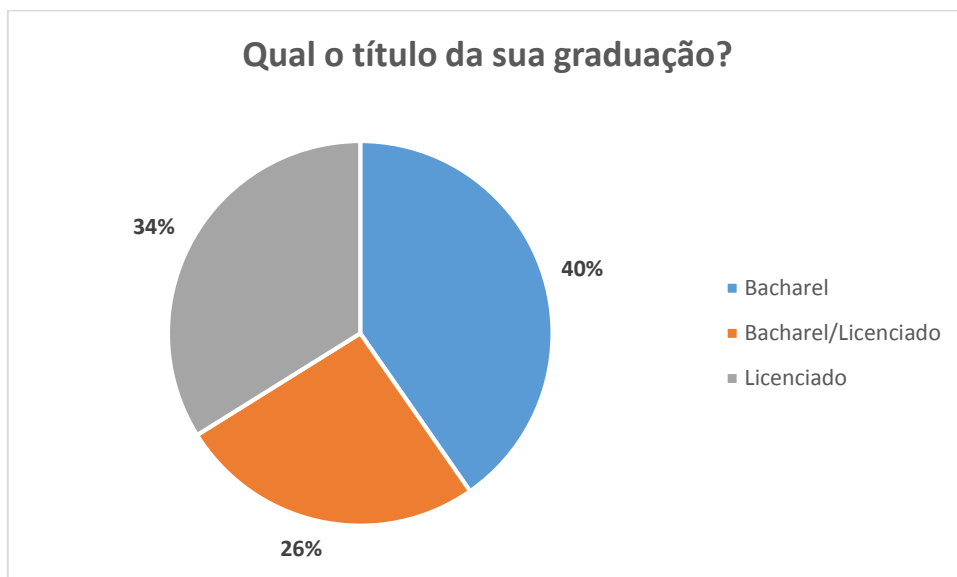
anos posteriores o ingresso, advirem principalmente para suprir a demanda dos novos cursos e também de professores que ingressaram na unidade após outros professores pedirem exoneração, sendo as exonerações podendo ter ocorrido devido as mudanças ocorridas nos cursos e criação dos novos.

Gráfico 3: A qual curso está vinculado o docente



Verificamos neste gráfico que a participação de docentes nesta pesquisa foi significativa em todos os cursos, apesar de alguns cursos, como no caso das Exatas, geralmente tendem a não compreender a função da pesquisa em educação, possivelmente por não ter resultados objetivos diretos, como um novo produto. O curso de Serviço Social teve uma menor participação provavelmente por ter um número reduzido de docentes.

Gráfico 4: Formação do docente



Uma parcela significativa dos professores consultados tem algum tipo de formação docente, quando na graduação tiveram contato com disciplinas pedagógicas que são essenciais para um bom desenvolvimento do ensino de graduação nas instituições; a parcela dos professores que não tiveram contato com disciplinas na graduação em algum momento das pós-graduação pode ter ocorrido esse contato, mas com menor intensidade e sem discussões relevantes para que ocorra o ensino de qualidade desejado. Geralmente os professores universitários que possuem apenas o título de bacharel estão ligados a cursos e disciplinas nas Ciências Exatas, ou em seus cursos relacionados a disciplinas específicas.

Gráfico 5: Idade dos docentes

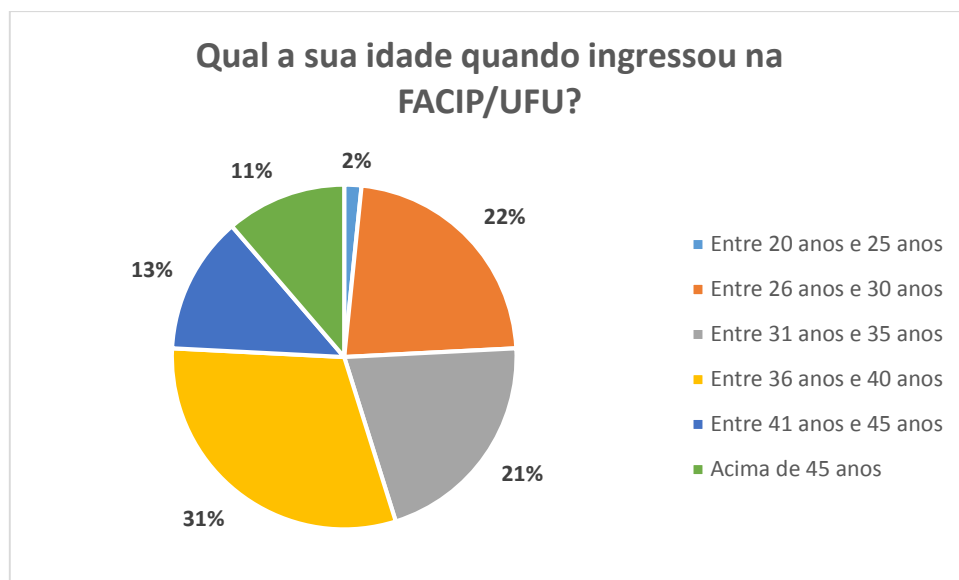


Gráfico 6: Titulação máxima obtida

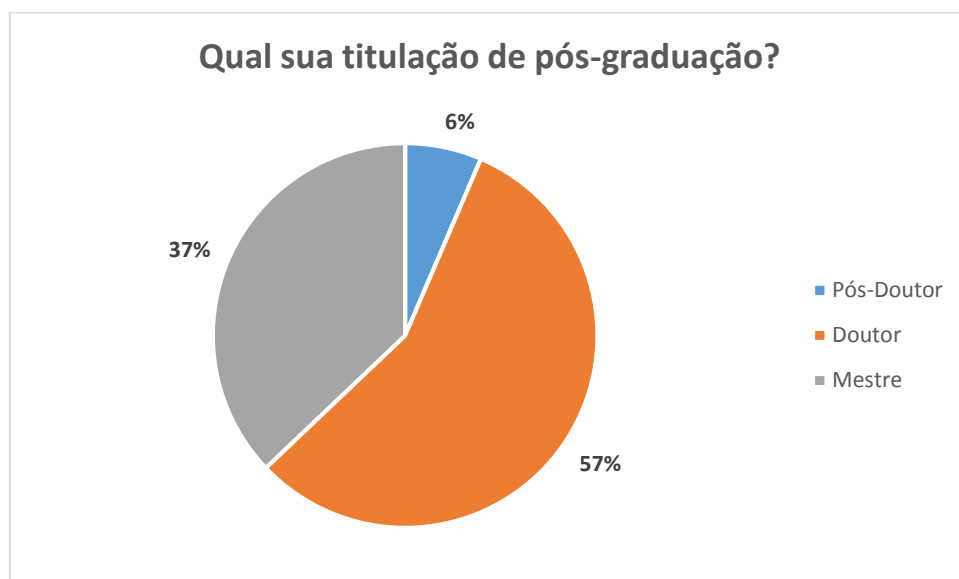
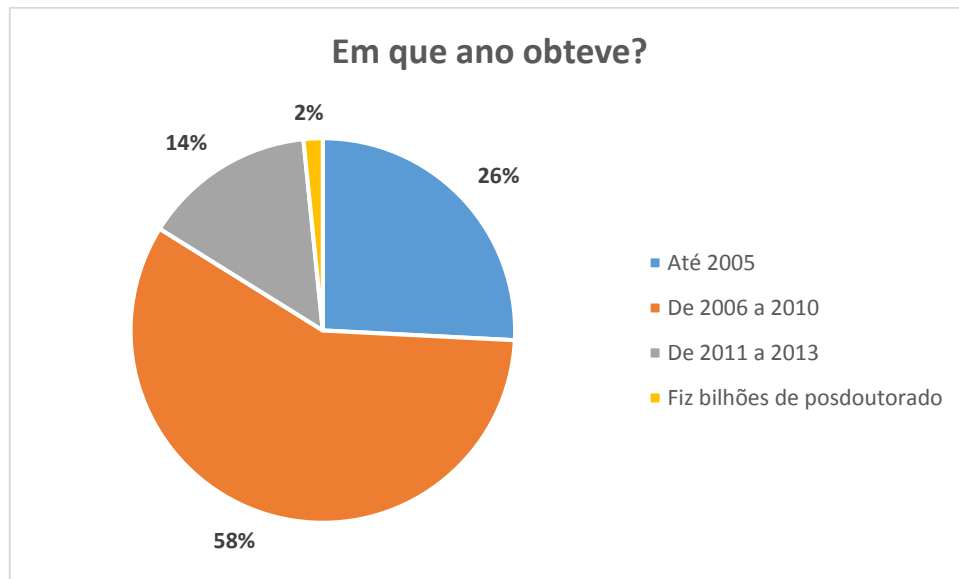
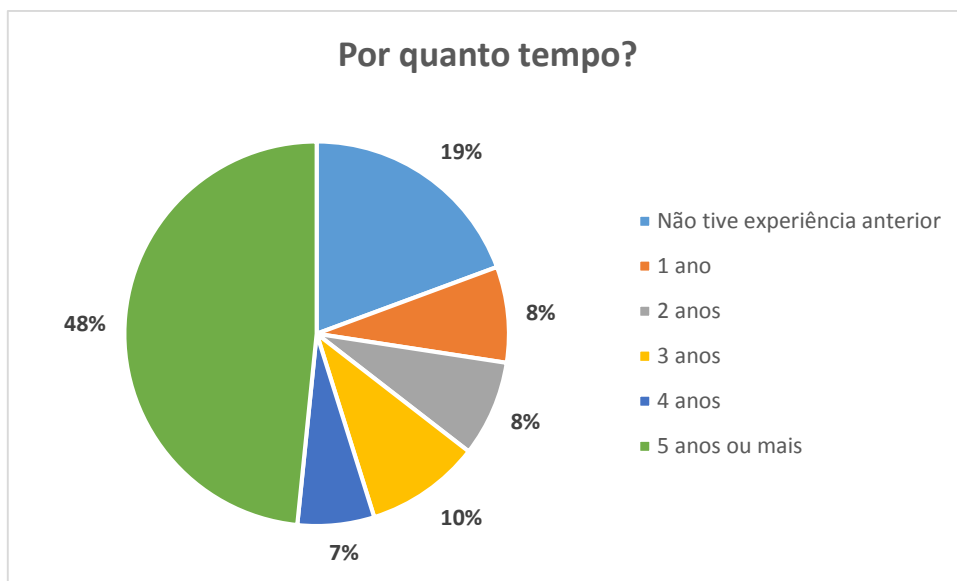


Gráfico 7: Ano da obtenção do título

Os gráficos 5, 6 e 7 serão discutidos juntos para uma melhor formulação do perfil.

Um dado relevante do gráfico 5 é com relação a grande parcela dos docentes que tem pouca idade, ao comparar com o gráfico 6, verifica-se que muitas vezes acabam “emendando” graduação, mestrado e doutorado. O gráfico 6 nos mostra que quase 2/3 dos docentes tem titulação de doutor. Apesar de pós-doutoramento não ser considerado título, para entender melhor o perfil docente, achamos interessante incluir essa opção no questionário. Isso mostra que, apesar de ser um *campus* interiorizado, 6% dos professores com currículo considerado acima da expectativa estão procurando esse tipo de instituições para serem pioneiros e construir novos projetos.

Outro dado relevante a ser analisado seria com relação ao ano da obtenção do título, sendo que o mínimo para ingresso como docente foi aceito o título de mestre, praticamente 75% dos docentes obteve o título de doutor próximo ao ingresso na unidade acadêmica ou já como docente da mesma, isso reforça a tese de que boa parte dos professores que ingressam em *campus* interiorizados são os chamados “new Doctors”, ou seja, que obtiveram o título de doutor mais recentemente, independentemente da idade que tenham e/ou trajetórias anteriores que tenham ou não tido em instituições particulares, como substitutos e etc.

Gráfico 8: Experiência docente**Gráfico 9:** Quantidade de tempo em que foi docente

Apesar da pouca idade e recente obtenção de título de doutor, a maioria dos docentes (82%) que responderam à pesquisa afirmaram que tiveram experiência docente anterior, isto pode ter acontecido de algumas formas, como por exemplo, professor substituto em instituição pública, professor horista em instituição privada, ou até mesmo nas disciplinas de estágio docente obrigatórias em alguns cursos de pós-graduação quando se tem bolsa de estudos de agências financiadoras. A outra parcela que respondeu ter experiência docente anterior ao ingresso da unidade, advém geralmente do ensino básico, como grande parte dos cursos é de formação de professores é de se esperar que isso ocorra. O que gera preocupação é que quase 35% dos docentes, por estar em cursos de formação de professores, tiveram pouco contato com

a docência, gerando então uma certa dúvida de como formar bons professores se anteriormente ao ingresso na instituição boa parte dos docentes eram apenas pesquisadores.

Gráfico 10: Regime de trabalho

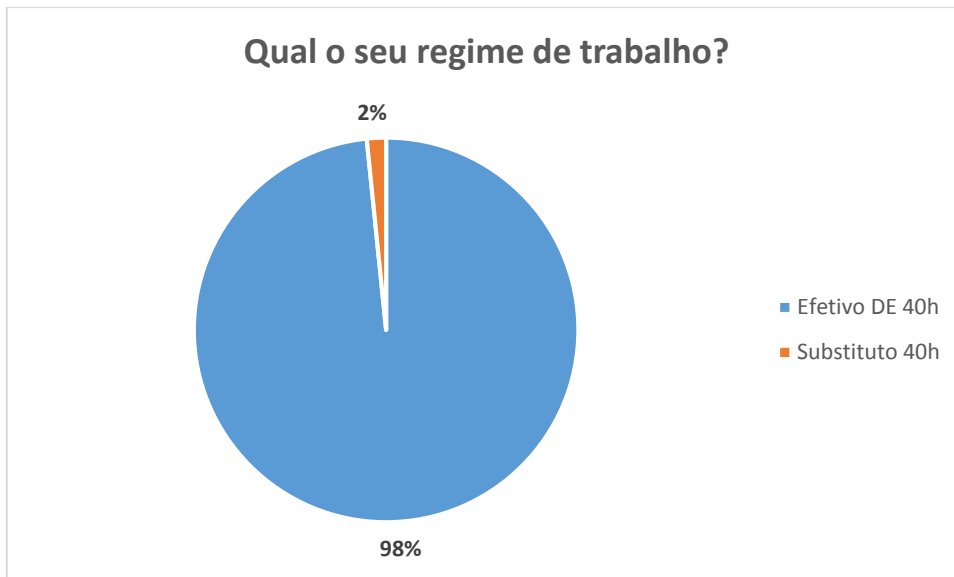


Gráfico 11: Concurso para outra instituição

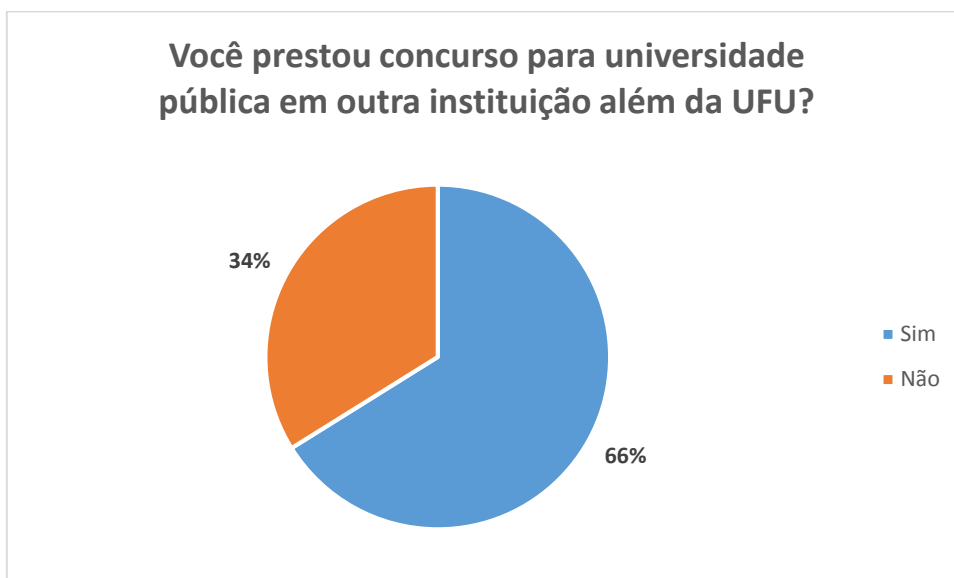
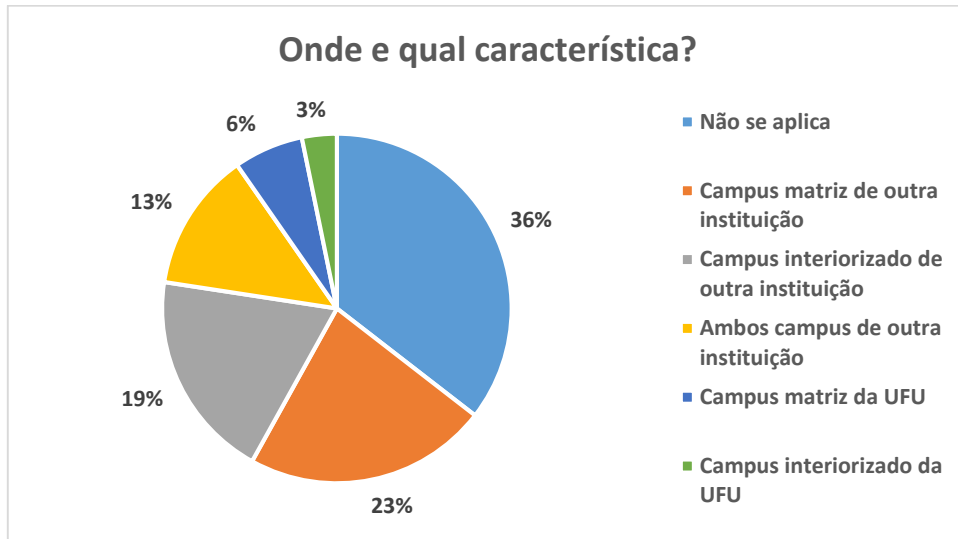
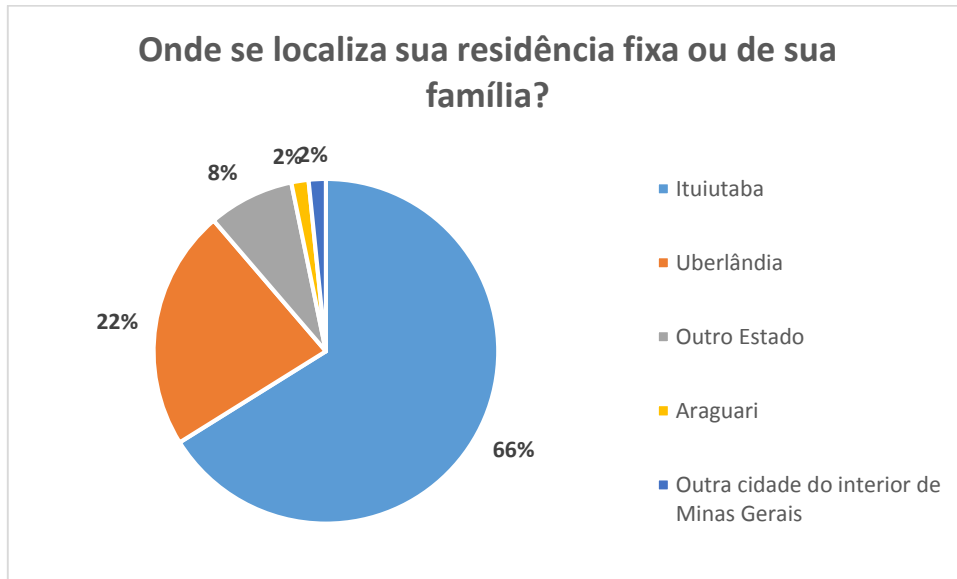


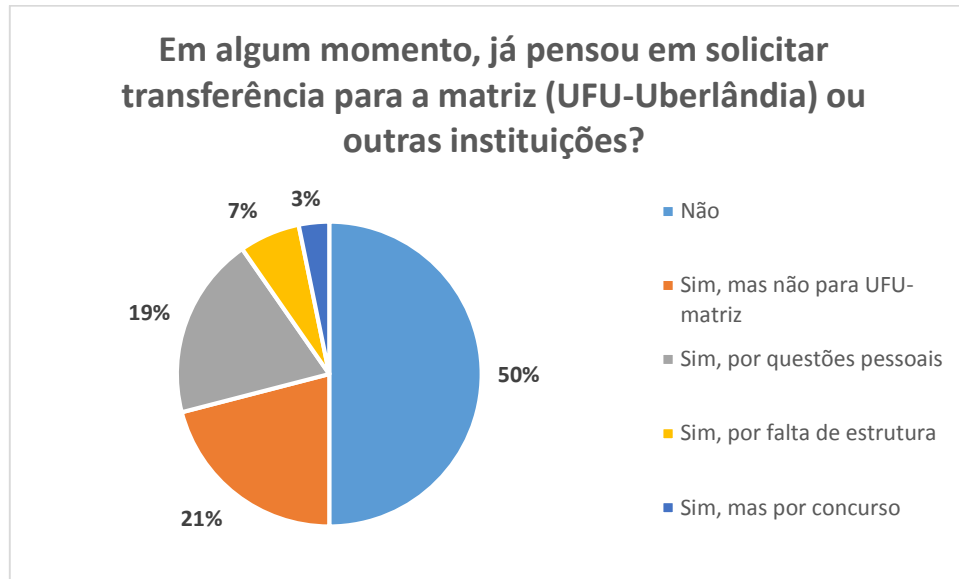
Gráfico 12: Característica desta outra instituição

No gráfico 11 nos mostra que quase que a totalidade dos docentes são contratados em regime de 40 horas (dedicação exclusiva), o que chama a atenção para uma outra questão: se apenas 2% dos professores que responderam são substitutos, em comparação com dados do gráfico 8 que mostra que 14% dos docentes obtiveram ou estão obtendo seus títulos no período de 2011 a 2013, pode-se perceber que alguns docentes estão se qualificando em trabalho, sem ter a dispensa necessária para a mesma, prejudicando a qualidade de ensino e desenvolvimento das atividades do docente, que tem possivelmente que dividir o tempo entre sua qualificação e o exercício da profissão.

Nos gráficos 12 e 13, verificamos que a procura por *campus* interiorizados foi maior do que a procura de *campus* matriz de suas instituições, isto pode ser porque com a titulação recente de doutor, ou com o doutoramento em processo, os *campi* interiorizados têm menos concorrência em relação a suas matrizes, visto que, dificilmente esses docentes teriam condições de disputar a vaga com docentes mais experientes em concursos realizados na matriz. Não estamos dizendo que são docentes melhores ou piores, mas nos critérios utilizados para contratação de docentes nas matrizes, onde a pós-graduação é quem geralmente dita as regras para a contratação, é um tanto quanto complexo para recém doutores ou mestres serem aprovados em tais concursos.

Gráfico 13: Localidade da residência

Apesar da grande maioria dos entrevistados informarem que sua residência é na cidade da unidade acadêmica, durante as entrevistas foi possível detectar uma certa disparidade com os dados, pois alguns entrevistados relataram que um dos grandes problemas enfrentados é com relação ao grande número de professores que não tem residência na cidade; sendo assim, muitas vezes os horários de aula têm que ser montados de maneira que fique concentrado em 2 ou 3 dias a carga horária do docente. Deste modo, o dado acima não condiz com o que foi apontado nas entrevistas. Assim, podemos afirmar que em função de não termos obtido dados censitários o percentual mínimo de docentes que residem fora do município de Ituiutaba é de 44%, ou seja, um número significativo, senão indesejável do ponto de vista de possibilidade de vivenciar diariamente o cotidiano institucional e assim participar mais efetivamente de seus processos decisórios.

Gráfico 14: Transferência para a Matriz ou outras IFES/Instituições

Um dos problemas enfrentados nos *campi* interiorizados é com relação a transferência ou exoneração dos cargos de docentes e técnicos. Como uma grande quantidade de docentes tem como objetivo dar continuidade em pesquisas que desenvolviam em parceria com as instituições em que realizaram sua pós-graduação, ao ingressar em um *campus* interiorizado, não tem disponível laboratórios de pesquisa disponíveis para continuar a realizá-las. Alguns desses docentes tentam se vincular aos laboratórios da matriz e, em último caso, acabam prestando concurso em outra instituição que tenha maior suporte para a pesquisa.

Sobre questões pessoais, em uma das entrevistas um docente relatou que a fuga de docentes acontece também porque como a cidade é pequena, o cônjuge do docente muitas vezes não consegue colocação no mercado de trabalho, dificultando então que esse docente se fixe na cidade.

Através dos dados apresentados até o momento, podemos então traçar o perfil mediano dos docentes: Os mesmos tem titulação de doutor, com idade entre 35 e 40 anos, titulado recentemente (após 2006), sendo que 62% com experiência docente anterior, metade deles com mais de 5 anos de atuação docente, 66% prestaram concurso para ingressar em outra instituição, estão se qualificando após ingresso na FACIP, 66% afirmam ter residência fixa na cidade, pelo menos 50% já pensaram em se transferir ou fazer outro concurso. Uma parcela são jovens, com seu 1º ou 2º emprego, e outra parcela são mais experientes, possuem experiência anterior, muitos deles no ensino básico. Porém, ambas as parcelas se doutoraram recentemente.

3.2.2. Dados das Questões Abertas

Neste tópico serão apresentados os dados referentes a perguntas abertas do questionário dos docentes. As perguntas foram realizadas no intuito de verificar qualitativamente a opinião dos participantes sobre questões pontuais da FACIP, processo de expansão, instâncias decisórias e condições de trabalho e pesquisa. Foram selecionadas 3 perguntas do questionário, são elas:

- 1- Com três palavras, como você define a FACIP?
- 2- Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.
- 3- Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique.

3.2.2.1. Pergunta - Com três palavras, como você define a FACIP?

Quando perguntado aos participantes como eles definem a unidade acadêmica que trabalham, as respostas foram variadas, desde um resumido “Boa”, incidindo por “Fragmentada; Isolada; Transdisciplinar.”, “Desorganizada, mal administrada”, até “Saco de gato, oportunismo e perdido”, ou, mais assertivamente, “Plural; caótica; "balcão de favores"”. Igualmente alguns graduavam, ponderando com mais de três palavras sobre a unidade “A Facip é a melhor instituição de ensino que um aluno pode estudar. Falta estrutura, falta muitas coisas, mas a dedicação que a maioria dos profissionais que lá estão tem, não se encontra em qualquer lugar.”, uma vez que é “Uma instituição séria, que procura desenvolver um trabalho com qualidade”, e que está “Em crescimento, cheia de anseios, em busca de oportunidades dentro do espaço que tem e merece”. No entanto ocorre uma predominância nas respostas que remetem às grandezas da complexidade, burocracia e subordinação. Alguns, também ao criticar, consideravam que é “Sem foco definitivo”, e outros, pelo contrário, a avaliavam “Ótimo, necessário, estruturando-se”, “Apoiadora, organizada, fundamental”, de maneira a mostrar-se com desânimo para alguns, mas otimista, como no relato “Espaço interessante de se trabalhar”.

Mesmo levando em seu nome a palavra integrada, a FACIP não é definida como sendo uma unidade acadêmica com esse perfil, hoje a mesma possui 11 cursos, e diversas áreas do conhecimento, existem unidades acadêmicas com menos cursos e não conseguem colocar em prática essa integração, essa grande quantidade de cursos acaba gerando conflitos. Também foi colocado pelos docentes que a mesma é isolada, abandonada e que falta infraestrutura. Esse tipo de visão de ser isolada e abandonada provavelmente foi expressa porque sua gestão foi em grande medida feita a distância, ou centralizada na sede; e apesar de todos os esforços, ainda

não conseguiu assegurar a infraestrutura necessária para que todos os cursos tenham suas atividades realizadas com qualidade.

Apesar das dificuldades os docentes indicam que, por ser um fruto de expansão e ser jovem, a unidade está em crescimento e passa por mudanças constantes. Esse processo de construção é demorado, tem suas dificuldades assim, alguns acreditam que a FACIP tenha um futuro promissor e ponderam, indicando que ela está estruturando-se. Os docentes ainda relatam que a mesma é um ótimo lugar para trabalhar e estudar e que é organizada, sendo a mesma importante, necessária e fundamental para a comunidade. Infelizmente todas as qualidades que os docentes expressaram, apenas foi citado duas vezes que a mesma é democrática, o que nos leva a pensar em porque mesmo sendo uma unidade acadêmica ligada a uma Universidade Federal, a mesma não é muito citada nos questionários como sendo democrática. Nas entrevistas essa questão foi levantada para que pudéssemos aprofundá-la.

3.2.2.2. Pergunta - Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.

Sobre o processo de expansão, foi perguntado aos participantes como cada um analisava esse processo com três palavras. Por parte dos docentes, as expressões de opinião assinalavam mais os problemas do que seu caráter favorável. Deste modo, se evidenciou respostas como: “Pouco planejado”; “Precário, sem planejamento”; “Motivação política, desorganizado e sem planejamento”; “Crescimento, Desenvolvimento, Ampliação de oportunidades”; “Significativo - conturbado- necessário”; “Bom, lento, desatualizado”; “Democratização do ensino público; sem condições plenas de trabalho;”; “Interessante, ambicioso, sem planejamento.”; “Precário, lento e mal planejado”. Houve caso de docente que preferiu elaborar uma frase, dada talvez a dificuldade de se sintetizar, em só três palavras, a complexidade do processo de expansão da UFU, e assim ponderou: “Importante para o ensino público do Brasil, desorganizado pela falta de estrutura mínima, irresponsável pela falta de comprometimento dos reitores com os *campi*.”

A falta de planejamento foi um dos pontos mais indicados, seguido por demorado e complexo. O processo de expansão da UFU, assim como em outras universidades federais aconteceu após muitos anos de falta de investimento, as universidades não tinham condições nem de construir novas salas de aulas em seus *campus* constituídos. Quando aderiram ao Programa Expandir, a universidade recebeu um aporte muito grande e com um curto espaço de tempo para colocar no papel todo o planejamento dessa expansão. Excepcionalmente no Serviço Público Federal existe uma série de burocracias que precisam ser atendidas, e em outros

casos falta empenho pessoal das pessoas envolvidas, possivelmente por isso acontece a demora para a realização da mesma.

Novamente, apesar dessas dificuldades enfrentadas, alguns docentes acreditam no potencial transformador desta nova instituição, considerando seu projeto ambicioso, com potencial para o crescimento local e regional, positivo para região e promissor para comunidade. A expansão é encarada como necessária, importante e fundamental para a região. Alguns acreditam que devido ao fato da ida de um braço da universidade federal para uma cidade, que é polo regional, a mesma possa ajudar no desenvolvimento de toda uma região do triângulo mineiro e contíguas.

A questão política que envolve o processo também foi citada, sendo que a mesma foi encarada como partidária e oportunista, isso provavelmente porque cada *campus* novo do Programa Expandir acabou indo para cidades que tinham uma certa aproximação com o governo federal, como no caso de Ituiutaba. O seu caráter democrático praticamente não foi mencionado, devendo ser investigado mais a fundo.

3.2.2.3. Pergunta - Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique.

No questionário esta pergunta não tinha com instrução de resposta a quantidade de palavras. O que ocorreu foi uma divisão das respostas entre em “sim” e “não” e suas justificativas. Retirando as respostas simples de “sim” e “não”, grande parte dos respondentes afirmaram que as deliberações não têm os resultados desejados, vejamos algumas respostas: “Não. Por conta das incoerências políticas e institucionais, há pouca efetividade nas decisões tomadas tanto no curso quanto na unidade. As disputas políticas, vinculadas à [campus] Santa Mônica, dificultam em muito quaisquer projetos locais.”, “Não. A UFU tem inúmeras instâncias para que as decisões dos órgãos colegiados e coordenações possam ser desfeitas ou revogadas. Não parece ser tão fácil deliberar na UFU.”, “Não. Mas ao meu ver o problema maior é a representatividade dos participantes dos Conselhos superiores, eles não debatem o suficiente.”, “Nem sempre. Discussões relacionadas à falta de espaço físico, por exemplo, não são encaminhadas como deveriam para a reitoria. Sequer há reivindicações para que ocorra adequação do espaço físico (gabinetes/pesquisa).”, “Não, porque mesmo que tomemos decisões aqui na FACIP podem ser barradas na sede em função dos interesses de lá. Exemplo os programas de pós graduação que pensamos e que ouvimos um NÃO porque já tinham outros na sede.”, “Nem sempre, pois as deliberações que precisam de aval de instâncias superiores nem sempre são aceitas.”, “Nem sempre, pois muitas vezes a concepção de representação está

distante de atender às demandas dos representados.” e, “Nem sempre, porque ações e interesses políticos acabam dificultando a ocorrência de certas ações muitas vezes necessárias.”

No entanto alguns docentes, ainda que em número reduzido, contrariamente afirmaram: “Muitas vezes sim, pois a Direção sempre envolvida com os problemas de cada curso, tentando resolvê-los da melhor forma possível”, “Acredito que sim, pois estamos sendo bem representados pelo coordenador do curso e outros representantes da FACIP.”, “Sim, uma vez que todas as decisões são tomadas a partir de embasamento legal (das normas) e não para atender demandas específicas e/ou individuais.” e, “Sim. Elas representam na maioria dos casos um reflexo das discussões e entendimentos tidos entre os membros das instâncias deliberativas e os membros das bases.”

A partir das respostas podemos compreender algumas questões relevantes, como a falta de discussão nos órgãos, deliberações que podem ser revogadas nos órgãos superiores, mesmo esse não consultando o órgão inferior e as questões políticas envolvidas nos processos, que podem ocasionar decisões sem o devido objetivo.

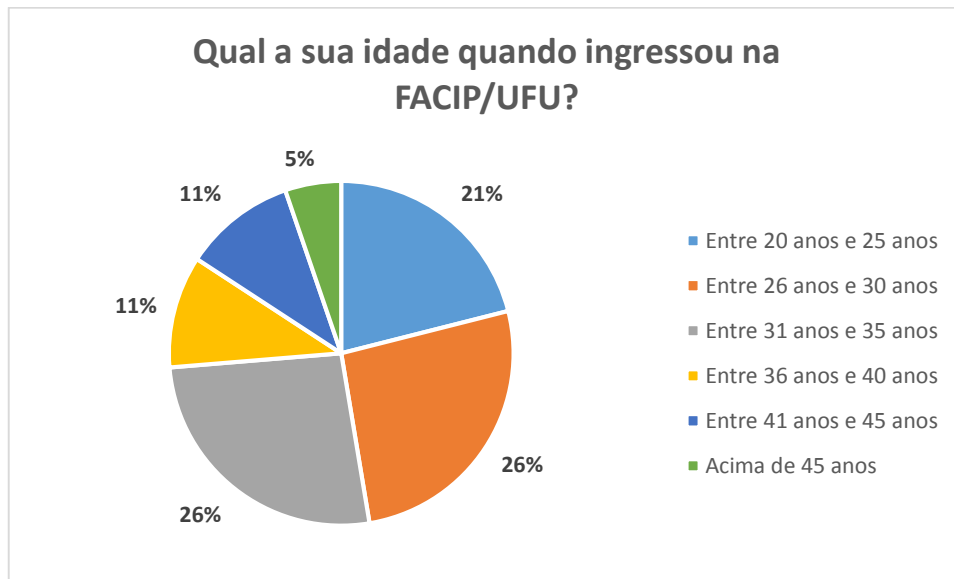
Aos docentes que acreditam na efetividade das deliberações, os mesmos têm em mente que a pessoa que o representa [nos Conselhos ou colegiados] é livre de possíveis arranjos para tomar decisões que individualmente lhe pareçam benéficas e, portanto, não necessariamente na vontade do coletivo que representa. E outros que pelo simples fato da direção da unidade acadêmica estar envolvida no processo de decisão, ratifica uma segurança com relação as decisões tomadas.

O que podemos evidenciar ao analisar as respostas abertas do questionário, é que os docentes criticam a forma como a expansão está sendo realizada, como isso afeta a unidade acadêmica em que seu curso está vinculado e que as decisões que deveriam, pelo menos em partes, minimizar os problemas relacionados a esse processo, não ocorrem, pelos motivos apresentados acima. Isso evidencia que os processos de decisão são geralmente vistos como complexos, senão problemáticos, e a expansão e a interiorização como insuficientemente planejadas, senão desorganizadas.

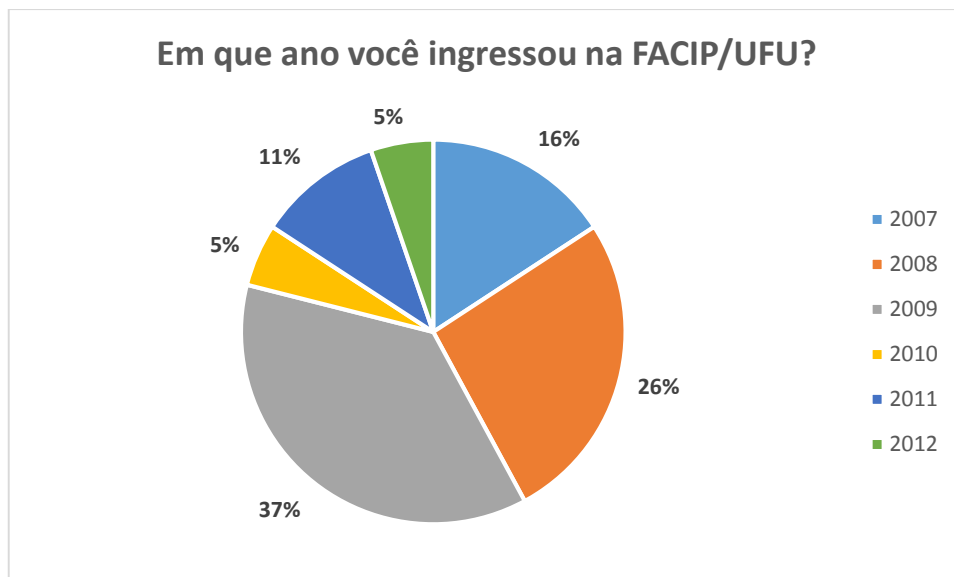
3.3. Dados dos Técnicos Administrativos

3.3.1. Dados das Questões Objetivas

A seguir serão apresentados os gráficos feitos a partir dos dados objetivos discutidos, de maneira que auxilie compreender o perfil dos técnicos Administrativos que atuam na unidade acadêmica e sua visão sobre a expansão e interiorização.

Gráfico 15: Idade quando ingressou

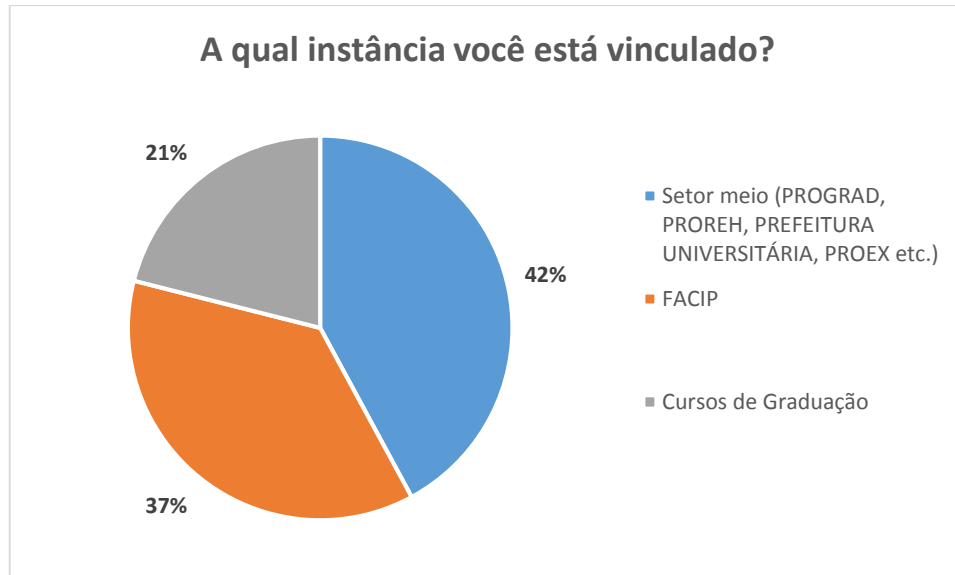
Ao contrário de alguns docentes que tiveram seu primeiro ou segundo emprego como docente na FACIP, uma grande parte dos técnicos já trabalhava e buscou o emprego público por estabilidade e benefícios que a maioria das empresas privadas não oferece, como um plano de carreira. Não obstante, a discussão da faixa etária expõe percentuais similares dos docentes.

Gráfico 16: Ano de ingresso

Assim como ocorreu com os docentes, os técnicos ingressaram prioritariamente entre os anos de 2007 e 2009, sendo o ano de 2009 quando ocorreu a maior parte das contratações, visto que como os projetos políticos pedagógicos foram pensados em dar a parte básica de cada curso primeiramente, a parte específica ficou para o decorrer do curso. Neste sentido, os laboratórios ficaram prontos em sua maior parte entre 2007 e 2009. Essa demora ocorreu principalmente por não se ter uma definição do que seria feito, se aguardaria a implantação dos

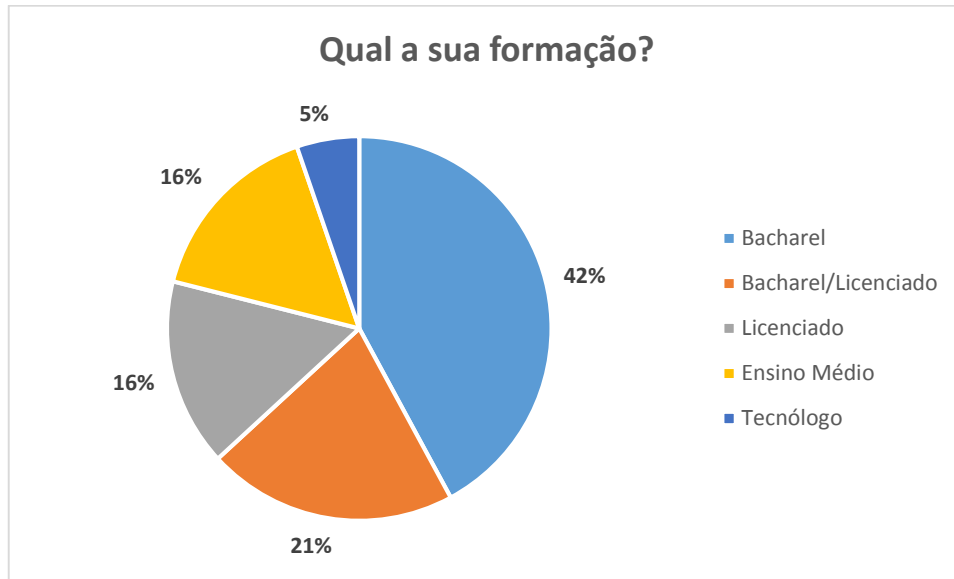
prédios novos ou se instalariam laboratórios provisórios. Sendo assim, foram sendo feitas as nomeações dos concursos para essas vagas neste intervalo de tempo.

Gráfico 17: Instância administrativa a que está vinculado



Apesar de existir esta distinção entre setores meios e setores fins, na realidade isso não existe regimentalmente na unidade acadêmica. O que ocorre é que a FACIP é uma unidade acadêmica fora de sede, sendo assim, tem suas Pró-Reitorias representadas pelos setores meio, que estão ligados com a sede administrativa. No entanto, esses técnicos são vinculados à unidade acadêmica FACIP, ou seja, a vaga de técnico não é da sede administrativa com exercício na unidade acadêmica, e sim técnico da unidade acadêmica exercendo atividades para Pró-Reitorias.

Esta pergunta foi necessária nos questionários para verificar como cada técnico se encara nesse contexto de unidade acadêmica fora de sede.

Gráfico 18: Qual é sua formação

A maior parte das vagas de técnicos ofertadas para serem ocupadas na unidade acadêmica são de nível médio ou nível médio + técnico de determinada área. No entanto, o que se nota é o alto grau de instrução dos técnicos lotados na unidade acadêmica, sendo que uma das técnicas entrevistadas considerou que por terem grau de escolaridade acima do solicitado em edital, os docentes e discentes teriam um maior respeito e admiração por eles. Isso é importante para o bom andamento das atividades administrativas, visto que grande parte dos procedimentos realizados dependem da utilização de informática ou por exemplo secretariado avançado, no qual se tem que realizar atas e pareceres.

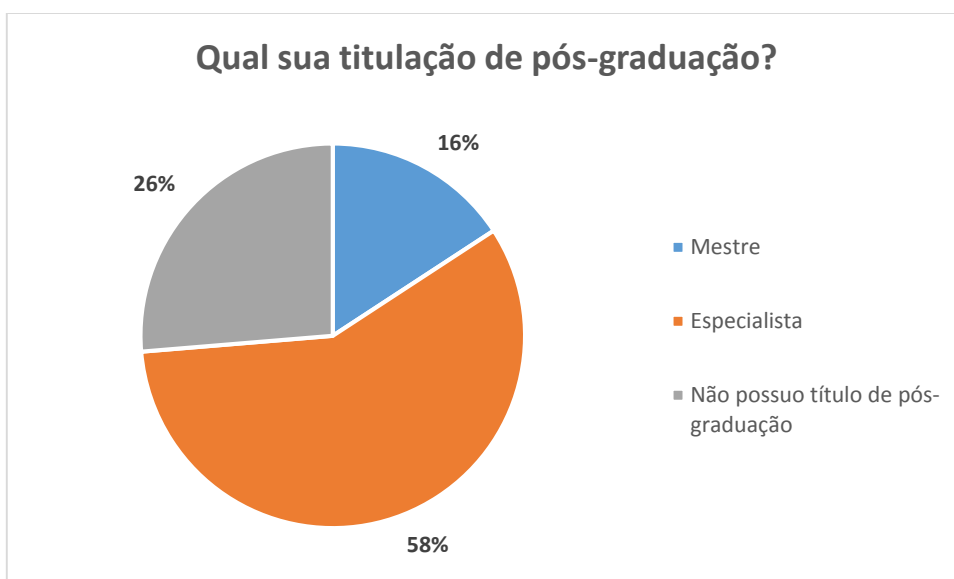
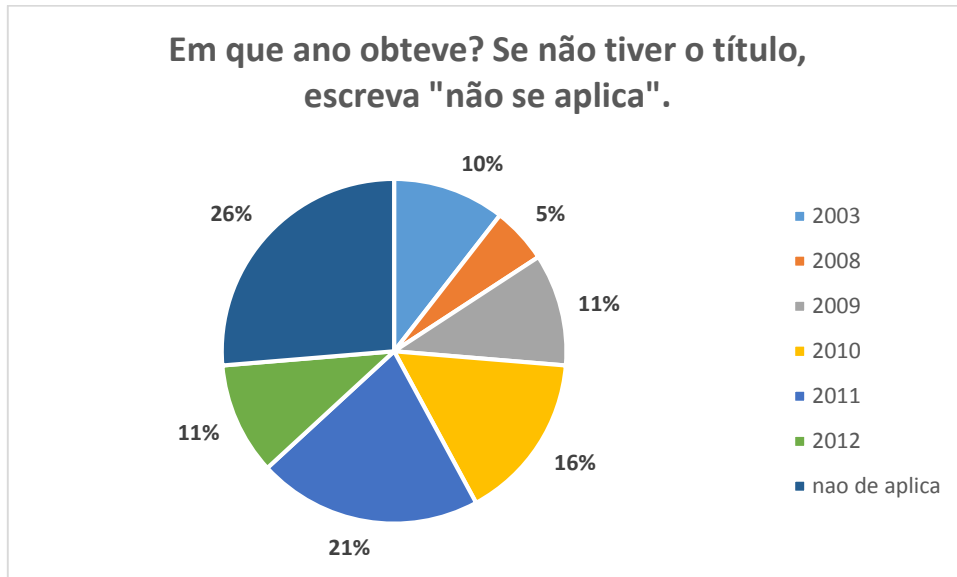
Gráfico 19: Título de pós-graduação

Gráfico 20: Ano de obtenção do título de pós-graduação

Um outro dado importante que podemos ver no gráfico 20 é grande quantidade de técnicos que possuem pós-graduação. No entanto, o que pode-se notar é que a obtenção do título foi após o ingresso na universidade, que tem políticas de qualificação importantes para os técnicos; sendo assim, seu salário aumenta em decorrência da sua qualificação.

No caso dos técnicos, ao contrário dos docentes, não se tem relato de pedido de afastamento para qualificação. O que ocorre é um acordo com a chefia direta para que ocorra flexibilidade no horário de trabalho para que o técnico possa se qualificar. Em uma unidade que tem um corpo de técnicos pequeno, é complicado deslocar outro técnico de outro setor para que o técnico possa se afastar e, ao contrário dos docentes, não existe a vaga de técnico substituto.

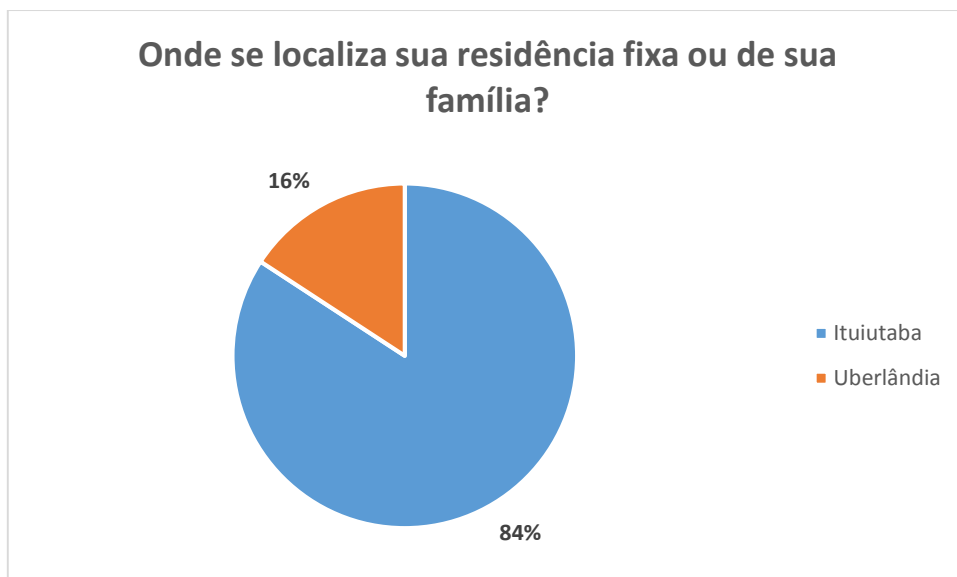
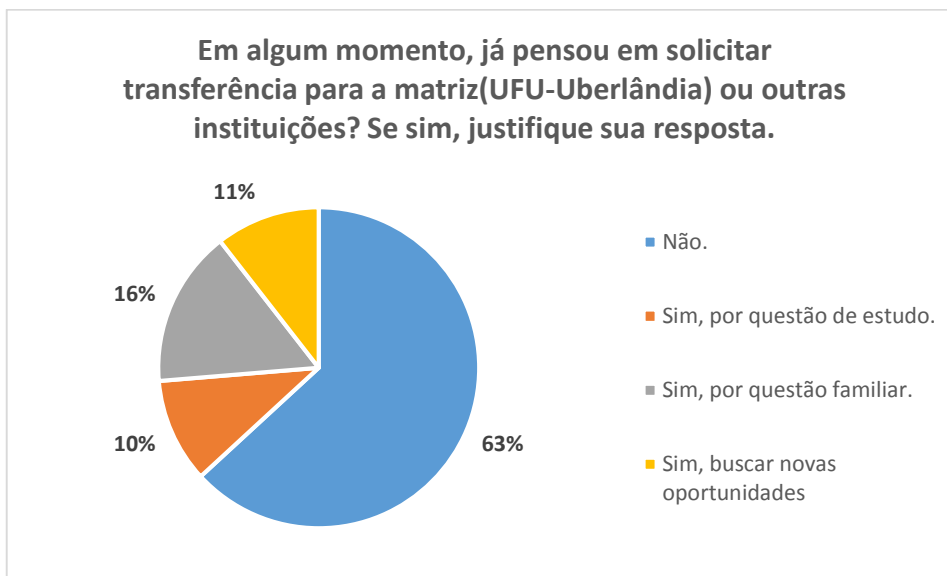
Gráfico 21: Localização da residência

Gráfico 22: Transferência para a Matriz ou outras IFES/Instituições

Apesar de hoje a maioria dos técnicos relatar que não tem pretensões de se transferir da unidade, no início era comum os pedidos de remoção, visto que em edital não foi informado para qual cidade era a vaga, dependendo então da classificação, o técnico poderia ir para a sede ou para unidade acadêmica. Isso gerou muitos transtornos, o que foi solucionado nos concursos seguintes. Hoje a maioria dos técnicos são da cidade ou tem residência fixa, como mostra o gráfico 22, o que cria um ambiente agradável de querer que a unidade cresça, fato relatado em uma das entrevistas realizada com uma técnica.

Esta pergunta era aberta no questionário e foi feito o gráfico fazendo a análise dos dados. Sendo assim, é importante salientar que, apesar do técnico desejar se transferir, em nenhuma resposta foi constatado que desejava se transferir porque o ambiente de trabalho não era bom ou por falta de estrutura para desenvolver suas atividades.

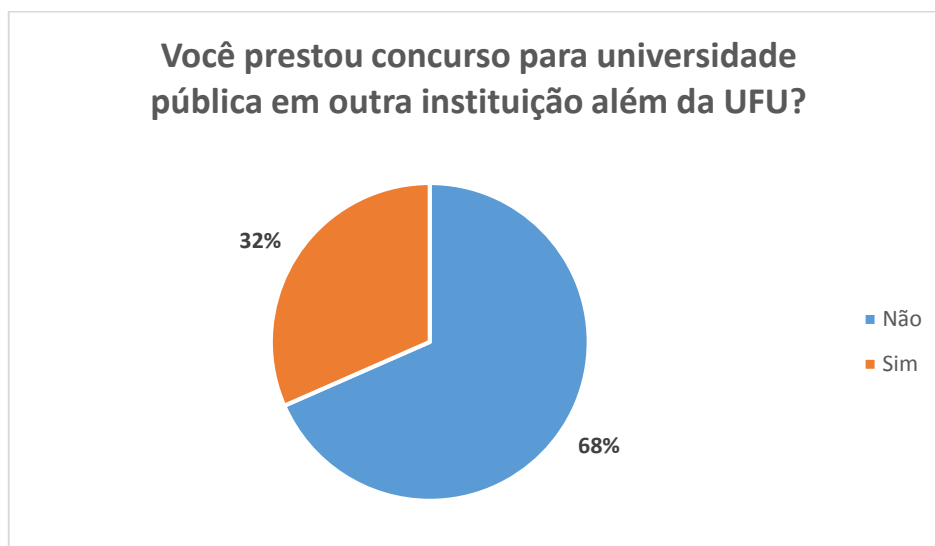
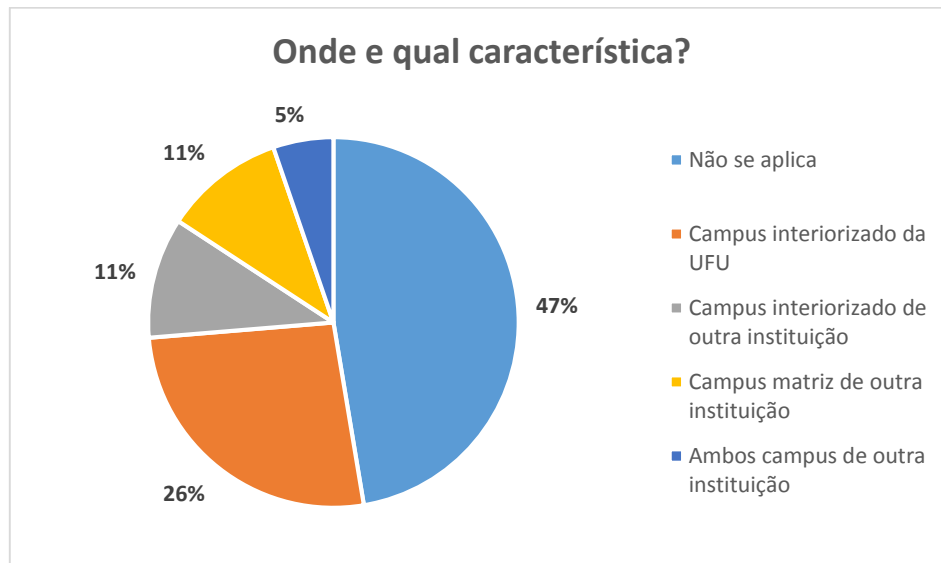
Gráfico 23: Concurso para outra instituição

Gráfico 24: Característica desta outra instituição

No caso dos gráficos 23 e 24 o que podemos notar foi um problema no entendimento da pergunta, na qual os técnicos que responderam que não tinham prestado concurso em outra instituição, em vez de marcar a opção não se aplica na pergunta seguinte, responderam por exemplo, *campus* interiorizado da UFU. Isso pode ter acontecido por não terem compreendido a pergunta seguinte, marcando a opção da característica da unidade acadêmica em que está vinculado (vide questionário no Apêndice).

Um outro dado importante é que os técnicos que prestaram concurso para outra instituição, também optaram em sua maioria por *campus* interiorizado ou a possibilidade de ser um *campus* fora da sede.

Através dos dados apresentados até o momento, podemos então traçar o perfil mediano dos técnicos: A grande maioria, 79%, tem graduação, com idade aproximada de 30 anos, sendo que 58% são especialistas e 16% mestres, titulado recentemente (após 2006), estão se qualificando após ingresso na FACIP, 84% afirmam ter residência fixa na cidade, pelo menos 63% não pensam em se mudar, o inverso dos professores. Uma parcela são jovens, com seu 1º emprego, e outra parcela possuem experiência anterior em empresas privadas.

3.3.2. Dados das Questões Abertas

Neste tópico serão apresentados os dados referentes às perguntas abertas do questionário dos técnicos. Assim como com os docentes, as perguntas foram realizadas no intuito de verificar qualitativamente a opinião dos participantes sobre questões pontuais. Foram selecionadas 3 perguntas do questionário, são elas:

- 1- Com três palavras, como você define a FACIP?

- 2- Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.
- 3- Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique.

3.3.2.1. Pergunta - Com três palavras, como você define a FACIP?

Quando perguntado aos participantes como eles definem a unidade acadêmica que trabalham, as respostas são de caráter mais afetuoso como “Sonho realizado em Ituiutaba”, “Referência ensino superior”, “Privilégio de convívio.” e, “*Campus* mais evoluído”, sucedendo o não tão afetuoso “Fogueira de vaidades.”, “Unidade acadêmica complexa”, até “Grande, desorganizada, impensada.”, ou, mais enfaticamente, “Precisa urgente de reestruturação”. Ocorre também referenciada ao seu papel, “Essencial, Formativo, Evoluindo.”, ou características relevantes como, “Independente, democrática, educação”, “Ensino, estudo, extensão.” e até mesmo exaltando “Qualidade, resistente, sucesso”.

Os técnicos enaltecem as qualidades da FACIP como sendo de qualidade, necessária e referência. Ao contrário de muitos docentes, hoje a maioria dos técnicos são da cidade de Ituiutaba. Neste sentido, os mesmos encaram a presença da unidade na cidade com um olhar mais de satisfação, de uma maneira que contribua para os anseios da comunidade. Eles entendem que a mesma está se desenvolvendo e tem muito para crescer e que evolui com o tempo.

Um dado importante é que alguns técnicos apresentam o ensino e a extensão como sendo palavras que definem a FACIP. No entanto, não aparece a pesquisa, o quê nas entrevistas foi melhor analisado para entender como o tripé ensino-pesquisa-extensão ocorre na unidade.

A unidade também teria suas dificuldades, que são apresentadas como sendo “complexa”, “impensada”, “fogueira das vaidades”, composta por vários cursos, que existe sim uma complexidade enorme para que a mesma funcione com qualidade; sobre ser “impensada” isso remete à falta de planejamento expressada pelos docentes; e um ponto curioso seria a “fogueira das vaidades”, que provavelmente seria alguma indicação que os docentes, em alguns casos, são complicados de conviver e trabalhar.

3.3.2.2. Pergunta - Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.

Sobre o processo de expansão, foi perguntado aos participantes como cada um analisava esse processo com três palavras, por parte de alguns técnicos, assim como os docentes, as expressões de opinião assinalavam mais os problemas do que seu caráter favorável. Deste

modo, se evidenciou respostas como: “Desorganizado, desordenado, útil”; “Deveria ser melhor planejado”; “Sem planejamento adequado”; “Merece ampla reflexão.”; “Mal estruturado e planejado.”; “mal planejado, honroso, sem qualidade”; “Lento, necessário e promissor”. Outros se referenciaram a expansão como, “Oportunidades, perspectivas melhores”; “Interessante, progressista e inovador”; “Oportunidade, crescimento e desenvolvimento.” e, “Ampliação, reestruturação e crescimento”. Houve o caso de um técnico que preferiu elaborar uma frase, dada talvez a dificuldade de se sintetizar, em só três palavras, a complexidade do processo de expansão da UFU, e assim ponderou: “Importante, pois além de possibilitar que a própria Universidade se desenvolva enquanto instituição pública, oferece possibilidade para que pessoas que antes não tinham condições de sair de suas cidades possam frequentar os cursos superiores oferecidas pela UFU.”

Assim como os docentes, os técnicos também criticam a expansão como sendo um processo mal planejado, impensado e desorganizado. Infelizmente esta é a realidade no caso da FACIP, como tudo foi demorado e teve que ocorrer da maneira que fosse possível para ser realizada, a expansão para o Pontal teve e ainda tem essa característica.

Os técnicos salientam também o caráter de geração de oportunidades, crescimento e ampliação, pois foram gerados muitos empregos pela expansão e com seu crescimento em curso provavelmente amplie as possibilidades para abertura de novas vagas. Isso em uma cidade que tem o foco no agronegócio, é importante, para que possa acontecer uma mudança de olhar e novas oportunidades para a população, seja de emprego, seja pela possibilidade de ingressar em uma universidade federal de qualidade.

3.3.2.3. Pergunta - Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique.

No questionário esta pergunta não tinha critério quanto a quantidade de palavras. O que ocorreu foi uma divisão das respostas entre em “sim” e “não” e suas justificativas, assim como nos docentes. Retirando as respostas simples de “sim” e “não”, grande parte dos respondentes afirmaram que as deliberações não têm os resultados desejados, algumas respostas foram: “Nem sempre. Há ocasiões em que a burocracia, entre outros fatores, inviabiliza as melhores decisões.”, “Não. O processo está correto, mas as pessoas (conselheiros) decidem muitas coisas que são contra as regras ou já foram normatizados em outro local. Falta conhecimento, boa vontade e estudo dos conselheiros, por isso, não atinge os resultados. Quando os conselheiros estudam, ai sim, temos resultados satisfatórios.”, “Nem sempre os resultados são os adequados, muitas vezes atendem interesses específicos.”, “Não. Falta comunicação, falta vontade, falta

um olhar mais humanista.” e, “Não. Isto porque existem muitos para interferir nos processos decisórios, mas pouco interessados em participar efetivamente das mudanças e das atividades.”

Alguns técnicos, ainda que em número reduzido, contrariamente afirmaram: “Na instância que participo, sim. Pois os professores e pessoas que estão na frente, na maioria, são bem sensatas e tomam ótimas decisões frequentemente.”, “Sim. Pois tem contribuído para os resultados conquistados pelo curso nas avaliações oficiais.” e, “Tem bons resultados, às vezes os resultados não satisfatórios é por falta de mais empenho de alguns colegas.”

Um outro dado relevante seria o de que alguns técnicos responderam “não se aplica” ou “desconheço”, provavelmente por serem de setor meio, não se sentem representados, ao contrário de como acontece com os técnicos que são ligados aos cursos e a Diretoria. Tal dado, de qualquer modo, é indicativo de limitação na participação das decisões e gestão.

A partir das respostas podemos compreender algumas questões relevantes, como a falta de estudo da pauta das reuniões, decisões contra normatizações ou decisões que visam interesses específicos, e que geram decisões com pouca efetividade válida.

Aos técnicos que acreditam na efetividade das deliberações, entendem que seus representantes são sensatos e por isso tomam melhores decisões, ou que as decisões tomadas têm se refletido nos resultados obtidos junto ao MEC, o que demonstra um certo nível de alienação com relação à busca de resultados.

O que podemos evidenciar ao analisar as respostas abertas do questionário, é que é possível compreender que os técnicos avaliam a expansão e a unidade acadêmica de forma mais “suave”, com um olhar mais “afetuoso”, provavelmente porque a grande maioria é da cidade, ou seja, tem a “esperança” e acredita que todo o processo, apesar dos percalços, é importante e necessário, apesar dos problemas enfrentados. Sobre os processos decisórios, assim como os docentes, os técnicos acreditam que falta um maior comprometimento dos representantes para com as pautas e que as discussões estão aquém do que seria interessante para se tomar boas decisões. Esta opinião mais crítica parece ser a dos técnicos mais envolvidos com colegiados e que convivem mais com a categoria dos docentes, o que se evidenciou em uma das entrevistas semiestruturadas (Entrevista Carla).

3.4. Dados dos Discentes

3.4.1. Dados das Questões Objetivas

A seguir serão apresentados os gráficos feitos a partir dos dados objetivos, discutidos de maneira que auxilie compreender o perfil dos discentes que estudam na unidade acadêmica e sua visão sobre a expansão e interiorização.

Gráfico 25: Ano de ingresso

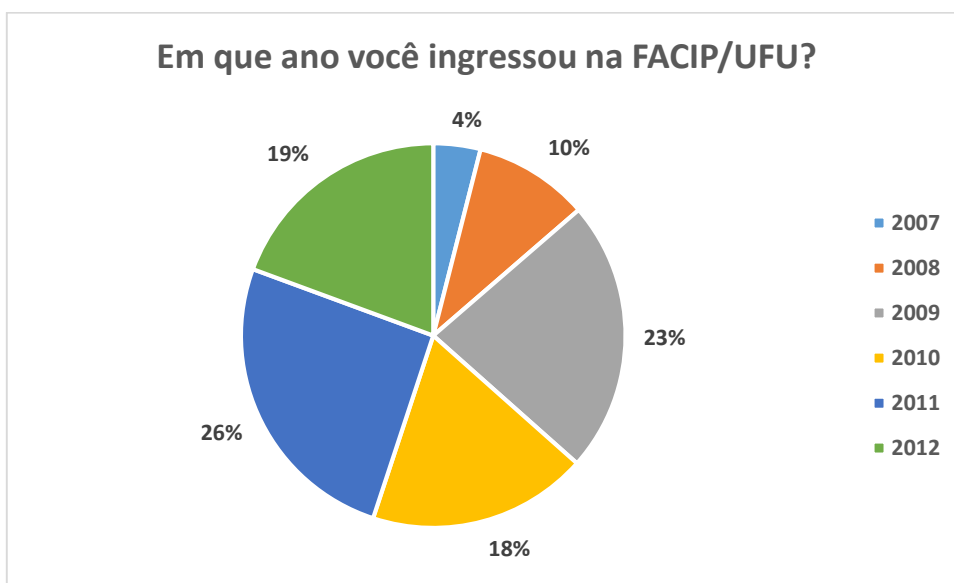


Gráfico 26: Curso matriculado

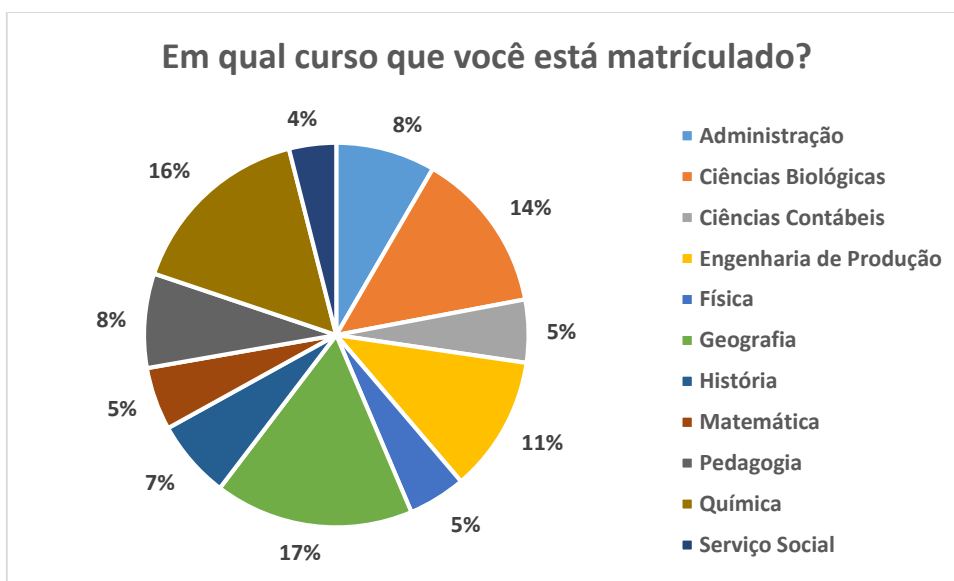
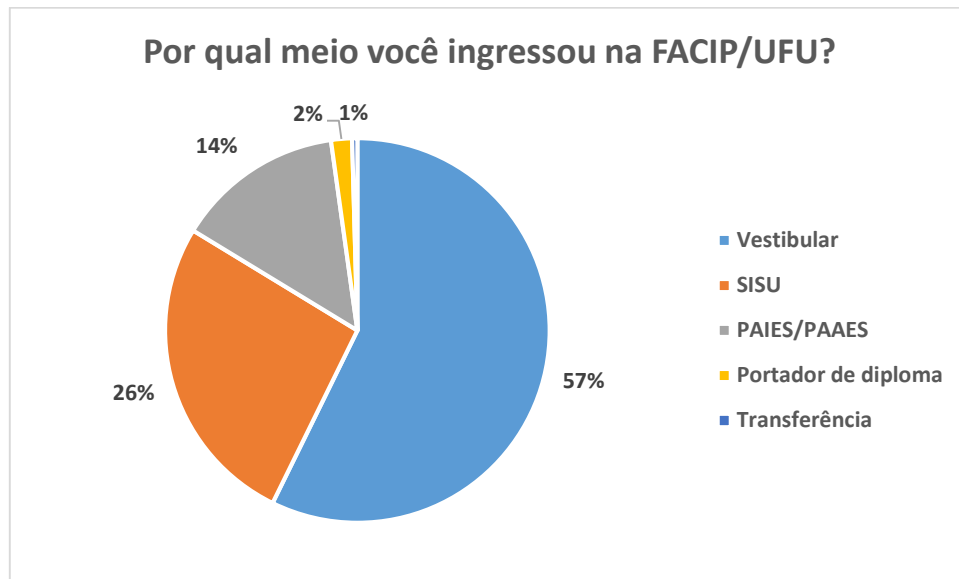
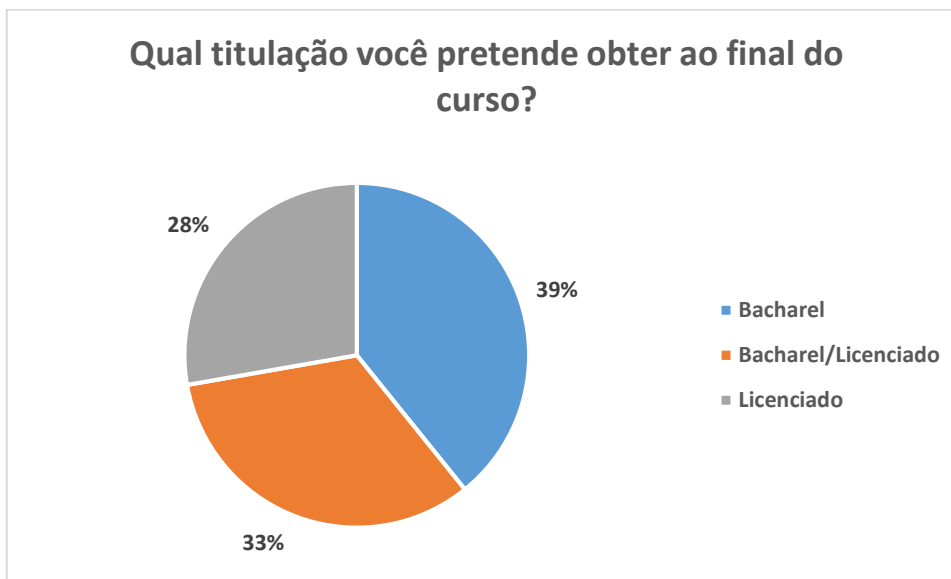


Gráfico 27: Meio de ingresso

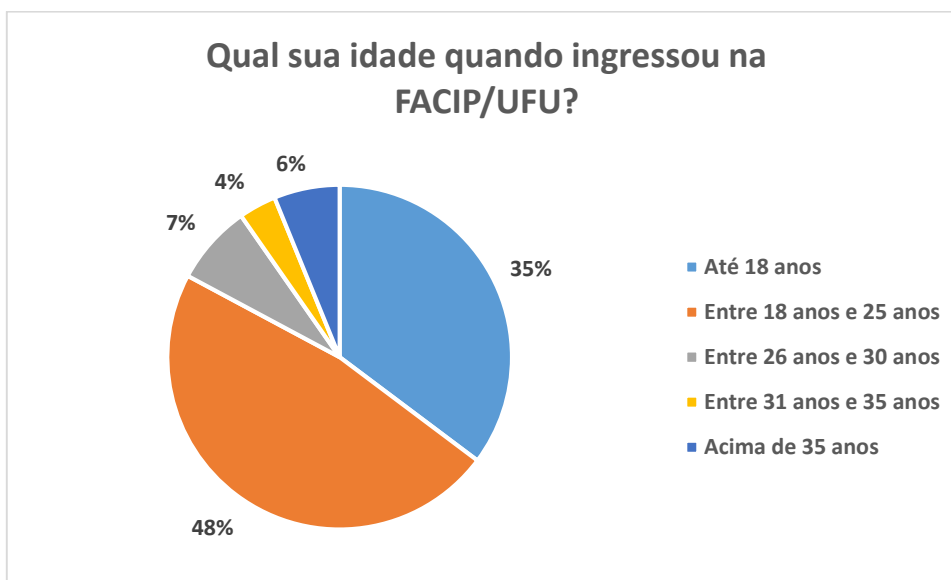
Nos gráficos 26, 27 e 28 podemos verificar a grande diversidade de informações, como por exemplo, no caso dos participantes do ano de ingresso 2007 e 2008, são menores em comparação com os outros anos, devido a grande maioria dos discentes já estarem formados. No entanto, é importante relatar neste mesmo dado uma quantidade significativa de discentes retidos, uma realidade constante nas universidades brasileiras devido as dificuldades enfrentadas em acompanhar os cursos de graduação supostamente pela baixa qualidade advinda do ensino básico e/ou inabilidade dos docentes em lidar com o perfil do aluno, ou mesmo pelas dificuldades de alguns alunos de conciliar estudos e trabalho.

A partir do ano de 2011 ocorre uma nova modalidade de ingresso na universidade que é o SISU, uma nova oportunidade de ingresso que mudou o perfil das universidades, porque antes uma grande parcela dos alunos era da região; hoje o que ocorre é que estudantes do Brasil inteiro tem oportunidade de ocupar uma vaga na instituição. Diversidade esta que, no entanto, não pode ser tomada como indicadora de maior inclusão ou democratização do acesso. De nosso ponto de vista tornou a concorrência entre alunos da região e alunos de outras regiões mais acirrada.

Sobre a participação, olhando a questão dos cursos matriculados, comprovamos que ainda cursos que tem um caráter mais voltados para humanas e formação de professores tem maior participação em responder questionários, tanto docentes quanto discentes, visto que boa parte das pesquisas depende da investigação com pessoas, e uma forma rápida e simples de obtenção de dados é através de questionários.

Gráfico 28: Titulação egresso

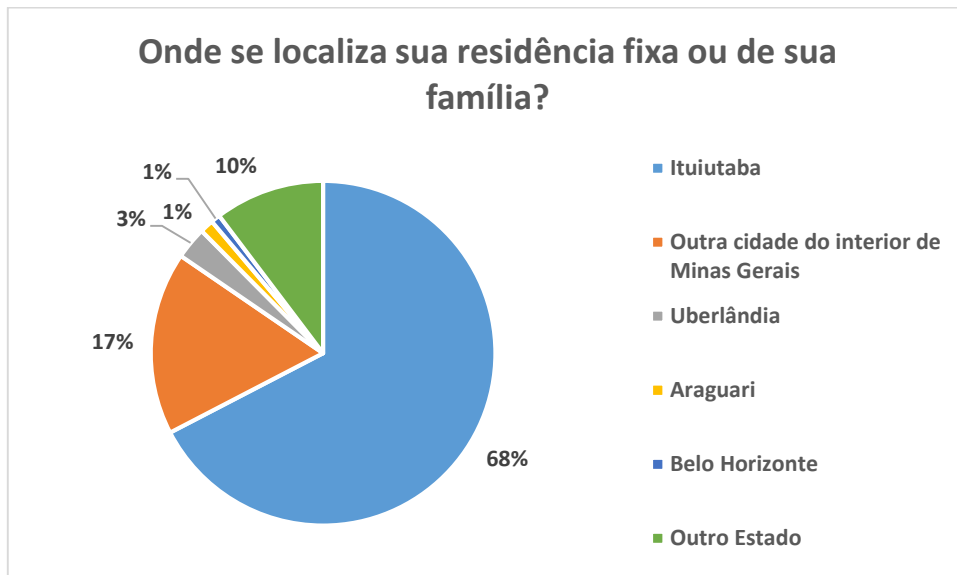
Sobre a titulação obtida no final da graduação, podemos verificar que é a balança ainda pesa para a formação de bacharéis, apesar da maioria dos cursos ofertados serem de licenciatura, isso acontece principalmente pela desvalorização da carreira docente no ensino básico, sendo assim, a busca por melhores oportunidades atrai os estudantes a cursos com formação de bacharelado, como no caso de Engenharias e Ciências Exatas.

Gráfico 29: Idade de ingresso

Nos dias atuais, com o ingresso no ensino básico cada vez mais cedo, os alunos ingressam cada vez mais novos no ensino superior, como mostrado no gráfico 29, onde mais de 1/3 dos alunos não obtiveram a maioridade e praticamente metade tem entre 18 e 25 anos.

Uma questão importante é a relativa aos cursos nos quais ingressam. Muitas vezes quando perguntados, os mesmos indicam que escolheram suas futuras profissões visando a questão de ganho financeiro, ou incentivados pela família. No entanto, muitos acabam evadindo dos seus cursos quando percebem que não era aquilo o que realmente procuravam ou mesmo não apresentam as disposições e capitais requeridos pelos professores e instituição para sua manutenção e superação dos obstáculos da formação; ou ainda recebem insuficiente apoio da universidade para se manterem. Neste sentido, quando a universidade, conhecendo o perfil de seu ingresso, poderia proporcionar mais visitas a seus espaços para informar seus futuros alunos sobre os cursos, além de estruturar políticas de manutenção proporcionais às de acesso.

Gráfico 30: Residência fixa



Como a grande parte dos discentes que responderam o questionário ingressaram através de vestibular até o ano de 2010, antes do SISU, confirma a questão do ingresso regional predominante, somente após o SISU que verificamos uma mudança do perfil do ingresso.

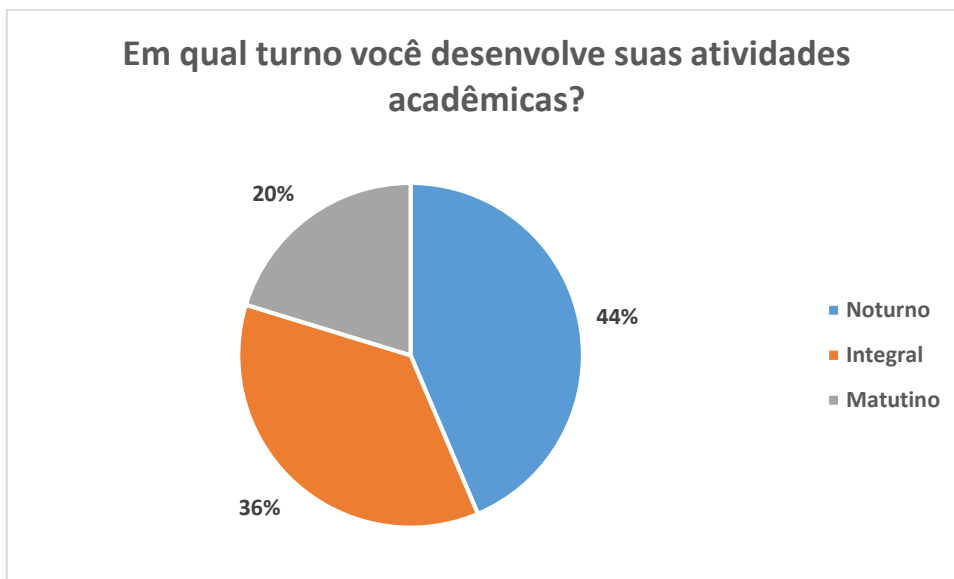
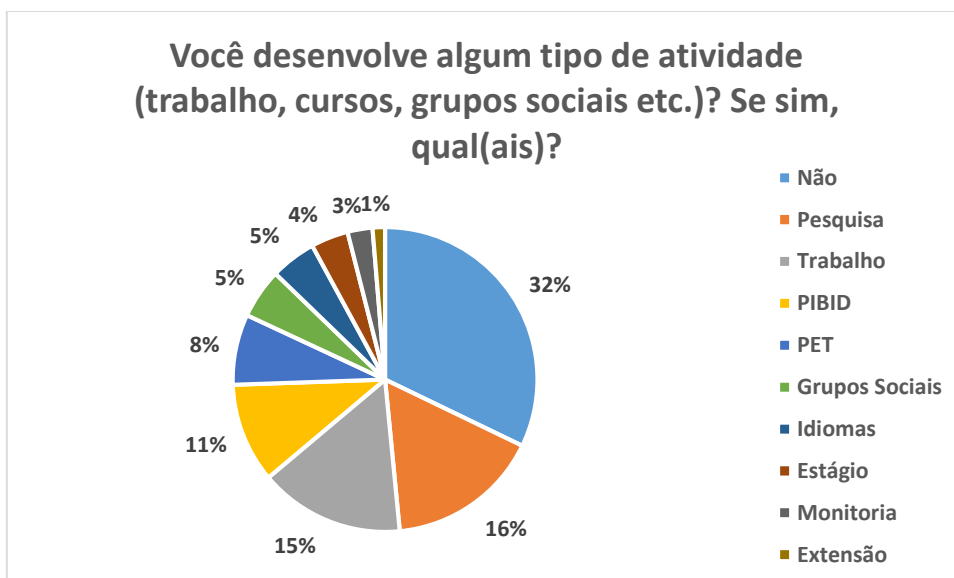
Gráfico 31: Turno matriculado**Gráfico 32:** Atividade extra curso

Gráfico 33: Horas dedicadas a atividade extra curso

Nos gráficos 31, 32 e 33, podemos analisar que praticamente metade dos alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas no período diurno e a outra no noturno, sendo que 2/3 desses discentes realizam atividades extras ao curso que frequentam, sendo que a maioria consome de seu tempo de 6 a mais de 30 horas. Verificamos que uma parcela significativa dos alunos tem um curto espaço de tempo para se dedicarem de forma saudável às atividades de ensino do seu curso, ocorrendo muitas vezes um sobrecarga de estudos, pesquisa e trabalho/outras atividades, o que pode prejudicar na sua vida acadêmica, prolongando o tempo de formação.

Podemos traçar o perfil mediano dos discentes, através dos dados apresentados até o momento: A grande maioria ingressou via vestibular, anseiam mais bacharelado do que licenciatura, mas alguns acham importante obter licenciatura, com idade aproximada de 17 a 25 anos, sendo que 1/3 com até 18 anos, quase 70 % residem na cidade, grande parte realizam suas atividades acadêmicas principalmente no turno noturno, 70 realizam atividades além do curso, 63% empenham + de 10h/semana nas atividades extra curso, sendo essas atividades geralmente ligadas à pesquisa, PIBID, PET, estágio e monitoria (42%) ou trabalho (15%).

3.4.2. Dados das Questões Abertas

Nos questionários dos discentes, também foram adicionadas algumas perguntas abertas, mas ao contrário dos docentes e técnicos, foram selecionadas duas perguntas diferentes, sendo uma questionando sobre a FACIP e a outra sobre as decisões tomadas no curso, para que

pudéssemos verificar como é vista a unidade acadêmica e o curso de uma forma mais pontual pelos discentes.

Sendo assim, foram selecionadas 3 perguntas do questionário dos discentes, são elas:

- 1- Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.
- 2- A FACIP proporciona tudo que você e seu curso necessitam para o desenvolvimento de sua formação? Justifique.
- 3- Você se sente um participante ativo nas decisões tomadas no seu curso? Explique em poucas palavras.

3.4.2.1. Pergunta - Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU.

Sobre o processo de expansão, foi perguntado aos participantes como cada um analisava esse processo com três palavras, apesar de termos uma quantidade significativa de respostas como “Ótimo. Excelente, Perfeito”; “Bom para todos”; “Muito boa” e “Bom”, por parte de alguns discentes, assim como no caso dos docentes e técnicos, as expressões de opinião assinalavam mais os problemas do que seu caráter favorável. Deste modo, se evidenciou respostas como: “Falta muito para ser bom.”; “Lento, lento e demorado.”; “Precário, deficiente, Corrupto.”; “Atrasado, lento e promissor”; “Falta de planejamento.”; “Fraco, demorado, sem estrutura”; “Incompleta, politicagem, desvio de verba.”. Outros se referenciaram a expansão como, “Oportunidade, crescimento lento.”; “Importante processo de inclusão”; “Comodidade, educação, capacitação.” e, “Necessário, oportunidade e geração de emprego.”. Houve o caso de alguns discentes que preferiram elaborar uma frase, dada talvez a dificuldade de se sintetizar, em só três palavras, a complexidade do processo de expansão da UFU, e assim ponderaram: “Foi ótimo, pois possibilita, várias pessoas que não podem pagar uma faculdade particular, realizar um sonho de conseguir um diploma superior.”; “É de suma importância para aumentar a educação no país.” e “Muito bom, ajudou muito, só acho que ainda falta mais cursos, aqui pro nosso *campus*, no caso o de Ituiutaba-MG.”.

Sendo um consenso entre docentes, técnicos e discentes, a expansão da UFU é considerada mal planejada, com pouca estrutura, devagar e desorganizada, isso porque grande parte dos discentes que participaram da pesquisa, passaram por todos os problemas que a implantação da FACIP passou, como estudar em prédios alugados, sem laboratórios adequados e ambiente universitário real, muito parecido com uma escola, ou de período integral ou noturna.

Mesmo com as críticas, os discentes consideram a expansão é importante, necessária, essencial e fundamental, porque grande parte desses discentes, sendo da cidade ou região, não

teriam outra oportunidade para frequentar o ensino superior público, se não fosse possível a abertura desta unidade acadêmica. Os discentes acreditam que essa expansão traz crescimento, desenvolvimento e progresso para a cidade e região, gerando conhecimento e o difundindo através do ensino e extensão, e em menor participação, pela pesquisa.

Um número menor dos discentes, associa a expansão da UFU sendo oportunista, desvio de verbas e política, isso porque muitas são as discussões sobre como a expansão está sendo feita e de uma possível má gestão da verba destinada para a mesma. Mais uma vez o item democrático é poucas vezes citado, apesar da expansão ter como um de seus focos gerar uma democratização do acesso ao ensino superior.

3.4.2.2. Pergunta - A FACIP proporciona tudo que você e seu curso necessitam para o desenvolvimento de sua formação? Justifique.

No questionário esta pergunta não tinha critério quanto a quantidade de palavras. O que ocorreu foi uma divisão das respostas entre em “sim” e “não” e suas justificativas, assim como nos docentes e técnicos. Retirando as respostas simples de “sim” e “não”, grande parte dos respondentes afirmaram que a FACIP não consegue proporcionar o que o discente e o curso precisam para desenvolver a formação esperada, algumas respostas foram: “Não. A FACIP deixa a desejar em alguns pontos, como por exemplo, nas práticas de atividades no laboratório e os próprios laboratórios, e falta de recursos que beneficiem a estadia do estudante durante seu processo de graduação. Pode ser citado também a dificuldade de locomoção e alimentação referentes à mesma.”, “Não tem livros de cálculo e geometria analítica suficientes para atender a demanda”, “Não, falta ainda uma infraestrutura física adequada, bem como, um corpo docente adequado para exercer seu cargo que foi concedido.”, “Não, temos ainda o problema de falta de professores ou professores não tão qualificados como o esperado, além de possuir a "briga" política interna que prejudica o desenvolvimento do curso e da unidade. Também esbarramos na falta de incentivo para a participação ou desenvolvimento de atividades extracurriculares.”; “Não tudo, porque ainda falta professores em áreas específicas, laboratórios, infraestrutura deixa muito a desejar, alojamentos, RU não tem, cursos de língua estrangeira para os discentes, são pouquíssimas bolsas que eu não concordo a forma de distribuição, etc.”; “Quase tudo, pois as aulas laboratoriais ficam a desejar, as análises quase sempre são realizadas em campo, por exemplo, análise de solos necessita de análises com instrumentos personalizados como microscópio e não possuímos. Tenho noção de que necessita da solicitação do professor responsável para a aquisição dos materiais porém sempre que pedidos não se tem verbas para a aquisição.”; “Não, pois uma questão muito importante para que haja qualidade no ensino é ter

livros disponíveis na biblioteca, mas para algumas disciplinas não existe bibliografia e para outras a que tem é insuficiente.”; “Não, Infelizmente para se chegar a um ensino de qualidade em uma universidade federal o processo é lento, com isso existem alguns aspectos no qual a UFU- FACIP enfrenta, o grande problema no momento é a falta de professores, e a permanência destes na cidade para acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos alunos.”; “Não, há uma falha muito grande, que é a ausência de laboratórios que atendam à necessidade dos graduandos. Parte dos discentes são impossibilitados de desenvolver suas respectivas pesquisas devido a isso. Essa ausência compromete, também, a qualidade das aulas práticas.”; “Não. Viagens a campo são necessárias como aulas práticas, e não realizamos nenhuma. Falta verba e transporte.”; “Não. Começa pelos professores que não tem preparação para lidar com o estudante que acaba de chegar do ensino médio praticamente despreparado e começa jogando um mundo de conteúdo sem trazer a abordagem histórica que na minha opinião ajuda no processo de construção do conhecimento e assim continua no curso todo, até que o estudante não consegue mais e cai em desespero. É o que aconteceu comigo, estou com um estresse, ansiedade, depressão, e a FACIP não tem profissional que possa me ajudar”; e, “Não, falta inspeção, muitos professores faltam as suas atividades, muitas provas são substituídas por trabalhos porque as matérias não foram dadas, os laboratórios não estão todos prontos, não temos restaurante universitário, não temos ar condicionado na biblioteca, entre outros.”

Cerca de 1/3 dos discentes, contrariamente afirmam: “Eu acredito que mesmo com os laboratórios ainda em andamento tudo que precisamos até agora foi possível ser feito neles.”, “Proporciona sim, e as oportunidades que sempre surgem, abrem novas oportunidades para a pesquisa ser realizada onde os alunos quase sempre são contemplados com bolsas o que incentiva o ingresso nessa área.”; “Sim, faço parte da FACIP ainda nos tempos que não havia prédio, laboratórios adequados, entre outros. Mas ao longo dos anos esses empecilhos foram sendo superados e hoje a FACIP proporciona sim tudo o que é possível para o desenvolvimento de minha formação.”; “Sim. A FACIP tem excelentes professores, as mesmas oportunidades e vontade de fazer seu nome.”; “Sim. Sempre está inovando colaborando para novos projetos voluntários, trabalhos de campo, projetos com bolsas.” e, “Acredito que nenhum curso de nenhuma instituição seja tão completo a ponto de suprir todas as necessidades de todos os alunos. Por isso cada indivíduo deve procurar por conta própria aquilo que tem mais interesse. A universidade oferece uma base sólida, o resto é por conta de cada um.”

A partir das respostas podemos compreender algumas questões relevantes, como a falta de laboratórios, de verba para visitas de campo, de profissionais da saúde para atender os discentes, docentes e técnicos e a fraca infraestrutura e defasagem da biblioteca, são pontos que

foram levantados e que são o mínimo necessário para que as atividades acadêmicas sejam desenvolvidas.

Os 33% dos discentes que acreditam que a FACIP proporciona tudo que ela e o seu curso necessitam, provavelmente são os que tem todos os laboratórios prontos, grande quantidade de docentes no curso e não precisam fazer visitas técnicas ou de campo.

Analisando as respostas, fica evidente que a FACIP precisa melhorar em muitos aspectos para oferecer ensino, pesquisa e extensão com a qualidade esperada por uma Universidade Federal.

3.4.2.3. Pergunta - Você se sente um participante ativo nas decisões tomadas no seu curso? Explique em poucas palavras.

Assim como na pergunta anterior, ocorreu uma divisão das respostas entre em “sim” e “não” e suas justificativas, assim como nos docentes e técnicos. Retirando as respostas simples de “sim” e “não”, praticamente 80% dos respondentes afirmaram que não se sentem participantes ativos nas decisões tomadas no curso, para entender melhor vejamos algumas respostas: “Não, pois não somos chamados para saber o que se passa, somente chegam as notícias até nós.”, “Não muito, já que não possuo um tempo para participar dessas decisões.”, “Não, muita das vezes as coisas acontecem sem sermos avisados.”, “Não. Nem sempre somos ouvidos, nem sempre nossas opiniões são levadas a sério.”; “Não. Além de ser um curso que exige muito tempo de estudo dos alunos, não fico informada dessas decisões. O DCE não havia sequer um integrante do meu curso [regra esta que deveria ser estipulada], onde os benefícios oferecidos eventualmente para UFU são selecionados restritamente há alunos de certos cursos, que se beneficiam disto.”; “Não, por falta de tempo e envolvimento nas questões.”; “Não, o discente só existe da sala de aula pra dentro no interior das faculdades burocráticas do meu curso.”; “Não. Nunca tive oportunidade de participar de nenhuma decisão tomada no meu curso, como por exemplo mudança da grade horária (que foi reformulada recentemente), eleição de Coordenador do curso.”; “Não. Muitas decisões só ficamos sabendo depois, o Projeto Político, por exemplo, foi alterado e muitos alunos mais antigos no curso estão sofrendo com isso, pois não temos resposta de nada e ninguém pra ajudar ou responder as dúvidas.”; “Não, não sinto um participante ativo nas escolhas do meu curso, mas acho que é pelo fato de não acompanhar como isso acontece pelo fato dos vários afazeres que possuo.”; “Não me sinto um participante ativo, as ordens vem de cima, mas sei da importância de o aluno ter voz, e opinar.”; “Não, pois as principais decisões são tomadas pelo colegiado que pouco se importam com a opinião dos alunos.”; “Não, gostaria que houvesse mais divulgação das pautas discutidas nas reuniões do

colegiado e que houvesse participação ativa dos alunos.” e, “Não, pois até hoje não fui convidado a opinar nem a ouvir sobre as decisões que foram tomadas.”

Por outro lado, alguns discentes, mas com número reduzido, contrariamente afirmam: “Sim, procuro sempre participar das eleições e procurar saber o que vem acontecendo para tais tomadas de decisões acontecerem.”, “Sim, existem votações e discussões sobre as decisões a serem tomadas.”; “Sim, procuro sempre participar das decisões políticas dentro da universidade e acredito que isso deveria ser feito por todos os alunos.”; “Sim, sempre fui participativa e por ser da 1ª turma os alunos que tiveram que buscar melhorias e avanços para o desenvolvimento deste curso, já que o curso foi aberto com somente 3 professores”; “Sim ...porque temos acesso com as decisões e sempre a abertura para questionamento, ou sugestões. Prevalece a democracia.” e, “Sim, faço parte do Colegiado do Curso, sei do que se passa no curso e, por ser uma pessoa bastante comunicativa, sou informado e ouvido no curso, tanto pela estrutura docente e organizacional do curso, quanto pelos discentes.”

A partir das respostas podemos compreender algumas questões relevantes, como a falta de estudo da pauta das reuniões, a falta de publicidade das discussões, o tempo apertado para participar de reuniões, decisões que são tomadas não levando em consideração a opinião dos discentes, como o caso dos projetos pedagógicos, ainda que não podemos desconsiderar a alusão à democracia ainda que referida em uma única fala, e se faça necessário uma crítica a uma certa passividade de alunos que dizem não participar por “não serem convidados”.

Os discentes que acreditam na efetividade das deliberações, entendem que seus representantes são sensatos e por isso tomam melhores decisões, ou se sentem participativos porque podem expressar suas opiniões em reuniões ou assembleias, e ainda houve o caso do que parecia convicto de que “Prevalece a democracia.”.

O que podemos evidenciar ao analisar as respostas abertas do questionário, e que é possível compreender que os discentes, no que tange os processos decisórios, assim como os docentes e técnicos consideram, que falta um certo comprometimento dos representantes para com as pautas, as discussões estão aquém do que seria interessante para tomar boas decisões, tem pouco tempo para poderem participar ativamente das decisões, e falta ser mais divulgado as pautas das reuniões para que se algum discente tenha interesse de opinar, que seja possível.

4. EXPANSÃO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DA FACIP: PROCESSOS DEMOCRÁTICOS?

4.1. Apresentação dos entrevistados e resumo das entrevistas

Neste tópico será apresentado o perfil de cada entrevistado. Isso é necessário para mostrar ao leitor algumas características que julgamos importantes das entrevistas, isto é, trata-se de informações importantes para suscitar as discussões do cerne desta pesquisa. Seguindo questões éticas, os nomes foram substituídos por nomes fictícios para preservar o anonimato, e, algumas informações foram descritas de forma geral, para evitar possíveis identificações dos entrevistados.

Foram entrevistados 9 sujeitos: 3 docentes, 2 discentes, 2 técnicos administrativos e 2 agentes políticos.

A seguir será exposto um breve resumo de cada entrevistado.

- **Professor Doutor Marcos**, 51 anos, na instituição há 5 anos, iniciou sua carreira acadêmica em 1984 em um curso na área de Ciências Humanas e se formou em 1987. Ao se formar ministrou disciplinas no ensino básico como: História, Geografia, Educação Artística, OSPB e Educação Moral e Cívica. No ano de 1988 começou o mestrado na área de Ciências Humanas e obteve o título em 1994. Enquanto realizava sua graduação continuou a ministrar aulas no ensino básico, mas após ingressar no mestrado também iniciou a docência em ensino superior em faculdades comunitárias. Já em 1997 iniciou o doutorado na área de Ciências Humanas, tendo concluído o mesmo em 2001. Durante os anos do doutorado ministrou aulas em instituições públicas e privadas de ensino básico e em faculdades comunitárias e privadas, todas instituições do Estado de São Paulo. Em 2005 foi convidado para trabalhar em uma instituição privada no Estado de Minas Gerais, onde foi docente na graduação e na pós-graduação até 2008. Em abril de 2008 foi aprovado em concurso público para ser professor 40 horas DE da instituição investigada. Após seu ingresso, já ocupou diversos cargos administrativos e participa como professor colaborador da pós-graduação na área de Ciências Humanas. No decorrer da entrevista demonstrou sua maneira naturalizada de entendimento do processo de expansão universitária pública federal, seus trâmites burocráticos e sua lentidão na maior parte das vezes, que segundo ele infelizmente teria todo o serviço público, seja em Minas Gerais ou outro Estado da nação, seja na matriz ou em um *campus* fora de sede. No seu ingresso teve muitas dificuldades para entender como a questão do serviço público funcionava e que a instituição não proporcionava treinamento adequado para questões administrativas, que além disso,

sempre existiram questões políticas internas e externas à unidade acadêmica, e que isso pode ter contribuído com várias discussões que não tem efeito acadêmico, ou seja, meramente administrativas. Relatou sobre as questões de orçamento destinado para a construção do *campus* e sua implantação, cerca de 39 milhões de reais até o momento da entrevista, que isso é o que consta nas planilhas, não que seja uma realidade visível. Descreveu que as decisões nem sempre são democráticas, porque em muitos momentos dependem da participação de várias agentes que não são chamados para serem ouvidos em certas decisões, e que a estrutura hierarquizada da universidade contribui para que as decisões não sejam realizadas democraticamente, mas sejam conduzidas de forma restrita senão pseudodemocrática. Acredita que uma divisão da unidade acadêmica neste momento aumentaria os problemas que devem ser resolvidos. Considerou que os cursos precisam se estabelecer melhor e discussões internas importantes devem ser realizadas a fim de melhorar a qualidade de ensino ofertada.

- **Professora Doutora Manuela**, 54 anos, está na instituição há 7 anos, iniciou os estudos na academia no ano de 1974, em um curso na área de Ciências Exatas. Após se formar, em 1976 ministrou aulas de Matemática no ensino básico durante 25 anos, em diferentes instituições públicas e privadas. Em 1998 voltou à vida acadêmica para realização do mestrado na área de Ciências Humanas e continuou a ministrar aulas neste período. Ao obter o título de mestre, ingressou no doutorado na área de Ciências Humanas no ano de 2001 e obteve o título no ano de 2005. Após o doutorado, começou a ministrar aulas no ensino superior em instituições privadas. No ano de 2006 foi aprovada no concurso de professor 40 horas DE da instituição analisada. Desde então, ministrou aulas na graduação e em cursos de especialização e ocupou diversos cargos administrativos na instituição. Na entrevista relatou os problemas no ingresso na universidade, e o pioneirismo de criar um novo curso da área de exatas em uma unidade acadêmica nova e fora de sede. A criação dos cursos iniciais da unidade se basearam na probabilidade de encampamento de uma instituição privada existente, o que não ocorreu. Os primeiros cursos seriam os mesmos ofertados pela instituição existente, sendo assim ocorreram problemas na formulação dos projetos pedagógicos. Houve uma disputa entre criar projetos idênticos a matriz ou novos projetos. A segunda opção foi a escolhida. Explicou que a baixa procura nos anos iniciais culminou na reformulação dois anos após o início das atividades, na qual alguns cursos com baixa procura, como no caso do seu, tiveram suas vagas reorganizadas e foram criados dois novos cursos. As primeiras turmas foram muito prejudicadas porque tiveram aulas em salas de aula alugadas em instituição privada, muitos laboratórios improvisados nas instalações alugadas demoraram para ficar prontos, e falta de preparo da

matriz para instalar uma unidade fora de sede, todos os problemas ligados a uma falta de identidade dessa nova instituição na cidade. O contato entre matriz e unidade acadêmica fora de sede foi classificado como péssimo, o que gerou muitos problemas internos e externos a essa nova instituição. Relata muitos momentos em que ocupou cargos administrativos, e as dificuldades de trabalho e convivência com os setores do alto escalão da universidade, assim como com seus companheiros de unidade acadêmica.

- **Professor Doutor Rafael**, 42 anos, está na instituição há 7 anos, deu início aos seus estudos acadêmicos em 1988 em um curso na área de Ciências Exatas, formou-se em 1991, em 1992 realizou um curso de aperfeiçoamento de dois anos. Em 1994 foi selecionado como professor substituto de uma universidade pública, tendo seu contrato até 1996. Em 1995 ingressou no mestrado na área de Ciências Exatas, concluiu o mesmo em 1997, já em 1998 ingressou no Doutorado na área de Ciências Exatas no qual foi bolsista por 6 anos. No ano de 2001 foi convidado a ser professor titular em uma instituição privada, onde trabalhou até 2006. Concluiu seu doutorado em 2004. Em 2006 foi aprovado no concurso para professor 40 horas DE da instituição analisada. Em sua entrevista apresentou conhecimento da proposta inicial de encampamento da instituição privada, em que foi professor, das discussões políticas que circundavam sobre uma possível federalização da instituição privada que vinha há anos sendo proclamada nos discursos políticos. Muitas foram as citações com relação ao começo “improvisado” da instituição analisada, bem como a falta de preparo da matriz para a criação de unidade fora de sede. Relatou sobre as más condições de trabalho do início, o que gerou uma fuga de docentes por não poderem realizar pesquisa. Discutiu sobre o perfil do discente que ingressa nesta instituição, afirmando que infelizmente não são os alunos que a maioria dos professores desejam, porque trazem muitas dificuldades do ensino básico e muitas vezes não conseguem trabalhar com essas dificuldades, sendo assim um ponto crucial para a evasão, e ainda sobre a diferença enorme de desempenho entre alunos dos diferentes turnos. Sobre os processos decisórios, alega que são democráticos, visto que todos têm seus representantes, mas admite que as pautas levadas para os Conselhos são de pouca efetividade, a maior parte dos que tem voz e voto, geralmente não utilizam a voz e votam com o relator. Fez um relato importante sobre a diferença entre os tipos de instituições criadas a partir da expansão, como a unidade fora de sede, objeto de estudo, e de outro modelo, o de superintendência, onde os cursos são em *campus* diferentes da cidade da matriz, no entanto, ligados aos institutos da matriz, sendo assim, sua autonomia é quase inexistente.

- **Técnica Carla**, 32 anos, na instituição há 3 anos, fez graduação em curso de área de humanas

em história da instituição matriz. Durante os anos de graduação trabalhou em diversos setores da iniciativa privada. Em sua entrevista deixou claro que não é “concurseira” e que a entrada na universidade foi “de paraquedas”. Tomou posse em 2010, quando a maior parte dos cursos já haviam sido encaminhados, mas ainda dividindo problemas comuns, como a falta de estrutura, condições de trabalho inadequadas e respostas imprecisas de quando iria ocorrer a mudança para os novos prédios. Suas posições políticas são fortes e tem contato direto com o sindicato dos técnicos e participa ativamente das demandas que surgem. Explanou que ocupou diversos cargos administrativos em diferentes cursos, e que cada curso trabalha de uma maneira diferente porque não se tem uma padronização de processos internos, assim como participou de Conselhos da unidade e superiores. Explicou que como a matriz está longe geograficamente, nem todas as decisões que são tomadas levam em conta as especificidades locais e regionais, o que dependendo da forma de gestão pode ser prejudicial para o bom andamento das atividades. A falta de identidade antes da mudança para os novos prédios é um dos problemas relatados como fator que dificultava a inserção na comunidade onde se localiza a unidade acadêmica, por terem alugado salas de aula nos prédios da instituição privada existente, muitos habitantes não entendiam como poderia uma universidade pública estar utilizando prédios de instituição privada. A mesma acredita que a matriz não estava preparada para realizar a expansão, focou muito na proposta inicial de encampar a instituição privada existente, o que não ocorreu, sendo assim, os prazos foram acabando e muitos problemas surgiram porque não existia um “plano B”. Sobre os processos decisórios, não acredita que tenham um caráter democrático, porque a maioria das pessoas que participam dos Conselhos, segundo sua opinião, não gostaria de estar ali, e quem está e participa ativamente é visto com maus olhos, porque a pauta é extensa, e todos tem outros afazeres após as reuniões, o que deixa a desejar em certas decisões que são votadas, como quando a maioria vota com o relator sem discutir praticamente nada. Com relação aos técnicos analisa que no começo, como ainda não se tinha infraestrutura, a matriz levou vagas para lá com a argumentação que esses técnicos estariam ociosos. No entanto, com os prédios novos, e o aumento crescente de estudantes, está se gerando sobrecarga nos técnicos que estão na unidade.

- ***Técnica Fernanda, 35 anos***, na instituição há 4 anos. Formou-se na área de Humanas em 1999 e desde o início da graduação trabalhou na iniciativa privada nas áreas de contábil e financeira. Em 2009 tomou posse como técnica na instituição analisada. Por ter incentivo a qualificação, fez uma especialização em gestão pública entre os anos de 2010 e 2011, dentre outros cursos ofertados pela instituição. Sempre ocupou o mesmo cargo desde que tomou posse,

mas no início, como o número de técnicos era reduzido, trabalhou para 3 cursos simultaneamente até ocorrer as novas nomeações. Participante ativa dos Conselhos, já participou de Conselhos e grupos de trabalho na unidade acadêmica e hoje é representante em Conselhos superiores. Durante a entrevista, relatou que no início tudo era muito precário, desde as condições de trabalho à infraestrutura; um exemplo disso seria a questão de existir apenas uma linha telefônica, “Uma banana para 50 macacos”, todos os cursos dividindo o mesmo espaço em um prédio alugado e pequeno, sendo este mesmo local dividido entre setores administrativos e professores. Sobre a relação da matriz e unidade fora de sede considerou que não era produtiva, pois a universidade não teria se preparado internamente para receber essa expansão, muitos setores internos não sabiam após 2 anos de implantação da unidade, que a universidade tinha expandido para fora cidade da matriz. O diferencial desta nova instituição, seria a questão do atendimento humanizado, pois o aluno é chamado pelo nome, os professores conhecem praticamente todos seus alunos e isso significaria que ao contrário de outras universidades, por ter iniciado pequena, e hoje ter 11 cursos, a unidade conseguiria ser diferente da matriz, tentando de certa forma, em vários processos, ser menos burocrática e rígida. Sobre os processos decisórios comenta que a pauta é extensa porque muitos assuntos alheios a unidade tem que ser tratada dentro de Conselhos, porque não existe a figura de um Diretor de *campus*, e que seu caráter democrático nem sempre pode ser considerado, pois algumas questões são levantadas porque foram enviadas da matriz para a unidade acadêmica, e a unidade tem que “decidir”, o que geralmente é favorável. Argumentou sobre as diferenças entre os cursos, que em um curso professores tem carga horária elevada, chegando entre 16 e 20 horas de aula, enquanto outros, professores tem carga mínima de 8 ou até mesmo menos, e que isso desestimula muito o trabalho dos professores, e que da mesma maneira que ocorre com professores, é o caso dos técnicos, que tem setores inflados com pouca demanda e muitos técnicos e outros com poucos técnicos e muita demanda.

- **Aluno Thiago, 25 anos**, na instituição há 4 anos, realizou seus estudos em escola pública no município da unidade acadêmica, após terminar o ensino médio mudou-se para buscar trabalho fora do Estado. Ao saber que existia uma universidade pública na cidade natal retornou e realizou o vestibular para curso da área de Humanas. Durante a entrevista relatou que o início foi conturbado, porque não tinha condições financeiras de acompanhar um curso integral, porque precisava trabalhar para manter-se; com isso realizou “bicos” durante algum tempo, até conseguir auxílios estudantis e participar de projetos de extensão e pesquisa e com isso receber bolsas. Explicou que como sempre teve dificuldades financeiras, a única forma de fazer um

curso superior seria através de universidade pública, e que a criação da unidade acadêmica no município propiciou isso. Seu contato com o movimento estudantil é anterior ao ingresso na universidade, porque já conhecia pessoas da instituição privada que eram ligadas à UNE, e pôde participar de alguns congressos; sendo assim, quando ingressou na universidade pública teve interesse em participar das discussões. Apesar de não ser da primeira turma, teve contato com o ambiente de aprendizado em salas de aula alugadas e com laboratórios improvisados, o que fez com que as discussões do movimento estudantil fossem direcionadas para cobrar a matriz sobre a demora na construção do *campus* e posicionamento sobre uma data correta para que ocorresse. Participante de colegiado de curso, e como membro do DCE, não acredita que as decisões sejam tomadas de forma democrática, porque as pessoas envolvidas “brigam” em interesse próprio ou partidário. Argumentou que essas instâncias legitimam apenas o que um grupo quer colocar em prática, sendo que muitas vezes essas decisões viriam prontas, “de cima para baixo”. Deixou claro que o processo de interiorização é válido, mas precisa ser repensado, porque em cada lugar que é instalado um *campus* avançado, unidade fora de sede ou superintendência, tem suas especificidades e demandas, que muitas vezes não são atendidas, porque a matriz decide o que tem que ser feito e não leva em conta essas questões. Sobre os cursos, disse que novos cursos devem ser pensados para que atendam as demandas da região, já que a economia local é movimentada pelo agronegócio.

- **Aluno José, 24 anos**, permaneceu na instituição por 3 anos, e logo após esse período, transferiu-se para matriz. Realizou seus estudos predominantemente em ensino privado no Estado de Minas Gerais e Goiás. Realizou o ensino médio no estado de Goiás no ensino privado, e prestou vestibular para o curso da área de Humanas da matriz, mas não foi aprovado. Porém, na unidade acadêmica fora da sede sobraram vagas e os alunos excedentes¹⁰ foram convidados a ocupar essas vagas. Sendo assim, ingressou na universidade através desta forma. Durante a entrevista explanou as dificuldades de ser da primeira turma, a falta de professores, livros e principalmente o espaço inadequado para desenvolver as atividades de ensino com qualidade. Comentou as diferenças entre os dois locais, e afirmou que foi muito importante participar desse momento da universidade e conhecer *in loco* a realidade de como foi a criação desta nova unidade, e que isso influenciou fortemente na criticidade e formação política, o que não ocorreria na matriz, pois, conforme alegou, como tudo está pronto e acabado, muito pouco se discute. Desde o início esteve à frente do movimento estudantil, criação do DCE e participação

¹⁰ São caracterizados como alunos excedentes aqueles que foram aprovados em processo seletivo, no entanto, a quantidade de vagas disponíveis não foi suficiente para o ingresso no curso/cargo desejado.

de Conselhos, como praticamente não se tinha infraestrutura criada, muitas foram as vezes que o movimento foi obrigado a radicalizar para chamar a atenção e conseguir coisas mínimas, como mais livros para biblioteca e bolsas de auxílio para os estudantes, para diminuir o índice de evasão por dificuldade financeira. Descreveu como eram os Conselhos e muitas “manobras políticas” para que fossem aprovadas decisões que foram submetidas da matriz, e que a proporção dos votos, sendo, 70% docentes, 15% discentes e 15% técnicos, seria um “atraso”, e que por questões alheias ao movimento estudantil foi aprovado na unidade. Sendo assim, não entende como as decisões podem ser democráticas se as proporcionalidades das classes envolvidas na comunidade acadêmica são diferentes; como a maioria dos votos são dos docentes, mesmo que discentes e técnicos não sejam a favor de alguma decisão considerou que, nada poderiam fazer para que a mesma não venha a ser aprovada. Discutiu sobre a questão da expansão e interiorização, e como a mesma está ocorrendo, que no caso da criação desta unidade fora da sede foi uma das primeiras no país, servindo como testes para depois lançarem o programa do REUNI. Enfatizou que apesar do discurso político enfatizar uma melhoria, a intenção do governo seria somente de aumentar cada vez mais os números que são necessários para cumprir acordos com órgãos internacionais e agendas nacionais geradas. Finalizando a entrevista fez um desabafo, dizendo que não saiu da unidade porque a mesma enfrentava problemas, mas que como sempre foi do movimento estudantil, chegou um momento que as perseguições por conta de professores ficaram insustentáveis, até mesmo com agressões verbais em meio colegas de curso, sendo assim, decidiu transferir-se para a matriz.

- **Agente político em nível estadual Bruno, 55 anos**, cumpriu mandato de 4 anos no período das discussões iniciais da criação de uma unidade fora de sede da instituição. Formou-se em Medicina no ano de 1971, realizou sua residência médica no ano de 1972, tomou posse como médico do serviço público federal em 1976. Desde então instalou-se na cidade da unidade acadêmica analisada. Começou sua atuação política na década de 80, quando foi candidato em eleições, municipais, estaduais e federais, sendo eleito apenas na estadual como deputado entre 2003 e 2007. Durante a entrevista explicou como foi sua atuação política para com a educação superior do município, sendo então a maior vontade de tornar gratuitos os cursos oferecidos na instituição privada existente. Sendo assim, relatou que tentou junto ao governador de Minas Gerais mediar uma possível estadualização da mesma, não sendo possível, visto que não era de interesse do Estado, naquele momento, realizar tal questão. Neste sentido, buscou ajuda no âmbito da política federal, com deputados federais de seu partido, o que foi promissor visto que o governo federal estava realizando um estudo para que fosse possível a expansão e

interiorização das universidades públicas. Explicou todos os trâmites para que fosse possível a realização da expansão, inclusive as discussões que ocorreram nos órgãos superiores na matriz da instituição analisada. Considerou ter sido benéfico para a população a vinda da expansão para a comunidade e que mesmo estando ocupando cargo político, ainda busca ajudar a unidade acadêmica a conseguir cursos que atendam a demanda real da região. Afirmou que a melhor questão que surge com a ida de uma universidade pública para uma cidade é a mudança cultural e econômica, porque a população recebe pessoas de vários lugares do país, com culturas e hábitos distintos e que ajudam a economia da cidade através de bolsas e ajuda financeira dos pais, e no caso dos professores e técnicos, com seus salários. Tem convicção que não muito distante ocorra uma emancipação da unidade acadêmica, até porque, quando foi pensada com a distribuição de vagas e recursos, seria para que após alguns anos a mesma se tornaria uma nova universidade. No entanto, com as mudanças que surgiram durante os anos, não é pauta do governo neste momento.

- *Agente político municipal Paulo, 84 anos*, cumpriu mandato de 4 anos no período das discussões iniciais da criação de uma unidade fora de sede da instituição. Formou-se em Arquitetura na década de 1950. Após formar-se começou a trabalhar na sua cidade natal, onde localiza-se a unidade acadêmica analisada. Durante os anos de 1986 e 2004 foi servidor público estadual. Candidatou-se algumas vezes para ocupar cargos em âmbito municipal e federal, sendo que ocupou cargos municipais nos anos de 1967 a 1970, 1973 a 1976 e 2005 a 2008, e cargo federal nos anos 1978 a 1982. Durante a entrevista relembrou momentos longínquos de sua participação política nas décadas de 60, 70 e 80, e também de sua mais recente atuação junto ao município. Sobre o ensino superior na cidade, explicou como surgiu a instituição privada mais conhecida, e como a mesma foi concebida, e depois com os anos como virou um instrumento político utilizado até os dias atuais. Explicou que a luta pela gratuidade do ensino superior nesta instituição é na verdade um desejo desde que a instituição surgiu com a ajuda do governo municipal e estadual, mas como o Estado de Minas Gerais até hoje ainda caminha para ter ensino superior público estadual, infelizmente não foi possível. Discutiu sobre sua atuação à frente de cargo público municipal e como surgiram as discussões iniciais para então federalizar a instituição privada existente. Como era próximo do então Presidente Lula, tinha “um caminho aberto em Brasília”, tendo encontros com os ministros da Educação e até mesmo com o presidente. A primeira proposta foi de encampar a instituição existente. Sendo assim, não seria necessário investimento com construção de prédios e infraestrutura, porque estava tudo em condições desejáveis para o desenvolvimento das atividades. No entanto, o governo

federal explicou que para fazer tudo dentro da lei, seria necessário realizar concurso público para todos os cargos técnicos e de professores, foi então que surgiu o problema, pois muitas pessoas dependiam daquele emprego, sendo assim essa proposta de encanamento da instituição privada foi abortada. A segunda proposta foi então quando surgiu o programa Expandir do governo federal. A Universidade Federal de Uberlândia foi contemplada com um *campus*. Nesse sentido, agiu politicamente para que fosse possível a ida para a cidade desta expansão da universidade. Após muitos debates ficou acertado a ida para a cidade. Durante o período que esteve com o cargo político municipal, tentou viabilizar o que fosse possível para implantação da unidade acadêmica, e relatou sobre sua importância econômica e social para a comunidade. Argumentou que acredita que o ensino público, seja ele de qualquer instância, é uma forma democratizante de acesso à educação e necessária para municípios que estão longe dos grandes centros.

4.2. Procedimento de construção e reconstrução das categorias de análise

Esta pesquisa seguiu os princípios de uma pesquisa qualitativa desde a sua coleta de dados até a sua categorização e análise. Após a realização das entrevistas, cada gravação foi transcrita em sua íntegra, e apenas foram corrigidos problemas de concordância verbal e gramatical que acabam ocorrendo naturalmente em uma entrevista que dura um tempo significativo. No caso desta pesquisa, cada entrevista teve duração em média de 1 hora e meia.

Seguido da transcrição, ocorreu leitura flutuante, na qual foi possível perceber os conteúdos nas entrevistas e inicialmente organizá-los. Em outras palavras, com a leitura flutuante realizada, utilizou-se do recurso de fixar comentários do processador de texto, onde destacou-se o conteúdo da fala do entrevistado que, nos pareciam mais relevantes, colocando marcadores ou até mesmo frases para registrar aquele conteúdo selecionado.

Após realizado esse processo em todas as 9 entrevistas, foram separados esses conteúdos destacados em outro arquivo, e foi realizado uma leitura novamente para verificar se havia uma coerência dos conteúdos selecionados.

Com a separação dos conteúdos, foi possível indicar categorias preliminares de análise que poderiam ser criadas para aglutinar os conteúdos que eram próximos, e assim enriquecer as discussões levantadas.

Através deste processo, pôde-se chegar às categorias de análise que serão apresentadas em seguida, sendo que, por questões de metodologia, foram separadas de cada entrevistado pelo menos duas citações. Com isso poderemos enxergar a visão de cada representante selecionado. Não cremos que seja a opinião de suas classes, mas podem ajudar a entender melhor o que esses

agentes da comunidade acadêmica, cada um a seu modo, inserido nesta unidade fora de sede, pode contribuir para as discussões. As categorias elaboradas foram as seguintes:

1. Expansão e Planejamento: implantação e conflitos.
2. Desenvolvimento e gestão organizacional.
3. Política, órgãos colegiados e processos decisórios.

4.3. Categoria – Expansão e Planejamento: implantação e conflitos.

Nesta categoria serão apresentados os conteúdos selecionados de cada entrevista, sendo que tentaremos colocar uma linha de raciocínio para que o leitor compreenda como se chegou a tais análises.

As expansões das universidades federais tiveram grande avanço a partir do ano de 2005 através do Programa Expandir (também conhecido como Programa de Expansão Fase I). A criação da unidade acadêmica FACIP foi possível por meio deste processo. No entanto, é importante conhecer o contexto local onde a mesma foi inserida para que possamos compreender vários aspectos da expansão.

A cidade de Ituiutaba-MG já possuía instituição de ensino superior, sem fins lucrativos, mas que os alunos ou pagavam mensalidades ou tinham auxílios da prefeitura ou governo estadual, além de ser filiada à Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, que possui alguns *campi* no Estado, mas nem todos são gratuitos.

Sendo assim, muito se discutia na cidade com relação a uma possível estadualização ou federalização desta instituição, para que houvesse então o tão sonhado ensino gratuito.

O agente político Bruno [médico de 55 anos, que cumpriu mandato de 4 anos em nível estadual, explica que quando ocupava cargo em nível estadual], junto a outros agentes políticos realizaram um estudo para entender como outros Estados tinham ensino gratuito em nível estadual e o Estado de Minas Gerais não. Sendo assim, ele relata:

Bruno - ... estive com o governador, e na terceira vez que eu estive com ele eu fiz um estudo, criamos uma comissão parlamentar para estudar a possibilidade da UEMG se tornar pública e gratuita; Chegamos a fazer um relatório, fomos ao governador e nessa terceira visita no palácio ele disse: “**Não é do nosso interesse ter uma universidade pública em Minas, não teremos universidade pública em Minas!**”

Após esta tentativa ele entendeu, que infelizmente a possibilidade de estadualização não seria possível, porque o governo entendia que o mercado se incumbiria de sanar as demandas de educação superior do Estado de Minas Gerais.

Assim como Bruno, o agente político em nível municipal, Paulo [arquiteto de 84 anos e longa trajetória política], também participou desta busca pela gratuidade. Mas como foi agente

político em nível federal e com alianças com o então presidente Lula, tentou junto ao governo federal a federalização da FEIT, como explicou em um trecho de sua entrevista:

Paulo - Quando veio o governo Lula, nós tínhamos apoiado o governo Lula em 2002, nós passamos a pensar que haveria uma janela aberta para nós, nós podíamos tentar uma federalização também.

Nós não tínhamos esperança com o governo do Estado, aí vem o programa do governo do Lula de interiorizar, de expandir. O primeiro trabalho nosso pessoal meu foi no sentido de doar todo conjunto de um patrimônio [os prédios da FEIT e FTM] aqui para o governo federal.

O professor Rafael [42 anos, foi docente da instituição particular da cidade], como já morava na cidade, também tinha noção sobre as discussões, *“Exatamente porque a proposta inicial era encampar os cursos que já existiam na UEMG, ... na verdade é encampar todo o contexto educacional.”*

Após várias discussões e tentativas da federalização da instituição presente na cidade, não foi possível, por uma questão legal pois, todos os funcionários e professores desta instituição deveriam prestar concurso para então trabalhar como servidor público federal, o que não foi de agrado dos professores e funcionários, pois alguns professores não tinham titulação necessária, e muitas vezes, no caso dos funcionários, qualificação suficiente para prestar o concurso público, essa proposta de federalização não prosseguiu.

Após as conversas com o governo federal, no qual atuaram agentes políticos em nível, municipal, estadual e federal, o então reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que também era presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), também participou de algumas discussões sobre a expansão das universidades federais, sendo que levou ao conhecimento do Ministério da Educação que teria interesse na expansão da UFU, isso pode ser constatado em um trecho da entrevista de Bruno, *“O Arquimedes foi conosco nesses encontros com o Fernando Haddad, ele se encantou com a ideia e resolveu entrar na luta e disse que teriam que convencer o Conselho Universitário”*.

Após a sinalização positiva do Ministério, o então reitor levou a questão para ser discutida no Conselho Universitário (CONSUN), e participaram desta reunião os agentes políticos entrevistados, Bruno e Paulo, que relataram:

Bruno - Nós tivemos que convencer pessoas da UFU que eram completamente contrárias, eu me lembro de um dos chefes de departamento, ou era Diretor de uma das escolas, acho que era Diretor da Engenharia, se não me engano, e me lembro muito bem da frase dele, dizendo assim: **“Como vocês vão pensar em criar novo campus se o vidro do meu prédio está quebrado e vocês não conseguem nem trocar”**.

Paulo – O Arquimedes disse: “se nós trouxermos aqui a proposta de vocês e as nossas e nós acertarmos tudo, está acertado, tudo bem a UFU vai para Ituiutaba, se não a UFU vai para o Alto de Paranaíba como quer o Deputado Gilmar Machado” Eu disse “Não, eu vou fazer uma contra proposta: eu não vou voltar aqui, eu não quero tomar tempo de vocês, eu lanço um desafio a todos vocês do Conselho Universitário, com UFU ou sem UFU em Ituiutaba, nós vamos continuar existindo e lutando pelo

desenvolvimento, ajuda muito se for, mas não vai fazer falta se não for, agora se vocês decidirem por ir, eu assumo o compromisso de doar uma área divisa com a cidade (eu não tinha área nenhuma na cabeça ainda) de 500.000m².”

Após várias reuniões no CONSUN, visitas ao MEC e discussões, ficou acertado que a expansão iria para a cidade de Ituiutaba-MG, e através da Resolução 02/2006 do Conselho Universitário, foi criada a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), unidade acadêmica composta inicialmente por nove cursos, depois alterado para a composição dos onze cursos que hoje são disponibilizados, sendo então uma unidade fora de sede.

Após a aprovação da resolução, a universidade realizou concurso para o preenchimento das vagas dos docentes no primeiro semestre de 2006. No segundo semestre de 2006 os docentes concursados tomaram posse e com um grupo pequeno de docentes de cada curso, foi possível a realização da construção dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos. A docente Manuela explicou como foi esse começo:

Entrevistador - Como é que foi esse começo, esses 33 primeiros, pioneiros que vieram para cá[Ituiutaba] desbravar o Pontal?

Manuela - Nós éramos em 9 cursos na época e nós tivemos uma orientação, (...), que nós fizéssemos cursos que contemplassem licenciatura e bacharelado ao mesmo tempo. Então quando você me perguntou como é que foi na época, eu me lembro muito da resistência dos professores em fazer um curso com essas 2 modalidades.

Entrevistador - Que eram juntas.

Manuela - A ideia era fazer junto mesmo, como a Física fez (...)

Então **era uma briga**, porque assim: Alguns cursos fizeram junto, mas junto mesmo que é o caso da Física, então o cara sai licenciado e bacharel ao mesmo tempo, depois de 5 anos, os que conseguem sobreviver. Nós também fizemos assim o curso de 4 anos e meio, esse era o nosso primeiro projeto, só que ele não foi aprovado pela PROGRAD de Uberlândia, eles falaram que não ia dar certo: “você não vão conseguir, não vai dar conta de formar as 2 modalidades”. Então, ele deu sugestão de dar opção para o aluno [decidir entre bacharelado ou licenciatura], só que depois de 2 anos.

Como podemos perceber, eram poucos professores tendo que realizar a tarefa árdua de montar os Projetos Pedagógicos dos cursos de uma certa forma “à distância” (longe da matriz, e sem a presença de representantes das Pró-Reitorias) e sendo pressionados para atender às duas modalidades. Alguns cursos montaram seus projetos como em outras instituições. O aluno saia formado nas duas modalidades. Em outros cursos já se decidiu por um período todos os alunos realizarem as disciplinas básicas e algumas pedagógicas, exigência do MEC, e depois deste período o aluno decidia se fazia bacharelado ou licenciatura.

É importante salientar como era o ambiente para a criação dos projetos pedagógicos, porque até então, não se tinha *campus*, salas de aula ou sala para os professores. O que existia era um prédio alugado de dois andares, onde funcionou por alguns anos um banco, e durante o período de 2006 e final de 2011, foi utilizado como parte administrativa, com a Coordenação dos cursos, Diretoria da unidade. Sendo assim, nas entrevistas com os docentes, discentes e técnicos, muitos foram os relatos, dentre eles da Técnica Fernanda:

Fernanda - A gente não tinha uma estrutura, os cursos não tinham uma identidade, não tinha espaço. (...) nós éramos secretários de todo mundo.

Entrevistador - Tinha 1 telefone.

Fernanda - **Uma banana para 50 macacos.** Não tinha estrutura e por mais problemas que aqui teve no início [novos prédios], ainda estava melhor que lá.

Como a construção do *campus* iria demorar um prazo que foi delongando durante os anos, no início das atividades acadêmicas após o vestibular, as aulas foram alocadas nas salas de aula de duas instituições particulares da cidade, a Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT) e a Faculdade do Triângulo Mineiro (FTM). Isso foi possível através de contratos para facilitar a implantação da UFU em Ituiutaba. No entanto, boa parte das cláusulas desses contratos posteriormente não foram cumpridas, como o acesso e retirada de livros nas bibliotecas das instituições e utilização de seus laboratórios. Essas questões foram levantadas pelo discente José:

José - ... tinha um contrato e o contrato falava que tudo que era das faculdades particulares, a UFU poderia usar e tudo que era da UFU, as faculdades particulares poderiam usar, inclusive recursos humanos, funcionários mesmo. Então por isso que no início não tinha biblioteca, também era para ser da faculdade particular (...) foi construído um mito que federalizaria tudo. Sendo assim, tudo seria a grande federal de Ituiutaba. Receberam a proposta. Foi assim que os vereadores falaram para as pessoas.

Em abril de 2007 iniciaram as aulas, nas salas que eram cedidas pelas instituições, cada curso ficava em um lugar, o que era estranho aos alunos e professores.

Manuela - De estrutura física a gente tinha aqueles prédios A2[prédio construído para abrigar os cursos da UFU dentro da FEIT] que você estudou lá. Na verdade a gente não tinha o A2, ainda a gente tinha só os da FTM e da FEIT. Era aqueles prédios e salas de aula que a gente tinha. Era difícil porque era um ambiente que não era nosso. Então, alguns cursos tiveram uma recepção muito ruim por parte dos alunos da FEIT. Eu acho que demorou para aquele ambiente universitário reconhecer que tinha uma outra universidade funcionando ali dentro. Eu não sei se as pessoas que já estavam lá viam a nossa entrada, não sei analisar isso, se isso incomodou ou se não. A gente viu umas reações de alguns alunos mais com profundidade. Eu não sei se te dizer o que isso acarretou. Nós não tínhamos estrutura de material: de *Datashow*, era muito difícil carregar na mão, a gente tinha que pegar o *Datashow* e o computador...

Desde o início da FACIP alguns pontos, como a falta de estrutura, distanciamento da matriz e falta de organização da própria instituição são colocados em foco, isso porque a maioria dos entrevistados afirma que a instituição matriz, não se preparou para expansão, não preparou seu corpo administrativo e técnico para essa nova unidade acadêmica. Como explica Manuela:

Manuela - ... eu era professora apenas e não tinha nenhum contato administrativo, então isso nos afastava demais da sede. Se você me **perguntar em uma palavra como que era o relacionamento, eu te resumo em uma: péssimo.**

O relacionamento era péssimo, porque não tinha nenhum contato, não tinha nenhuma aproximação, não tinha nenhum: “como é que você está? Tudo bem? É um *campus* novo que coisa boa, está precisando de alguma coisa?”.

Entrevistador - Você acha que a universidade estava preparada para a criação do *campus* fora de sede?

Manuela - Estar preparado envolve muitas coisas. Então, eu vou falar das coisas que a gente sentiu, depois, ao longo da conversa, até podemos falar de outras coisas; mas assim, nas questões das relações pessoais e trabalho, não é nem pessoal, é de trabalho.

Você ligava para lá e perguntava: Eu sou a Manuela do *campus* de Ituiutaba: “**De onde?**”? “**Como que é mesmo?**”? “**Ah! É tem um *campus* lá!**”. Então parece que essas coisas não... “Ah! É bobagem é só quem estava atendendo!”, Não! A universidade tinha que estar preparada para receber, porque todos os serviços são feitos lá, não é isso? Se você quiser fazer uma compra é lá, se você tem iniciação científica que eu tinha a bolsa era gerenciada por lá, eu não era Coordenadora, então quem era pode ter uma visão mais crítica até, e a gente não tinha isso, demorou muito para a gente ser reconhecido, como não tem um *campus* lá e é todo mundo novo, certo? Demorou muito para alguém se lembrar de que deveria vir aqui para explicar como é que funcionava a extensão, alguém vir aqui, não vinha também. Eu acho que a única Pró-Reitoria que esteve aqui que eu me lembre foi a Pró-Reitoria de extensão.

Com esses indícios já podemos notar problemas que se prologaram durante os anos. A Universidade, apesar de nunca ter expandido para fora da cidade de sua sede, discutiu em seus órgãos superiores a possibilidade de expansão durante anos, como consta em vários documentos. Mas, além de não se preparar, já com todo processo em curso não parece ter se adequadado, levando muito tempo para que a nova unidade acadêmica fosse reconhecida.

Assim, como ocorreu a demora do reconhecimento da matriz em relação essa nova unidade acadêmica, ocorreu de uma forma semelhante com a comunidade local, como podemos ver:

Carla - Nós não falávamos *campus* Pontal, nós falávamos FACIP! Porque era o que nós tínhamos em Ituiutaba na época. Você ter uma unidade acadêmica e não ter um *campus*, é complicado para a comunidade entender. Então quando você tem o *campus* igual aqui agora, você fala: “nós temos uma UFU na cidade que está naquele *campus*.” Uma unidade acadêmica que tem aulas na FEIT? As pessoas não entendem muito bem e realmente é confuso de se entender: “**A UFU está aonde?**”; “**Mais a UFU é FEIT?**”; “**A UEMG virou UFU?**”; “**A UFU virou UEMG?**”. Então tem esse entendimento inicial de que nós estávamos ocupando um espaço, até nosso espaço ser construído, para a comunidade que não conhece a história e também ela não foi divulgada, não é simples, as pessoas não sabiam nem que tinha UFU aqui em Ituiutaba, por isso é mais fácil você associar a FEIT, a UEMG com a federalização do que você associar que tem uma universidade ali.

Fernanda - Então a UFU não tinha uma identidade própria em Ituiutaba até que o *campus* realmente foi concluído. Tinha gente que ligava e perguntava “Realmente não paga?” E eu falava: “não, não paga é federal, é gratuita!” “Ah! Mais não paga nada?”. Às vezes me pediam uma declaração ou um documento e eles perguntava: “quanto é?” E eu falava: “nada, eu não posso cobrar nada, isso não tem custo é gratuito”. “Mas não paga?”, “não paga!”. As pessoas tinham essa dificuldade e a expectativa era muito grande em relação ao tipo de curso que viria.

Essa nova instituição na cidade só começou a ser percebida com o tempo, de um ingressante falar para a família que estava fazendo UFU em Ituiutaba, e explicar para outras pessoas e familiares, assim como os docentes e técnicos, mas isso leva tempo, então de alguma forma no começo, até mesmo no vestibular, a FACIP ficou prejudicada, porque não tinha informação do que era a FACIP e como funcionava. Muito alunos prestaram vestibular para a FACIP pensando que era um outro *campus* da UFU em Uberlândia, assim como existe a EDUCA (*Campus* da Educação Física) e o *Campus* Umarama (*Campus* das áreas da saúde).

Como tudo era novo na FACIP, foi indicado pelo reitor uma pessoa para cuidar de questões pontuais no começo da unidade, neste caso essa pessoa foi a docente Leila Bittar. Ela era uma conexão entre a FACIP e a reitoria, para entender melhor a função dela neste contexto da FACIP, expomos a fala de alguns entrevistados:

Entrevistador - Como era o relacionamento da FACIP com a matriz, a UFU?

Marcos - Quando eu entrei?

Entrevistador - Isso.

Marcos - Era nebuloso, porque nós não sabíamos muito bem como é que era. Eu entrei em 2008, e em 2008 ninguém tinha clareza, sabe por quê? Porque aqui era **um grupo onde brigava bastante**, participava das reuniões; mas eu não participava, eu não entendia, só vim a entender depois de um tempo. Eu não tinha clareza de como funcionava. Havia uma insatisfação na época me lembro de que a Diretora era Leila. Ela não ficava aqui. Ela vinha um dia para despachar e voltava para Uberlândia e não tinha quem tomava conta disso aqui. Então **ninguém sabia como fazia ou como não fazia, sendo assim os professores iam fazendo de qualquer jeito**.

Manuela - ... ela ficava aqui duas vezes por semana, então a coisa, não tinha estrutura bem definida aqui. (...)

Não tinha normas criadas aqui, não tinha hierarquias aqui que pudessem ser seguidas. Não tinha burocracia, que por mais burra que possa ser, mas a burocracia é necessária, então existia coisas aqui do tipo: professor ia lá pegava a chave do carro e saía com o carro para fazer uma visita técnica, ou sei lá o quê, e ninguém ficava sabendo quem tinha pego o carro. Não tinha um controle.

O que aconteceu nesse período é que um representante da reitoria naquele momento era necessário em Ituiutaba, mas isso com o tempo passando, começou a gerar problemas, principalmente pelas decisões que eram tomadas, e também um certo descaso da reitoria com o restante da comunidade, porque tomava várias decisões e não informava a todos.

Sobre a expansão da universidade, uma pergunta crucial para os entrevistados, docentes, discentes e técnicos, foi a mesma: estava preparada para expandir? Analisaremos as respostas dadas:

Entrevistador - Na sua opinião você acha que a UFU estava preparada para criar essa unidade fora de sede ou criar um novo *campus*?

Marcos - O país não estava preparado, nem o governo, nem o Ministério da Educação, nem o país e nem a UFU. Como tudo nesse país é “Vamos ver o que dá para fazer”. Se der certo ótimo e se não der ...

Manuela - A universidade em si tinha que estar preparada em termos de relação de trabalho para ter um *campus*, isso eu acho que tinha que ter, eu acho que esse caminho poderia ter sido diferente. A universidade como o todo tinha que estar discutindo: “Olha vai ter um *campus* em Ituiutaba!”.

A gente tinha uma impressão aqui de que a gente não era muito bem vinda lá [Uberlândia] na universidade, que as outras administrações lá “Quem é esse povo de Ituiutaba que está chegando aqui?!” se a gente se sentia o **filho rejeitado**, novinho chegando agora sem aquele acolhimento (...)

Naquela época talvez a vontade era maior que a competência pode se dizer assim. Foi muito novo tanto para sede, quanto para criação mesmo aqui em Ituiutaba, então eles também não sabiam como lidar com essas situações, eu falo na questão de preparação mesmo, **é a mesma coisa em ter um filho inesperadamente**.

Carla - Não estava. Eu não estou criticando (...) você quando propõe um projeto, você o elabora fazendo o projeto de expansão (...) **O projeto no papel aceita tudo, você colocar isso em prática depois é outra realidade**, então é uma balança eu imagino, você tem os problemas? Tem vários problemas com o REUNI, com a expansão [Fase I]. Mas esses problemas são decorrentes de uma criação, são decorrentes de um

projeto que estava no papel, e você colocou em prática, e não tem como prever o que acontecerá.

José - Preparada ela estava. Tinha inclusive um certo dinheiro para construir Ituiutaba rápido, que foi investido na faculdade particular. Só que **construir daquele jeito foi uma “viagem”**, porque não pensaram sequer aonde a gente ia morar, onde a gente iria comer na cidade, porque não tinha, não tinha lugar para alugar casa perto da faculdade, não tinha lugar nem para sair e se divertir (...). **Isso não foi pensado**, não foi pensado em uma moradia estudantil, não foi pensado em um restaurante universitário para os alunos terem aonde comer, isso foi ignorado ...

O que percebemos é que em todos os aspectos, como infraestrutura, pessoal administrativo e técnicos, processos acadêmicos, moradia estudantil, restaurante universitário, entre outras coisas, foi deixado de lado, para se pensar apenas na abertura dos cursos, o que Marcos simplifica com a frase **“Vamos ver o que dá para fazer”**.

Se pensarmos que apenas no Programa Expandir foram destinados 1,4 Bilhões de reais, não podemos “Ver no que vai dar”. As políticas de expansão ocorrem sempre com solavancos, quando ocorre um processo anterior de falta de investimento em determinadas áreas, ou no caso da Educação, para uma possível democratização do Ensino de qualquer nível, mais específico no caso da Educação Superior Federal, apenas nos últimos anos que ocorreu, porque durante mais de 10 anos não se abriu nenhuma universidade ou *campus*.

A docente Manuela, que trabalhou no ensino básico desde 1970 quando se formou, conseguiu sintetizar em sua fala as contradições dessa expansão e também similaridades de quando houve a expansão do ensino fundamental nos anos 70:

Manuela - ... por conta do Plano Nacional de Educação que previa (me deixa ver se me lembro das datas) em 2001, ele deu um prazo de 10 anos que 30% da população entre 18 e 25 anos estivesse na universidade, comparando com os outros países da América do Sul, ou nos outros países essa porcentagem de jovens entre 18 e 25 anos na universidade, ela é por volta dos 30%, e o Brasil, na época, se não me engano, estava com 7% (...)

Eu fico imaginando **como expandir com a rapidez que o plano direcionava?** Como fazer essa expansão se não fosse assim? (...) E tem a questão política que trouxe para Ituiutaba, não é isso? E qual universidade que quer? Uberlândia quer? Então está lá. Você vai ver qual é o local. Eu imagino que tenha sido assim: Ituiutaba, a questão política lá foi adequada. Certo? Então, está lá, 28 milhões e vamos abrir, não é isso? E então foi aquele susto, porque estrutura, acho que não tinha, mesmo, para receber esse negócio!

(...) **a universidade tinha que expandir**. Isso ia acontecer mais cedo ou mais tarde, certo? Eu acho que foi até tarde. E aí eu vou dizer uma coisa para você, que eu já disse em outras situações que eu tenho privilégio pela minha idade de ter vivenciado 2 grandes expansões: a expansão do ensino básico da década de 70 e agora a expansão do ensino superior(...)

Então quer dizer que **não adianta dizer que é contra ou é a favor**, que está bem preparado ou não, **isso foi inevitável**. Ou se fazia a expansão do ensino básico ou você teria uma população absolutamente sem condições até de trabalho.

Analisando a fala da docente, é como se, ou fazia expansão, seja ela da maneira que fosse, ou daqui alguns anos, “você teria uma população absolutamente sem condições até de trabalho”. No entanto, não temos condições de comparar o ensino fundamental com o ensino

superior, as épocas são diferentes, os contextos também. Acreditamos que ninguém é contra a expansão do ensino superior federal, principalmente em um país com as mazelas do Brasil, mas o que precisamos pensar é como aproveitar melhor os recursos humanos que temos. Não se tem nenhum documento acessível pelos meios eletrônicos de uma comissão que foi formada para se pensar no Programa Expandir, nenhum pesquisador, nenhuma instituição, o que predominou foram as manobras políticas, como destinação de verbas como sendo de investimento em educação superior. Destinação de grandes verbas, como no caso da FACIP, ajudam, mas em um sistema burocrático como o nosso, cheio de falhas, parcela supostamente significativa desse total investido fica pelo caminho, quando uma empreiteira abre falência, ou quando se obtém material de baixa qualidade nos leilões eletrônicos. Isso porque quando uma empreiteira abre falência, como aconteceu com a FACIP, outra terá que entrar e terminar o serviço, no entanto, será necessário mais dinheiro público para que isso ocorra, no caso de material de baixa qualidade, o mesmo não terá uma durabilidade aceitável, tendo então que ser substituído por outro em pouco tempo de uso.

Sobre a destinação de verbas, a pactuação inicial da implantação da FACIP contava com 24 milhões de aporte, sendo que até o momento das entrevistas chegava ao montante de 39 milhões que foram investidos na construção e implantação da unidade acadêmica. Em algumas entrevistas, surge questionamentos sobre como foi investido esses recursos. Seleccionamos algumas falas:

Marcos - Foi uma expansão grande, 23 milhões. Só na primeira etapa, depois ainda teve um pouco [mais] de dinheiro. Se tiver correto as planilhas foram 39 milhões, só aqui no *campus*, fora a compra desses equipamentos que vem da FINEP, que não está nesse orçamento da expansão, os equipamentos, os móveis não foram comprados com o dinheiro da expansão, o dinheiro da unidade acadêmica que foi comprando aos poucos, ano a ano.

Entrevistador - Você acredita vendo tudo isso (*campus* novo) que foram gastos os 39 milhões aqui dentro?

Thiago - Não foi gasto, 39 milhões é muito dinheiro dá para construir muito mais coisas, mais blocos com 39 milhões. Eu acredito que era para ter moradia aqui, era para nós termos moradia aqui, dava para ter R.U, Centro de Convivência. Eu acredito que não era para ter alugado prédio, que está até hoje, aquele A2 [prédio da FEIT] que o pessoal de química utiliza, já era para ter laboratório aqui no *campus*, é muito dinheiro.

Então, quando se fala em números, fica complicado afirmar, se houve ou não algum uso indevido de verba por não se ter diretrizes no início, ou até mesmo que uma parte dessa verba como foi gerenciada pela matriz, foi utilizada para melhorar suas condições também, no entanto, os indícios são fortes, que até mesmo os entrevistados relatam:

Rafael - Tinha o dinheiro do *campus*, qualquer um que quisesse fazer viagem técnica, visita técnica, trabalho de campo, era liberado, **o dinheiro não tinha critério**, os critérios nós estamos implantando agora de 2009 pra cá.

Entrevistador - A questão de diária, passagem, todas essas coisas?

Rafael - Não tinha critério, como tinha um dinheiro em caixa liberava só que **esqueceram que um dia ia acabar o dinheiro**, se tivessem pensando “o dinheiro vai acabar em 5 anos, vamos fazê-lo acabar em 10!” faz um gasto racionalizado. Ia ajudar na mudança, equipar setores que não tem equipamentos ainda, entendeu? Porque o dinheiro poderia ter servido para isso, **mas acabou o dinheiro** e o governo não mandou mais.

Entrevistador - Ai que está a grande questão, porque esse dinheiro todo também teve um motivo, a questão da expansão a UFU “pagou para ver”, mas a hora que veio o dinheiro ...

Marcos - Na verdade, quando veio, a universidade, isso não foi só a UFU, esse **dinheiro da expansão serviu para a universidade melhorar as condições dela.**

Entrevistador - Todas elas.

Marcos - Todas elas.

Entrevistador - Porque já vinha de 10 anos de sucateamento.

Marcos – Sucateada! Ai **ela tomou um fôlego com esse dinheiro**, então do dinheiro da expansão e do REUNI deu uma melhorada nas condições, reforma de prédio, melhoria dos equipamentos.

Entrevistador - Fala-se de 39 milhões, mas no bem da verdade vieram 39 milhões para cá? Sendo realista ...

Marcos - **Eu não vejo dinheiro**, eu **só vejo uma planilha** que demonstra que aqui foi aplicado além dos 23 milhões e meio, a universidade fez chegar aos 39[milhões] para concluir o *campus* e entregar, **isso é o que eu vejo, agora se é verdade? Eu não sei**. Só um auditor pode saber, que pode fazer uma investigação. Então, a gente não tem certeza disso mas que a universidade melhorou as condições dela com o dinheiro do *campus*, melhorou.

As instituições federais passaram por anos sem investimento, ficando totalmente sucateadas. Neste sentido, com o vislumbre da expansão de suas atividades também ocorreu um aporte significativo de verbas que ingressam na mesma. Quando se fala em universidade, não se fala em desvios de verba, corrupção. O que se levanta é que excepcionalmente algumas das obras que deveriam ter sido feitas nos *campi* interiorizados não foram feitas porque o dinheiro que entrou não foi suficiente para as duas demandas, construir prédios e ajudar na manutenção dos existentes, como podemos ver no caso dos laboratórios da FACIP que, por falta de verbas, não foram construídos ainda, tendo um gasto mensal adicional de aluguel dos laboratórios construídos provisoriamente na instituição privada. É o que podemos chamar de má gestão de recursos públicos.

A falta de planejamento ocorre em todos os órgãos públicos federais. Por vezes por não terem pessoas qualificadas para prever possíveis mudanças nos projetos, os chamados gerentes de projetos, sejam esses projetos de construção de novos prédios, até implantação de novos cursos.

Os primeiros prédios foram entregues após mais de 5 anos do início das atividades, isso devido a uma série de fatores, como, por exemplo, a falência da empreiteira que assumiu a obra dos primeiros blocos. Quando isso ocorre, existe todo um trâmite jurídico para tentar resolver o problema, que neste caso específico foi sanada quando a empreiteira que estava fazendo outros blocos aceitou assumir a obra de onde a empreiteira falida deixou. Um caso um tanto

quanto curioso é sobre um buraco que foi feito em um dos blocos, porque na planta original, que foi feita para um bloco do *campus* Santa Mônica, foi reaproveitado na FACIP. No entanto, o terreno do *campus* Santa Mônica possuía um buraco, e na FACIP era um terreno plano, mesmo assim, em vez de fazer as adaptações no projeto, as pessoas responsáveis pela obra preferiram abrir um buraco, que teve um custo altíssimo, como explanam a seguir:

Entrevistador - Pegaram um projeto que já estava pronto, **fizeram um buraco que custou 1 milhão e meio de reais e está tudo certo!**

Manuela - Isso não é fato? Não é falar mal, isso é fato! Agora por que aconteceu isso? Por que esses estudos não foram levados em consideração? Porque pegou um projeto pronto na última hora? Foi negligência de alguém? Foi pouco caso? Foi a arquiteta que não quis fazer outro projeto e pegou o antigo? Foi porque saiu de licença e não tinha outro para ficar no lugar dela? Ou dele? Não sei se é homem ou mulher. Você entendeu? Não sei o que aconteceu essas coisas, a gente não sabe.

Entrevistador - ... será que não tem gente competente na UFU para olhar e falar: “Não precisa fazer esse buraco, vamos fazer isso diferente!”?

Carla - Não tenho dúvidas que tem pessoas com competência para isso. Eu vou lhe contar à história que eu sei, e você tira suas próprias conclusões. Então, quando surgiu aqui, que foi falado que seria encampado a FEIT, nós não nos preocupamos com o *campus*, esquecemos do *campus*. Por quê? Porque seriam encampados os prédios, já estavam levantados, o *campus* já existia, tinha tudo pronto. Então, **nós não pensamos na hipótese de um *campus***. Quando não deu certo nós estávamos com o prazo estouradíssimo. Para você mandar um engenheiro aqui fazer o levantamento de onde seria construído o bloco, qual a terraplanagem, nós não teríamos feito nada.

O preparo da universidade, deveria ser em todos os níveis. Sua construção deveria ter um embasamento melhor. Isso é dinheiro público, e o zelo por ele é essencial.

Durante os anos de 2007 a 2012, foram utilizadas as salas alugadas nas instituições privadas, pagando aluguel mensal. Após a mudança, apenas um dos prédios onde ficaram os laboratórios, e algumas salas de aula, continuaram a ser utilizados, porque não foi construído esses laboratórios no novo *campus*. Sobre a mudança e esse período de incertezas, alguns entrevistados relataram:

Marcos - Mas na expectativa da mudança.

Entrevistador - Da mudança já.

Marcos - Da mudança. Só que aí não mudou. A expectativa era mudar em março daquele ano e então começou só crítica à Reitoria. Não mudou em março. Não mudou em junho. Não mudou em agosto. E então mudaram a gente em outubro para cá. E só administrativo, que só fez também para o povo parar de criticar, teve aquela ocupação de alunos aqui. Lembra?

Entrevistador - Teve!

Marcos - Os meninos do DCE. Aquela festa! Eles ficaram em uma sala ali, e depois de Março de 2012, mudamos para cá.

Fernanda - A maioria no Conselho pressionou. A minoria ficou com medo. Mas a maioria pressionou e fez valer que tinha que assumir.

Entrevistador - Isso no Conselho. Mas isso na comunidade? O que era percebido na comunidade mesmo, os professores, os alunos. Eu tenho uma noção porque a gente não tinha ônibus para cá, a gente não tinha nada.

Fernanda - Os professores ficaram reticentes. Alguns acharam que foi precipitado, que foi um exagero, você entendeu? Principalmente quando tiveram que enfrentar os problemas básicos que tinham de estrutura.

Entrevistador - De banheiro não funcionando direito, de estar suja a sala.

Fernanda - Mas ninguém comparou: está difícil? Está! Mas não está mais difícil assim do que o jeito que estava, porque o jeito que estava lá também estava ruim. Então não tinha um jeito bom.

Durante os anos criou-se uma expectativa muito grande da mudança para os novos prédios, mas o que ocorria sempre é que alguém da reitoria chegava e falava: “tal mês vai mudar”. E assim se repetiu diversas vezes. Com as obras quase finalizadas, e com todas as promessas, se discutiu em Conselho se deveria ou não entrar para as instalações, mesmo não estando tudo entregue, porque não se tinha mais condições de trabalhar com espaços alugados e que estavam ficando pequenos para a quantidade de pessoas.

Uma questão importante que deve ser levantada, é entender de que posição os entrevistados estão falando, neste sentido, optamos por interpretar essa posição com a concepção de campo de BOURDIEU(2003), que define como:

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo, artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes. (BOURDIEU *apud* BONNEWITZ, 2003, p.60)

Ou seja, o campo dos Docentes, discentes, técnicos e agentes políticos são diferente entre si, apesar de convergirem em alguns momentos, como no caso da expansão do ensino superior, ou na abertura de um novo curso.

Sendo assim, BOURDIEU (2003) explica que o campo é um espaço de forças opostas:

Efetivamente, podemos comparar o campo a um jogo (embora, ao contrário de um jogo, ele não seja o produto de uma criação deliberada e obedeça a regras, ou melhor, a regularidades que não são explicitadas e codificadas). Temos assim móveis de disputa que são, no essencial, produtos da competição entre jogadores; um investimento no jogo, *illusio* (de *ludus*, jogo): os jogadores se deixam levar pelo jogo, eles se opõem apenas, às vezes ferozmente, porque têm em comum dedicar ao jogo, e ao que está em jogo, uma crença (*doxa*), um reconhecimento que escapa ao questionamento [...] e essa colusão está no princípio de sua competição e de seus conflitos. Eles dispõem de trunfos, isto é, de cartas-mestra cuja força varia segundo o jogo: assim como a força relativa das cartas muda conforme os jogos, assim, a hierarquia das diferentes espécies de capital (econômico, cultural, social, simbólico) varia nos diferentes campos (BOURDIEU *apud* BONNEWITZ, 2003, p. 61).

Assim como todo jogo, temos a disputa, mas também acordos, e algumas vezes conflitos, sendo assim, com o aumento do número de docentes durante os anos, e os 11 diferentes cursos, começam a ocorrer certas diferenças de concepção de desenvolvimento da unidade acadêmica, como, por exemplo, professores que acreditam não ser necessário morar na

cidade para efetuar suas atividades, mesmo sendo professores com Dedicção Exclusiva (DE), ou até mesmo relacionados à composição dos projetos pedagógicos. Com isso, os conflitos começam a ocorrer, dificultando muitas vezes a implantação e o bom andamento das atividades acadêmicas. Vejamos alguns relatos:

Rafael - Houve conflitos é claro, infelizmente quando você começa a reunir um grupo e têm reuniões há conflitos e isso é natural que ocorra, mas eles foram conflitos saudáveis, e houve um ganho, um enriquecimento da proposta pedagógica do *campus* de pontal nesse sentido, porque muitos defendiam que tinha que ser uma cópia do de Uberlândia, ficha de disciplina, por exemplo. É muito mais fácil você copiar do que repensá-la porque dá trabalho.

Entrevistador - ...um grupo de **professores que trabalham em Uberlândia** com pesquisas ou outras atividades e acabam permanecendo mais lá do que aqui, outros até moram lá.

Rafael - Esse é o ponto que é uma **caixa complicada de se abrir** é um **vespeiro** porque tem grupos de professores aqui que querem morar em Uberlândia e se instalarem lá até defendem o modelo de Patos de Minas que é uma superintendência. O professor vai lá, dá aula, volta e existe um grupo que não quer isso eles querem que os professores morem aqui, façam pesquisa e extensão aqui.

Muitos cursos com a entrada dos novos professores reformularam seus projetos pedagógicos porque acreditava-se que os projetos realizados pelos pioneiros [33 primeiros professores] não contemplava completamente as especificidades de cada área dos cursos, visto que não tinham ainda pelo menos um professor de cada área do conhecimento específico dos cursos.

Alguns professores naturalizaram a prática de não morar na cidade, como podemos ver no relato a seguir:

Entrevistador - Você ficava quarta, quinta e sexta?

Marcos - Ficava porque ninguém gostava de dar aula na sexta. Então eu já reservava as minhas[aulas] para sexta-feira. Eu ficava lá[Uberlândia] segunda e terça, porque era o começo da semana e estava de cabeça fresca, mergulhado em leitura e produção, por isso que eu falei que foi a melhor fase da minha produção, porque tinha isso, eu ficava em casa. Quarta, quinta e sexta eu me dedicava aqui[Ituiutaba].

Fernanda - A professora disse: “**É porque eu não moro aqui, eu tenho que dar aula às segundas e às sextas, então, eles concentram meus horários, eu também não gosto mas eu não tenho o que fazer!**”. Ainda falamos eu e mais 1 professor que além da carga horária ser maior a questão dos dias de aulas, quer dizer eles não estão preocupados com o lado pedagógico que se os alunos vão ter condição de ter algum aproveitamento na hora que monta aquele horário, entendeu?

Entrevistador - A preocupação de montar o horário é para atender o professor e não para atender o projeto pedagógico, o aluno.

Fernanda - Para atender o professor que não mora aqui.

Os professores por lei não são obrigados a morar na cidade em que estão lotados. Como podemos verificar no perfil do professor, praticamente todos são concursados em cargos de 40 horas, dedicação exclusiva. Isso nos permite acreditar que se não todos os dias, mas boa parte dos dias da semana e do seu tempo o professor deve estar envolvido com atividades na unidade acadêmica ou no curso vinculado.

Além dos conflitos entre os professores e suas demandas, sejam elas pedagógicas ou profissionais, ocorrem também os conflitos institucionais. Uma parte importante do desenvolvimento da FACIP foi quando da aprovação da entrada da UFU no REUNI, neste sentido é importante observar esse relato:

Manuela - O Arquimedes nos pressionou para nós entrarmos no REUNI. Ele veio aqui várias vezes para que a gente entrasse no REUNI. E eu fui uma das pessoas que falou não: “nós nem temos estrutura para os nossos cursos, como é que nós vamos criar cursos novos aqui?”. Eu fui uma das que disse não! E ele disse: “Vocês estão se acovardando, vocês não podem se acovardar!”. Então eu fiquei muito pê da vida (...) resultado: “Nós não vamos entrar no REUNI!”, reavaliei isso 2 anos depois com o próprio Arquimedes, conversando comigo, e eu disse: “Você tinha razão, a gente tinha que ter perdido o medo e tinha que ter criado mais cursos porque se tivesse criado mais cursos teria vindo mais verba, mais professor. Teríamos sofrido muito mais do que nós sofremos, mas a gente tinha feito a FACIP crescer mais!”.

Entrevistador - Não ter aderido isso aí também ocorreu uma estagnação, por exemplo?

Manuela - Perdemos o bonde, agora se voltasse atrás nós faríamos tudo do mesmo jeito, exatamente do mesmo jeito, porque a briga ia ser muito maior agora. Você imagina com mais cursos e como iria caber aqui dentro, está certo? E alugando prédio, **a briga**, aluno ocupando prédio igual ocuparam aqui, as pessoas não entendem esse processo! Esse anseio da universidade de querer crescer em contrapartida vai ter que ter o sofrimento das primeiras turmas e não tem jeito, quando o Arquimedes falava isso a gente ficava pê da vida, principalmente os professores mais jovens uma docente da Biologia que gritava, fala assim: “Para de falar que a UFU quando surgiu nos anos 70 era pequenina, nós estamos em outros tempos, não pode ter mais esse discurso!”. Mas aí o discurso é esse mesmo se você quer ampliar a universidade. Nunca ela vai estar preparada para ampliar, e as primeiras turmas vão sofrer muito mesmo e isso não vai ter jeito (...)

Entrevistador - Então é um crescimento meio que... é uma expansão, pode se dizer assim?

Manuela - Eu não sei se precária. Mas a dinâmica é essa, só vai vir as coisas se você me apresentar projetos. Você tem que ousar para as coisas começarem a acontecer.

Neste trecho podemos analisar como é conflituoso alguns processos institucionais da universidade, como no caso da adesão do REUNI, e mais uma vez fica claro, que tudo gira em torno da quantidade de vagas de docentes e técnicos e também da quantidade de verba que pode ser destinada para a unidade acadêmica, ou seja, algumas unidades acadêmicas que não tiveram uma discussão mais profunda, como no caso da FACIP, aderiram ao REUNI, obtiveram verba e vagas de docentes e técnicos, mas a qualidade do ensino ofertado não é colocado nesta equação, acaba sendo um “crescer por crescer”, apenas números em uma tabela do MEC ou dos *rankings* de alguns jornais para classificar as universidades.

Nesta categoria, podemos verificar vários aspectos que dificilmente surgiriam se fossem somente aplicados questionários sem o contato direto com os entrevistados. Fez com que os mesmos dissessem abertamente sobre assuntos que incomodam a toda comunidade acadêmica que está desde o início ou pegou boa parte dos problemas da implantação. Hoje, se compararmos os problemas com os que existiam no começo, não são praticamente nada, como podemos ver pelos relatos dos entrevistados.

Um início precário, sem estrutura, sem apoio logístico, sem apoio técnico, com recursos altos que deveriam ter sido prioritariamente investidos na FACIP, os conflitos entre o corpo docente e institucionais, todos esses fatores contribuíram para que vários docentes, discentes e técnicos do início evadissem, porque não conseguiram enxergar futuro com a realidade que lhes era exposta diariamente, trabalhando e estudando em prédios alugados, sem data para mudança e sem um rumo certo vindo da matriz. E o que continua, como “melhoras” pontuais, vão no mesmo sentido já destacado.

4.4. Categoria - Desenvolvimento e gestão organizacional

Na categoria a seguir serão apresentados os dados que acreditamos ser relevantes para uma compreensão de como aconteceu e acontece a gestão da FACIP, isso de acordo com os Diretores que passaram pela mesma e também as mudanças que ocorreram na Reitoria ao longo dos anos.

Passaram 4 docentes pela Diretoria da unidade, Leila Bittar, docente designada pela reitoria, pelo período de 09/2006 a 12/2008, Odaléa Viana, seu vice Adevailton Bernardo dos Santos (por motivo de saúde Odaléa ficou afastada durante alguns meses da Direção) através de votação, pelo período de 01/2009 a 12/2010, e o atual Diretor Armindo Neto, através de votação, podendo permanecer de 01/2011 a 12/2014. Já com relação à Reitoria foram 3 gestões: Arquimedes Ciloni, Alfredo Fernandes e o atual, Elmiro Resende.

Essa contextualização é importante para dar uma sequência cronológica para o melhor entendimento das discussões e análises realizadas.

No início das atividades acadêmicas da FACIP, a Reitoria se mostrou presente em Ituiutaba através de uma representante designada, que durante pelo menos 1 dia da semana estava na cidade para dar andamento a solicitações e resolver problemas cotidianos. Alguns entrevistados relataram um pouco esse perfil de sua gestão:

Manuela - ... tudo que funcionava aqui era de certa forma gerenciada pela professora Leila, ela tinha interferência na biblioteca, no RH, na PROGRAD.

Entrevistador - Acesso meio que direto.

Manuela - Meio que direto com tudo isso, quando veio o professor Renato (...).

Entrevistador - Fez a transição.

Manuela - E essa transição foi muito marcante algumas pessoas interpretaram muito mal isso, mas eu entendo que precisaria ter sido feito daquela forma. Ele entrou na condição de Reitor praticamente aqui e fez todas as mudanças: “esse setor é assim e assado, você vai para Uberlândia, você fica, você está desnecessário aqui e vai para outro setor!”. E isso no setor meio que agora funciona naquele prédio lá (antigo colégio Raio de Sol), a gerência foi total e isso foi interpretado como autoritarismo aqui dentro, nos tirando autonomia. Só que apenas naquele momento eu entendi logo no primeiro mês, na primeira semana. Só que as pessoas demoraram muito para entender. Eu entendia que nós éramos uma unidade acadêmica FACIP.

A docente Leila era na verdade uma extensão da Reitoria em Ituiutaba, porque ainda não se tinha ideia de como seria essa nova instituição. Na resolução 02/2006 do CONSUN há muitas contradições:

CONSIDERANDO que o Conselho Universitário, na reunião ordinária, realizada em 18 de novembro de 2005, aprovou a proposta de implantação de um campus avançado da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, na cidade de Ituiutaba/MG;

(...)

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação aprovou o Projeto de Expansão da UFU, mediante a criação do Campus Pontal a ser instalado na cidade de Ituiutaba/MG, visando atender àquela comunidade e às das cidades circunvizinhas;

CONSIDERANDO que para atender às normas do Ministério da Educação é indispensável a criação do Campus Pontal como Unidade Acadêmica descentralizada;

Notemos as palavras sublinhadas, *campus* avançado, *campus* pontal e unidade acadêmica descentralizada, são palavras com sentidos totalmente diversos. Por esse motivo no início, ainda não se tinha ideia real do que realmente era a FACIP, ou seja, se era *campus* avançado ou unidade acadêmica descentralizada (fora de sede).

Segundo o Parecer número 848/68 do Conselho Federal de Educação, Câmara do Ensino Superior (por ocasião da Reforma Universitária, 1968), apresentado por CABRAL (2004) em sua tese de doutorado a definição de *campus*:

“*Campus* é o termo empregado na tradição universitária americana para designar uma área onde se encontram as instalações de uma universidade ou College, aí compreendidas as residências de estudantes e professores. O conceito está ligado a uma certa concepção da Universidade como todo integrado e formando uma comunidade de mestres e alunos, situada fora das grandes cidades. A tradição do *campus* universitário parece remontar à Universidade de Virgínia, cujo *campus* foi projetado por Thomas Jefferson, entre 1817 e 1825. Amplos gramados, pavilhões para aulas, residências para professores alternadas com dormitórios para estudantes e no centro a Biblioteca dominando a ‘academic village’.

Independente desta concepção residencial da universidade, tipicamente anglo-saxônica, *campus* representa, hoje, a integração espacial que é uma condição altamente conveniente para realizar-se a integração estrutural e funcional da universidade, concebida como totalidade organicamente articulada, em vez de simples coleção de estabelecimentos autossuficientes. Assim, os princípios de integração e organicidade da atual reforma, só podem objetivar-se plenamente no *campus* ou seu equivalente, entre nós, a cidade universitária.” (CABRAL, 2004, p.194)

Neste sentido acreditamos que é razoável que a grande maioria da comunidade acadêmica da FACIP entendeu nos primeiros anos que ela era um *campus* avançado, ou seja, um *campus* que teria uma certa autonomia quanto à gestão de recursos e pessoal, como a sua resolução de criação afirma. Como ficou designado local apropriado e a construção de prédios naquele local, todos pensavam que a FACIP era uma unidade acadêmica em um *campus* avançado. No entanto, no Estatuto Geral da UFU, não existe essa designação de *campus* avançado. Sendo assim, o que temos em Ituiutaba é um *campus*, com uma unidade acadêmica fora de sede. Ser uma unidade acadêmica em um *campus* avançado seria mais interessante para

a FACIP, pois desde o início teria que gerenciar toda a verba destinada para sua implantação, através de seu Diretor de *campus*, cargo que foi instituído, mas nunca utilizado, como relataram alguns entrevistados:

Carla - E falta essa figura, existe a nomenclatura. Existe até CD¹¹, que fez esse CD nunca foi utilizado aqui no Pontal, porque nunca existiu essa nomenclatura; hoje esse CD está lá disponível foi montado um grupo de trabalho aqui para que nós possamos resolver quem é essa pessoa, como será o perfil para que se tenha um Diretor de *campus* aqui.

Entrevistador - E o Diretor acadêmico...

Entrevistador - Continua fazendo processo acadêmico.

Carla - Acadêmico pedagógico, porque você pega as notas do ENADE agora que foram notas baixíssimas, que é um problema para o Diretor acadêmico resolver. Nosso Diretor acadêmico, hoje você vai lá à prefeitura e ver quantos carros tem no Pontal isso é o que? Diretor de *campus*. Então a nomenclatura de Diretor de *campus* vai existir em um futuro próximo. Agora já tem na CD, já tem o cargo criado é só para ver quem vai ocupar esse cargo para que tenha 2 figuras de Diretor. Uma de Diretor pedagógico e outro administrativo. Que trabalhem em conjunto.

Rafael - A FACIP teoricamente ela é o *campus*, mas ela não é o *campus*, ela foi criada porque havia uma necessidade de mudança de estatuto, como não havia tempo para mudar o estatuto para ser uma faculdade fora de sede, criou a faculdade como *campus* e não é. Aconteceu que o Diretor da unidade teve que assumir os papéis que não eram dele, regimentalmente falando as atribuições de um Diretor. Não verificar que se está chovendo na sala de aula, isso seria papel de outra figura que hoje a gente está chamando de Diretor de *campus*, que também está em cima da prefeitura de *campus* que cuidaria dessa parte de manutenção.

Fernanda - Não, na questão de delegação é questão, por exemplo, que aqui **foi criado para ter um Diretor de *campus* e um Diretor acadêmico. E hoje só tem o Diretor acadêmico.**

Como podemos verificar até no ano de realização da pesquisa (2013), alguns professores ainda não entendiam, como no caso do docente Rafael, o que realmente é a FACIP, porque há um problema de definições claras de o que é cada coisa, *campus*, polos, unidade acadêmica fora de sede, *campus* avançado. A FACIP é uma unidade acadêmica, que fica dentro de um *campus*, que chama-se Pontal. No estatuto não existe *campus* fora da cidade de Uberlândia, sendo assim, até mudarem o estatuto, a FACIP é uma unidade acadêmica fora de sede.

Outra questão importante que podemos identificar é como a parte técnica da instituição se preocupa com a criação do cargo de Diretor de *campus*, porque facilitaria o trabalho e as discussões, podendo ser esse Diretor até mesmo um técnico com perfil de administrador.

Hoje, como é composta, a unidade acadêmica tem, em seu Diretor acadêmico, também um Diretor de *campus*, o que pode ser prejudicial para o bom andamento das atividades acadêmicas, porque a partir do momento que existir a função de Diretor de *campus* e existir regimentalmente o *campus* Pontal, então será criado o Conselho do *Campus* do Pontal, que resolverá os problemas relacionados ao *campus*, como infraestrutura, onde será construído o

¹¹ Abreviatura de Cargo de Direção, sendo o mesmo uma função gratificada.

R.U., moradia estudantil, novos laboratórios, melhorias nos prédios existentes. Sobre o que o Diretor acadêmico realiza hoje, temos a seguinte fala:

Entrevistador - Então hoje o que ocorre é que se espera, por exemplo, no caso hoje é o Armindo que resolva tudo.

Rafael - Esperam que o Diretor acadêmico resolva tudo, resolva algo administrativo e acaba resolvendo, mas não faz parte das atribuições dele segundo o regimento da Universidade Federal de Uberlândia. Então nós estamos em um ponto que é necessário mudar o estatuto da universidade.

Assim como o Diretor acadêmico acaba realizando funções que não são de suas atribuições, o mesmo ocorre com os Coordenadores de curso, que uma vez além da carga administrativa acadêmica, tem que cuidar de recursos humanos e até mesmo compras, como Rafael e Fernanda citam:

Rafael - Hoje por exemplo um Coordenador de curso de matemática é chefe de Departamento de Matemática, mas não existe o departamento. Eu tenho que comprar uma geladeira, comprar armário, contratar docente passa todo esse processo pela Coordenação. Porque acontece isso? Porque foi extinto o departamento, está em processo de extinção o departamento da universidade federal. E nós fomos criados sem departamento. Então há uma sobrecarga por conta da Coordenação de cargos. Na verdade é um cargo de Coordenação e chefe de departamento e isto prejudica muito, inclusive na última eleição da Matemática não teve candidato.

Eu não fui treinado para ser Coordenador, eu fui treinado para ser um professor universitário. Acho que essa questão administrativa ela precisa de capacitação, não existe capacitação para ser Coordenador.

Fernanda - Uberlândia por exemplo lá tem 2 Coordenadores, 1 para a licenciatura e 1 para o bacharelado, aqui é um Coordenador para 4 cursos.

Hoje a realidade da universidade é que a quantidade de técnicos foi sendo reduzida ano a ano. Então, que os professores que tem cargo de Coordenador de curso, além da área pedagógica, têm que cuidar de outras funções antes realizadas pelos técnicos. No entanto, como vemos na FACIP, além das funções extra, ele ainda tem uma sobrecarga ainda maior do que na sede. O mesmo ocorre em comparação dos técnicos, visto que a lógica aplicada é a mesma. Quando a técnica Fernanda se refere a 4 cursos, na verdade o que está querendo dizer são 4 turmas, por exemplo: Matemática diurno (bacharelado), diurno (licenciatura), noturno (bacharelado) e noturno (licenciatura), enquanto em Uberlândia existe apenas Matemática diurno (bacharelado) e noturno (licenciatura).

Além de ter que coordenar os cursos, os mesmos têm que gerenciar sua verba, porque na universidade só existe a FACIP com 11 cursos; ou seja, no restante das unidades acadêmicas o que se tem geralmente são no máximo 2 ou 3 cursos, mas a maioria é apenas 1 curso. Sendo assim, quem decide sobre o quê e onde utilizar a verba é o Diretor da unidade acadêmica, o que na FACIP é impraticável, visto a dimensão e diferenças entre os cursos. Até o ano de 2008 a verba para criação da FACIP foi controlado pela Reitoria. Quando a Diretora Odaléa entrou, que era o último ano do repasse de verbas para a criação, houve então um susto, porque a verba vinha diretamente na conta da FACIP. Enquanto algumas unidades acadêmicas tinham 100 mil

reais de orçamento anual, a FACIP, apenas no ano de 2009, tinha quase 3 milhões de reais em caixa¹². Sendo assim, a Diretora teve que trabalhar em conjunto com a Reitoria para poder utilizar a verba de forma eficiente, sendo que em 2009 houve uma mudança de Reitoria. A gestão do docente Alfredo, que acabou assumindo o quê um dos entrevistados chamou de “pedra no sapato”:

Manuela - Teve que ser criado tudo pedra sobre pedra, porque o que é gestão na época do Alfredo sabia sobre nós? Que nós éramos um problema.

Entrevistador - Naquele momento Ituiutaba era um problema.

Manuela - Era só o que ele sabia, que era um problema não que é um *campus* afastado o único afastado, um povo absolutamente revoltado porque nós não tínhamos *campus*, não tínhamos estrutura.

Entrevistador - Ninguém resolvia nada ficava aquela lentidão.

Manuela - Então imagino que ele já tenha assumido sabendo que “**Pontal vai ser a nossa pedra no sapato**”.

Uma Reitoria nova, com uma “pedra no sapato”, gerou um certo fervor na unidade acadêmica, porque muitos acreditaram que, se estava complicada a implantação com uma reitoria que lutou pela expansão, com uma que considerava a unidade um problema, provavelmente as coisas não iriam dar certo. No entanto ao contrário, a Reitoria conseguiu realizar o acordo com a empreiteira que faliu, e os primeiros prédios foram entregues na sua gestão. O que ficou de consenso entre os entrevistados é que apesar da forma de gestão centralizadora de Alfredo, em uma coisa ele tinha acertado, que era concluir, pelo menos parcialmente, uma luta que durou praticamente 6 anos. A técnica Fernanda faz um relato interessante sobre a gestão do Alfredo:

Fernanda - ... muitos *campus* que não foram terminados, foram largados pela metade, e aqui pelo menos teve esse compromisso, esse crédito a gente tem que dar para o Alfredo, porque simplesmente ele poderia ter falado “Não, eu peguei desse jeito e vou entregar assim!”. Ele conseguiu aporte de recursos, mas a gente sabe que por mais que ele falasse que foi um problema, alguma coisa assim, a gente sabe que a FACIP iniciou um processo de aporte bem gordinho de recurso para lá e que não foi usado só aqui.

Durante o período em que Alfredo foi reitor, o que ficou evidente foi um tipo de gestão centralizadora, na qual tudo tinha que passar por Uberlândia. Infelizmente, quando se está implantando qualquer tipo de coisa, seja ela uma unidade acadêmica ou um novo programa em uma empresa, é necessário que se tenha pessoas autorizadas para resolver problemas corriqueiros imediatamente, como instalar uma porta ou um equipamento, ou consertar uma mesa, tudo tinha que passar por Uberlândia, isso ficou evidente na fala de Carla:

Carla - ... eu não gosto de uma **forma centralizadora de administração**, e era isso que eu sentia na administração do professor Alfredo, e foram essas as críticas; as críticas nunca foram para a pessoa, e sim à forma de gerir a administração; então, essa questão toda, que fala de recursos é tudo muito ligado a Uberlândia. Então o professor Alfredo iria ter que da administração ligavam os problemas de Pontal para Uberlândia

¹² Dados obtidos junto a diretoria da unidade FACIP, como consta no Apêndice 8.6.

e depois de Uberlândia para o Pontal, então esse caminho é muito burocrático e dificultava muito. (...)

Não concordo com a forma de administração dele, mas a forma que ele acreditava que era coerente e correta, e implantou no Pontal, e eu não posso acusar o professor Alfredo.

Para compreender um pouco melhor a questão da gestão centralizada que Carla cita em sua fala, é necessário verificarmos como foi realizada a criação dos outros dois *campi* que foram concebidos na gestão de Alfredo, o de Patos de Minas e Monte Carmelo, que veremos adiante.

A FACIP, por ser uma unidade acadêmica, tem direito anualmente a participar do orçamento da universidade, e tem garantido verba para a manutenção dos cursos. No caso da FACIP, como são muitos cursos, preferiu-se dividir a verba pelos cursos para que os Coordenadores gerenciassem a mesma de forma que maximizasse a possibilidade de manter o curso, visto que se dependesse da Direção da unidade para coordenar essa verba, seria impossível porque não se tem pessoal suficiente para isso, Marcos explica melhor como funciona esse repasse de verbas:

Marcos - A unidade acadêmica ela faz a gestão da verba que é designada à universidade, que é distribuída a todas as unidades acadêmicas; essa verba é para comprar material de consumo, material permanente, serviço de terceiros de pessoa jurídica e de pessoa física; então anualmente, quando o governo libera o orçamento, vem um orçamento para unidade acadêmica (...)

... a unidade acadêmica que recebe essa verba e ela quem vai administrar, quem administra é o Conselho e quem executa é o Diretor que se junta com os cursos. Nós temos uma política no ano passado (...) se faz uma distribuição por curso porque a universidade, para distribuir para FACIP, ela tem alguns critérios, ela tem uma planilha que são números de aluno, números de professores, número de doutores; então, todos esses critérios, dá um coeficiente final que distribui o dinheiro.

Para entender melhor a distribuição de verbas na UFU, foi obtido junto a FACIP as matrizes orçamentárias de 2010/2013 e foram confeccionados as Tabelas 13, 14, 15 e 16, referentes aos anos, na qual foram selecionadas as quatro faculdades/institutos que tem a maior verba da instituição.

Tabela 12: Quatro cursos com maior verba em 2010.

Matriz Orçamentária - ANO 2010							
UNIDADES ACADÊMICAS	Cursos de Graduação	Distribuição Investimento	Distribuição Consumo	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica	Total OCC	% TOTAL
INST. DE C. BIOMÉDICAS	1	R\$ 103.341,00	R\$ 150.706,00	R\$ 17.224,00	R\$ 38.753,00	R\$ 206.683,00	31%
FAC. DE MEDICINA VET.	2	R\$ 77.073,00	R\$ 112.398,00	R\$ 12.846,00	R\$ 28.902,00	R\$ 154.146,00	23%
FAC. DE MEDICINA	3	R\$ 76.605,00	R\$ 111.716,00	R\$ 12.767,00	R\$ 28.727,00	R\$ 153.210,00	23%
FAC. C. INT. DO PONTAL	11	R\$ 73.114,00	R\$ 106.625,00	R\$ 12.186,00	R\$ 27.418,00	R\$ 146.229,00	22%
TOTAL	17	R\$ 330.133,00	R\$ 481.445,00	R\$ 55.023,00	R\$ 123.800,00	R\$ 660.268,00	100%

FONTE: Matriz Orçamentária da UFU 2010¹³

¹³ Apêndice 8.7.

Tabela 13: Quatro cursos com maior verba em 2011.

Matriz Orçamentária - ANO 2011							
UNIDADES ACADÊMICAS	Cursos de Graduação	Distribuição Investimento	Distribuição Consumo	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica	Total OCC	% TOTAL
INST. DE C. BIOMÉDICAS	1	R\$ 99.759,55	R\$ 145.522,27	R\$ 16.626,59	R\$ 37.370,25	R\$ 199.519,11	30%
FAC. DE MEDICINA VET.	2	R\$ 73.248,94	R\$ 106.850,44	R\$ 12.208,16	R\$ 27.439,29	R\$ 146.497,89	22%
FAC. DE MEDICINA	3	R\$ 79.937,54	R\$ 116.607,30	R\$ 13.322,92	R\$ 29.944,86	R\$ 159.875,09	24%
FAC. C. INT. DO PONTAL	11	R\$ 77.167,15	R\$ 112.566,05	R\$ 12.861,19	R\$ 28.907,06	R\$ 154.334,30	23%
TOTAL	17	R\$ 330.113,18	R\$ 481.546,06	R\$ 55.018,86	R\$ 123.661,46	R\$ 660.226,39	100%

FONTE: Matriz Orçamentária da UFU 2011¹⁴

Tabela 14: Quatro cursos com maior verba em 2012.

Matriz Orçamentária - ANO 2012							
UNIDADES ACADÊMICAS	Cursos de Graduação	Distribuição Investimento	Distribuição Consumo	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica	Total OCC	% TOTAL
INST. DE C. BIOMÉDICAS	1	R\$ 110.847,59	R\$ 158.353,70	R\$ 18.210,68	R\$ 41.171,96	R\$ 328.583,94	30%
FAC. DE MEDICINA VET.	2	R\$ 84.356,65	R\$ 120.509,50	R\$ 13.858,59	R\$ 31.332,47	R\$ 250.057,22	23%
FAC. DE MEDICINA	3	R\$ 86.039,24	R\$ 122.913,20	R\$ 14.135,02	R\$ 31.957,43	R\$ 255.044,89	23%
FAC. C. INT. DO PONTAL	11	R\$ 91.041,57	R\$ 130.059,39	R\$ 14.956,83	R\$ 33.815,44	R\$ 269.873,23	24%
TOTAL	17	R\$ 372.285,05	R\$ 373.482,09	R\$ 61.161,12	R\$ 138.277,30	R\$ 1.103.559,28	100%

FONTE: Matriz Orçamentária da UFU 2012¹⁵

Tabela 15: Quatro cursos com maior verba em 2013.

Matriz Orçamentária - ANO 2013							
UNIDADES ACADÊMICAS	Cursos de Graduação	Distribuição Investimento	Distribuição Consumo	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica	Total OCC	% TOTAL
INST. DE C. BIOMÉDICAS	1	R\$ 114.027,00	R\$ 162.896,00	R\$ 18.733,00	R\$ 42.353,00	R\$ 223.981,00	30%
FAC. DE MEDICINA VET.	2	R\$ 80.503,00	R\$ 115.005,00	R\$ 13.226,00	R\$ 29.901,00	R\$ 158.131,00	21%
FAC. DE MEDICINA	3	R\$ 82.923,00	R\$ 118.462,00	R\$ 13.623,00	R\$ 30.800,00	R\$ 162.885,00	22%
FAC. C. INT. DO PONTAL	11	R\$ 103.800,00	R\$ 148.286,00	R\$ 17.053,00	R\$ 38.554,00	R\$ 203.894,00	27%
TOTAL	17	R\$ 381.253,00	R\$ 544.649,00	R\$ 62.635,00	R\$ 141.608,00	R\$ 748.891,00	100%

FONTE: Matriz Orçamentária da UFU 2013¹⁶

A FACIP então tem uma certa autonomia para gerenciar a verba que recebe através da distribuição orçamentária da UFU, apesar de ser menor se compararmos às unidades acadêmicas que tem apenas 1 curso, enquanto a FACIP tem 11 cursos, ou seja, na realidade a FACIP deveria receber proporcionalmente sobre os cursos e não por unidade, mas como isso depende de discussão em órgãos superiores como o CONDIR e a FACIP é apenas uma unidade contra o restante, é impossível que as outras unidades se comovam com a sua situação e desejam dividir a verba por curso.

Após entendermos como funciona a gestão da verba da FACIP, explicaremos como a forma centralizada da gestão do docente Alfredo foi realizada na implantação dos outros dois *campus*.

Os *campi* de Monte Carmelo e Patos de Minas foram criados para serem superintendências da UFU, isso quer dizer, que ela possui cursos como na FACIP. Porém, esses cursos estão ligados diretamente às unidades acadêmicas da matriz, ou seja, um curso de

¹⁴ Apêndice 8.8.

¹⁵ Apêndice 8.9.

¹⁶ Apêndice 8.10.

Sistema de Informação está ligado a Faculdade de Computação da UFU. Sendo assim, esse curso depende de verba desta unidade acadêmica. Se criasse mais duas unidades acadêmicas, uma em Patos de Minas e outra em Monte Carmelo, a UFU teria que dividir a verba das unidades, e as unidades foram contra. Neste sentido, a forma de superintendência foi a melhor na visão de Alfredo, pois não precisaria de toda uma estrutura administrativa como é no caso da FACIP, ou seja, ele centralizou tudo nos cursos da matriz. As faculdades, por sua vez, que aderiram à ideia de expandir cursos para essas cidades, tiveram um pequeno aporte de verba, técnicos e docentes.

O que foi relatado por alguns entrevistados, é que gestão do atual reitor Elmiro pretende utilizar a FACIP como modelo de expansão, e que esses *campus*, na verdade, tenham suas próprias unidades acadêmicas, para poderem ter os mesmos direitos que a FACIP, como segue alguns relatos:

Entrevistador - Então você falou que o de Patos de Minas é superintendência?

Rafael - Isso Patos de Minas e Monte Carmelo os dois são superintendência criados com um novo modelo de gestão da Reitoria anterior, temos 2 modelos de *campus*.

Eu sou um defensor do *campus* do Pontal uma vez que eu já estou aqui há mais de 6 anos, não pelo modelo a própria concepção como foi criado o modelo. Estou defendendo no próprio modelo, mas por acreditar nele. Acho que a gente tem mais autonomia, o *campus* de Patos de Minas e Monte Carmelo eles não tem autonomia nenhuma,

Entrevistador - Então a especificidade é zero.

Rafael - Zero!

Carla - O Pontal foi criado pelo professor Arquimedes. Então quando se criou o Pontal, criou-se a FACIP, criou-se como unidade acadêmica independente de Uberlândia, com a possibilidade de um *campus*. Foi assim que foi criado. O professor Alfredo herdou essa criação e teve que trabalhar com ela porque ele herdou. Quando ele teve a oportunidade de criar que foi Monte Carmelo e Patos de Minas, ele criou como superintendência, ou seja, lá não tem unidade acadêmica os cursos são diretamente ligados a Uberlândia, porque ele acreditava, e eu não estou crucificando porque pra ele e para a administração dele aquele é modelo de gestão que é mais eficiente, o tempo está nos dizendo que não é porque tem N problemas em Patos de Minas e Monte Carmelo. Então, você tenta não repetir os erros, mas como você faz de forma diferente, problemas diferentes vão vir (...)

Entrevistador - Se tiver uma nova Expansão, por exemplo, para Araguari, Tupaciguara, que já se fala nisso, você acha que seria esse modelo da FACIP ...

Carla - Da FACIP. Nós estamos fazendo hoje da FACIP, a gestão quer fazer isso do Pontal um modelo (...)

Entrevistador - Então você acredita que possa modificar, por exemplo, Monte Carmelo e Patos de Minas.

Carla - Acredito.

Sendo modificado os *campus* de Patos de Minas e Monte Carmelo para unidades acadêmicas, esses *campus* terão autonomia, mesmo que seja mínima, para discutir a reestruturação de seus projetos, como pretendem expandir internamente e tratar de problemas internos com mais rapidez.

A universidade pública federal sempre se destacou por seu tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão. Com a abertura dos novos *campus*, o foco principal no início sempre é atender

sobretudo a função do ensino, porque laboratórios de pesquisa e projetos de extensão tem processos demorados. No caso de laboratórios muitas vezes demoram vários anos até se conseguir estrutura mínima para a realização de pesquisas básicas. Já com relação à extensão, se o foco for a extensão de levar até a comunidade novidades, e principalmente ajuda técnica e científica, ou seja, que não dependa de equipamentos, geralmente é um processo mais tranquilo; mas se depender de equipamentos, como na extensão com intuito de vender serviços, pode demorar como a construção de laboratórios.

Na FACIP não é diferente o caminho a ser trilhado com o tripé. O ensino foi o foco principal. No entanto, o processo de construção dos prédios, e o ambiente alugado, não foram propícios para se ter a melhor formação para as primeiras turmas, como podemos observar em algumas falas:

Rafael - Na primeira turma não tinha nem livros para estudar, não tinha biblioteca era tudo improvisado, houve uma negociação de usar a biblioteca da FTM na época a direção não quis abrir a biblioteca, não entraram em um acordo.

José - ... o que faltava para nós era livro, acervo e referência de bibliografia que não tinham absolutamente nada e os livros que tinha nenhum dava gente usar.

Teve uma turma de Biologia que formou e eu não sei o nome da disciplina que estudava célula, não sei se você também fez isso na Química.

Entrevistador - Não.

José - Estudava células...

Entrevistador - E precisava do...

José - Microscópio que é caríssimo.

Entrevistador - Precisava daquelas plaquinhas.

José - Das plaquinhas.

Entrevistador - Eu me lembro dessa história das plaquinhas.

José - E então formou com xerox. Eles nunca olharam uma plaquinha nenhuma. A primeira turma de Biologia se formou com as xerox da visão microscópica. Então era isso que era complicado.

Muitos equipamentos de laboratório e livros específicos de algumas disciplinas demoraram muito para chegar e a única maneira de contornar a situação, ou era fazendo uma visita em laboratórios de Uberlândia, ou no caso de livros, através de Xerox ou aquisição dos mesmos. Não estamos falando aqui de equipamentos e livros para pesquisa, mas para o ensino. No caso do curso de Química, por exemplo, que em sua estrutura curricular tem quase 47% das aulas em laboratório, só foi possível ter acesso a um laboratório com pouquíssimos equipamentos e vidrarias no segundo semestre de 2007, isso porque teve que ser realizada uma reforma em um antigo depósito para abrigar o laboratório, que por ser pequeno, não suportava, por medida de segurança, mais que 20 alunos por vez. Os primeiros livros só chegaram no final do primeiro semestre e com poucos exemplares, cerca de 3 ou 4 por disciplina, sendo que para cada disciplina tinha em média 60 alunos, 30 diurno e 30 noturno. Essa situação só foi se normalizar depois de algum tempo, por volta de 2 anos do início das aulas, porque a maior parte dos livros e os equipamentos de laboratório adquiridos já havia sido entregue, sendo que, no

caso dos laboratórios, por falta de verbas específicas para instalação, alguns demoraram até 8 meses para serem instalados.

Ainda sobre o tripé, observemos alguns relatos sobre quando perguntados se existe uma diferenciação entre Uberlândia e Ituiutaba com relação ao tripé:

Fernanda - Existe! Eu não sei se é entre a sede e aqui, mas o que eu vejo o pessoal reclamar é que **falta muito incentivo à pesquisa**.

Entrevistador - Você disse que a extensão aqui até que deslanchou. Mas é porque precisa de menos dinheiro, recurso.

Fernanda - Até que não, precisa de menos dinheiro e vamos dizer assim mais ação humana.

Entrevistador - Mais boa vontade de querer fazer as coisas.

Fernanda - Mais boa vontade de querer fazer as coisas, mas...

Entrevistador - Na pesquisa você precisa de algum equipamento...

Fernanda - Eu acho que não é nem questão de falta de recurso, porque eu acho que ele existe, o governo federal tem investido.

Entrevistador - Esse repasse de Uberlândia para cá que não é justo?

Fernanda - É, pois igual o edital de melhoria de laboratório de graduação. Ainda não tem laboratório, como é que vai melhorar?

Thiago - ... aqui **a universidade ainda não está consolidada o tripé vai demorar ainda**. É difícil você falar porque é um abismo ainda extensão em uma universidade federal, isso na universidade é um abismo, a gente está aqui e a comunidade está lá. Então, há um abismo e a gente tem que construir uma ponte que vai demorar anos.

Entrevistador - E na questão de pesquisa, por exemplo, no teu curso...

Thiago - Não, a pesquisa sim eu acredito que sim, no meu curso que produz muito na FACIP, ele está o curso, está entre os primeiros de produção de iniciação científica, produz bastante os professores, são um grupo de professores que produz bastante.

Entrevistador - Porque não depende tanto de laboratório ou depende?

Thiago - Não depende.

Entrevistador - Já no caso dos outros cursos?

Thiago - Eu não sei, já não posso dizer. Eu acho que é uma dificuldade maior.

Manuela - Mas eu acho que nós estamos ai modo **tripé capenga** ou não, está certo?

Os relatos mostram que mesmo após a mudança para o *campus* próprio, instalação de CTINFRA sem todos os equipamentos, a questão da pesquisa que acontece é sempre aquela das humanidades, porque o que geralmente se precisa é de um computador, documentos e pessoas. No caso da extensão, os professores das humanas têm mais facilidade de realizar projetos até mesmo porque sua fonte de pesquisa em sua grande maioria é com pessoas, ao contrário dos engenheiros, exatas e biológicas que veem na extensão uma fonte de venda de serviços, como ocorre na maior parte das universidades brasileiras.

Mesmo após 6 anos da implantação, muitas são as dificuldades enfrentadas com relação à formação completa do aluno. Uma das falas de Thiago chamou muita atenção, pois o mesmo acredita que os *campus* de expansão teriam esse aspecto, com dificuldades para o tripé, ele chama este tipo de *campus* de “escolão”:

Thiago - ... o projeto do governo hoje é acabar com a nossa universidade e formar um **escolão**, então, esses *campus* foram as primeiras estratégias de tentar para ver se daria certo.

Entrevistador - Para fazer uma diplomação?

Thiago - Para ver se vai dar certo inclusive lá em Ituiutaba a organização era muito escolão mesmo no início... A última vez que eu fui ao *campus* novo (...) Estava em

pleno funcionamento, só não tinha asfalto, iluminação direito por isso não inaugurou, mas isso em momento algum, pensaram em nos levar para Ituiutaba se isso tinha ou não, e esses são os interesses porque não era, a ideia era se formar uma escola...(...)

Thiago - Só isso, era um escolão mesmo é bem diferente daqui (Uberlândia), aqui é muito mais presente essa ideia de pesquisa, muito mais presente essa ideia de extensão do que eu já vi em qualquer vez em Ituiutaba.

Entrevistador - Até porque você tinha que lutar por coisas mínimas.

Thiago - É então não tinha biblioteca como é que...

Entrevistador - Como é que uma pessoa ia pensar em pesquisa se não tinha nem biblioteca? Não é mais ou menos assim?

Thiago - É exatamente, eu acho que o espaço contribuía muito para não se pensar em outras coisas

O que o discente Thiago tenta mostrar em sua fala é que a universidade, mesmo com todo o aporte para construção de laboratórios, compra de equipamentos, não conseguiu construir o mínimo para a questão do ensino, ou seja, não se pensou desde o início em pesquisa e extensão, o que se direcionou foi a questão do ensino, de criação de cursos para formar pessoal qualificado que falta no mercado, principalmente professores; no entanto, que qualidade esse professor das exatas terá se nunca fez um projeto de extensão ou de pesquisa? Manuela traduziu isso com uma simples frase “tripé capenga”, ou seja, se der para fazer faz, mas não é com a qualidade que se espera de uma universidade federal.

O discurso da criação da FACIP no meio político sempre foi de que a forma que foram criados os cargos de professores, técnicos e funções gratificadas seriam de uma estrutura mínima para que um dia a mesma se emancipasse da universidade. Esse pensamento que foi no sentido da interiorização, em um primeiro momento, essa nova instituição estaria ligada a uma universidade que após realizada sua implantação seria emancipada. Se desde o início fosse um *campus* avançado, provavelmente isso seria uma realidade; porém, como sempre foi uma unidade acadêmica, boa parte das decisões e rumos que a FACIP tomou, partiram da Reitoria, e não de discussões internas.

Com a inauguração dos prédios, surgiu novamente o discurso político de emancipação da FACIP, sendo que alguns docentes e técnicos são a favor e outros contra, porque acreditam que esse movimento tem que acontecer internamente e sem interferência de políticas externas. Vejamos alguns relatos sobre quando perguntados sobre emancipação:

Fernanda - Esse movimento político de emancipação a gente já ouviu não da administração superior.

Entrevistador - Não interno.

Fernanda - Eu já ouvi do Gilmar Machado¹⁷ que existia uma preocupação do governo federal em discutir uma política, uma forma de padronizar a administração dos 10 primeiros *campus* que foram criados, porque colocaram como avançado e não é avançado e sim fora de sede. Então os 10 primeiros que foram criados tem uma estrutura totalmente diferente do REUNI, que foi depois sendo assim, existe um problema na administração. Então isso quer dizer que o problema não é só nosso, pela fala do deputado, existe uma preocupação do governo em definir porque quando se

¹⁷ Deputado Federal do PT pelo Estado de Minas Gerais do período de 2003-2012.

criou aqui, se nós formos analisar a documentação, a gente tem todos os cargos de uma universidade que a gente nem conseguia absorver aqui, tinha de museu, cineasta e esses técnicos foram embora, e se formos trazer eles de Uberlândia para cá, nós não temos aonde colocar (...)

Mas então **a estrutura que nós fomos criados não é de uma estrutura de unidade acadêmica**, o MEC não enxergou a isso aqui como uma unidade acadêmica.

Entrevistador - A UFU que enxergou.

Fernanda - A UFU enxergou porque era a forma que melhor se adequava dentro do regimento.

Bruno - - Eu acho que o movimento interno é o ponto real, a nossa intervenção depende agora, nós não temos autonomia para ir fazendo o que nós fizemos da outra vez que não tinha nada. Agora não, é mais porque se ninguém quiser não acontece.

Entrevistador - Tem que vir de dentro.

Bruno - É tem que vir de dentro porque se ninguém reivindicar não acontece se não houver interesse.

Apesar dos *campi* terem sido pensados dentro do MEC de uma maneira, suas implantações foram completamente diferentes nas universidades que as receberam, principalmente porque se o regimento interno da universidade, como no caso da UFU, não existia essa possibilidade, não haveria tempo hábil para mudar o que precisava para se enquadrar. Sendo assim, as universidades fizeram a expansão da maneira que acharam melhor, seja para ter benefícios com a verba que passaria por dentro delas ou porque tiveram um tempo pequeno para fazer as adequações. No caso específico da UFU, se tem registros de intenções de expansão muito tempo antes da expansão fase I, neste sentido, acreditamos que a mesma poderia ter se adequado anteriormente à adesão ao programa.

Hoje a FACIP, sem sombra de dúvidas, não teria condições de se emancipar, porque não foi implantada de maneira correta para que isso ocorra, como por exemplo um bloco administrativo que abrigue todos os setores necessários para o funcionamento de uma universidade, no máximo conseguiria ser uma faculdade federal isolada. No entanto poderia de certa forma perder o prestígio que o nome UFU hoje proporciona.

Como pudemos verificar na análise desta categoria, as diferentes gestões que passaram pela universidade no período de 6 anos, tentaram gerenciar a FACIP de formas distintas, o que pode ter influenciado na demora para que a mesma fosse completamente implantada, e que ainda não acabou. Foram 5 anos até serem entregues os primeiros prédios, e que ainda é necessário aluguel de prédios para abrigar os laboratórios de alguns cursos; e mesmo se os prédios que ainda não foram entregues estivessem prontos, os laboratórios do curso de Química não estariam incluídos. Este curso foi criado no início, neste sentido, porque as gestões não colocaram em seu orçamento a construção de laboratórios de ensino para o curso? A falta de preparo da universidade, somando-se ao distanciamento das Pró-Reitorias do *campus* e centralização da gestão em boa parte do período, contribuíram muito para que 39 milhões de

reais não fossem suficientes para entregar a infraestrutura mínima para as atividades da unidade acadêmica fora de sede.

4.5. Categoria - Política, órgãos colegiados e processos decisórios

Na categoria a seguir serão discutidos os dados referentes às políticas internas da unidade, como funcionam seus órgãos colegiados e suas diferentes instâncias de processos decisórios, de modo a melhor entender esses espaços, suas características, se neles é possível serem tomadas decisões sobre a unidade acadêmica de forma democrática.

A criação da FACIP nunca pareceu ser um dos pontos fortes na matriz, porque com a criação da unidade acadêmica, após algum tempo a mesma deveria ingressar na matriz orçamentária da UFU, o que ocorreu a partir do ano de 2010. Como alguns professores e técnicos relataram, a falta de entrosamento entre a matriz e a unidade acadêmica nunca foi velado, até mesmo porque alguns acreditam que “disputam” alunos, como no caso dos que existem na matriz e unidade acadêmica.

Todos sabemos que para o bom andamento de qualquer Universidade Federal são essenciais o envolvimento e o comprometimento com a mesma, para que ela cresça e se desenvolva igual, senão democraticamente, para que seja sustentável. Neste sentido, verificamos em alguns relatos dos entrevistados como é esse contato com a matriz:

Marcos - A universidade em seu todo, com as outras unidades acadêmicas e professores das outras unidades acadêmicas pode ter, porque aí **você percebe nas atitudes, “Foda-se o Pontal eu não quero nem saber”** a hora que passa o negócio do Pontal eles não querem nem saber, são contra, mas isso é a comunidade da UFU, a administração não tem essa atitude e não percebo que eles incentivam esse tipo de atitude, nem a Reitoria passada e nem essa, eles dão apoio. (...)

O pessoal e os professores de Uberlândia estão preocupados com o Pontal? Não estão nem aí! Porque nós estamos concorrendo com eles em tirar dinheiro, concorrendo em bolsa de iniciação científica, concorrendo na verba da unidade, que nossa verba é uma das maiores por causa do número de professores, nós estamos concorrendo nas bolsas de extensão. Então, está dividido o dinheiro. Sendo assim, se nós desistíssemos, para eles seria bom.

José - Uberlândia está “cagando” para Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos, a gente que é do movimento estudantil que é mais humanizado está “cagando” mesmo, porque a gente nem se lembra de Ituiutaba. Por exemplo, em um CONDAS [Conselho dos Diretórios Acadêmicos] ou em uma assembleia, a gente até esquece que existe Ituiutaba e olha que eu estudei lá e esqueço, também em pensar sobre lá, o que os alunos estão passando lá, o que está fazendo lá também. Então está meio sumido e eu acho que os professores também se isolaram lá.

As palavras de baixo calão representam bem a forma como se relacionam, professores, técnicos e discentes da universidade, ou seja, cada um se isolou pela distância e como forma de proteção de defesa de seus espaços. Nestes casos o que importa não é uma política maior, de função social da universidade, mas uma política de sobrevivência. E essa política é a de verbas, que são muito pequenas, e assim como um cão que briga pelo seu pedaço de carne, com os

curso não é diferente. Isso nos mostra porque é diferente o tratamento com que os cursos se relacionam e o relacionamento com a Reitoria. Só precisamos lembrar que quem toma a maior parte das decisões nos órgãos decisórios são os cursos com seus representantes e não a Reitoria. A Reitoria toma suas decisões de forma mais ampla, enquanto que decisões pontuais ficam a cargo dos órgãos decisórios.

Sobre a matriz orçamentária, que a FACIP começou a participar a partir de 2010, podemos verificar como a mesma funciona através das seguintes falas:

Manuela - Existe uma matriz orçamentária da universidade onde a verba é distribuída dentro das unidades com alguns vetores, eu não sei se conhece.

Entrevistador - Eu entendo que tem algumas questões que eles colocam como questão de alunos, professores, técnicos...

Manuela - São vários vetores e nesses vetores não existe a questão de serem cursos novos ou não, e também não existe a questão de ser fora da sede ou na sede, não existe a unidade ser mais complexa ou menos complexa isso não existe naquela matriz. Ela não foi feita pensando nessas especificidades. Agora, a Reitoria pode mudar? Não! Não pode mudar, isso deve ser uma mudança...

Entrevistador - Pelos trâmites dos Conselhos.

Marco - Dos Conselhos. Agora não sei se isso está sendo estudado. Eu vou até perguntar para Armindo se está sendo estudado. Eu soube que essa matriz orçamentária teria algumas modificações. Agora são 28 ou 29 unidades e são os Diretores que vão votar. E qual é o interesse dos Diretores votarem em uma modificação dessa estrutura?

A matriz orçamentária da UFU deveria ter sido modificada a muito tempo. No entanto, fica evidente que toda e qualquer modificação, seja ela do regimento, seja de orçamento, a comunidade acadêmica de Uberlândia não se dispõe a fazer, porque além de perder espaço político, perderia verba. Agora se pensarmos logicamente, como pode uma unidade acadêmica de Uberlândia, como a do Curso de Direito, que tem apenas 1 curso, ter praticamente a mesma verba que uma unidade acadêmica (FACIP) com 11 cursos? Surge então, o que alguns professores dizem, que a FACIP, na verdade, enquanto suas discussões políticas de verba, na verdade está brigando por migalhas, enquanto deveria estar brigando pelo pedaço do pão na matriz. Sobre esse aspecto, Fernanda tenta explicar algumas questões:

Fernanda - ... não existe uma ordem de prioridade, olha isso é prioritário, isso e isso é necessário. Tudo aqui é dividido, é como se tivessem 11 unidades aqui dentro, isso torna a **administração muito difícil** porque toda vez que eu for lá discutir qualquer coisa, eu vou pensar o impacto daquilo ali no meu curso, no meu orçamento, nas minhas tarefas, nas minhas atribuições. Eu não vou ver se aquilo é realmente ou não importante para a unidade como um todo e para a unidade crescer, para o *campus* desenvolver, entendeu? Então isso emperra o processo administrativo, é o que eu disse, **todo mundo vai ao Conselho advogar em causa própria e todo mundo vai com pressão de ir embora, não presta atenção no que está sendo discutido e também não tem coragem e voltar atrás**, entendeu?

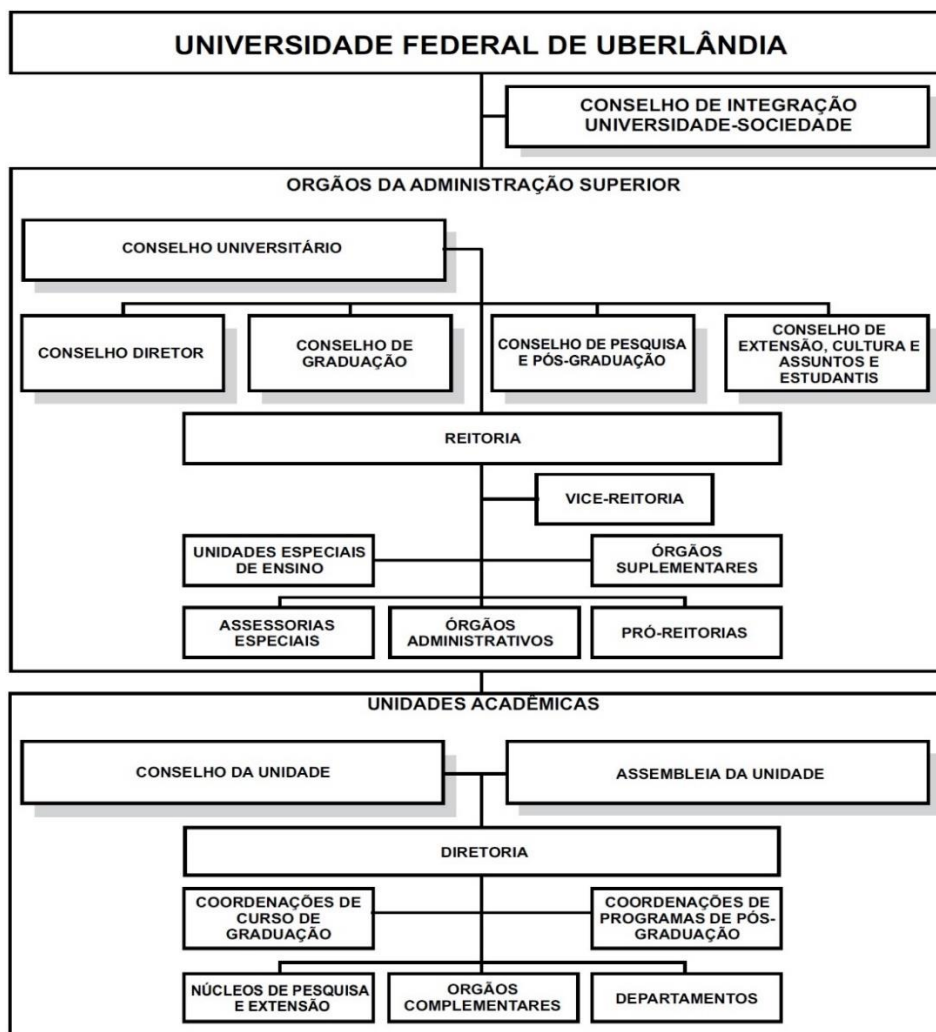
Fica claro que existem dois mundos orçamentários, a briga na matriz, no Conselho de Diretores (CONDIR), e a briga interna no Conselho da FACIP (CONFACIP). Externamente podemos fazer a referência à metáfora de que tenta-se lutar por uma fatia maior

do pão, e internamente se briga por migalhas. Isso é extremamente prejudicial, porque ao mesmo tempo que um curso gasta toda a sua verba para melhorar suas condições e algumas vezes falta, outros não utilizam essa verba que acaba voltando para a UFU. Quando cada um dos cursos começa a pensar em si mesmo, apesar de estar na mesma unidade acadêmica, acaba ocorrendo isso, porque ninguém quer ceder, seja dinheiro, seja espaço político.

Apesar de ser uma instituição que tem por objetivo promover a educação de qualidade, para que isso ocorra, vários fatores têm que convergir, visto que boa parte da comunidade acadêmica, até mesmo por falta de informação, não tem como acompanhar todas as decisões e discussões que acontecem nos colegiados e Conselhos da universidade.

Os processos decisórios da universidade são hierarquizados. No caso da UFU, segue-se a seguinte hierarquia expressa no organograma da Figura 5:

Figura 5: Estrutura Administrativa da Universidade Federal de Uberlândia



FONTE: BRASIL/UFU(2012)¹⁸

¹⁸ Organograma retirado do Guia Acadêmico UFU de 2013, disponível em <http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/GUIA%20-%20NORMAS%20GERAIS%20-%202013_1%20semestre_versao_digital_0.pdf>. Acesso em 10/09/2013.

Podemos observar que existem dois níveis de processos decisórios, os que acontecem internamente nas unidades, e as instâncias superiores, que acontecem na matriz, sendo o Conselho Universitário o órgão superior mais elevado. Neste sentido, com base nos relatos das entrevistas, tentaremos analisar esses processos separadamente, para tentar compreender como os entrevistados entendem esses órgãos e suas funções.

Na FACIP, a base dos processos ocorre internamente nos cursos, os chamados colegiados. Cada um dos cursos, tem suas normas e a composição do mesmo segue as normas da universidade. Além dos colegiados, existe o CONFACIP, onde representantes dos cursos, Diretoria, representantes dos técnicos e discentes discutem questões que são pertinentes aos cursos e também casos que não conseguem ser resolvidos dentro dos colegiados.

Sobre os colegiados podemos perceber que não é composto com todos os agentes envolvidos na realização das atividades acadêmicas, os técnicos não têm cadeira. Carla tenta explicar quais tipos de discussões são realizadas nos colegiados e como provavelmente não deveriam ter efeito, pela falta de representatividade dos técnicos:

Carla - ... a FACIP hoje vai ter que primeiro antes de qualquer coisa criar uma identidade. Hoje ela deixou de ser uma unidade estritamente acadêmica para ser administrativa também. Então, quando se fala em colegiado e fala em Conselhos, entende-se que o colegiado de uma Coordenação é para resolver problemas didáticos. Você vai levar questão de alunos, questão de aulas, professores. Os colegiados decidem como vai ser distribuído o orçamento do curso. Quando se fala em CONFACIP é a mesma coisa. Você pensa que o Conselho da unidade é para resolver problemas relacionados a questões acadêmicas da unidade, e você chega à unidade da CONFACIP para resolver que dia vamos mudar para o *campus* novo, se vai ou não mudar a forma de distribuição das salas, o bloco onde vai ser construído. Então a FACIP hoje é uma mistura, é um mix de problemas pedagógicos e administrativos. O primeiro passo é separar isso. A FACIP é uma unidade acadêmica, ponto. E a administração é o *campus*. A partir que conseguir separar não vai sobrecarregar tanto **os colegiados e os Conselhos, eles são sobrecarregados** e tem muito mais demanda administrativa do que pedagógicas. Sendo assim quando você conseguir tirar essa unidade acadêmica você passa ter colegiados e Conselhos muito mais deliberativos. Por que eu falo isso hoje? Porque um exemplo, toda decisão administrativa você tem que ter um técnico representando, colegiado de curso não tem técnico como membro do colegiado. Então, se for levar ao pé da letra, o colegiado não poderia resolver questões administrativas, porque não tem representatividade.

Entrevistador - Então essa decisão que está sendo formada de certa forma é ilegal?

Carla - Ilegal porque você **não tem representatividade**.

Como podemos analisar, o problema gerado pela criação de uma unidade acadêmica, sem Diretor de *campus*, sobrecarrega todos os órgãos de decisão, e esses órgãos que decidem muitas questões administrativas, sejam elas no âmbito de curso, como não tem todos os representantes que deve possuir em suas decisões, podem se tornar sem efeito, caso alguém se sinta lesado e entre com uma representação em um órgão superior ou na justiça. Quando acontecem atos de ilegalidade, muitas decisões podem se tornam sem efeito e prejudicam

gravemente o bom andamento de atividades. Vejamos uma outra fala, desta vez da técnica Fernanda, sobre o papel do técnico, e o regimento da UFU:

Entrevistador - ...você acha que faz falta uma cadeira ativa ali no colegiado nas decisões?

Fernanda - Para técnico?

Entrevistador - Técnico não tem.

Fernanda - Dentro do regimento não é permitido.

Entrevistador - O regimento aqui (FACIP) ou o da UFU?

Fernanda - Da UFU.

Fernanda - ... não permite, tanto é que a Biologia eles tinham e usava (...) então a Biologia tinha essa cadeira.

Entrevistador - Tinham para discussão, mas não tinha para voto? Ou ele tinha voto?

Fernanda - Eu acho que ele tinha. E depois que fizeram uma pesquisa, uma consulta, porque até a gente estava pensando...

O que ocorre então é que o regimento da UFU, não permite essa participação dos técnicos em colegiados de curso. No entanto, esse mesmo regimento deveria ter sido alterado quando foi criada a FACIP e isso não ocorreu. O que fica evidente é que não parece ser de interesse das pessoas que tem o poder de decisão mudar o regimento, seja porque dá trabalho, tem um esforço enorme para que isso ocorra, seja por falta de vontade política. No caso desses cursos que tinha o representante dos técnicos em seu colegiado e após consulta não tem mais, como ficaria as decisões que foram votadas? Seriam essas decisões legais?

O distanciamento da sede no início das atividades acaba refletindo nestes momentos, porque quando foram criados os primeiros colegiados, não houve um suporte da matriz, para explicar como deveriam ser compostos. Apesar de você ter em mãos o regimento da universidade, esse mesmo regimento deveria ter sido modificado para a especificidades da FACIP e não foi mudado, ou seja, espera-se que essa nova unidade acadêmica, totalmente diferente das que existe na matriz, tenha que tomar decisões que nas unidades da matriz não são necessárias, e isso gera um grande transtorno, porque não se tem ideia de até que ponto essas decisões são ou não legais, pela ausência representativa de uma classe.

No que concerne todos os cursos, o CONFACIP, quando o mesmo foi criado, houve toda uma polêmica envolvida sobre a sua composição proporcional, como podemos verificar nas falas a seguir:

Entrevistador - Você fala mudar para virar...

José - 50, 25, 25, isso que a gente foi com a primeira turma e tentou e perdeu ficou 70, 15, 15.

Entrevistador - Mas aí que está a questão: como é que ganha?

José - Se fosse a minha cabeça de hoje a gente poderia até ter ganhado porque tinha um professor que ia votar a favor, mas como a gente foi lá defendendo a paridade.

Entrevistador - Não ganhou nada.

José - Não ganhou nada, a gente foi defendendo a paridade e foram os técnicos que nos convenceram a não votar a paridade, porque a paridade não ia passar nunca (...)

José - Eles [matriz] falaram, por exemplo, da composição 70, 15, 15 que se a gente tivesse definido 50, 25, 25 todas as decisões do Conselho seriam ilegais porque a lei

fala tem que ser 70, 15, 15 a lei da ditadura. Então, tem que ser, porque se não for, o Conselho está ilegal.

Quando da criação do CONFACIP, que foi depois da eleição da docente Odaléa para Diretoria, o movimento estudantil e técnicos lutaram para mudar a composição dos Conselhos, uma briga para que houvesse maior participação de toda a comunidade da UFU. No entanto, como podemos verificar nas falas, a proporção “70, 15, 15” está enraizado nos estatutos das universidades, que remetem pela fala do discente José, aos tempos da ditadura. Esse tipo, nos órgãos colegiados, chega a ser pior, pois se analisarmos, que no Curso de Geografia da FACIP por exemplo, é composto seu colegiado por 5 docentes e 1 discente. Isso mostra que temos 83,4% de representatividade dos docentes e 16,6% dos discentes e 0% dos técnicos [regra do estatuto da UFU]. Mesmo quando uma decisão tem como foco os discentes ou técnicos, pode ser que essa decisão não seja favorável porque se os docentes não concordarem em sua maioria, não será aprovada. No caso dos colegiados é pior ainda, porque se pelo menos 4 dos 5 docentes não foram a favor da decisão, a mesma não é aprovada. Sendo assim, é questionável todo o processo, porque seriam esses órgãos realmente democráticos, como deveriam ser?

Vejamos uma explicação sobre os colegiados e CONFACIP dado pelo docente Marcos:

Marcos - Todas as decisões passam pelos colegiados, pelo colegiado de curso e pelo CONFACIP, porque a Direção não pode decidir nada. Uma decisão que a gente tem que tomar com antecedência ela é formalizada por *ad-referendum*, depois o Conselho tem que referendar. Não se pode decidir nada sozinho, mas tem uma coisa, **mesmo que passe pelos colegiados não significa que seja democrático. A universidade ela não é democrática, ela é hierarquizada.** Eu acho que é uma diferença muito grande uma coisa você falar “é democrática porque tem o Conselho”; é discutido no Conselho e as decisões vêm dele, mas é um campo hierárquico que aí um fica dependendo do outro, quer dizer que a **estrutura oprime as decisões.**

Entrevistador - Ela é uma Pseudodemocracia.

Marcos - Isso, eu sou do pensamento de **democracia como participação coletiva das decisões, isso não acontece,** aqui acontece mais que Uberlândia, porque aqui ainda tem muita comissão interna que ajuda a decidir coisas, em universidade mais antiga não tem.

Entrevistador - Lá todo mundo vota levanta a mãozinha e tudo bem.

Marcos - Aqui a gente ainda tem comissões que ajudam a pensar e depois manda a decisão para o CONFACIP, o CONFACIP que vai acima do estudo da Comissão para tomar uma decisão.

Podemos então verificar ainda mais algumas particularidades, que em alguns órgãos decisórios o que acontece muitas vezes é o voto com o relator, sem discussão, no CONFACIP. Para que questões semelhantes não ocorram, são criadas comissões para que seja feito o estudo, para depois ser votado no Conselho. No entanto, isso não quer dizer que o voto com o relator também não ocorra, somente é feito um estudo com maior número de participantes em vez de uma única pessoa relatar um processo. Notamos nesta fala, uma questão importante do entrevistado, que relata que apesar de se ter um caráter supostamente “democrático”, os

Conselhos são estruturados para que não o sejam, como no caso da proporcionalidade relatada anteriormente. Apesar de Marcos, nos mostrar essa visão, temos uma outra, que Thiago relata:

Entrevistador - ... CONFACIP você acha que é democrático?

Thiago - Não, esse processo envolve muita coisa envolve **interesses pessoais, partidário**. Eu conheço cada setor da universidade e vejo que tem **muita briga interna**, eu vejo briga de laboratório do mesmo curso de professores procurarem seus interesses. Então, **eu não acredito que é um processo democrático** as coisas antes de ter uma reunião têm muita coisa amarrada, tem muito interesse.

Entrevistador - Chega ali e legitima só?

Thiago - Legítima, eu já vi em várias, meus amigos do CONFACIP relatar brigas mesmo de pauta dentro da CONFACIP. Então, não acredito que seja democrático.

Entrevistador – Sim, e então, no caso, quem tem mais votos ali no CONFACIP e no colegiado...

Thiago - Leva!

Apesar de Marcos ter mostrado sua visão por dentro do processo como ocorre, Thiago mostra em sua fala o que as outras pessoas ficam sabendo. É evidente que não é tudo mar de rosas como Marcos relata, nem tão pouco a extremidade que Thiago comenta, mas um conjunto dos dois. O CONFACIP, assim como os outros Conselhos, tem participantes de todos os tipos, aqueles que vão para discutir, os que só vão levantar o dedo e concordar, e até mesmo os que vão marcar presença e se ausentam, porque infelizmente os colegiados e Conselhos, para uma boa parte dos docentes e técnicos, é visto como uma perda de tempo, porque tem pautas extensas e pouco efetividade. Sobre a questão de proporcionalidade, é fato que em uma votação, onde 70% ou mais são da mesma classe, qualquer decisão que for contra ela, não será aprovada, mesmo que seja relevante para a unidade acadêmica ou para o curso.

Quando perguntados se existia uma diferença, entre os órgãos superiores e os colegiados e Conselho da unidade, fica evidente uma certa discrepância, vejamos alguns relatos:

Marcos - O CONSUN julga é a política geral da universidade e aí você está contemplado nessa política geral, CONGRAD é política geral da graduação e CONDIR é política geral das unidades acadêmicas, agora quando trata de algo específico o Pontal nunca teve um processo barrado, barrado assim vamos dizer reprovado, se não passou voltou para adequar e depois, então eu não vejo que há uma perseguição com o Pontal.

Entrevistador - Ou seja, tudo que vai para lá se resolve.

Marcos - Você não sabe se está passando, se passa e depois vai se ferrar lá na frente, mas eu não percebo uma resistência dos Conselhos contra o Pontal, eu não sinto isso, a gente é mais um lá. (...)

Entrevistador - E cada um quer puxar a sardinha para o seu lado.

Marcos - São mais de 120 pessoas, é muito grande.

Entrevistador - Se todo mundo falar.

Marcos - Não termina um ponto de Pauta(...)

Carla - o Conselho não é prático, **os Conselhos superiores não andam** porque tem muitas pessoas. (...)

... a pauta de 20 itens você discute 4, então você passa 16 para outra reunião e junta mais com os que tem naquela reunião. O regimento interno da FACIP não foi discutido no CONSUN isso em 2010. Depois que eu entrei, poucos assuntos foram mandados para o CONSUN, está lá de pauta e não foi discutido e nem vai ser tão cedo. **Nós temos uma demanda muito grande e Conselhos pouco deliberativos**. Pela forma que os Conselhos estão reunidos, nós temos um CONSUN hoje com quase 200 pessoas.

Fernanda - Democrático é. Isso porque as discussões são mais intensas, o CONSUN principalmente. O pessoal é mais inteirado, está ali porque quer estar ali. E se preocupam entendeu? Você não chega com um assunto lá e algum detalhe passa despercebido, não passa.

O que percebemos é que os membros dos órgãos superiores são apresentados pelos entrevistados como sendo “mais responsáveis” com as discussões que acontecem ali, são politicamente mais ativos, por serem Conselhos que participam grande quantidade de pessoas, pautas extensas não são efetivas e se todos opinam não se resolvem rapidamente, como ocorre com o regimento da FACIP que até hoje não foi votado. Se é mais democrático ou menos, isso depende do ponto de vista, porque se discutir muito ou discutir pouco não interfere se é ou não, mas se as pessoas envolvidas estão representadas e em quais proporções. As discussões têm que acontecer, independe se é Conselho superior ou de unidade, estar inteirado sobre a pauta da reunião é uma obrigação de todos que compõe o Conselho. Excepcionalmente, o que percebe-se é que por terem decisões que afetam mais ou menos, tem também um empenho maior ou menor no interesse de entender o que vai ser discutido em cada reunião.

Os processos decisórios podem estar pautados por uma possível democracia restrita, como BRAVO e OLIVEIRA (2004), explicam:

É preciso evitar algumas distorções presentes tanto nas investigações quanto nas dinâmicas dos Conselhos, tais como: as visões de **democracia restrita** ao aparelho de Estado (participação consentida), dos Conselhos como espaços de consenso, de controle dos conflitos, de viabilização das ações do Estado com consentimento da população ou como parceria entre Estado-sociedade; o populismo e a cooptação desses mecanismos pela burocracia do Estado; a fragmentação da questão social em múltiplos Conselhos com a participação reduzida da sociedade (os mesmos sujeitos políticos participando de diversos Conselhos) e apropriação dos Conselhos pelo gestor e perda de diálogo com a sociedade. (BRAVO e OLIVEIRA, 2004, pág. 17)

Quando se discute se os processos decisórios são democráticos ou não, é importante também entender como algumas pautas chegam até esses Conselhos. Uma questão levantada em diversos momentos da FACIP seria sobre decisões que eram tomadas em Uberlândia, e que deveriam ser executadas em Ituiutaba, independente se aquela decisão não fizesse sentido no contexto região, ou que dificultaria alguns processos internos. Neste sentido, foi perguntado aos entrevistados sobre as decisões realizadas “de cima para baixo”, lembrando da hierarquia existente:

Marcos - Não sairia essa expansão se não fosse desse jeito de cima pra baixo. (...) Se fosse ouvir a comunidade, ouvir a universidade até hoje não teria nenhuma expansão. Então, implanta, decreta, manda cumprir!

Entrevistador - Tem o dinheiro aí vamos gastar!

Marcos - Vamos gastar! (...)

Claro, mas a gente está no começo vai chegar um momento que isso vai acabar, então mas é a estrutura da universidade, é **hierarquia, esse sistema hierárquico da universidade, ele impede a discussão...** (...)

Na verdade a universidade diz o seguinte “Vocês têm que fazer desse jeito!” passa pelo Conselho e ele só homologa e devolve para lá, **isso de democracia dentro da universidade é muita relativa, e não é só aqui, é nas universidades brasileiras.**

Carla - É complicado falar assim democrático, antidemocrático. Eu acredito que de certa forma existe uma democracia. Nem entrarei no mérito da questão. Eu só acho que a forma mesmo de **administração centralizadora** muitas coisas vinham para cá de baixo para cima (de cima para baixo) igual você comentou, mas porque não tínhamos ninguém daqui lá em cima, se tivéssemos uma pessoa aqui que participasse das decisões lá, então, seria o Pontal participando da decisão, como não temos a pessoa participando da decisão, então a **decisão se faz na Reitoria e passa para nós**, está errado isso?

José - ... a realidade de lá é muito distante daqui (Uberlândia), são 128 km, a interação que existia era sempre por imposição mesmo.

Entrevistador - De cima para baixo?

José - De cima para baixo, eles não estavam muito preocupados pelo o que a gente ia propor lá o que a gente estava definindo.

Entrevistador - Ou seja, definiam e já levavam pronto.

José - E já chegava pronto, aqui [Uberlândia] a gente tem mais intelectuais pensando, lá era menos gente: menos alunos, menos professores.

Existe uma convergência de opiniões e relatos sobre uma ingerência da matriz na unidade acadêmica, provavelmente porque a Reitoria toma algumas decisões que precisam entrar em prática rapidamente. Nestas situações, não existe pauta, o que existe é uma posição de homologação nos Conselhos para que aquela decisão seja colocada em prática o quanto antes, mesmo que não seja discutida, porque já veio pronta “de cima”. Fica claro que isso é uma questão que é naturalizada, e não vista como um problema, já que a matriz tem 35 anos de experiência, ou seja, é como se fosse aceito tacitamente que ela sabe o que é melhor para unidade acadêmica em certas decisões. No entanto, essa mesma matriz tratou a distância os problemas da unidade acadêmica, ou seja, como essa matriz poderia tomar decisões sem ir *in loco* para perceber se a decisão tomada seria viável ou se teria os efeitos que eram propostos? Uma postura hierárquica no caso de decisões que afetam muitas pessoas, que devem ser pensadas em conjunto e discutidas com todos os envolvidos, o que parece não acontecer na maioria das vezes que a matriz precisa homologar qualquer decisão tomada.

Após todos os dados apresentados sobre a presente categoria, algumas pontuações são necessárias. Todas as decisões e participantes das mesmas, tem interesses, sejam eles particulares ou de seus representados, não importando se é melhor para o curso, para a unidade ou para universidade. Esse processo é político, ou direcionados pela pequena política. Para COUTINHO (2010), que toma como base GRAMSCI, a “pequena política” compreende as “questões particulares e cotidianas” que se apresentam “no interior de uma estrutura já estabelecida”, podendo ser caracterizada como uma “política de intrigas”, na qual se dá a “exclusão da grande política” (COUTINHO apud GRAMSCI 2010, p.21).

Os Conselhos e colegiados da FACIP demoraram um pouco para começar a tomar suas próprias decisões. Sendo assim, até a docente Odaléa assumir como Diretora, a maioria das

decisões foram tomadas pela Reitoria, e executadas na FACIP através de sua representante Leila. Após a criação dos colegiados e do Conselho da FACIP, quando a Reitoria precisa que uma decisão dela seja executada, passa pelo Conselho, que apenas homologa, porque provavelmente acredita que se não aprovar pode sofrer algum tipo de embargo. No caso dos Conselhos superiores, a representatividade da FACIP é mínima, ou seja, se precisar lutar para alguma decisão, provavelmente não conseguirá, ou se for uma questão interna, todos tendem a votar com o relator, mesmo se aquilo vier a prejudicar a FACIP no futuro. A questão da proporcionalidade nos Conselhos e colegiados, ficou mais que evidente, que não são justos e definir as decisões que ali são tomadas como democráticas seria uma afirmação falsa.

Neste sentido, acreditamos que não só as decisões não são democráticas, como os espaços em que são tomadas também não são, visto que os dados analisados deixam claro que um conjunto de fatores influenciam nas decisões, a questão hierarquizada da universidade e uma falta de maior comprometimento dos envolvidos torna os processos decisórios contestáveis, porque ou não são discutidos, ou quando discutidos tendem a serem de forma insuficiente. O que se percebe, muitas vezes, é que diante da ausência de conhecimento a respeito de pontos discutidos por parte de muitos conselheiros, segue-se o voto do relator, ou, as decisões são tomadas em função de interesses específicos, de pequenos grupos ou subgrupos, de modo que o interesse efetivamente geral e coletivo tende a ser assolado.

De qualquer modo, existe o jogo do processo decisório, e, não seria ele totalmente divorciado da possibilidade de decisões virem a ser mais condizentes com a vontade coletiva. Por outro lado, se a dimensão de representatividade é uma saída desigual, o processo decisório se distancia do que seria o de um tipo ideal de democracia representativa.

A democracia representativa, por sua vez, é em si mesmo limitada, e se distingue da democracia direta. E, mais ainda, se para além da tipologia de BOBBIO, formos considerar etimologicamente radical do termo democracia, de governo do povo, ou, de ação sob o comando da maioria, de classe oprimida, mais ainda seria impróprio a caracterização dos processos nos colegiados e conselhos como processos democráticos.

5. A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO PRECÁRIA E DESORDENADA: AS RELAÇÕES ENTRE OS PROBLEMAS DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, PROCESSOS DECISÓRIOS DEMOCRATICAMENTE RESTRITOS E AS DIRETRIZES INSTRUMENTAIS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.

Mediante os dados levantados nos questionários e nas entrevistas, entendemos que é importante retomar algumas questões iniciais que permitam extrapolar a análise micro, no caso a UFU, relacionando os dados obtidos com as diretrizes das políticas de Educação Superior no Brasil.

A expansão do Ensino Superior Federal, nos últimos anos, é incontestável, haja vista sua abrangência, a localização de novos *campi* e o estabelecimento de novas universidades em diversos Estados brasileiros. Os recursos financeiros investidos, em um curto intervalo de tempo, para a realização dessa expansão atingiram recordes no país. No entanto, como podemos verificar nas análises dos dados, no caso específico da FACIP/UFU, ocorreram problemas graves de planejamento e dificuldades na sua implantação.

Contudo, não se trata de uma circunstância isolada, tendo em vista a existência de um Fórum Anual dos Diretores de Novos Campi/Novas IFES originárias do Programa Expandir e posteriormente também do REUNI. Dentre as características comuns nas discussões, salientam-se os problemas relativos ao planejamento e à implantação, como nos foi informado através de conversa com o diretor da FACIP, Prof. Dr. Armino Quillici Neto, que participou do Fórum.

Já nos Conselhos Universitários, esse tipo de discussão acaba se tornando idealizada, pois, muitas vezes, as condições da matriz afetam a disponibilidade de recursos para o estabelecimento no novo *campus*. Como exemplo, podemos citar no caso específico da UFU, que uma parte dos técnicos, que poderia ser encaminhada para o novo *campus*, acabou alocada no *campus* matriz porque houve aumento na demanda de serviço técnico, inclusive com a criação do novo *campus*. Desta forma, à medida que os problemas vão surgindo não são solucionados imediatamente por não haver um planejamento que dê conta de tantas variáveis, ocasionando, em muitos casos, dificuldades de ordem acadêmica e financeira.

Todavia, a UFU não se distingue das demais instituições envolvidas com o Programa Expandir e REUNI, visto que na questão do planejamento, diferentes problemas de cunho técnico se somam. No caso da FACIP, em que muitas das decisões políticas/administrativas ocorrem predominantemente na matriz, muitas necessidades locais acabam passando despercebidas. Para citar um exemplo local, o projeto de construção de um dos prédios, igual ao da matriz, mas que precisava ser revisto, considerando as especificidades do terreno, que

não era desnivelado, não ocorreu, e um gasto desnecessário foi gerado, cavando-se buraco no terreno do Pontal. Ou, em outro caso, como o da demora na entrega dos prédios e sem os devidos laboratórios pedidos inicialmente.

O despreparo da universidade é notório, tanto pelos dados obtidos, quanto pelo que se viu no dia a dia do *Campus* Pontal¹⁹. Tal característica se deu, provavelmente, porque a universidade não recebia investimentos para serem utilizados em um curto espaço de tempo, considerando que cada parcela do repasse para a construção do *Campus* Pontal era anual.

Assim, podemos dividir em duas situações bem distintas: uma é a criação de um novo curso, da qual a universidade frequentemente se depara; outra é criação de um *Campus* fora de sede, a 135 km de distância, cujas exigências vão muito além de estabelecer um espaço físico, de alocar recursos humanos e financeiros.

Em nossa investigação, podemos perceber que a UFU, não se preparou adequadamente, principalmente em seu corpo técnico, na questão da construção (arquitetos e engenheiros) e licitações (técnicos administrativos e administradores), e do seu corpo docente, principal responsável político pelas discussões para a expansão da universidade, apesar de as discussões sobre a expansão terem início muito antes da pactuação para a criação do *Campus* Pontal.

Para compreender a política educacional em Nível Federal, temos que voltar na discussão sobre a Reforma do Estado, onde a Educação Superior deixa de receber investimento durante vários anos. Assim, as universidades que aderiram ao Programa Expandir e REUNI tiveram, depois de longo período, acesso a verbas para melhorar sua situação local (matriz) e realizar a expansão. No entanto, no caso específico da FACIP, o resultado esperado não ocorreu como programado, já que até o final de 2013 foram investidos praticamente todo o montante pactuado, e menos de 80% da parte de infraestrutura mínima havia sido entregue.

Vale salientar que o contexto histórico e social da expansão mostrou-se conturbado, porque o país precisava melhorar seus índices, elevando a quantidade de vagas e de matrículas, em que, pelo menos 30% da população, com idade adequada de frequentar a universidade precisava ser alcançada. No entanto, temos que lembrar que apesar da mudança em 2003, para um governo dito democrático-popular, houve uma continuidade nos procedimentos para a Reforma do Estado, baseada em medidas neoliberais, ou seja, fazer mais com menos, utilizar ao máximo os recursos disponíveis.

Deste modo, a expansão apresentou os resultados esperados para os índices, mas não com a qualidade que deveria ao se empregar dinheiro público. As vagas foram criadas, mas no

¹⁹ O autor foi aluno do curso de Química, com ingresso no ano de 2007, que coincidem com o início das atividades da FACIP.

discurso, embora traga dados que corroboram, não aparece como estas vagas estão chegando à população, nem se cogita se tal expansão produz uma situação precarizada ou desordenada.

Analisa-se então a relevância das disposições legais da expansão universitária na consolidação de um novo paradigma: as IFES como “escolão”, como explanado por um dos entrevistados, pois instituiu e legitimou condições nas quais o que importa é o número de vagas, mesmo que sejam dissociadas do tripé ensino-pesquisa-extensão. Nota-se ainda que esse processo compactua com os fundamentos da Reforma do Estado e com o ajuste da economia brasileira ao capital mundializado. Percebe-se uma nova configuração da cultura e dos métodos universitários no sentido do acolhimento aos pleitos do setor empresarial bem como aos interesses e necessidades do capital produtivo.

A expansão então é encarada como uma forma de ampliar o acesso à universidade, e cabe à universidade suprir o mercado com mão de obra qualificada. Em um primeiro momento, no caso do Programa Expandir, visando suprir um déficit de professores da educação básica. Já no REUNI a preferência por cursos ditos interdisciplinares, com uma base comum, onde *a posteriori* o aluno decide o que prefere concluir, no caso de Engenharia, por exemplo, é comum nesses novos cursos fazer um ciclo básico, e depois fazer matérias específicas. Neste sentido, o MEC, através do REUNI, adota o modelo de educação terciária do Banco Mundial, sendo que o considera desejável e inovador, porque há a dita “diversidade”, “mobilidade”, “interdisciplinaridade”, mas sob viés instrumental e privatista, que caracteriza a expansão das IFES e da Educação Superior. O REUNI segue então, senão completamente, ao menos em partes, o modelo europeu proposto pela Declaração de Bolonha²⁰. Sendo assim, esses novos *campi* se diferenciam da matriz, porque na maior parte das vezes os cursos oferecidos têm um caráter mais pragmático, de formação de mão de obra qualificada e diplomação.

Assim, o Estado brasileiro acaba sendo norteado por práticas neoliberais que reduzem cada vez mais os recursos para as atividades universitárias, ao mesmo tempo em que a sociedade lhe faz cobranças cada vez maiores, sobretudo as esferas populares que reivindicam aumento das ações políticas para toda a sociedade civil.

A universidade encontra-se hoje perante o desafio de conciliar interesses ambivalentes, conciliar interesses econômicos e de produção e divulgação de conhecimentos, conhecimentos produzidos pelas pesquisas mantidas por grupos financeiros, conciliar formação profissional e formação cultural (humanística) do indivíduo, conciliar (ou atender?) os anseios de uma sociedade, da qual é parte constituinte, no que se refere à ascensão social pela busca profissional e como fonte

²⁰ Declaração em Português, Disponível em <
http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf>. Acesso em 20/01/2014.

produtora de conhecimento, conhecimento este visto por esta sociedade como “salvador”, já que é expressão da “verdade”. (RODRIGUES, 2004, p. 136).

Nesse sentido, algumas pesquisas realizadas por SILVA (2013, 2012, 2010), SILVA JÚNIOR (2013), HELOANI (2012), dentre outros pesquisadores, mostram que desde a implantação da Reforma do Estado no Brasil, houve um aumento significativo da intensificação e precarização do trabalho docente, com aumento significativo nas funções que o docente deve realizar (docência, pesquisa e gestão). Assim, como podemos verificar em algumas falas dos entrevistados, no caso da FACIP, mesmo com a criação de um novo *campus*, que ainda não tem uma estrutura definida para a pesquisa nem para a extensão, professores e técnicos administrativos não deixam de participar desse processo.

Segundo SILVA, SILVA JÚNIOR E SGUISSARDI (2010):

A universidade estatal pública brasileira passa por um processo de mercantilização de sua identidade institucional, em função da naturalização do sequestro do fundo público pelo capital, fenômeno que, de imediato, leva à intensificação e precarização do trabalho e, para o que aqui nos interessa, do trabalho do professor-pesquisador das universidades públicas do país. (SILVA, SILVA JÚNIOR E SGUISSARDI, 2010).

No caso específico da nossa investigação, semelhante à intensificação e precarização do trabalho do professor-pesquisador, surge a figura do professor-gestor. O professor-gestor, nesse caso, são todos os docentes que têm funções administrativas, formalizadas ou não, visto que o professor, que acumula a função de coordenador de curso, tem, de certa forma, um aumento da sua carga de trabalho, com um acréscimo de salário muito pequeno. Já outros docentes que não têm essa função formalizada, mas, estão em comissões de planejamento do *campus*, por exemplo, têm um aumento em sua carga de trabalho, sem receber aumento salarial para isso.

Não queremos aqui dizer que ganhar monetariamente ou não, pela função desempenhada, mude a situação da intensificação. Longe disso, essa divisão, perante a universidade, somente determina os docentes que têm responsabilidade legal, sobre os que não têm. Todavia, os dois tipos de professores-gestores estão no mesmo patamar de sobrecarga de trabalho.

O problema de uma intensificação de trabalho em um setor (acadêmico) amplia o problema de intensificação do trabalho em outro (administrativo) e vice-versa, a intensificação do trabalho acadêmico traz prejuízos à própria qualidade do trabalho acadêmico, e também acarreta em menor disposição para o trabalho administrativo, e este, também por ser intensificado, enfrenta limitações na sua qualidade, limitações estas que são agravadas pela primeira e vice-versa, sendo então um ciclo que só tende a se agravar e se tornar contínuo.

Observando, então, essas novas funções dos docentes, no caso da FACIP, principalmente em seu início, percebemos que os docentes, além de todas as demandas

administrativas, recorrentes e que vêm aumentando com o passar dos anos, tiveram que dedicar parte do seu tempo para funções técnicas, como por exemplo, montagem de equipamentos audiovisuais, trâmites internos de secretaria e até mesmo passar informações acadêmicas para os alunos, conforme podemos depreender das declarações a seguir:

Marcos: Eu me adaptei muito bem aqui, problema **nenhum, o pessoal reclamava muito das condições de trabalho**, a melhor fase que eu tive de produção acadêmica foi esse período que eu sai e vim para cá antes da direção, foi a fase que eu mais produzi naquele subsolo da unidade 1, porque na nossa área de educação com o computador, acabou, não precisa de mais nada. [...]

Achava muito estranho o pessoal aqui reclamava muito em uma lista de e-mail, reclamação. Tem gente que se acha melhor que todo mundo então o cara vem para cá achando que passou em um concurso público que ele é um “puta cara”, sabe? E ele põe a expectativa que vai chegar a universidade federal e vai ter uma estrutura imensa e não é assim, **vê as condições que as universidades estão trabalhando não é simples**, o cara tem o gabinete dele e o computador e ele que se vire para resolver o problema dele.

Rafael: Uns até vêm com vontade de ficar, **mas percebem que não tem estrutura adequada para eles desenvolverem suas pesquisas, até na questão de ensino mesmo não tinha toda infraestrutura adequada, não temos gabinetes adequados**. A matemática, por exemplo, **tem 20 professores em uma sala sem divisória não é um local adequado para se fazer pesquisa, até mesmo para preparar uma aula**, você precisa ter paz, sossego para poder preparar uma aula e ainda não temos uma reivindicação de todos os professores, e isso prejudica bastante, então muitos vêm, ficam desiludidos com aquela infraestrutura que não é a melhor possível e vão embora à primeira oportunidade que surgir outro concurso, isso causa uma instabilidade dentro do grupo. [...]

Apoio psicopedagógico para docente e para discente não tem de forma adequada aqui, **eu não tenho um apoio psicológico**, pedagógico, se eu tiver com uma depressão, por exemplo, para onde que eu vou, serei socorrido por qual órgão, **terei que ir para Uberlândia?**

Hoje os docentes, principalmente o professor-gestor e seus substitutos legais, têm, nos colegiados e conselhos, uma das maiores cargas de trabalho, visto que concentram um grande volume de ações a serem realizadas, quase sempre em pequeno espaço de tempo. Já no caso dos conselhos superiores, para garantir sua participação, os docentes têm que se dirigir a Uberlândia, retornando para suas atividades corriqueiras em Ituiutaba. Se fizermos uma conta simples da quantidade de professores que estão ligados diretamente com a gestão dos cursos e indiretamente através dos colegiados, conselho da unidade acadêmica e comissões, se pegarmos um curso médio da FACIP, como o curso de Química com 15 docentes, cinco participam da reunião de colegiado, pelo menos dois participam de alguma comissão ou coordenação de laboratório, e outro como substituto legal, sendo assim quase metade dos docentes do curso tem ligação direta ou indireta com a gestão do curso.

Diante de tais condições de trabalho do professor, na qual a carga de trabalho é cada vez maior, é de se esperar que, ao participar de atividades que demandam maior empenho, muitos professores não consigam o tempo adequado a fim de aprofundarem seus conhecimentos para subsidiar argumentações fundamentadas, tais como a realização de projetos de pesquisa

interdisciplinar, que necessitam do envolvimento de docentes de diferentes áreas, ou a participação em conselhos e colegiados, nos quais, muitas vezes, discutem temas alheios à formação específica da maioria dos professores.

Segundo LUIZ e GOMES (2013):

Na forma de governo democrático, o que se pode pressupor com razoável grau de rescisão é que, independentemente das transformações históricas ocorridas no tempo, há elementos que permanecem com relativa estabilidade: são os princípios democráticos de liberdade e igualdade descritos por Aristóteles (1960), atualizados de acordo com os contextos sociais específicos. [...]

A democracia é uma forma de governo que **se caracteriza** enquanto **processo baseado no diálogo** argumentativo (deliberação), com vistas à apreensão do bem comum, no qual as decisões (votos) são tomadas pelo maior número possível de envolvidos direta e indiretamente. (LUIZ e GOMES, 2013, pág. 142-143, grifos nossos).

Os autores, acima citados, encontram na Teoria Habermasiana da Racionalidade uma via em que as deliberações devem ter como norte o diálogo e a possibilidade do debate, com posicionamentos centrados na razão. HABERMAS (2002) explica o termo racionalidade:

Por “racionalidade” entendemos, antes de tudo, a disposição dos sujeitos capazes de falar e agir para adquirir e aplicar um saber falível. [...] Em contrapartida, assim que concebemos o saber como algo mediado pela comunicação, a racionalidade encontra sua medida na capacidade de os participantes responsáveis da interação orientarem-se pelas pretensões de validade que estão assentadas no reconhecimento intersubjetivo. [...] A razão comunicativa encontra seus critérios nos procedimentos argumentativos de desempenho diretos ou indiretos das pretensões de validade proposicional justeza normativa, veracidade subjetiva e adequação estética. (HABERMAS, 2002, pág. 437)

Sendo, então, a democracia deliberativa, pensada como um processo baseado no diálogo, na racionalidade e na argumentação, os participantes de colegiados, conselhos e comissões precisam ter condições reais de o fazerem. No entanto, segundo os dados coletados, com uma proporção 70-15-15 (docentes, técnicos e discentes), onde boa parte dos docentes tem seu trabalho intensificado, extensificado e muitas vezes precarizado, podemos perceber que as possíveis decisões tomadas nesses espaços podem não conter o desejo e os anseios dos pares que esses docentes representam.

Na ótica do gerencialismo, a administração pública deve orientar suas atividades de modo a garantir controle, eficiência e competitividade. De acordo com Shiroma e Campos (2006), o gerencialismo, no campo educacional, ao contrário dos modelos de administração que lhe precederam, “é um movimento que tenta modificar não só a organização da escola, imprimir outra lógica ao funcionamento do sistema educacional”, visa, principalmente, “operar uma transformação na subjetividade dos educadores, por meio da implantação de mecanismos bastante objetivos de controle que afetam a organização, a avaliação e, portanto, a gestão do trabalho docente”.

Neste contexto não se encontram momentos onde o debate e a troca de ideias são importantes, o trabalho docente é centrado quase que mecanicamente no desenvolvimento de sua atividade fim. O professor tem sua subjetividade manipulada senão cooptada pela racionalidade instrumental (GAULEJAC, 2007), totalmente distinta da racionalidade democrática aludida por Habermas, fazendo com que o seu trabalho seja direcionado de forma técnica, no qual ele ministra suas aulas, faz suas pesquisas em um meio altamente competitivo, tenta ganhar com isso visibilidade, com pretensão de obter uma forma alternativa de melhorar sua remuneração, através de bolsa produtividade. Assim, ao ter sua subjetividade manipulada e/ou cooptada, o professor não encontra meios para fazer diferente, fica condicionado às medidas impostas pelos mecanismos gerenciais, neste caso, orientados primeiramente pelo modelo gerencialista do mercado, através de agências de fomento do governo, como CAPES e CNPQ.

Dessa forma, o indivíduo perde sua autonomia, consequência também da racionalidade instrumental. Entende-se racionalidade instrumental como “a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado.” (HORKHEIMER, 1976, p. 13). GAULEJAC aponta para definição similar, considerando a racionalidade instrumental como:

A racionalidade instrumental consiste em pôr em ação uma panóplia impressionante de métodos e técnicas para medir a atividade humana, transformá-la em indicadores, calibrá-la em função de parâmetros precisos, canalizá-las para responder às exigências de produtividade (GAULEJAC, 2007, p. 72).

Visto que o aparato produtivo e as mercadorias se impõem ao sistema social, os consumidores dos produtos e das formas de bem estar social tornaram-se prisioneiros do capital. Vivemos, então, na eterna contradição entre produtividade e destruição, dominação e progresso, prazer e infelicidade.

Todas essas questões levantadas, como intensificação, extensificação e precarização do trabalho docente, gestão gerencialista e racionalidade instrumental fazem com que se estabeleça uma limitação das decisões nos órgãos decisórios. Temos, então, de certa forma, uma democracia restrita, onde o docente tem em suas mãos 70% dos votos dos conselhos, é o responsável por várias atribuições, como ministrar aulas, realizar pesquisas, projetos de extensão, ser, muitas vezes, gestor de seu curso ou de alguma parte dele, participar de várias comissões, sendo assim, as decisões tomadas nesses conselhos podem não ter os rumos que necessariamente deveriam. Por outro lado, temos também técnicos com sobrecarga de trabalho e que, muitas vezes, não conseguem acompanhar todas as atividades dos órgãos decisórios,

assim como acontece com os discentes que têm uma carga horária de estudo relativamente alta, como podemos verificar nos dados objetivos do Capítulo 3.

Conseqüentemente, a democratização que tanto se houve nos discursos políticos, como podemos verificar nos documentos analisados, ou não aparecem, e quando aparecem estão carregados de outros conceitos, consolidando uma democracia maquiada, muito distante de uma democracia real, a qual deve “ser a expressão de uma sociedade democrática e pluricultural em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças”, onde a igualdade jurídica é encarada como BARBOSA (1968) descreveu em seu discurso “Oração aos moços” na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco:

A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. (BARBOSA, 1968).

Assim, o que se encontra nos discursos, hoje, não é a mesma igualdade que consta na constituição, onde todos são iguais perante a lei, independentemente de raça, cor ou credo, muito menos a de Rui Barbosa. A igualdade defendida, agora, é que indiferente da classe social todos somos iguais e devemos respeitar igualmente uns aos outros e respeitar as diferenças, e esse discurso advém de organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). E nesse contexto de respeitar as diferenças, demonstra a desigualdade flagrante que Rui Barbosa explana acima, porque trata desiguais como se tivessem igualdade de condições.

A democracia que defendemos não compactua com maior parte do que foi dito no parágrafo acima. Entendemos a democracia em termos gerais, como uma maneira de desenvolvimento real de participação da população envolvida no processo. Especificamente sobre a universidade, esperamos as decisões advindas dos anseios da comunidade acadêmica, da comunidade externa, dos movimentos sociais, sobretudo se houver a esperança de que haja uma mudança dos paradigmas existentes e impostos, muitas vezes, por modelos econômicos.

Visto que a democracia representativa que vivemos dá suporte ao sistema econômico que vivemos, o capitalismo, porque ao votarmos nas eleições para um presidente, governador ou qualquer político, temos que ter a noção da quantidade de investimento na campanha necessário para que aquele político seja eleito. Como é sabido pelos dados divulgados pelos comitês de campanha, a soma investida é muito além do total recebido durante os quatro anos de mandato. Portanto perguntamos: *Se não é pelo salário que irá ganhar, como um político*

consegue pagar sua campanha? Através de doações de pessoas físicas e jurídicas, ou seja, o capital. Com isso, o capital encontrou maneiras para conviver pacificamente com a democracia representativa que temos hoje.

Dessa forma, democracia, capitalismo e a Reforma do Estado conseguem conviver em harmonia. Todavia, como mostrou a população no ano de 2013, através das manifestações ocorridas, esse modelo político não condiz mais com os anseios da mesma, ou seja, essa democracia representativa, que permeia o executivo e legislativo, não representa, de fato, o povo. Se a democracia é o governo do povo, e o povo não consegue ver suas aspirações sendo representadas pelos seus pares, podemos inferir que o modelo de democracia vigente não é o adequado para o momento histórico que o país vivencia, pode até ter conseguido cumprir seu papel em alguns momentos, mas não parece atender à representação da população de forma efetiva. Ou, dito de outra forma, não se configura como democracia efetiva, ao menos do modo como aqui atribuímos sentido a este termo.

Logo, se em um contexto maior, como a política nacional, a democracia representativa não condiz com a realidade que se vivencia, dentro da universidade pública isso ocorre desde a criação de seus órgãos decisórios, onde a representatividade é pautada por proporções arbitrárias, quando não excludentes.

No caso da FACIP, na visão micro, e da UFU em visão macro, em nada se distinguem, já que utilizam a mesma fórmula de representação: 70% de docentes, 15% de técnicos e 15% de discentes, eleitos pelos seus pares. Como vimos, a efetividade do voto e das discussões não têm o mesmo peso. Assim, por exemplo, se na melhor hipótese de um ponto de pauta, onde seja discutida a redistribuição de verbas das unidades para aumentar a quantidade de bolsas moradia e alimentação, os discentes dependeriam de um convencimento, de pelo menos, 35% dos técnicos e docentes. O mesmo acontece com assuntos de interesses restritos aos técnicos.

Portanto, o modelo utilizado na universidade também não está adequado à realidade em que vivemos, pela não representação paritária da comunidade acadêmica, mas também por não termos representantes da comunidade externa, de grupos sociais e agentes da sociedade em geral. Neste sentido, para que seja possível a universidade pública de fato se democratizar, não basta apenas ampliar a quantidade de cursos e vagas, é preciso quebrar os muros e a sociedade, ter o poder de opinar sobre os rumos desse espaço político e de formação de opinião e conhecimento.

Dessa forma, temos hoje, uma universidade em expansão, que tem problemas relativos aos processos democráticos de gestão. Além disso, percebemos uma lógica perversa nesse processo de expansão, pois, é realizado de forma desordenada, condicionado totalmente a uma

visão de mercado imposta externamente através de órgãos governamentais, agregando professores cada vez mais com condições de trabalho desfavoráveis, sendo esse trabalho intensificado dia a dia, assim como técnicos com os mesmos problemas e discentes que ingressam na universidade com um grau de conhecimento cada vez menor, por defasagens oriundas do ensino fundamental e médio.

Tal panorama contribui para que a almejada democratização da educação superior não ocorra da maneira esperada, pois se a mesma estivesse dando certo, não teríamos altos índices de evasão e retenção, como no caso da FACIP. Sendo assim, essa nova instituição criada para que houvesse um aumento nos índices de pessoas com idade entre 18 a 24 anos no Ensino Superior, não consegue ter um resultado significativo.

Além disso, quando essa instituição consegue formar os profissionais, os mesmos têm pouco acesso a projetos de pesquisa e, dependendo do curso, não têm acesso algum a programas de extensão, como pode-se verificar na entrevista da técnica Fernanda. Neste sentido, o profissional que deveria ser formado com uma qualidade desejável, ingressa na pós-graduação ou no mercado de trabalho sem experiências que contribuiriam para um melhor desenvolvimento de suas atividades após a conclusão do curso superior.

Uma alternativa à democracia representativa que temos hoje, pouco ou insuficientemente deliberativa, necessita ser repensada e revista. Para que isso ocorra, os regimentos internos e dos conselhos precisam ser discutidos fora desse contexto, porque acaba acontecendo como ocorre nas assembleias legislativas, onde, por exemplo, o deputado ou senador reajusta o seu próprio salário.

Sendo assim, propomos que a visão de democracia dentro da universidade seja próxima do que BOBBIO explica em seu livro “O futuro da democracia – Uma defesa das regras do jogo”, onde conceitua a democracia direta e representativa e aponta seus pontos negativos e positivos. O ponto positivo da democracia direta é a possibilidade de cada cidadão se inteirar e participar ativamente das decisões, e o da democracia representativa é a facilidade de algumas pessoas representarem a opinião de uma quantidade de pessoas. Já o ponto negativo da primeira é as pessoas não tem tempo, muito menos espaço para discussão coletiva, e também a questão da inviabilidade humana, visto que é praticamente impossível, por exemplo, em uma cidade, com mais de 5 mil pessoas, realizar diretamente as decisões, no caso da democracia representativa o ponto negativo é a tomada de decisões que não correspondem a maioria dos representados, ou seja, as decisões são tomadas de acordo com o que o representante com sua bagagem de vida pensa ser a melhor decisão. Depreende-se que um conceito de democracia mais próximo do que o autor argumenta, teria os pontos positivos dos dois conceitos de

democracia, e ainda ampliaria esses com a participação cada vez maior da população. Desse modo, quando temos discussões como, por exemplo, a presença da Polícia Militar dentro de *campus* de uma Universidade Federal, torna-se totalmente necessário que a comunidade, tanto externa quanto interna, debata e chegue a uma decisão pautada cada vez mais na razão.

Uma descrição provável do conceito de democracia que propomos é que exista a representação, mas que os votos tenham o mesmo peso em todos os conselhos. Além disso, as pautas dos conselhos devem ser classificadas com um índice de importância de debate, de modo que as pautas de média a alta importância possam ser submetidas a discussão das bases dos órgãos representados. Sendo essa discussão por meio de fóruns, assembleias e reuniões, onde os representados possam dar sua opinião sobre determinada decisão a ser tomada.

Todo esse processo gera um esforço muito grande, por isso entendemos que esses representantes precisam ter tempo para que possam se dedicar ao que se propõem. Neste sentido, todos os envolvidos precisam ter suas cargas de trabalho ou, no caso dos alunos, de aulas, diminuídas durante o período em que forem representantes. Além disso, esse período não pode ser muito extenso para que não haja complicações para a formação dos alunos representantes ou ainda para os técnicos e docentes que almejam desenvolver outros trabalhos.

O mesmo pode ser aplicado à comunidade externa. Com essas medidas, a formação democrática de todos aumenta, seja sendo representante, seja nas assembleias. Principalmente, a participação efetiva da comunidade externa, rompendo, então, os muros da universidade, deixando que a população que custeia a universidade possa opinar sobre seus rumos. Ou, que os próprios atores da universidade estejam mais intensa e organicamente articulados às demandas da maioria da população, sobretudo daqueles que sofrem com piores condições socioeconômicas e culturais.

Assim, consideramos, com base na análise dos dados, que na implantação e desenvolvimento do *campus* do Pontal, os planejamentos foram insuficientes e desordenados, e que, na maior parte das vezes, concretizaram-se de forma ainda mais problemática em virtude das relações de poder e do caráter democrático restrito dos processos decisórios.

Neste item final procuramos explicitar que este aspecto singular da UFU em Ituiutaba não deve, no entanto, ser compreendido como encerrado nele mesmo, mas sim como algo que de certa forma pode ser considerado previsível quando levamos em conta, criticamente, o contexto mais amplo das IFES, da Reforma do Estado e da subsunção da economia e da política à sociabilidade produtiva e ao pragmatismo e viés privatista da ideologia gerencialista. Esta se pauta numa racionalidade instrumental um tanto distinta da racionalidade democrático-deliberativa. Ademais, esta, por si só, não seria uma garantia de um processo democrático

efetivamente aglutinador e catalizador de transformações profundas, desejáveis para que a maior parte do povo brasileiro pudesse alcançar condições de vida e trabalho minimamente mais dignas.

A democracia restrita analisada na UFU e sua relação com a sociabilidade produtiva e racionalidade instrumental que atinge o Estado e instituições, não se coaduna, portanto, com um projeto universitário e societário efetivamente transformador, mas sim, predominantemente, com processos de inclusão insuficiente, senão excludente. Inclusão excludente que coexiste ao lado de exclusão includente, que, de sua parte, arrasta milhares de jovens para formas de sociabilidade à margem da formação escolar ou universitária, e também do mundo do trabalho, submetendo-os, assim, a uma condição de relegação ou nadificação social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da pesquisa e a maneira que analisamos os dados, embora em um primeiro momento tenha levado a um emaranhado de informações desconexas, possibilitou a elaboração de um perfil geral de docentes, discentes e técnicos. No caso das entrevistas, a obtenção de dados que possibilitaram a criação e análise de três categorias nos deram condições de entender e aprofundar o conhecimento de como todo esse processo de expansão e interiorização da universidade pública federal está ocorrendo, tendo como base uma parte do todo, no caso a FACIP.

Neste sentido, as opiniões levantadas nos mostraram onde podem estar alguns pontos preocupantes relacionados à implantação e adequação da unidade acadêmica analisada. Vários docentes, discentes e técnicos emitiram suas opiniões com relação aos problemas da implantação da unidade acadêmica, as dificuldades que aconteceram desde o início desse processo, como a não possibilidade de encampamento da instituição particular, o que, segundo entrevistados, pode ter sido um ponto crucial para alargar os problemas da implantação, devido a matriz não ter pensando em um plano B. Sendo assim, a implantação demorou mais do que o desejado, e com isso diversos problemas perduram até os dias de hoje.

Os docentes, como podemos verificar, desde a criação do *campus* Pontal já estavam fadados a intensificação do seu trabalho, com uma proporção de 20 alunos para cada professor, proporção essa que é acima do apresentado pelo REUNI e que causou diversas discussões entre os docentes e sindicatos. Além do trabalho intensificado docente surge uma outra modalidade, a intensificação do trabalho do docente-gestor, porque além da sobrecarga já prevista, com uma demanda alta de trabalhos administrativos, como participação de vários conselhos e colegiados e também a questão de deslocamento praticamente semanalmente, e alguns vezes mais de uma vez na semana, faz com que esse docente tenha característica que precisam ser melhor analisadas em estudos futuros.

Dessa maneira, a formação de qualidade só parece possível se a matriz tiver um olhar diferenciado para essa nova modalidade de unidade acadêmica, conhecida como fora de sede, onde tem um *campus* próprio, com problemas diferentes da matriz e com recursos cada vez mais limitados, após toda a verba destinada para sua implantação ter acabado e boa parte de sua infraestrutura básica não ter sido pensada ou concluída, como Restaurante Universitário, Alojamento Estudantil e áreas destinadas a população, como praças para realização de eventos.

Outro ponto levantado é a questão com relação aos processos decisórios que aparecem ter suas vertentes que são discutidas na unidade nos conselhos e colegiados, mas no entanto

deveria ter uma instancia própria, que são as questões administrativas referentes ao *campus*, sendo muitas vezes nas pautas de colegiados e do CONFACIP uma questão que além de tomar tempo, tem que ser decidida por pessoas que deveriam estar discutindo questões acadêmicas. Entendemos que esses pontos de pauta de caráter administrativo atrapalham, porque os docentes têm cada vez menos tempo de dialogar e discutir sobre as decisões acadêmicas, que esses colegiados e o CONFACIP têm seu foco, não obstante, colegiados por não ter representante dos técnicos, não tem legitimidade para tomar decisões administrativas.

Assim, o que podemos verificar também com relação aos processos decisórios são que, apesar de ter sua composição representantes eleitos por seus pares, com relação às decisões tomadas, segundo os dados coletados, não apresenta muitas vezes momentos de debate sobre os pontos de pauta, principalmente pelas pautas serem extensas ou por desconhecimento dos representantes sobre a maior parte dos pontos de pauta porque não tem tempo de se inteirar sobre tudo que será discutido, sendo então muitas vezes comum o voto com o relator, porque o relator teve um maior envolvimento com a pauta a ser votada. Não queremos dizer com isso que existe uma passividade sobre todas as decisões, mas que os representantes, e como os docentes tem 70% dos votos, tanto de conselhos e colegiados, e esses estão cada vez mais com uma sobrecarga de trabalho tanto docente e como gestor, muitos acabam por votar sem mesmo ter discutido com sua base para tomar uma decisão.

Ainda sobre essa questão de discutir com a base, uma outra questão que surgiu é que poucos docentes se interessam em ocupar os cargos de representação ou gestão porque é visto como uma função que despense muitas horas do pouco tempo que os docentes possuem, sendo assim o docente representante na maioria das vezes toma a decisão que acredita ser a mais plausível.

Quanto a pergunta inicial sobre o caráter democratizante da expansão, verificamos que para que isso aconteça não basta apenas criarmos cada vez mais *campus* fora de sede e ampliar na matriz a quantidade de vagas, porque democratizar o acesso via aumento de vagas, não necessariamente pode ser visto como democratização. Como no texto discutimos para que essa democratização aconteça precisamos que a universidade se democratize, e acreditamos que o primeiro passo seja através dos processos decisórios, onde boa parte do rumo da universidade é direcionado. A permanência do aluno e a maior qualidade da formação dos discentes provavelmente teriam um maior espaço de discussão, possibilitando que a universidade consiga aumentar cada vez mais seus índices de egressos.

Nesse sentido, a propalada Expansão, Interiorização ou Democratização do Ensino Superior parece requerer outros investimentos além da infraestrutura básica, do pessoal

qualificado e dos materiais e equipamentos utilizados. Torna-se necessária, de início, uma ampliada discussão sobre os objetivos e possibilidades dessa nova instituição que surge para atender aos anseios das populações ainda marginalizadas pela incapacidade de lograr sucesso intelectual proporcionado pelo convívio acadêmico, e acreditamos que somente através de processos de decisão mais democráticos, e quando afirmamos isso consideramos que este seria apenas o primeiro passo, para que a universidade quebre os muros que foram erguidos em décadas de existência e se abra para a população que a mantém, e por isso tem direito de opinar sobre os rumos que acredita ser melhor para esse espaço de formação de intelectual, política e social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, N. C. AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA COMPARAÇÃO DOS GOVERNOS FHC E LULA, **ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – PPGE/ME FURB**, v. 4, n° 3, p. 321-336, set./dez. 2009.

BARBOSA, R. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1968.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREYRO, G. B.; **Mapa do Ensino Superior Privado** / Gladys Beatriz Barreyro. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 29, p.39.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia – Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 6ª edição, 1987.

_____. Democracia. In BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. **Dicionário de Política**. UNB, 12ª edição, 1999

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P.; **Os usos da ciência: por uma sociologia clínica no campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal., 1988.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reforma da Educação Superior: Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior**. Brasília, 2004.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação Expansão da Rede Federal**: Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf > Acesso em, 20/06/2012. Brasília, 2012. pág. 08.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Censo da educação superior: 2002 – resumo técnico**. Brasília, 2002.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico**. Brasília, 2010. p.30.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Sinopse estatística do ensino superior**. Brasília, 1995-2010.

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CAMARA DA REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília, 1995. p.12.

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei nº 9394**, Brasília, 1996.

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei nº 762**, Brasília, 1969.

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6096**, de 24 de abril de 2007.

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CASA CIVIL. **Lei nº 6532**, Brasília, 1978.

_____, UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução Nº 02/2006**, do Conselho Universitário. Uberlândia, 2006.

_____, UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Secretaria do Curso de Química, **Pactuação Expansão Fase I, arquivo digital, 2012**.

BRAVO, M. I. S., OLIVEIRA, R. de O.; Conselhos de Saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. In **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 1, nº1, 2004**.

CABRAL, N. A. J.; **A Universidade de São Paulo : Modelos e Projetos**. São Paulo: USP, 2004. TESE (doutorado). Universidade de São Paulo, Estruturas Ambientais Urbanas.

CARVALHO, C. H. A. **Política para o ensino superior no Brasil (1995 -2006): Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado**. *Anped*, 29º reunião, 2006.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--In.pdf>> Acesso em 20/01/2014.

CHAUI, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ., Dez 2003, no.24, p.5-15.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, cap.2, p.29-46, 2010.

CUNHA, L. A.; Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. In: **Conferências Fórum Brasil de Educação**. Brasília, DF: CNE, UNESCO Brasil, cap.12 (IV Encontro Nacional – “Avaliação e Expansão: Qualidade em Educação”), 2004. p.219

_____, **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 1991. p.20

_____, **O ensino superior no octênio FHC**. Educ. Soc., Abr 2003, vol.24, no.82, p.37-61.

DANTAS, E.; SOUSA JUNIOR, L.; Na Contracorrente: A Política Do Governo Lula para a Educação Superior. In: **32ª Reunião Anual ANPED - Sociedade, cultura e educação: novas regulações? Caxambu, MG, 2009**.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã.** Florianópolis: Insular. 2002. p.45.

_____, **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?** Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005. p.168.

DOURADO, L. A. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. C. (Org.) **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, S.; Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.36, 2012. p. 465.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social.** São Paulo: Idéias & Letras, 2007

GODOY, A. S.; Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, V.35, n.03, Mai./Jun., 1995. p. 25.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** Tradução de Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HELOANI, J. R. M. ; PIOLLI, Evaldo . **Gerencialismo, trabalho e desumanização: alguns apontamentos sobre o sofrimento e o adoecimento na docência.** Revista APASE (São Paulo), v. 13, p. 30-39, 2012.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da Razão.** Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

LIMA, K. R. S.; **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva.** Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005. p. 322.

LUIZ, M. C.; GOMES, R. M.: Políticas públicas educacionais e o conceito de democracia: algumas perspectivas. In: **Desafios para a gestão municipal da educação**, Editora Xamã, 2013.

MINTO, L. W. Verbetes "**REFORMA DO ESTADO E EDUCAÇÃO**", Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_reforma_do_estado_e_educacao%20.htm>, Acesso em 20/01/2014.

OLIVEIRA, J. F.; **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás.** 2000. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PADIM, D. F.; MELO, I.C.; EPOGLOU, A.; Analisando as Dificuldades: O curso de Química sob a óptica dos calouros. In: **14ª Encontro Nacional de Ensino de Química Curitiba, 2008.** p. 32-32.

PADIM, D. F.; EPOGLOU, A.; DUARTE, C. B.; Expansão do ensino superior: uma análise a partir das expectativas dos calouros do curso de química da FACIP-UFU. In: **XV Encontro Nacional de Ensino de Química, 2010**, Brasília.

PADIM, D. F.; EPOGLOU, A.; MELO, I.C.; SILVEIRA, S.M.; O curso de química - motivos que levam da permanência à evasão. In: **14ª Encontro Nacional de Ensino de Química, Canoas, 2008**.

PEREIRA, L. C. B.; Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público, 1996**. p.47.

_____, **Introdução à Organização Burocrática**, São Paulo: Thomson, 2004.

RODRIGUES, M. M. A instabilidade da universidade vista a partir das contradições geradas de suas crises de hegemonia, de legitimidade e institucional. In: SCRIPTORI, Carmen Campoy (org.). **Universidade e conhecimento: desafios e perspectivas no âmbito da docência, pesquisa e gestão**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930 a 1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, B. S.; **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. p.42-89.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR, J. R. **O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, E. P.; HELOANI, J. R.; PIOLLI, E. . **Autonomia controlada e adoecimento do professor**. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, p. 370-383, 2012.

SILVA, E. ; SILVA JUNIOR, J. R.. **Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública**. **Revista HISTEDBR On-line**, v. esp, p. 223-238, 2010.

SILVA, E. P. **Subjetividade e sociabilidade: reflexões sobre o trabalho e saúde do professor universitário sob uma perspectiva freudo-marxista**. **Advir (ASDUERJ)**, v. 30, p. 19-31, 2013.

SILVA JÚNIOR, J. R. ; LUCENA, C. A.; FERREIRA, L. R. **Mundialização e o trabalho do ser social professor pesquisador**. **Educação (UFSM)**, v. 38, p. 483-494, 2013.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V.; SILVA, E. P.. **Trabalho intensificado nas federais públicas brasileiras**. **Universidade e Sociedade, Brasília, DF**, v. 45, p. 9-37, jan. 2010.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

8. APÊNDICES

8.1. Termo de consentimento livre e esclarecido

1 – Identificação e Proposta: Dayton Fernando Padim, aluno/pesquisador em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na linha de pesquisa Estado, Política e Formação Humana, vêm, por meio deste, lhe convidar a participar de sua pesquisa, cujo projeto de pesquisa se intitula “*A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL NO BRASIL: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO?*”.

2 – Convite e recusa: Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. Seu nome foi selecionado porque é condizente aos critérios de inclusão da amostra definidos no projeto de pesquisa. Sua participação neste estudo é absolutamente voluntária. Você tem o direito de desistir em qualquer ponto do estudo. Sua decisão em participar ou não desta pesquisa não terá influência em seu trabalho, nem lhe prejudicará no desempenho de suas funções. Desta forma, não sofrerá nenhum prejuízo profissional ou pessoal.

3 – Procedimentos: sua participação consistirá nas seguintes etapas, caso concorde em participar:

- O pesquisador solicitará que você e outros professores participem de uma entrevista semiestruturada.
- O pesquisador lhe consultará a respeito da sua disponibilidade de conceder uma entrevista. Nesta lhe fará perguntas e ouvirá suas respostas, sendo as mesmas gravadas ou não, conforme sua livre decisão. A entrevista será realizada em local por você escolhido e sob condição de sigilo.
- As perguntas serão orientadas no sentido de sua compreensão sobre o processo de expansão da universidade pública, analisando os pontos positivos e negativos, as características da interiorização da universidade pública e dos processos decisórios, particularmente do grau de democratização neles envolvidos.

4 – Risco/desconforto e benefícios na/da participação na pesquisa:

O risco referente à sua participação na pesquisa é principalmente de constrangimento e desconforto diante de alguma(s) das questões da entrevista, podendo recusar-se a respondê-la(s). Há, ainda, o risco das informações registradas no gravador virem a ser indevidamente acessadas e utilizadas por terceiros que não o pesquisador, o que ocorreria no caso de roubo ou perda do material de gravação, o que será cuidadosamente evitado pelo pesquisador.

Espera-se haver benefícios em sua participação, de modo que esta possa contribuir para que você e demais participantes possam melhor refletir sobre a racionalidade da expansão da UFU.

Se você se sentir constrangido, chateado ou desconfortável, será livre para se recusar a responder a qualquer momento, encerrar a entrevista ou solicitar que ela não seja gravada.

5 – Sigilo: As informações obtidas por meio da pesquisa serão mantidas em sigilo e serão utilizados para fins estritamente acadêmicos. Será preservado o seu anonimato, de modo que nenhuma identificação pessoal será usada em qualquer relato ou publicação que possam resultar do estudo. Serão utilizadas siglas ou nomes fictícios quando forem empregadas suas declarações, não sendo referenciadas, portanto, identidades pessoais.

6. Comentários ou questões sobre pesquisa e sua participação: Se você tiver alguma questão ou comentários sobre a participação neste estudo, poderá explicitá-los com Dayton Fernando Padim, Pós-Graduando em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, pelo e-mail: padimdf@gmail.com, Skype: daytonf ou telefone (34) 91778677; ou ainda, com Eduardo Pinto e Silva, UFSCAR (Departamento de Educação), pelos telefones (16)

33518365 (Departamento de Educação/UFSCar), (16) 34135077 (residência) ou (16) 97181453 (celular), orientador de mestrado do pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar.

Dayton Fernando Padim
(Assinatura do pesquisador)

7 – Consentimento:

Conversei com Dayton Fernando Padim sobre o estudo e recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Esclarecido assinada por ele. Eu entendi o que eu li e o que ouvi e tive minhas perguntas respondidas. A minha participação neste estudo é voluntária. Eu sou livre para recusar minha participação nesta pesquisa ou desistir a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome: _____

RG: _____

Telefones para contato: _____

Consentimento - Assinatura do participante

_____, ____ de _____ de 2013.

8.2. Questionário FACIP – Discentes

Este questionário é um dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada "A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL NO BRASIL: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO?" realizada pelo mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, e ex-aluno do curso de Química, Dayton Fernando Padim.
*Obrigatório

Qual seu vínculo com a UFU-FACIP? *

- Aluno
- Ex-aluno

Em que ano você ingressou na FACIP/UFU? *

- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012

Em qual curso que você está matriculado? *

- Administração
- Ciências Biológicas
- Ciências Contábeis
- Engenharia de Produção
- Física
- Geografia
- História
- Matemática
- Pedagogia
- Química

- Serviço Social

Qual titulação você pretende obter ao final do curso? *

- Bacharel
- Licenciado
- Bacharel/Licenciado

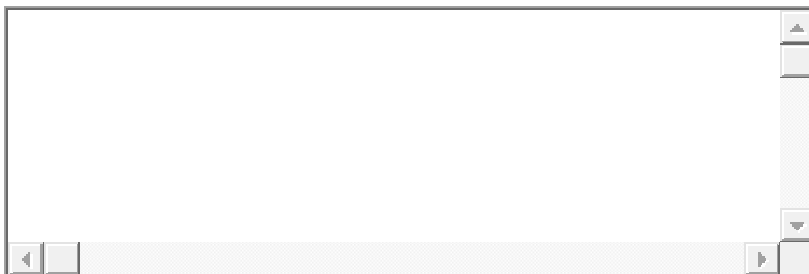
Qual sua idade quando ingressou na FACIP/UFU? *

- Até 18 anos
- Entre 18 anos e 25 anos
- Entre 26 anos e 30 anos
- Entre 31 anos e 35 anos
- Acima de 35 anos

Por qual meio você ingressou na FACIP/UFU? *

- Vestibular
- PAIES/PAAES
- SISU
- Transferência
- Portador de diploma

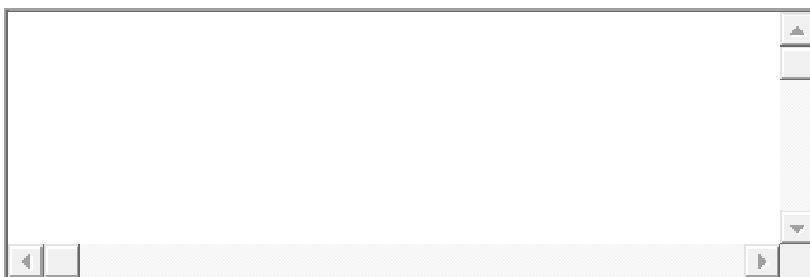
A escolha para realizar o curso na FACIP/UFU foi sua primeira opção? se não, porque decidiu ficar na FACIP? *

An empty text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, indicating it is a multi-line text area.

Em qual turno você desenvolve suas atividades acadêmicas? *

- Matutino
- Noturno
- Integral

Você desenvolve algum tipo de atividade (trabalho, cursos, grupos sociais etc.)? Se sim, qual(ais)? *



Quantas horas por semana se dedica a essas atividades? *

- 1 a 5 horas
- 6 a 10 horas
- 11 a 20 horas
- 21 a 30 horas
- Acima de 30 horas

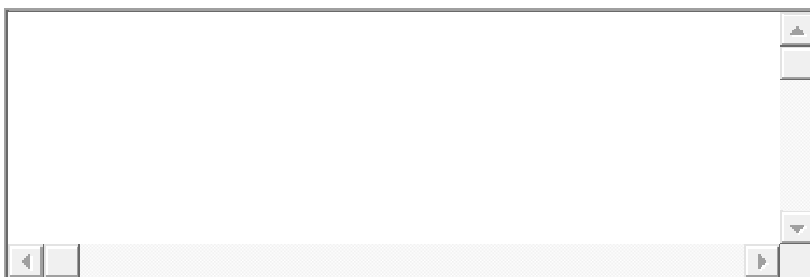
Qual sua expectativa após formar? *

- Trabalho
- Pós-Graduação
- Fazer outro curso
- Outras atividades

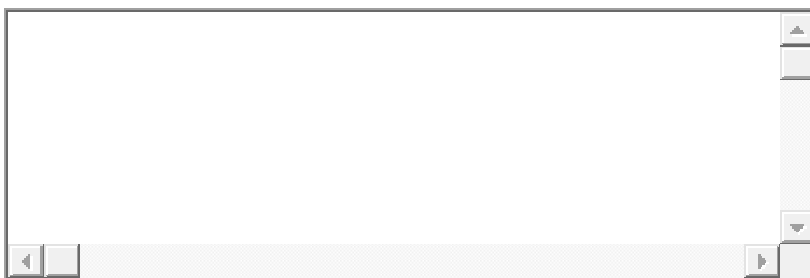
Onde se localiza sua residência fixa ou de sua família? *

- Ituiutaba
- Uberlândia
- Uberaba
- Araguari
- Outra cidade do interior de Minas Gerais
- Belo Horizonte
- Outro Estado

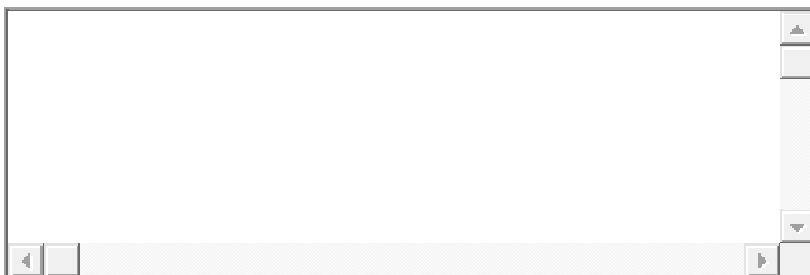
Em algum momento do curso, já pensou em desistir ou transferir para outra instituição ou cidade? Se sim, justifique sua resposta. *

An empty rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

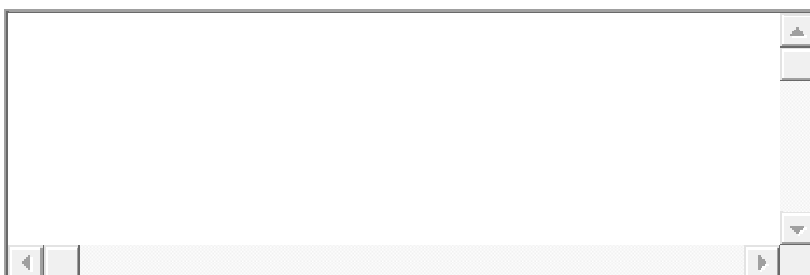
Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU. *

An empty rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

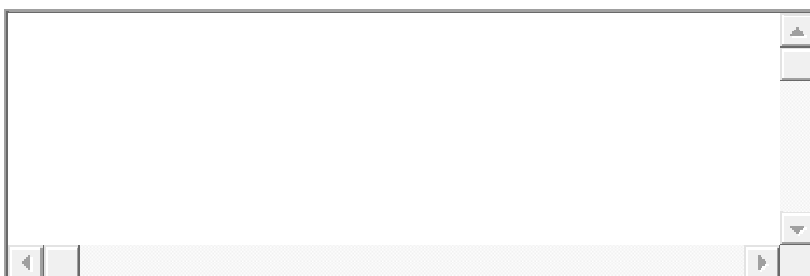
Com três palavras, defina como analisa o processo de interiorização da UFU. *

An empty rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

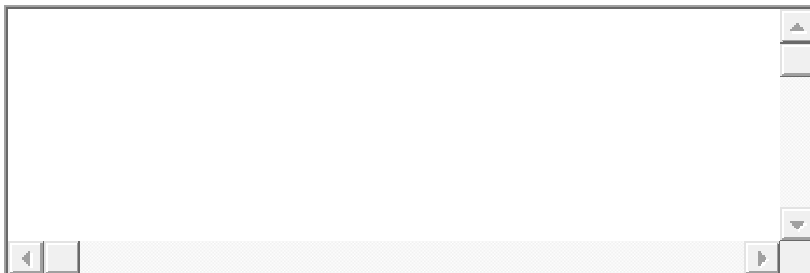
Com três palavras, como você define seu curso? *

An empty rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

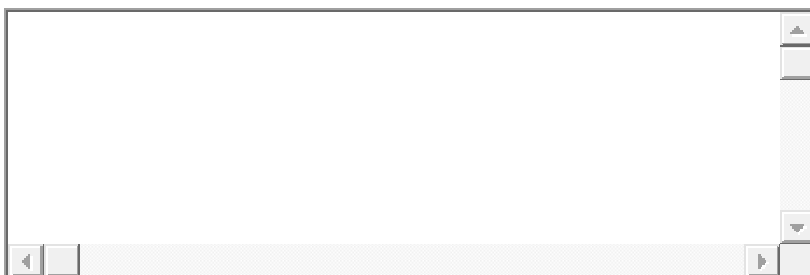
Com três palavras, como você acredita que a população de Ituiutaba define a FACIP? *

An empty rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

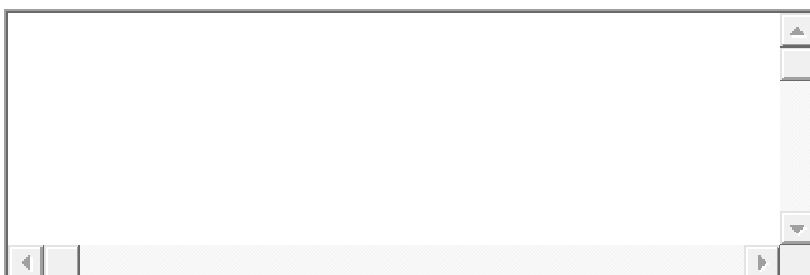
Cite três itens que você acredita serem importantes para sua formação. *



A FACIP proporciona tudo que você e seu curso necessitam para o desenvolvimento de sua formação? Justifique. *



Você recebe ou recebeu algum tipo de bolsa (moradia, alimentação ou transporte)? Se sim, descreva qual a importância desse tipo de recurso. *



Você se sente um participante ativo nas decisões tomadas no seu curso? Explique em poucas palavras. *



Enviar

Nunca envie senhas em formulários do Google.

Tecnologia [Google Docs](#) [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

8.3. Questionário FACIP – Técnicos

Este questionário é um dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada "A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL NO BRASIL: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO?" realizada pelo mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, e ex-aluno do curso de Química, Dayton Fernando Padim.
*Obrigatório

Em que ano você ingressou na FACIP/UFU? *

- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012

A qual instância você está vinculado? *

- Setor meio (PROGRAD, PROREH, PREFEITURA UNIVERSITÁRIA, PROEX etc.)
- FACIP
- Cursos de Graduação
- Outros

Qual o título da sua graduação? *

- Bacharel
- Licenciado
- Bacharel/Licenciado
- Tecnólogo
- Ensino Médio

Qual sua titulação de pós-graduação? *

- Especialista
- Mestre

- Doutor
- Pós-Doutor
- Não possuo título de pós-graduação

Em que ano obteve? Se não tiver o título, escreva "não se aplica". *

Qual a sua idade quando ingressou na FACIP/UFU? *

- Entre 20 anos e 25 anos
- Entre 26 anos e 30 anos
- Entre 31 anos e 35 anos
- Entre 36 anos e 40 anos
- Entre 41 anos e 45 anos
- Acima de 45 anos

Onde se localiza sua residência fixa ou de sua família? *

- Ituiutaba
- Uberlândia
- Uberaba
- Araguari
- Outra cidade do interior de Minas Gerais
- Outro Estado

Você prestou concurso para universidade pública em outra instituição além da UFU? *

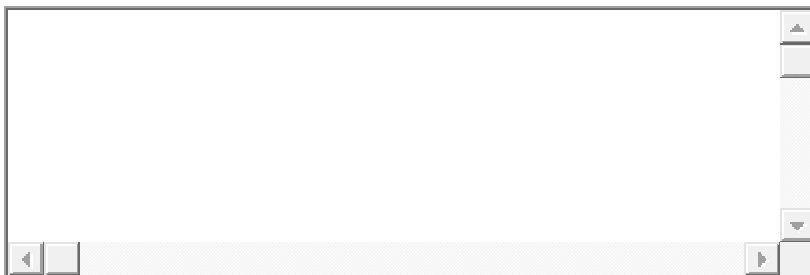
- Sim
- Não

Onde e qual característica? *

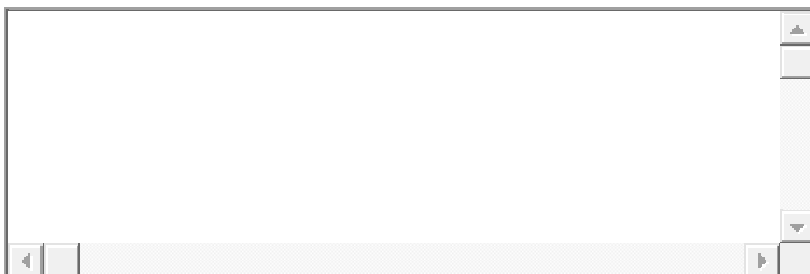
- Campus* interiorizado da UFU
- Campus* matriz da UFU
- Campus* interiorizado de outra instituição
- Campus* matriz de outra instituição

- Ambos *campus* de outra instituição
- Não se aplica

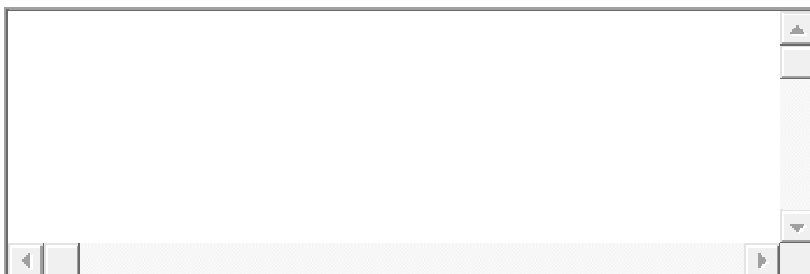
Em algum momento, já pensou em solicitar transferência para a matriz(UFU-Uberlândia) ou outras instituições? Se sim, justifique sua resposta. *



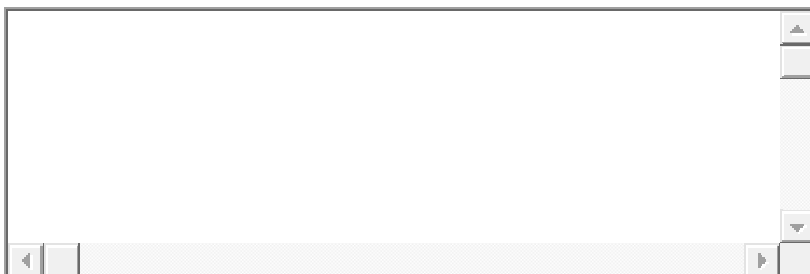
Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU. *



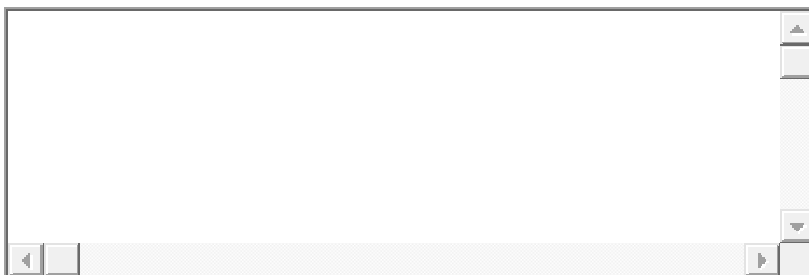
Com três palavras, defina como analisa o processo de interiorização da UFU. *



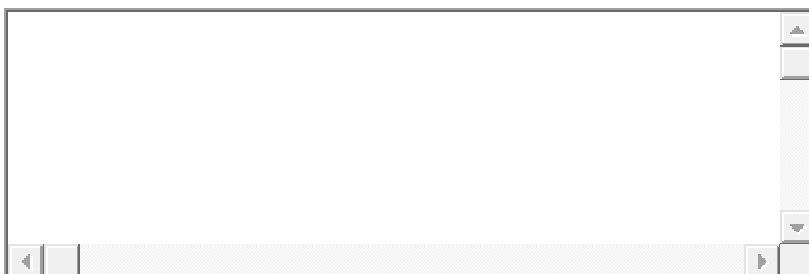
Com três palavras, como você define a instância onde está vinculado? *



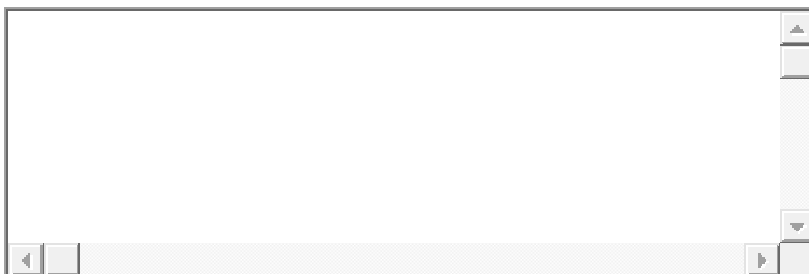
Com três palavras, como você define a FACIP? *

An empty text input box with a light gray background and a thin black border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

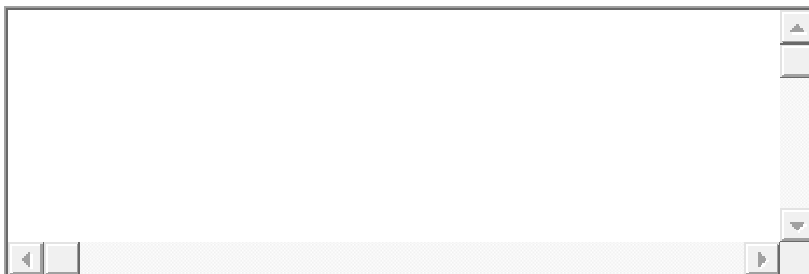
A FACIP proporciona tudo que você e a instância que está vinculado necessitam para o seu desenvolvimento profissional? Justifique se possível. *

An empty text input box with a light gray background and a thin black border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

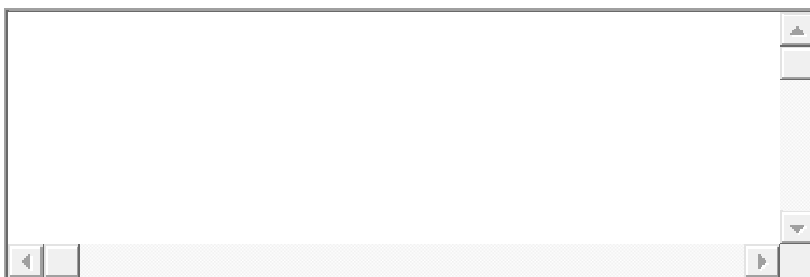
Você acredita que a assistência estudantil oferecida pela UFU é suficiente para a FACIP? Que tipo de auxílio você acredita ser necessário para melhor assegurar a permanência do aluno no curso? *

An empty text input box with a light gray background and a thin black border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

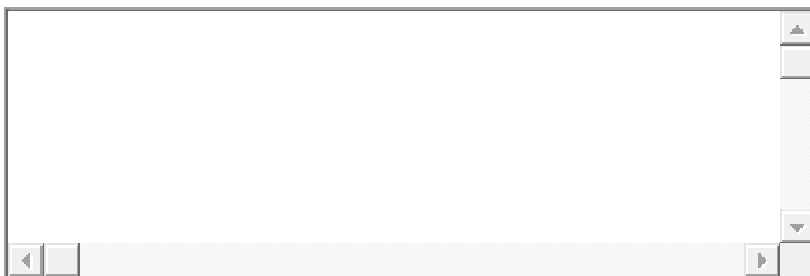
Você se sente um participante ativo nas decisões tomadas no seu curso? Explique em poucas palavras. *

An empty text input box with a light gray background and a thin black border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom, both with standard arrow and track icons.

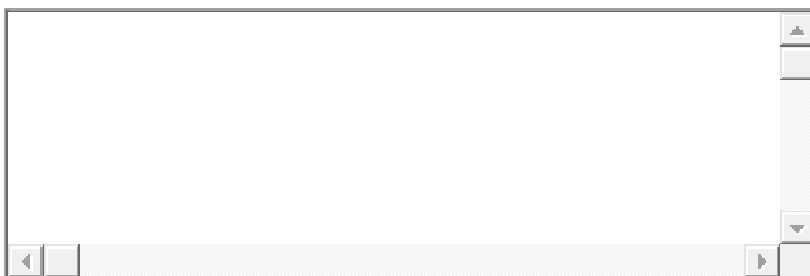
Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique. *

A rectangular text input field with a light gray background and a thin black border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons: a top one with an upward-pointing triangle, a middle one with a downward-pointing triangle, and a bottom one with a downward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons: one with a left-pointing triangle and one with a right-pointing triangle.

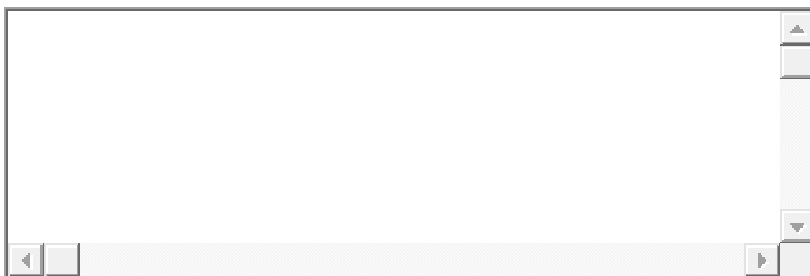
As discussões levantadas nos órgãos decisórios da FACIP (Colegiado de Curso e CONFACIP) são relevantes para algum tipo de contribuição social? Dê exemplos de algum assunto discutido. *

A rectangular text input field with a light gray background and a thin black border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons: a top one with an upward-pointing triangle, a middle one with a downward-pointing triangle, and a bottom one with a downward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons: one with a left-pointing triangle and one with a right-pointing triangle.

As discussões levantadas nos órgãos decisórios da FACIP são relevantes para um melhor desenvolvimento dos cursos? Explique. *

A rectangular text input field with a light gray background and a thin black border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons: a top one with an upward-pointing triangle, a middle one with a downward-pointing triangle, and a bottom one with a downward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons: one with a left-pointing triangle and one with a right-pointing triangle.

As questões estudantis são discutidas no seu curso? Você as considera importantes? Justifique. *

A rectangular text input field with a light gray background and a thin black border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons: a top one with an upward-pointing triangle, a middle one with a downward-pointing triangle, and a bottom one with a downward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons: one with a left-pointing triangle and one with a right-pointing triangle.

Com três palavras, defina a infraestrutura da FACIP para pesquisa. *

Com três palavras, defina os projetos de extensão da FACIP? *

Enviar

Nunca envie senhas em formulários do Google.

Tecnologia [Google Docs](#)[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

8.4. Questionário FACIP – Docentes

Este questionário é um dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada "A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL NO BRASIL: UM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO?" realizada pelo mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, e ex-aluno do curso de Química, Dayton Fernando Padim.

*Obrigatório

Em que ano você ingressou na FACIP/UFU? *

- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012

Qual o curso que você está vinculado? *

- Administração
- Ciências Biológicas
- Ciências Contábeis
- Engenharia de Produção
- Física
- Geografia
- História
- Matemática
- Pedagogia
- Química
- Serviço Social

Qual o seu regime de trabalho? *

- Efetivo DE 40h
- Efetivo 40h
- Efetivo 20h
- Substituto 40h
- Substituto 20h

Qual o título da sua graduação? *

- Bacharel
- Licenciado
- Bacharel/Licenciado

Qual sua titulação de pós-graduação? *

- Especialista
- Mestre

- Doutor
- Pós-Doutor

Em que ano obteve? *

Qual a sua idade quando ingressou na FACIP/UFU? *

- Entre 20 anos e 25 anos
- Entre 26 anos e 30 anos
- Entre 31 anos e 35 anos
- Entre 36 anos e 40 anos
- Entre 41 anos e 45 anos
- Acima de 45 anos

Onde se localiza sua residência fixa ou de sua família? *

- Ituiutaba
- Uberlândia
- Uberaba
- Araguari
- Outra cidade do interior de Minas Gerais
- Outro Estado

Você prestou concurso para universidade pública em outra instituição além da UFU? *

- Sim
- Não

Onde e qual característica? *

- Campus* interiorizado da UFU
- Campus* matriz da UFU
- Campus* interiorizado de outra instituição
- Campus* matriz de outra instituição

Ambos *campus* de outra instituição

Não se aplica

Você teve experiência como docente universitário antes da FACIP? *

Sim

Não

Por quanto tempo? *

Não tive experiência anterior

1 ano

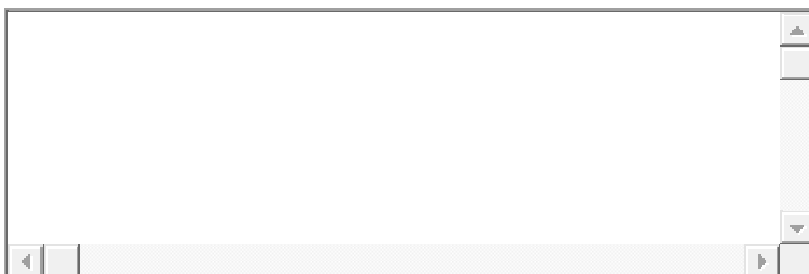
2 anos

3 anos

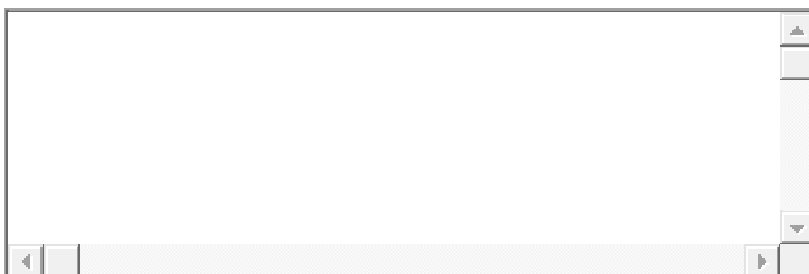
4 anos

5 anos ou mais

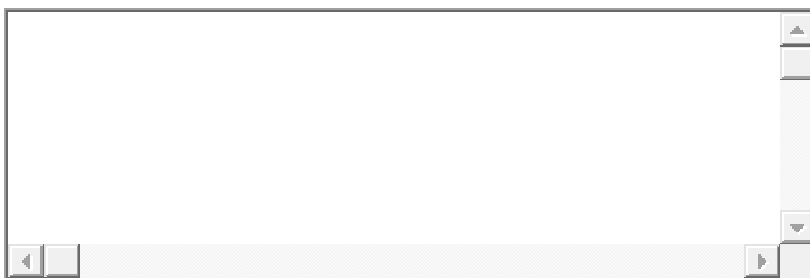
Em algum momento, já pensou em solicitar transferência para a matriz(UFU-Uberlândia) ou outras instituições? Se sim, justifique sua resposta. *

A rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons: a top one with an upward-pointing triangle, a middle one with a downward-pointing triangle, and a bottom one with a downward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons: one with a left-pointing triangle and one with a right-pointing triangle.

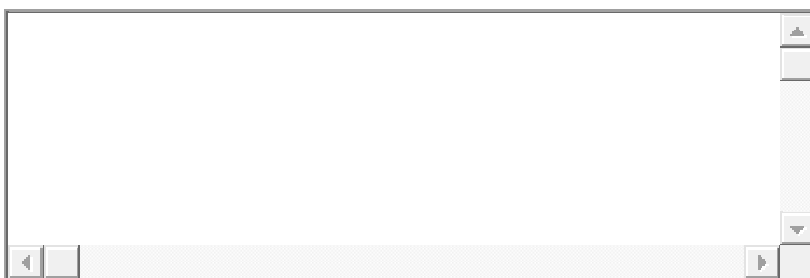
Com três palavras, defina como analisa o processo de expansão da UFU. *

A rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons: a top one with an upward-pointing triangle, a middle one with a downward-pointing triangle, and a bottom one with a downward-pointing triangle. On the bottom left, there are two small square buttons: one with a left-pointing triangle and one with a right-pointing triangle.

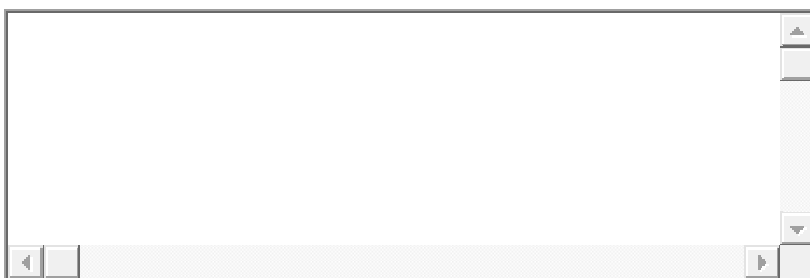
Com três palavras, defina como analisa o processo de interiorização da UFU. *



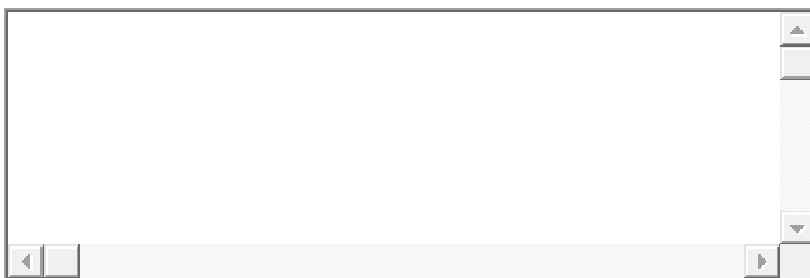
Com três palavras, como você define seu curso? *



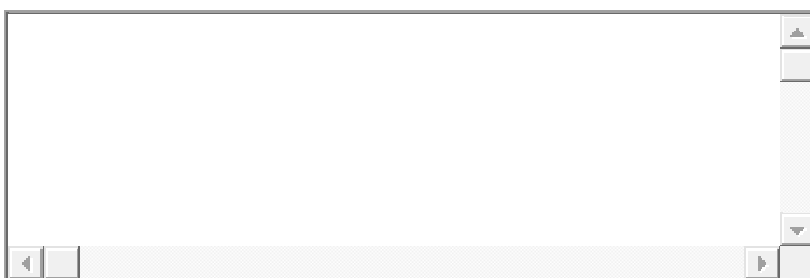
Com três palavras, como você define a FACIP? *



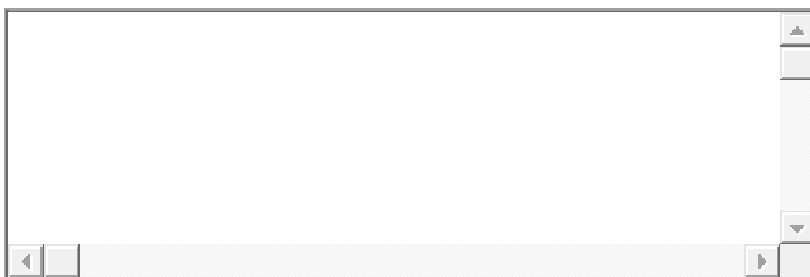
A FACIP proporciona tudo que você e seu curso necessitam para o seu desenvolvimento profissional? Justifique se possível. *



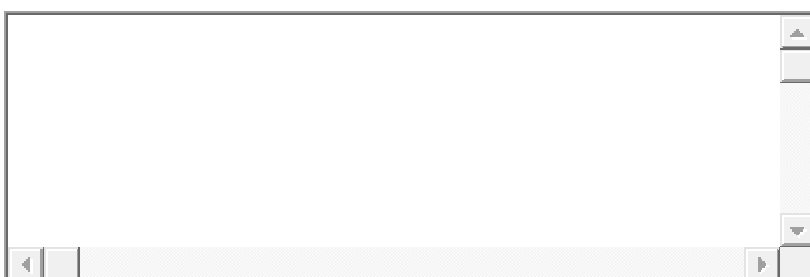
Você acredita que a assistência estudantil oferecida pela UFU é suficiente para a FACIP? Que tipo de auxílio você acredita ser necessário para melhor assegurar a permanência do aluno no curso? *



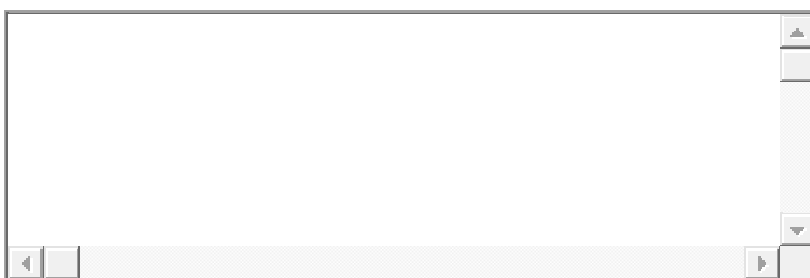
Você se sente um participante ativo nas decisões tomadas no seu curso? Explique em poucas palavras. *

A rectangular text input box with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically. On the bottom left and right corners, there are small arrow icons for navigation.

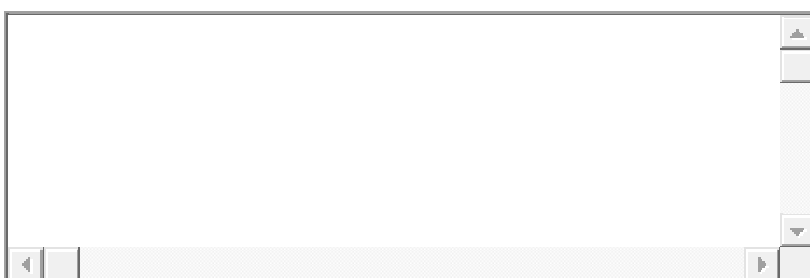
Você acredita que as deliberações nas instâncias decisórias do curso ou unidade acadêmica têm os resultados desejados? Justifique. *

A rectangular text input box with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically. On the bottom left and right corners, there are small arrow icons for navigation.

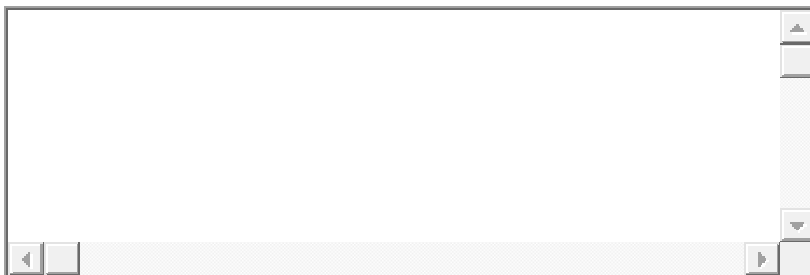
As discussões levantadas nos órgãos decisórios da FACIP (Colegiado de Curso e CONFACIP) são relevantes para algum tipo de contribuição social? Dê exemplos de algum assunto discutido. *

A rectangular text input box with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically. On the bottom left and right corners, there are small arrow icons for navigation.

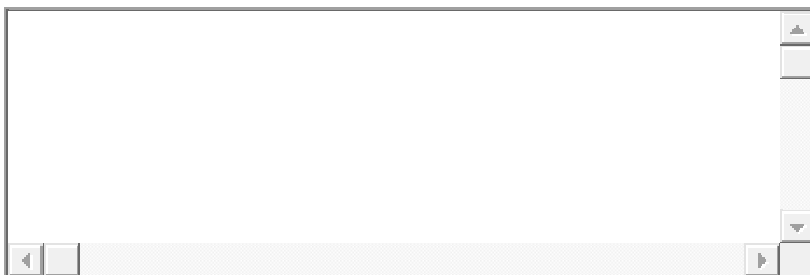
As discussões levantadas nos órgãos decisórios da FACIP são relevantes para um melhor desenvolvimento dos cursos? Explique. *

A rectangular text input box with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there are three small square buttons stacked vertically. On the bottom left and right corners, there are small arrow icons for navigation.

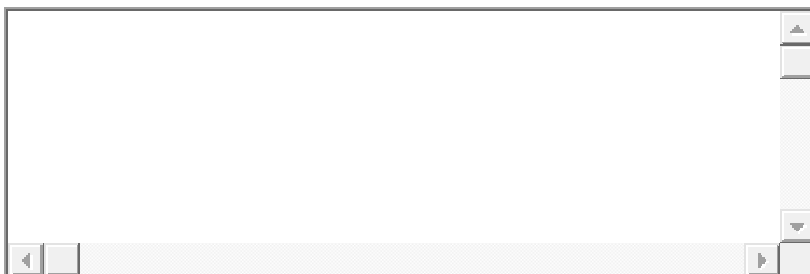
As questões estudantis são discutidas no seu curso? Você as considera importantes? Justifique. *

An empty text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom.

Com três palavras, defina a infraestrutura da FACIP para pesquisa. *

An empty text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom.

Com três palavras, defina os projetos de extensão da FACIP? *

An empty text input field with a light gray background and a thin border. It features a vertical scrollbar on the right side and a horizontal scrollbar at the bottom.

Enviar

Nunca envie senhas em formulários do Google.

Tecnologia [Google Docs](#) [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

8.5. Questões para entrevista semiestruturada

8.5.1. Docentes

Pedir para o docente contar sobre sua trajetória até chegar na FACIP.

Como foi o começo da FACIP.

O relacionamento da FACIP com a matriz no começo.

As dificuldades encontradas nos primeiros anos.

As especulações sobre a criação do *campus*.

A criação dos projetos pedagógicos, eram discutidos sobre a questão regional ou era pensado mais em receber alunos de fora.

A UFU estava preparada para criar uma unidade fora de sede e criar o novo *campus*?

A baixa procura de alguns cursos e a reordenação para criação de novos cursos.

Como você enxerga a expansão da UFU, da maneira que está ocorrendo, aspectos positivos e negativos. Pode se dizer que é um processo democrático de que nível?

O processo de interiorização é uma realidade possível, analisando o exemplo da FACIP? É um processo democratizante? De que maneira?

Poderia ser diferente o caminho que foi percorrido até chegar no que se tem hoje?

Há diferenciação entre sede e *campus* fora de sede, com relação ao tripé?

Como você analisa a forma que a UFU(instituição) enxerga hoje a FACIP? Um problema?

Nem liga porque caminha com as próprias pernas? Espera um movimento político de emancipação?

Sobre os processos decisórios da FACIP, como você verifica todo esse processo, pontos positivos e negativos. São democráticos?

Os processos decisórios em nível UFU, CONSUN, CONDIR, reitoria, nesses primeiros 5 anos, pontos positivos e negativos. São de fato democráticos?

Como você enxerga o envolvimento dos professores no processo de construção do *campus*? E com relação aos professores que moram fora?

Como você vê a FACIP hoje, e o que espera daqui para frente agora com *campus*, salas de aula próprias, espaço próprio.

8.5.2. Técnicos

Pedir para o técnico contar sobre sua trajetória até chegar na Facip.

O relacionamento da Facip com a matriz no começo.

As especulações sobre a criação do *campus*.

A UFU estava preparada para criar uma unidade fora de sede e criar o novo *campus*?

A baixa procura de alguns cursos e a reordenação para criação de novos cursos.

Como você enxerga a expansão da UFU, da maneira que está ocorrendo, aspectos positivos e negativos.

Pode se dizer que é um processo democrático de que nível?

O processo de interiorização é uma realidade possível, analisando o exemplo da Facip? É um processo democratizante? De que maneira?

Poderia ser diferente o caminho que foi percorrido até chegar no que se tem hoje?

Há diferenciação entre sede e *campus* fora de sede, com relação ao tripé?

Como você compreende a importância de um corpo técnico para a Facip?

Como você verifica alguma diferenciação entre técnicos da Facip e do setor meio, a questão política envolvida? E a diferenciação entre técnicos e professores?

Como você analisa a forma que a UFU(instituição) enxerga hoje a Facip? Um problema? Nem liga porque caminha com as próprias pernas? Espera um movimento político de emancipação?

Sobre os processos decisórios da Facip, como você verifica todo esse processo, pontos positivos e negativos. São democráticos?

Os processos decisórios em nível UFU, CONSUN, CONDIR, reitoria, nesses primeiros 5 anos, pontos positivos e negativos. São de fato democráticos?

Como você enxerga o envolvimento dos técnicos no processo de construção do *campus*? E com relação a realocação?

Como você vê a Facip hoje, e o que espera daqui para frente agora com *campus*, espaço próprio.

8.5.3. Discentes

Pedir para o discente contar sobre motivos que o levaram a ingressar na Facip.

Como foi o começo no curso, pontos positivos e negativos.

Como ocorreu a entrada no DCE.

As especulações sobre a criação do *campus*.

Você acredita que os Cursos da FACIP atendem às necessidades dos alunos ingressantes?

A UFU estava preparada para criar uma unidade fora de sede e criar o novo *campus*?

A baixa procura de alguns cursos e a reordenação para criação de novos cursos.

Como você enxerga a expansão da UFU, da maneira que está ocorrendo, aspectos positivos e negativos.

Pode-se dizer que é um processo democrático de que nível?

O processo de interiorização é uma realidade possível, analisando o exemplo da Facip? É um processo democratizante? De que maneira?

Poderia ser diferente o caminho que foi percorrido até chegar no que se tem hoje?

Há diferenciação entre sede e *campus* fora de sede, com relação ao tripé?

Como você analisa a forma que a UFU(instituição) enxerga hoje a Facip? Um problema? Nem liga porque caminha com as próprias pernas? Espera um movimento político de emancipação?

Sobre os processos decisórios da Facip, como você verifica todo esse processo, pontos positivos e negativos. São democráticos?

Os processos decisórios em nível de UFU, CONSUN, CONDIR, reitoria, nesses primeiros 5 anos, pontos positivos e negativos. São de fato democráticos?

Como você enxerga o envolvimento dos alunos no processo de construção do *campus*?

Como você vê a Facip hoje, e o que espera daqui para frente agora com *campus*, salas de aula próprias, espaço próprio.

8.5.4. Político

Pedir para o político contar como surgiu a ideia da vinda de uma universidade federal para Ituiutaba.

Como foram os trâmites do processo?

Como foi o envolvimento nesse processo?

Quais eram os anseios da população na época? O que foi estabelecido veio ao encontro do que a população esperava?

Qual a importância hoje da implantação do *campus* para região?

O processo de interiorização é uma realidade possível, analisando o exemplo da Facip? É um processo democratizante? De que maneira?

Como você analisa a forma que a UFU(instituição) enxerga hoje a Facip? Um problema?

Espera-se um movimento político de emancipação?

Como você vê a Facip hoje, e o que espera daqui para frente agora com *campus*, espaço próprio.

8.6. Investimento FACIP 2009

Valor integral e parcial do Investimento da Facip.

Do acordo pactuado entre a UFU e o MEC para criação da Facip foram planejados mais de 28 milhões (R\$28.170.000) de 2006 até 2009. Esses recursos são tanto para comprar material permanente (Equipamentos dos cursos, computadores, mobiliário entre outros) e para a construção do novo campus, como para o custeio da Facip (despesas como aluguel, auxílio financeiro aos estudantes, contratação de serviço, água, energia, internet entre outros).

Exclusivamente para investimento em material permanente e obras são mais de 23 milhões, dos quais 4 milhões já foram gastos com equipamentos e reformas necessárias para iniciar as aulas nos espaços alugados, mais de 7 milhões foram empenhados na nova obra que já foi iniciada no Bairro Tupã e outros 3 milhões serão empenhados ainda esse ano para começar a construir a infra-estrutura do campus (asfalto, guaritas, ruas, iluminação e etc). No ano que vem serão gastos os recursos restantes (em torno de 8 milhões) para construir mais um bloco de salas de aula e laboratórios e a biblioteca.

Além desses recursos da pactuação entre o MEC e a UFU, estão sendo utilizados recursos de outros ministérios, como o Ministério de Ciência e Tecnologia, onde os professores conseguiram vencer um edital de seleção para laboratórios de pesquisa, injetando mais R\$700.000 na construção de um bloco exclusivo para a pesquisa.

Na questão do custeio da Facip foram R\$1.920.000 em 2008 e previsto mais de R\$2.500.000 para 2009. Dos recursos deste ano, quase todo utilizado, os que mais se destacam são os alugueis, por conta de ainda não termos nossa estrutura própria, as diárias e passagens, que subsidiavam as viagens de todos os servidores da Facip, os materiais de consumo dos 9 cursos da Facip (por exemplo, vidraria e reagentes dos cursos de química e biologia, além de outros materiais essenciais as aulas como apagador, canetas e etc), auxílio financeiro aos estudantes e livros para a Biblioteca. Especificamente o auxílio financeiro aos estudantes constitui uma despesa (vista com bons olhos pela atual administração da Facip que optou por possuir um auxílio aos estudantes porcentualmente maior que a UFU em Uberlândia) de mais de R\$250.000 por ano, o que auxilia mais de 180 estudantes com bolsa alimentação, moradia e estágio.

Qualquer outra dívida estou a disposição

Atenciosamente

Thiago Callado Kobayashi

Economista Facip

2007

8.7. Matriz Orçamentária UFU 2010

2010

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Matriz de Recursos para Manutenção do Ensino de Graduação 2010							Total Geral	%
	Outros Custeios e Capital (OCC)						Total OCC		
	Distribuição Investimento	Distribuição Consumo	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica	Distribuição	Distribuição			
R\$ 1.200.000	R\$ 1.750.000	R\$ 200.000	R\$ 450.000	R\$ 2.400.000	R\$ 3.600.000				
INSTITUTO DE QUÍMICA	R\$ 37.118	R\$ 54.130	R\$ 6.186	R\$ 13.919	R\$ 74.236	R\$ 111.353	3,09%		
FAC. DE MATEMÁTICA	R\$ 44.361	R\$ 64.693	R\$ 7.393	R\$ 16.635	R\$ 88.721	R\$ 133.082	3,70%		
INSTITUTO DE FÍSICA	R\$ 45.725	R\$ 66.683	R\$ 7.621	R\$ 17.147	R\$ 91.450	R\$ 137.176	3,81%		
FAC. DE ENG. CIVIL	R\$ 29.490	R\$ 43.006	R\$ 4.915	R\$ 11.059	R\$ 58.980	R\$ 88.469	2,46%		
FAC. C. COMPUTAÇÃO	R\$ 27.431	R\$ 40.004	R\$ 4.572	R\$ 10.287	R\$ 54.862	R\$ 82.293	2,29%		
FAC. DE ENG. ELÉTRICA	R\$ 35.320	R\$ 51.508	R\$ 5.887	R\$ 13.245	R\$ 70.639	R\$ 105.959	2,94%		
FAC. DE ENG. MECÂNICA	R\$ 36.126	R\$ 52.683	R\$ 6.021	R\$ 13.547	R\$ 72.251	R\$ 108.377	3,01%		
FAC. DE ENG. QUÍMICA	R\$ 37.613	R\$ 54.852	R\$ 6.269	R\$ 14.105	R\$ 75.226	R\$ 112.839	3,13%		
FAC. DE ARQ. E URB.	R\$ 23.470	R\$ 34.227	R\$ 3.912	R\$ 8.801	R\$ 46.940	R\$ 70.410	1,96%		
INST. LETRAS E LING.	R\$ 38.702	R\$ 56.440	R\$ 6.450	R\$ 14.513	R\$ 77.403	R\$ 116.105	3,23%		
FACULDADE DE DIREITO	R\$ 32.931	R\$ 48.024	R\$ 5.489	R\$ 12.349	R\$ 65.862	R\$ 98.793	2,74%		
FAC. DE EDUCAÇÃO	R\$ 36.214	R\$ 52.813	R\$ 6.036	R\$ 13.580	R\$ 72.429	R\$ 108.643	3,02%		
FAC. ART. FIL. E C. SOC.	R\$ 58.626	R\$ 85.497	R\$ 9.771	R\$ 21.985	R\$ 117.253	R\$ 175.879	4,89%		
INST. DE PSICOLOGIA	R\$ 28.821	R\$ 42.031	R\$ 4.804	R\$ 10.808	R\$ 57.642	R\$ 86.463	2,40%		
FAC. GESTÃO E NEG.	R\$ 25.968	R\$ 37.870	R\$ 4.328	R\$ 9.738	R\$ 51.936	R\$ 77.903	2,16%		
FAC. DE C. CONTÁBEIS	R\$ 22.491	R\$ 32.800	R\$ 3.749	R\$ 8.434	R\$ 44.982	R\$ 67.473	1,87%		
INST. DE ECONOMIA	R\$ 30.588	R\$ 44.607	R\$ 5.098	R\$ 11.470	R\$ 61.176	R\$ 91.764	2,55%		
INST. DE GEOGRAFIA	R\$ 41.883	R\$ 61.080	R\$ 6.981	R\$ 15.706	R\$ 83.767	R\$ 125.650	3,49%		
INSTITUTO DE HISTÓRIA	R\$ 32.310	R\$ 47.119	R\$ 5.385	R\$ 12.116	R\$ 64.621	R\$ 96.931	2,69%		
INST. DE C. AGRÁRIAS	R\$ 43.640	R\$ 63.642	R\$ 7.273	R\$ 16.365	R\$ 87.280	R\$ 130.920	3,64%		
INST. DE C. BIOMÉDICAS	R\$ 103.341	R\$ 150.706	R\$ 17.224	R\$ 38.753	R\$ 206.683	R\$ 310.024	8,61%		
INST. DE GEN. E BIOQ.	R\$ 46.948	R\$ 68.485	R\$ 7.825	R\$ 17.605	R\$ 93.895	R\$ 140.843	3,91%		
INSTITUTO DE BIOLOGIA	R\$ 37.827	R\$ 55.164	R\$ 6.304	R\$ 14.185	R\$ 75.654	R\$ 113.481	3,15%		
FAC. DE ED. FÍSICA	R\$ 36.523	R\$ 53.262	R\$ 6.087	R\$ 13.696	R\$ 73.045	R\$ 109.568	3,04%		
FAC. DE MEDICINA VET.	R\$ 77.073	R\$ 112.398	R\$ 12.846	R\$ 28.902	R\$ 154.146	R\$ 231.220	6,42%		
FAC. DE ODONTOLOGIA	R\$ 39.741	R\$ 57.956	R\$ 6.623	R\$ 14.903	R\$ 79.482	R\$ 119.223	3,31%		
FAC. DE MEDICINA	R\$ 76.605	R\$ 111.716	R\$ 12.767	R\$ 28.727	R\$ 153.210	R\$ 229.815	6,38%		
FAC. C. INT. DO PONTAL	R\$ 73.114	R\$ 106.625	R\$ 12.186	R\$ 27.418	R\$ 146.229	R\$ 219.343	6,09%		

8.8. Matriz Orçamentária UFU 2011

UNIDADES	Distribuição Investimento		Distribuição Consumo		Distribuição Pessoa Física		Distribuição Pessoa Jurídica		Total OCC	Total Geral
	Distribuição Investimento	Distribuição Consumo	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica	Distribuição Pessoa Física	Distribuição Pessoa Jurídica		
ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 1.260.000,00	R\$ 1.838.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 472.000,00	R\$ 2.520.000,00	R\$ 3.780.000,00				
INSTITUTO DE QUÍMICA	R\$ 41.255,63	R\$ 60.180,84	R\$ 6.875,94	R\$ 15.454,49	R\$ 82.511,27	R\$ 123.766,90				
FAC. DE MATEMÁTICA	R\$ 55.745,87	R\$ 81.318,18	R\$ 9.290,98	R\$ 20.882,58	R\$ 111.491,73	R\$ 167.237,60				
INSTITUTO DE FÍSICA	R\$ 51.408,34	R\$ 74.990,89	R\$ 8.568,06	R\$ 19.257,73	R\$ 102.816,68	R\$ 154.225,01				
FAC. DE ENG. CIVIL	R\$ 30.743,72	R\$ 44.846,80	R\$ 5.123,95	R\$ 11.516,70	R\$ 61.487,45	R\$ 92.231,17				
FAC. C. COMPUTAÇÃO	R\$ 36.653,66	R\$ 53.467,80	R\$ 6.108,94	R\$ 13.730,58	R\$ 73.307,32	R\$ 109.960,98				
FAC. DE ENG. ELÉTRICA	R\$ 32.709,17	R\$ 47.713,85	R\$ 5.451,53	R\$ 12.252,96	R\$ 65.418,34	R\$ 98.127,51				
FAC. DE ENG. MECÂNICA	R\$ 40.390,40	R\$ 58.918,70	R\$ 6.731,73	R\$ 15.130,37	R\$ 80.780,81	R\$ 121.171,21				
FAC. DE ENG. QUÍMICA	R\$ 38.104,41	R\$ 55.584,05	R\$ 6.350,73	R\$ 14.274,03	R\$ 76.208,81	R\$ 114.313,22				
FAC. DE ARQ. E URB.	R\$ 24.211,77	R\$ 35.318,43	R\$ 4.035,29	R\$ 9.069,80	R\$ 48.423,53	R\$ 72.635,30				
INST. LETRAS E LING.	R\$ 38.093,89	R\$ 55.568,70	R\$ 6.348,98	R\$ 14.270,09	R\$ 76.187,78	R\$ 114.281,67				
FACULDADE DE DIREITO	R\$ 32.953,89	R\$ 48.070,83	R\$ 5.492,31	R\$ 12.344,63	R\$ 65.907,77	R\$ 98.861,66				
FAC. DE EDUCAÇÃO	R\$ 39.723,37	R\$ 57.945,67	R\$ 6.620,56	R\$ 14.880,50	R\$ 79.446,73	R\$ 119.170,10				
FAC. ART. FIL. E C. SOC.	R\$ 64.653,88	R\$ 94.312,56	R\$ 10.775,65	R\$ 24.219,55	R\$ 129.307,75	R\$ 193.961,63				
INST. DE PSICOLOGIA	R\$ 29.685,26	R\$ 43.302,78	R\$ 4.947,54	R\$ 11.120,19	R\$ 59.370,52	R\$ 89.055,78				
FAC. GESTÃO E NEG.	R\$ 29.792,96	R\$ 43.459,89	R\$ 4.965,49	R\$ 11.160,54	R\$ 59.585,93	R\$ 89.378,89				
FAC. DE C. CONTÁBEIS	R\$ 22.151,07	R\$ 32.312,44	R\$ 3.691,85	R\$ 8.297,86	R\$ 44.302,14	R\$ 66.453,21				
INST. DE ECONOMIA	R\$ 32.572,00	R\$ 47.513,76	R\$ 5.428,67	R\$ 12.201,58	R\$ 65.144,00	R\$ 97.716,01				
INST. DE GEOGRAFIA	R\$ 40.063,40	R\$ 58.441,68	R\$ 6.677,23	R\$ 15.007,88	R\$ 80.126,79	R\$ 120.190,19				
INSTITUTO DE HISTÓRIA	R\$ 32.188,25	R\$ 46.953,97	R\$ 5.364,71	R\$ 12.057,82	R\$ 64.376,49	R\$ 96.564,74				
INST. DE C. AGRÁRIAS	R\$ 46.952,28	R\$ 68.490,71	R\$ 7.825,38	R\$ 17.588,47	R\$ 93.904,56	R\$ 140.856,85				
INST. DE C. BIOMÉDICAS	R\$ 99.759,55	R\$ 145.522,27	R\$ 16.626,59	R\$ 37.370,25	R\$ 199.519,11	R\$ 299.278,66				
INST. DE GEN. E BIOQ.	R\$ 48.160,28	R\$ 70.252,85	R\$ 8.026,71	R\$ 18.040,99	R\$ 96.320,56	R\$ 144.480,84				
INSTITUTO DE BIOLOGIA	R\$ 44.184,73	R\$ 64.453,60	R\$ 7.364,12	R\$ 16.551,74	R\$ 88.369,47	R\$ 132.554,20				
FAC. DE ED. FÍSICA	R\$ 39.623,70	R\$ 57.800,29	R\$ 6.603,95	R\$ 14.843,16	R\$ 79.247,40	R\$ 118.871,10				
FAC. DE MEDICINA VET.	R\$ 73.248,94	R\$ 106.850,44	R\$ 12.208,16	R\$ 27.439,29	R\$ 146.497,89	R\$ 219.746,83				
FAC. DE ODONTOLOGIA	R\$ 37.864,89	R\$ 55.234,66	R\$ 6.310,82	R\$ 14.184,31	R\$ 75.729,78	R\$ 113.594,67				
FAC. DE MEDICINA	R\$ 79.937,54	R\$ 116.607,30	R\$ 13.322,92	R\$ 29.944,86	R\$ 159.875,09	R\$ 239.812,63				
FAC. C. INT. DO PONTAL	R\$ 77.167,15	R\$ 112.566,05	R\$ 12.861,19	R\$ 28.907,06	R\$ 154.334,30	R\$ 231.501,45				
TOTAL	R\$ 1.260.000,00	R\$ 1.838.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 472.000,00	R\$ 2.520.000,00	R\$ 3.780.000,00				

8.9. Matriz Orçamentária UFU 2012

2012

UFU – PROPLAD – MATRIZ DE OCC DAS UNIDADES ACADÊMICAS 2012					
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Investimento	Consumo	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Total OCC
	RS 1.400.000	RS 2.000.000	RS 230.000	RS 520.000	RS 4.150.000
INSTITUTO DE QUÍMICA	RS 42.876,83	RS 61.252,61	RS 7.044,05	RS 15.925,68	RS 127.099,17
FAC. DE MATEMÁTICA	RS 61.215,09	RS 87.450,12	RS 10.056,76	RS 22.737,03	RS 181.459,01
INSTITUTO DE FÍSICA	RS 59.307,16	RS 84.724,51	RS 9.743,32	RS 22.028,37	RS 175.803,36
FAC. DE ENG. CIVIL	RS 35.220,98	RS 50.315,68	RS 5.786,30	RS 13.082,08	RS 104.405,04
FAC. C. COMPUTAÇÃO	RS 40.221,18	RS 57.458,83	RS 6.607,77	RS 14.939,30	RS 119.227,07
FAC. DE ENG. ELÉTRICA	RS 37.990,14	RS 54.271,63	RS 6.241,24	RS 14.110,62	RS 112.613,64
FAC. DE ENG. MECÂNICA	RS 45.966,27	RS 65.666,10	RS 7.551,60	RS 17.073,19	RS 136.257,16
FAC. DE ENG. QUÍMICA	RS 38.876,43	RS 55.537,76	RS 6.386,84	RS 14.439,82	RS 115.240,85
FAC. DE ARQ. E URB.	RS 24.044,72	RS 34.349,60	RS 3.950,20	RS 8.930,90	RS 71.275,42
INST. LETRAS E LING.	RS 36.991,63	RS 52.845,18	RS 6.077,20	RS 13.739,75	RS 109.653,76
FACULDADE DE DIREITO	RS 31.537,67	RS 45.053,82	RS 5.181,19	RS 11.713,99	RS 93.486,68
FAC. DE EDUCAÇÃO	RS 44.028,57	RS 62.897,95	RS 7.233,26	RS 16.353,47	RS 130.513,25
INST. DE PSICOLOGIA	RS 29.435,65	RS 42.050,92	RS 4.835,86	RS 10.933,24	RS 87.255,66
FAC. GESTÃO E NEG.	RS 36.983,04	RS 52.832,92	RS 6.075,79	RS 13.736,56	RS 109.628,30
FAC. DE C. CONTÁBEIS	RS 25.525,07	RS 36.464,39	RS 4.193,40	RS 9.480,74	RS 75.663,60
INST. DE ECONOMIA	RS 36.772,40	RS 52.532,01	RS 6.041,18	RS 13.658,32	RS 109.003,91
INST. DE GEOGRAFIA	RS 46.413,31	RS 66.304,73	RS 7.625,04	RS 17.239,23	RS 137.582,31
INSTITUTO DE HISTÓRIA	RS 34.793,58	RS 49.705,12	RS 5.716,09	RS 12.923,33	RS 103.138,13
INST. DE C. AGRÁRIAS	RS 54.115,46	RS 77.307,80	RS 8.890,40	RS 20.100,03	RS 160.413,68
INST. DE C. BIOMÉDICAS	RS 110.847,59	RS 158.353,70	RS 18.210,68	RS 41.171,96	RS 328.583,94
INST. DE GEN. E BIOQ.	RS 43.696,09	RS 62.422,98	RS 7.178,64	RS 16.229,98	RS 129.527,69
INSTITUTO DE BIOLOGIA	RS 46.824,91	RS 66.892,73	RS 7.692,66	RS 17.392,11	RS 138.802,42
FAC. DE ED. FÍSICA	RS 43.764,65	RS 62.520,93	RS 7.189,91	RS 16.255,44	RS 129.730,92
FAC. DE MEDICINA VET.	RS 84.356,65	RS 120.509,50	RS 13.858,59	RS 31.332,47	RS 250.057,22
FAC. DE ODONTOLOGIA	RS 35.988,52	RS 51.412,17	RS 5.912,40	RS 13.367,17	RS 106.680,26
FAC. DE MEDICINA	RS 86.039,24	RS 122.913,20	RS 14.135,02	RS 31.957,43	RS 255.044,89
FAC. C. INT. DO PONTAL	RS 91.041,57	RS 130.059,39	RS 14.956,83	RS 33.815,44	RS 269.873,23
INST. DE ARTES	RS 40.469,37	RS 57.813,38	RS 6.648,54	RS 15.031,48	RS 119.962,77
INST. DE CIÊNCIAS SOCIAIS	RS 30.256,17	RS 43.223,10	RS 4.970,66	RS 11.238,01	RS 89.687,93
INST. DE FILOSOFIA	RS 24.400,05	RS 34.857,22	RS 4.008,58	RS 9.062,88	RS 72.328,73
TOTAL	RS 1.400.000	RS 2.000.000	RS 230.000	RS 520.000	RS 4.150.000

8.10. Matriz Orçamentária UFU 2013

Matriz 2013 – OCC

2013

UNIDADES ACADÊMICAS	Investimento	Mat Consum	Serv 3º PF	Serv 3º PJ	Total OC	Total Geral
FACULDADE DE COMPUTAÇÃO	47.126	67.323	7.742	17.504	92.569	139.694
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL	43.872	62.674	7.208	16.295	86.177	130.049
FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA	46.262	66.089	7.600	17.183	90.873	137.135
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA	53.256	76.080	8.749	19.781	104.610	157.866
FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA	45.065	64.378	7.403	16.738	88.520	133.584
FACULDADE DE MATEMÁTICA	65.127	93.038	10.699	24.190	127.928	193.054
INSTITUTO DE FÍSICA	66.965	95.664	11.001	24.873	131.538	198.503
INSTITUTO DE QUÍMICA	41.847	59.782	6.875	15.543	82.200	124.047
FACULDADE DE ARQ. E URBANISMO E DESIGN	29.260	41.800	4.807	10.868	57.475	86.735
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	33.235	47.478	5.460	12.344	65.282	98.517
FACULDADE DE DIREITO	35.028	50.040	5.755	13.011	68.806	103.834
FACULDADE DE EDUCAÇÃO	48.894	69.848	8.033	18.161	96.041	144.935
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS	45.988	65.698	7.555	17.081	90.334	136.322
INSTITUTO DE ARTES	52.932	75.617	8.696	19.660	103.974	156.906
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	33.274	47.534	5.466	12.359	65.360	98.634
INSTITUTO DE ECONOMIA	41.931	59.901	6.889	15.574	82.364	124.295
INSTITUTO DE FILOSOFIA	24.999	35.712	4.107	9.285	49.104	74.103
INSTITUTO DE GEOGRAFIA	43.969	62.812	7.223	16.331	86.367	130.335
INSTITUTO DE HISTÓRIA	37.654	53.791	6.186	13.986	73.963	111.616
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA	45.565	65.092	7.486	16.924	89.502	135.066
INSTITUTO DE PSICOLOGIA	31.606	45.151	5.192	11.739	62.083	93.689
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA	53.090	75.842	8.722	19.719	104.283	157.373
FACULDADE DE MEDICINA	82.923	118.482	13.823	30.800	162.885	245.808
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA	80.503	115.005	13.226	29.901	158.131	238.635
FACULDADE DE ODONTOLOGIA	37.972	54.246	6.238	14.104	74.588	112.560
INSTITUTO DE BIOLOGIA	52.210	74.586	8.577	19.392	102.555	154.766
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	57.966	82.808	9.523	21.530	113.861	171.827
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS	114.027	162.896	18.733	42.353	223.981	338.008
INSTITUTO DE GENÉTICA E BIOQUÍMICA	43.656	62.366	7.172	16.215	85.753	129.409
FACULDADE C. INTEGRADAS DO PONTAL	103.800	148.286	17.053	38.554	203.894	307.694
TOTAL	1.540.000	2.200.000	253.000	572.000	3.025.000	4.565.000